



O SR. D. CARLOS ANTONIO LOPEZ.
Presidente da Republica do Paraguay.
1848.

Lith. Lithogr. de Paris, Paris, France.

A REPUBLICA DO PARAGUAY

E

O GOVERNADOR DE BUENOS-AYRES

ROSAS.

OU

DISCUSSÃO E EXAME

DAS QUESTÕES QUE ESTE TEM PROMOVIDO À REPUBLICA DO PARAGUAY

SOBRE

LIMITES, INDEPENDENCIA E DIREITO À NAVEGAÇÃO DO PARANÁ;

Reimpressão dos artigos do Paraguayo Independente, periodico official do governo do Paraguay.

Por Bernardino Baoz.



RIO DE JANEIRO,

TYPOGRAPHIA IMPERIAL E CONSTITUCIONAL DE J. VILLENEUVE E COMP.,

RUA DO OUVIDOR N. 63.

1848.

A REPUBLICA DO PARAGUAY
E O
GOVERNADOR DE BUENOS-AYRES

ROSAS,

OU

DISCUSSÃO E EXAME

das questões que este tem promovido á Republica
do Paraguay sobre limites,
independência e direito a navegação do Paraná;

REIMPRESSÃO

dos artigos do *Paraguay Independente*, periódico official
do governo do Paraguay;

por Bernardino Bazze (*).

INTRODUÇÃO.

De nos jours il n'est pas facile
de tromper long-temps.

VALLETBAND.

Apezar desta verdade confirmada pela experiencia de todos os seculos, os periodicos de Buenos-Ayres, a *Gazeta Mercantil* e o *Archivo Americano*, orgãos e defensores da politica e das vistas do governador Rosas, trahalhão constantemente por enganar o mundo nas questões que o governo de Buenos-Ayres tem suscitado á Republica do Paraguay: primeiro, sobre o facto e direito da sua independência; segundo, sobre o direito desta republica a navegar o Paraná e sahír por esse rio ao Atlantico; e terceiro, sobre limites accusando o governo paraguayno de usurpação de territorio.

O *Archivo Americano* publica-se em tres idiomas para facilitar a sua leitura, e derrama-se no estrangeiro com profusão, assim como a *Gazeta Mercantil*. O alvo de ambos os periodicos é enganar o mundo e prevenir o seu juizo em favor da politica e dos actos do governador de Buenos-Ayres.

A imprensa do Paraguay entrou na lide, discutio essas questões, refutou victoriosamente as asserções da *Gazeta*, apresentou documentos authenticos e irrefragaveis que demonstrão até á evidencia que a razão e o bom direito em todas essas questões estão da parte do Paraguay; porém a discussão dessas questões e os documentos que a esclarecem estão dispersos em muitos numeros do periodico *Paraguayno Independente*. Este periodico, pela situação do paiz em que se publica, pelos embarços que agora tem soffrido a sua comunicação com o resto do mundo, e obrigado a passar por Buenos-Ayres, tem tido uma circulação mui limitada, e as questões de que se occupa são pouco conhecidas.

Esta consideração decidio-me a fazer reimprimir, traduzido em dous idiomas, os numeros do periodico *Paraguayno*, em que está resumido tudo quanto a *Gazeta* de Buenos-Ayres e o *Archivo* tem publicado sobre essas questões, e as observações e respostas do *Paraguayno*.

(*). Esta reconhecida a firma pelo tabelião Francisco de Paula Fernandes S. Thiago, desta corte.

LA RÉPUBLIQUE DU PARAGUAY
ET LE
GOUVERNEUR DE BUENOS-AYRES

ROSAS,

OU

DISCUSSION ET EXAMEN

des questions que celui-ci a suscitées á la République
du Paraguay sur les limites,
l'indépendance et le droit á la navigation du Paraná;

REIMPRESSON

des articles du *Paraguayen Independant*, feuille périodique
officielle du gouvernement du Paraguay;

par Bernardino Bazze (*).

INTRODUCTION.

De nos jours il n'est pas facile
de tromper long-temps.

VALLETBAND.

Malgré cette vérité, confirmée par l'expérience de tous les siècles, les feuilles périodiques de Buenos-Ayres, la *Gazette Mercantile* et les *Archives Americaines*, organes et défenseurs de la politique et des vues du gouverneur Rosas, travaillent constamment á tromper le monde dans les questions que le gouvernement de Buenos-Ayres a suscitées á la République du Paraguay: premièrement, sur le fait et le droit de son indépendance; secondement, sur le droit de cette république á naviguer sur le Paraná et á déboucher dans l'Atlantique par cette rivière; et troisièmement, sur des limites, en accusant le gouvernement paraguayen d'usurpation de territoire.

Les *Archives Americaines* se publient en trois langues pour faciliter leur lecture, et se répandent avec profusion á l'étranger, aussi bien que la *Gazette Mercantile*. Le but des deux feuilles périodiques est de tromper le monde et de prévenir son jugement en faveur de la politique et des actes du gouverneur de Buenos-Ayres.

La presse du Paraguay est entrée dans la lice: elle a discuté ces questions, elle a réfuté victorieusement les assertions de la *Gazette*, elle a présenté des documents authenticos et irrefragables qui démontrent jusqu'à l'évidence que la raison et le bon droit, dans toutes ces questions, sont du côté du Paraguay; mais la discussion de ces questions et les documents qui les éclaircissent sont dispersés dans beaucoup de numeros de la feuille périodique le *Paraguayen Independant*. Cette feuille périodique, par la situation du pays dans lequel elle se publie, par les embarços que jusqu'à présent a éprouvés sa communication avec le reste du monde, et étant obligé de passer par Buenos-Ayres, a une circulation très-limitée, et les questions dont elle s'occupe sont peu connues.

Cette considération m'a décidé á faire reimprimer, traduites en deux langues, les numeros du periodique *Paraguayen* dans lesquels se trouve résumé tout ce que la *Gazette de Buenos-Ayres* et les *Archives* ont publié sur ces questions, et les observations et réponses du *Paraguayen*.

(*). La signature est légalisée par le notaire Francisco de Paula Fernandes S. Thiago, de Rio de Janeiro.

guayo. Essas questões, que até agora só tem agitado a imprensa, talvez não tardem a agitar a minha pátria com o estrondo e o estrago das armas: para esse desgraçado caso quero e convém que o mundo illustre tenha formado o seu juízo sobre essas questões. Esse juízo é um poder que os homens e os governos mais impudentes e immorais respeitam: se a razão e a justiça estão da parte do governo da minha pátria, quero que o juízo do mundo culto lh'as reconheça.

Esse juízo pôde formar-se sem trabalho, tendo à vista os argumentos que a *Gazeta* tem empregado e as observações e respostas com que os combateu o periódico paraguayo. Na publicação que fazemos e nas notas que se annexão, encontram-se todos os factos e documentos que podem descajar-se para illustrar as questões.

A ultima em tempo é a de limites; na publicação apparece em primeiro lugar pela mesma razão de ter sido a ultima que se promoveu e que parece agitar-se com preferencia as outras. A reclamação que, segundo a mensagem do governador Rosas de 27 de dezembro ultimo, se mandou fazer da ilha do Paraná Apipé, será provavelmente o principio e pretexto das hostilidades que o governador Rosas prepara ao Paraguay. Durante a longa dictadura de Francia nunca se permitiu aos habitantes de Corrientes pôrem os pés nessa ilha para cortar madeiras. Em 1841 o governo consular, em um tratado provisório de limites com o governo então existente em Corrientes, consentiu que essa ilha se desse a Corrientes.

O governador Rosas declarou nullo e como não existentes os tratados celebrados pelo governo de Corrientes. A ilha de Apipé dista do continente do Paraguay cossa de um tiro de espingarda, ao passo que dista da costa de Corrientes mais de seiscentas varas. No presente estado de cousas a segurança e conservação da republica do Paraguay exigia que essa ilha estivesse despejada e de baixo da vigilancia e custodia do seu governo, e para esse fim mandou-se intimar a seis ou oito homens que ali se occupavam no corte de madeiras que se evacuassem até que se ajustassem com o governo de Buenos-Ayres os negocios pendentes. Isto é quanto occorreu relativamente à ilha de Apipé, que, por sua posição e pela posse constante que sem embargo do tratado de 1841 tem tido o Paraguay, pertence indubitavelmente ao seu territorio.

Circunstancias mais fortes que a minha vontade impedem-me de fazer à minha pátria os serviços que quizera consagrar-lhe; queira ao menos o seu governo receber como uma homenagem o pequeno trabalho que posso offerecer-lhe com uma publicação que faça conhecer ao mundo a justiça com que se defende das exigencias do governador de Buenos-Ayres; nada mais posso fazer pela minha pátria, senão accrescentar os meus votos para que o céu queira conservar no coração dos felizes habitantes do Paraguay o sentimento de união que os animo e dos bens inestimáveis que possuem; queira o céu subtrahilos aos males da guerra; e se isso não é possível, conceda aos seus braços uma força invencível para que salvem os seus lares.

Rio de Janeiro, 1.º de Fevereiro de 1859.



Paraguayen. Ces questions, qui jusqu'à présent ont seulement agité la presse, peut-être ne tarderont pas à agiter ma patrie par le bruit et le ravage des armes: en ce malheureux cas, je veux et il convient que le monde éclairé ait formé son jugement sur ces questions. Ce jugement est une puissance que les hommes et les gouvernements les plus impudents et les plus immoraux respectent: et la raison et la justice sont du côté du gouvernement de ma patrie, je veux que le jugement du monde civilise le reconnaisse.

Ce jugement peut se former sans peine en ayant sous les yeux les arguments que la *Gazette* a employés et les observations et réponses par lesquelles le périodique paraguayen les a combattus. Dans la publication que nous faisons et dans les notes qui s'y annexent se rencontrent tous les faits et documents qu'on peut désirer pour éclaircir les questions.

La dernière en date est celle de limites. Dans la publication elle paraît en premier, par la raison même qu'elle a été la dernière qui a été suscitée et qui semble s'agiter préférablement aux autres. La réclamation que, selon le message du gouverneur Rosas du 27 décembre dernier, on a ordonné de faire de l'île du Paraná Apipé sera probablement le principe et le prétexte des hostilités que le gouverneur Rosas prépare contre le Paraguay. Pendant la longue dictature de Francia, jamais on ne permit aux habitants de Corrientes de mettre le pied dans cette île pour y couper des bois. En 1841, le gouvernement consulaire, dans un traité provisoire de limites avec le gouvernement alors existant à Corrientes, consentit que cette île se donnât à Corrientes.

Le gouverneur Rosas déclara nuls et comme non existants les traités conclus par le gouvernement de Corrientes. L'île de Apipé est distante du Paraguay d'environ une portée de fusil, tandis qu'elle est distante de la côte de Corrientes de plus de six cents varas. Dans le présent état de choses, la sûreté et la conservation de la république du Paraguay exigeaient que cette île fût évacuée et mise sous la vigilance et garde de son gouvernement, et à cette fin on envoya intimar à six ou huit hommes qui s'y occupaient de la coupe des bois de l'évacuer jusqu'à ce que fussent arrangées les affaires en suspens avec Buenos-Ayres. C'est tout ce qu'il arriva relativement à l'île de Apipé, qui par sa position, et par la possession constante que, nonobstant le traité de 1841, en a eue le Paraguay, appartient indubitavelmente à son territoire.

Des circonstances plus fortes que ma volonté m'empêchent de rendre à ma patrie les services que je voudrais lui consacrer. Que son gouvernement veuille au moins recevoir comme un hommage le petit travail que je puis lui offrir par une publication qui fasse connaître au monde la justice avec laquelle il se défend des exigences du gouverneur de Buenos-Ayres. Je ne puis rien faire de plus pour ma patrie que d'y ajouter mes vœux pour que le ciel veuille conserver dans le cœur des heureux habitants du Paraguay le sentiment d'union qui les anime et celui des biens inestimables qu'ils possèdent. Veuille le ciel les soustraire aux maux de la guerre; et si cela n'est pas possible, qu'il donne à leurs bras une force invincible pour sauver leurs foyers.

Rio de Janeiro, 1.º Février 1859.

MANIFESTO

dos títulos e bom direito da Republica do Paraguay ao territorio sito sobre a margem esquerda do Paraná, e injustiça com que o governador de Buenos-Ayres pretende a não arrendar este territorio.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA.

Emquanto o governador de Buenos-Ayres se limita a negar-se ao reconhecimento da independência da republica do Paraguay, o supremo governo desta absteve-se cuidadosamente de toda a discussão publica e polemica pela imprensa, persuadido de que tais discussões, acendendo os animos, exasperando os sentimentos, suscitando as vezes graves difficuldades a uma conclusão e ajuste pacífico.

A paz era necessaria, era importante para o melhoramento e adiantamento material, moral e politico da republica; o seu governo quiz afastar tudo o que de qualquer modo podia obstar ou manter incerta essa paz; resignou-se a esperar do tempo, da reflexão e do poder dos verdadeiros interesses que o governador de Buenos-Ayres se prestasse a uma accomodação que, salvando todos os inconvenientes que oppunha, consultasse e garantisse os direitos e interesses de ambos os países.

Porém apenas soube o governador de Buenos-Ayres que o governo do S. M. o Imperador do Brazil havia ratificado por um acto solenne o reconhecimento que havia feito da independência do Paraguay desde 1824, apenas recebeu o aviso que o mesmo governo da republica lhe deu, em prova da sua boa fé e sinceridade, do convenio (1) que havia celebrado com o governo que então regia a provincia de Corrientes, com o objecto de evitar as violencias e tropelias que o estado de guerra nessa provincia fazia soffrer ao commercio renascente do Paraguay, o governador de Buenos-Ayres encheu-se de cólera, toma por pretexto que esse commercio dava forças e meios de resistencia a provincia de Corrientes e fulmina os seus decretos de 8 de Janeiro e 17 de abril de 1845 contra os productos e frutos do Paraguay, e dando-lhe um effeito retroactivo causa enormes prejuizos aos negociantes paraguayos; (2) ordena ao seu ministro na corte do Brazil proteste contra o reconhecimento que havia feito o governo brasileiro, e impõe à sua gazeta a tarefa de combater a independencia do Paraguay. A gazeta desempenhou essa tarefa por todos os meios que emprega um pamphletista sem pudor nem consciencia; escarrocou a nacionalidade paraguaya; zombou da capacidade do seu governo; desacreditou a importancia politica e mercantil do Paraguay, e apresentou ao mundo esta republica como uma entidade ridicula que não merecia senão desprezo.

Ja então não podia nem devia o governo da republica manter-se impassível e indifferente a tantos ultrages. Continuar guardando silencio houvera sido degradar-se ao conceito das nações, cujo juizo queria prevenir o governador de Buenos-Ayres; houvera sido dar a este um signal de fraqueza, de incapacidade, ou falta de justiça, e decidio-se a permitir que a imprensa defendesse os seus direitos e mostrasse ao mundo que esse governo e essa republica que o governador e a *Gazeta* de Buenos-Ayres affectavam desprezar tinha mais capacidade do que elle lhe suppunha.

A imprensa paraguaya nessas publicações só se propoz demonstrar a origem, antiquidade e fundamentos da independência da republica, e nesta parte preechou a sua missão; todos os esforços do governador de Buenos-Ayres e dos seus agentes, todas as suas tentativas e informações não em podido impedir que os governos americanos visitassem e alguns soberanos da Europa reconhecessem essa independência. A imprensa paraguaya omitiu occupar-se das questões subalternas de limites, territorios, navegação e outras, porque devia discutir-se ou decidir-se pelo mesmo meio e ao mesmo tempo que a questão principal, que era a da independência.

MANIFESTE

des titres et du bon droit de la Republica du Paraguay au territoire situé sur la rive gauche du Paraná, et de l'injustice avec laquelle le gouverneur de Buenos-Ayres demande à main armée ce territoire.

LE PRESIDENT DE LA REPUBLIQUE.

Tant que le gouverneur de Buenos-Ayres se limita à se refuser à la reconnaissance de l'indépendance de la République du Paraguay, le gouvernement suprême de cette république dut s'abstenir soigneusement de toute discussion publique et polémique par la presse, persuadé que de telles discussions, en aigrissant les esprits, en exaspérant les sentiments, suscitaient quelquefois de graves difficultés à une conclusion et à un arrangement pacifique.

La paix était nécessaire, était importante pour l'amélioration et l'avancement matériel, moral et politique. Son gouvernement voulut éloigner tout ce qui d'une manière quelconque pouvait empêcher cette paix ou la maintenir incertaine. Il se résigna à attendre du temps, de la réflexion et de la puissance des véritables intérêts, que le gouverneur de Buenos-Ayres se prêtât à un accommodement qui, en sauvant tous les inconvenients qu'il opposait, consultât et garantît tous les droits et tous les intérêts des deux pays.

Mais à peine le gouverneur de Buenos-Ayres sut-il que le gouvernement de S. M. l'Empereur du Brésil avait ratifié par un acte solennel la reconnaissance qu'il avait faite de l'indépendance du Paraguay depuis 1824; à peine reçut-il l'avis, que le gouvernement même de la république, pour preuve de sa bonne foi et de sa sincérité, lui donna, de la convention (1) qu'il avait conclue avec le gouvernement qui alors régissait la province de Corrientes, dans le but d'éviter les violences et les désordres que l'état de guerre dans cette province faisait supporter au commerce renascent du Paraguay, le gouverneur de Buenos-Ayres se met en colère, prend pour prétexte que ce commerce donnait des forces et des moyens de résistance à la province de Corrientes, et fulmine ses décrets du 8 Janvier et du 17 avril 1845 contre les produits et denrées du Paraguay, et, en leur donnant un effet rétroactif, il cause d'énormes préjudices aux négociants paraguayens; (2) il ordonne à son ministre près la cour du Brésil de protester contre la reconnaissance qu'avait faite le gouvernement brésilien, et impose à sa *Gazette* la tâche de combattre l'indépendance du Paraguay. La *Gazette* remplit cette tâche par tous les moyens qu'elle emploie un pamphletaire sans pudeur ni conscience; elle raille la nationalité paraguayenne, se moque de la capacité de son gouvernement, discrédite l'importance politique et mercantile du Paraguay, et présente au monde cette république comme une entité ridicule qui ne méritait que le mépris.

Deja alors le gouvernement de la république ne devait pas rester impassible et indifferente à tant d'outrages. Continuer à garder le silence, c'eût été se dégrader dans l'opinion des nations, dont le gouverneur de Buenos-Ayres voulait prévenir le jugement; c'eût été donner à celui-ci un signe de faiblesse, d'incapacité, ou de manque de justice; et il se décida à permettre que la presse défendît ses droits et montrât au monde que ce gouvernement et cette république, que le gouverneur et la *Gazette* de Buenos-Ayres affectaient de mépriser, avaient plus de capacité qu'ils ne leur en supposaient.

La presse paraguayenne, dans ces publications, se proposa seulement de démontrer l'origine, l'antiquité et les fondements de l'indépendance de la république; et, de ce côté, elle remplit sa mission; tous les efforts du gouverneur de Buenos-Ayres et de ses agents, toutes leurs informations mensongères n'ont pu empêcher que les gouvernements américains voisins et quelques souverains de l'Europe ne reconnussent cette indépendance. La presse paraguayenne négligea de s'occuper des questions subalternes de limites, de territoire, de navigation, et autres, parce qu'elles devaient se discuter ou se décider par le même moyen et en même temps que la question principale, qui était celle de l'indépendance.

Ha algum tempo que a imprensa de Buenos-Ayres não perde occasião de negar ao Paraguay os limites e territorio que tem há de todo o tempo do governo colonial. O governo da republica do Paraguay não tem visto nessas publicações senão exaggeração de exigencias para o caso de uma negociação, e tem desdenhado refutar as asserções da *Gazeta*; porém desde que se faz da questão de territorio e limites uma questão separada da da independencia; desde que aquella questão pôde ser um pretexto e um preliminar para atacar esse independencia, protestando-se que não se attente contra esta, é uma necessidade da parte do supremo governo explicar-se sobre este ponto.

A intimação que fez o coronel D. Benjamin Virazoro aos officios do exercito paraguay, os cidadãos Herme-negildo Lopez e Norberto Duarte, que desempenhavam commissões dentro dos limites da republica; a sua asserção tão absoluta de que o Paraguay nunca teve nem terá territorio sobre a margem esquerda do Paraná, mostra que desta questão de territorio, que devia considerarse accessoria, se pretende fazer uma questão principal e distincta da da independencia, e que ha tenção de despojar a viva força a Republica do Paraguay de um territorio de que é senhora por justo titulo, e de que tem estado em quieto e pacifica possessão reconhecida a consentida pelo governo de Buenos-Ayres desde a revolução; territorio de que não pôde ser despojado por violencia, sem injuria, nem pôde ceder sem comprometter a sua segurança e os seus interesses.

O territorio que a Republica do Paraguay tem sobre a margem esquerda do Paraná é uma parte do das antigas Missões, que desde o seu estabelecimento e fundação pelos jesuitas era conhecida pelo nome de *Missões do Paraguay*; territorio hoje inteiramente despojado e deserto pela anarchia da revolução, onde não se vêem outros vestigios das Missões jesuiticas, tão famosas, senão bosques e matas em que se abrigam as feras e se escondem os vagabundos.

Este é o territorio que, segundo a letra e espirito da carta do cidadão Virazoro, se ameaça tirar a viva força, preferindo a violencia a uma discussão pacifica e ao exame dos titulos e direitos de ambas as partes.

O governo do Paraguay, que sempre respeitou e está disposto a continuar respeitando os direitos de seus vizinhos, está igualmente disposto a defender os seus, seja qual for o meio que os seus vizinhos elejão. Se preferiram a força, a governo da republica empregará a que Deus e a nação lhe derão para garantir os seus direitos e repellar toda a força estranha; porém a força não dá razão nem direito.

No estado informe e equivoco em que se achão uns a respeito de outros os estados e povos desta parte da America; na falta de convenções anteriores que fixem as suas relações, direitos e deveres, o governo do Paraguay quizera, por obsequio a humanidade e para honra de povos e estados que se chamão christãos e civilizados, que o governo argentino nesta questão de territorio e limites, como em outra qualquer, houvesse recorrido primeiro a esse direito de gentes natural que nasce do simples facto de existirem ao lado uns dos outros povos diferentes; que houvesse tentado esses meios e arbitrios a que recorem os povos cultos antes de lançar mão do tremendo recurso das armas. Os estados ou nações como pessoas moraes estão sujeitos a mesma lei que serve para fixar as relações, direitos e deveres dos individuos; não ha regras de justiça diferentes, uma para os particulares, outra para os estados.

Abstar-se destes principios ou despreza-los, e fazer da força a unica medida dos direitos das demais nações, e querer que estas retrogradem até ao barbarismo dos tempos antigos, que, graças ao céu e a civilização actual, está irrevogavelmente condemnado e não tornerà a apparecer.

A força e a violencia podem triumphar por alguns tempos, porém esse triumpho é ephemero. A victoria e a gloria não se fixam já senão sob as bandeiras do bom direito e da civilização. A historia de todos os povos e de todos os tempos attesta esta verdade.

Se, olvidando as recentes e terríveis lições da historia;

Il y a quelque temps que la presse de Buenos-Ayres ne perd pas occasion de nier au Paraguay les limites et le territoire qu'il a eus des le temps du gouvernement colonial. Le gouvernement de la République du Paraguay n'a vu dans ces publications qu'une exagération d'exigences en cas de négociation, et il a dédaigné de réfuter les assertions de la *Gazette*; mais depuis qu'on fait de la question de territoire et de limites une question séparée de celle de l'indépendance, depuis que cette question peut être un prétexte et un préliminaire pour attaquer cette indépendance en protestant qu'on n'attende pas contre elle, c'est une nécessité de la part du gouvernement suprême de s'expliquer sur ce point.

L'intimation qu'a faite le colonel D. Benjamin Virazoro aux officiers de l'armée paraguayenne, les citoyens Hermenegildo Lopez et Norberto Duarte, qui remplissaient des commissions dans les limites de la République; son assertion si absolue que le Paraguay n'a jamais eu et n'aura jamais de territoire sur la rive gauche du Paraná, montre que de cette question de territoire, qui devait se considérer comme accessoire, on prétend faire une question principale et distincte de celle de l'indépendance, et qu'il y a intention de déposséder de vive force la République du Paraguay d'un territoire dont elle est maîtresse à juste titre, et dont elle a été en possession pacifique et consentie par le gouvernement de Buenos-Ayres depuis la révolution; territoire duquel elle ne peut être dépossédée par violence sans injure, et qu'elle ne peut céder sans compromettre sa sûreté et ses intérêts.

Le territoire que la République du Paraguay a sur la rive gauche du Paraná est une partie des anciennes Missions, qui, depuis leur établissement et leur fondation par les Jésuites, étaient connues sous le nom de *Missions du Paraguay*; territoire aujourd'hui entièrement dépeuplé et désert par l'anarchie de la révolution, où l'on ne voit d'autres vestiges des missions jésuitiques si fameuses que des bois et des forêts dans lesquels s'abritent les bêtes féroces et se cachent les vagabonds.

C'est ce territoire que, selon la lettre et l'esprit de l'intimation du susdit Virazoro, on menace de prendre de vive force, préférant la violence à une discussion pacifique et à l'examen des titres et des droits des deux parties.

Le gouvernement du Paraguay, qui a toujours respecté et est toujours disposé à continuer de respecter les droits de ses voisins, est également disposé à défendre les siens, quel que soit le moyen que ses voisins choisissent. S'ils préfèrent la force, le gouvernement de la République emploiera celle que Dieu et la nation lui donneront pour garantir ses droits et repousser toute force étrangère; mais la force ne donne ni raison ni droit.

Dans l'état informe et équivoque où se trouvent les uns à l'égard des autres les États et les peuples de cette partie de l'Amérique; dans le manque de conventions antérieures qui fixent leurs relations, leurs droits et leurs devoirs, le gouvernement du Paraguay, par déférence pour l'humanité et pour l'honneur de peuples et États qui se nomment chrétiens et civilisés, aurait voulu que le gouvernement argentin, dans cette question de territoire et de limites, comme en toute autre, eût recouru premièrement à ce naturel droit des gens qui naît du simple fait de peuples différents existant les uns à côté des autres; qu'il eût essayé des moyens et arbitres auxquels recourent les peuples éclairés avant d'avoir de terrible recours des armes. Les États ou les nations, comme êtres moraux, sont soumis à la même loi qui sert à fixer les relations, les droits et les devoirs des individus; il n'y a pas de règles différentes de justice, l'une pour les particuliers, l'autre pour les États.

S'éloigner de ces principes ou les interpréter, et faire de la force l'unique mesure des droits des autres nations, c'est vouloir que celles-ci retrogradent jusqu'à la barbarie des temps anciens, qui, grâce au ciel et à la civilisation actuelle, est irrévocablement condamnée et ne reparaitra plus.

La force et la violence peuvent triompher pour quelques temps, mais ce triomphe est éphémère. La victoire, la gloire ne se fixent jamais que sous les bannières du bon droit et de la civilisation. L'histoire de tous les peuples et de tous les temps atteste cette vérité.

Si, oubliant les récentes et terribles leçons de l'histoire;

se, olvidando os seus verdadeiros interesses e conveniências, o governo de Buenos-Ayres preferir nas questões com o Paraguay a força a discussão e a um ajuste amigavel e reciprocamente util, o governo paraguayano empregara, como fica dito, a que recebeu de Deus e da nação em defesa dos seus direitos.

Sen embargo disto, o governo da republica do Paraguay deve a apreciação e juizo dos soberanos e nações que lhe reconhecerão a categoria e os direitos do estado soberano e independente; deve aos seus concidadãos que lhe confiarão os seus destinos; deve à sua propria honra e manifestação do bom direito e justo titulo com que occupa e defende o territorio sito na margem esquerda do Paraná; deve dar uma prova incontestavel para o caso de guerra de que não é o governo paraguayano quem provoca e mantém o escandalo de uma guerra perpetua, sem objecto nem utilidade nesta parte da America.

Se a razão, a equidade e o bom senso e não a força bruta hão de fixar e regular as relações e interesses, e de decidir as questões dos povos e estados que se tem formado na America desde que esta se separou da Hespanha, e necessario ser consequente e submeter-se aos precedentes estabelecidos, aos factos preexistentes ou historicos, e aos principios por essa mesma revolução proclamados para justificar-se, e por ella consagrados como dogmas fundamentais. Desses factos preexistentes, desses principios dogmaticos deduz a Republica do Paraguay os seus direitos, assim na questão de territorio como em todas as mais que suscita o governador de Buenos-Ayres.

Os povos e as diferentes secções da America antes de se separarem da sua metropole tinham um soberano unico e absoluto, um pai commum, por assim dizer, de quem receberão a sua origem, as suas instituições, a demarcação do seu territorio, a sua jurisdição, a sua categoria, etc., etc. Esse soberano era a autoridade suprema a que todos obedeciam; era o vinculo que ligava essas fracções ou partes tão heterogeneas e lhes dava um ar de nação ou familia. Morto esse soberano, cessando essa autoridade geral reconhecida, roto esse vinculo de união, cada membro desse todo ou familia considerouse emancipado e manteve-se na posse daquillo que o soberano ou pai commum havia assignado ou adjudicado a cada um.

Como era necessario substituir a autoridade geral que cadaveria e crear um novo vinculo que apresentasse em um todo essas distinctas fracções, estas mesmas declararam que, sendo ellas a unica e verdadeira origem de toda a soberania, a autoridade, para ser obedecida, e obedecida como soberana e geral, devia ser creada e permitida por ellas. Era isto de certo modo rigoroso no estado primitivo da natureza anterior ao estado social; era realizar uma abstracção, uma supposição philosophica, uma acção em lugar da historia. Porém essa theoria era efectiva e pratica, era indispensavel para explicar e legitimar o estado social em que se constituirão definitivamente ou provisoriamente; desse estado tão ideal quanto se quiza é donde as diferentes secções da America deduzirão os principios e elementos das diversas combinações e formas que hoje tem. E isto é que se disse e o que se fez em Buenos-Ayres, no Chile, no Perú, em Caracas e no Mexico.

Por força dos actos e disposições do governo hespanhol as provincias que formavão o antigo vice-reinado de Buenos-Ayres e que abraçarão a revolução que devia separar-as da metropole, conservarão por espaço de annos o circumscripção, limites e jurisdição que lhes havia marcado o monarcha hespanhol, até que depois factos consummados e permitidos tacitamente e formalmente, convenções reciprocas ou presunções mudaram e alterarão a categoria e demarcações estabelecidas pelo monarcha hespanhol, e formou-se de cada cidade uma provincia. A de Buenos-Ayres manteve-se como cidade subalterna e dentro dos seus limites Santa-Fé, Entre-Rios, Corrientes e Montevideo, nomeando para cada uma das tres primeiras governadores até o anno de 1815, e em certos casos governadores de praça para a ultima. O mesmo succedeu com a provincia de Cuyo, que tinha por capital

toledo; Al, oubliant ses vrais intérêts et sa convenance, le gouvernement de Buenos-Ayres préfère, dans les questions avec le Paraguay, la force à la discussion et à un arrangement utile, le gouvernement du Paraguay emploiera, comme il est dit, à la défense de ses droits, la force qu'il a reçue de Dieu et de la nation.

Nonobstant cela, le gouvernement de la République du Paraguay doit à l'appréciation et au jugement des souverains et des nations qui lui ont reconnu le rang et les droits d'état souverain et indépendant; il doit à ses concitoyens, qui lui ont confié leurs destinées; il doit à son propre honneur une manifestation du bon droit et du juste titre avec lesquels il occupe et défend le territoire situé sur la rive gauche du Paraná; il doit, en cas de guerre, une preuve incontestable que ce n'est pas le gouvernement du Paraguay qui provoque et maintient le scandale d'une guerre perpétuelle, sans objet ni utilité, dans cette partie de l'Amérique.

Si la raison, l'équité et le bon sens, et non la force brutale, doivent fixer et régler les relations et les intérêts, et décider les questions des peuples et des États qui se sont formés dans l'Amérique depuis que celle-ci s'est séparée de l'Espagne, il est nécessaire d'être conséquent et de se soumettre aux précédents établis, aux faits préexistants ou historiques et aux principes proclamés par cette même révolution pour se justifier, et consacrer par elle comme des dogmes fondamentaux. De ces faits préexistants, de ces principes dogmatiques, la République du Paraguay déduit ses droits dans la question de territoire, de même que dans toutes celles que suscite le gouvernement de Buenos-Ayres.

Les peuples et les différentes parties de l'Amérique, avant de se séparer de leur métropole, avaient un souverain unique et absolu, un père commun pour ainsi dire, de qui ils avaient reçu, à leur origine, leurs institutions, la démarcation de leur territoire, leur juridiction, leur catégorie, etc., etc. Ce souverain était l'autorité suprême à laquelle tous obéissaient; c'était le lien qui unissait ces fractions ou parties hétérogènes et leur donnait un air de nation ou de famille. Ce souverain étant mort, cette autorité générale reconnue ayant cessé, ce lien d'union étant rompu, chaque membre de ce tout ou famille se considéra comme émancipé, et se maintint dans la possession de ce que le souverain ou père commun avait assigné ou adjugé à chacun.

Comme il était nécessaire de substituer l'autorité générale qui était tombée en décrépitude, et de créer un lien nouveau qui présentât en un tout ces fractions distinctes, celles-ci déclarèrent qu'étant elles-mêmes l'unique et véritable origine de toute souveraineté, l'autorité, pour être obéie, et obéie comme souveraine et générale, devait être créée et permise par elles. C'était, de ce point de vue, se considérer dans l'état primitif de la nature, antérieur à l'état social; c'était réaliser une abstraction, une supposition philosophique, une fiction au lieu de l'histoire. Mais cette théorie était effective et pratique; elle était indispensable pour expliquer et légitimer l'état social dans lequel les différentes sections de l'Amérique s'étaient constituées définitivement ou provisoirement; c'est de cet état, aussi idéal qu'on voudra, que ces mêmes sections ont déduit les principes et les éléments des diverses formes ou combinaisons qu'elles ont aujourd'hui. Voilà ce qui s'est dit et ce qui s'est fait à Buenos-Ayres, au Chili, au Pérou, à Caracas et au Mexique.

Par la force des actes et des dispositions du gouvernement espagnol, les provinces qui formaient l'ancien vice-royaume de Buenos-Ayres, et qui embrassèrent la révolution qui devait les séparer de la métropole, conservèrent pendant des années la circumscription, les limites et la juridiction que leur avait marquées le monarche espagnol; jusqu'à ce que, plus tard, des faits consommés et permis tacitement ou formellement, des conventions réciproques ou presunções, changèrent ou altérèrent la catégorie et les démarcations établies par le monarche espagnol, et que de chaque ville il se forma une province. Celle de Buenos-Ayres maintint comme villes subalternes et dans ses limites Santa-Fé, Entre-Rios, Corrientes et Montevideo, en nommant pour chacune des trois premières des lieutenants-gouverneurs jusqu'à l'année 1815, et, en certains cas, des gouverneurs de

Mendoza, com a de Tucuman, cuja capital era Cordova, etc., etc.

Temos pois um precedente inquestionavel em um facto historico que o governador de Buenos-Ayres reconhece e confessa, o qual e que, ao dissolver-se o antigo vice-reinado, cada uma das partes que o compunham ficou com o territorio e limites que o monarcha hespanhol havia marcado, limites e territorio que não se alteraram senão por actos e convenções posteriores, tacitas ou expressamente consentidas. O governador de Buenos-Ayres tem reconhecido e confessado official e solemnemente este facto; tem feito mais, tem o invocado e feito valer para fundar e sustentar os seus direitos.

Na mensagem que com data de 27 de dezembro ultimo (1847) apresentou a actual sala de representantes de Buenos-Ayres, publicada na Gazette n. 7251 de 7 de janeiro deste anno (1848), lê-se o seguinte trecho:

« O governo dirigio-se ao do Chile demonstrando-lhe os incontestaveis titulos e perfeitos direitos que tem a Confederação ao territorio em que se estabeleceu a colonia. *Della tem estado de posse, desde o tempo da monarchia hespanhola, o governo de Buenos-Ayres. »*

Não pôde fazer-se mais expressa e categorica confissão e reconhecimento do facto que o ter estado de posse de um territorio desde o tempo da monarchia hespanhola funda titulo incontestavel e perfeito direito de soberania. O governador de Buenos-Ayres não pôde sem uma inexcusavel e vergonhosa inconsequencia negar e desconhecer que o Paraguay tem o mesmo titulo e perfeito direito que elle invoca e quer fazer valer contra terceiro, se o Paraguay tem possuido o territorio em questão desde o tempo da monarchia hespanhola.

Na tambem um principio erigido em dogma da fe politica do governo de Buenos-Ayres e de todas as demais Republicas da America, e é que nenhuma autoridade pôde pretender que a reconhecida e lhe obediencia, a não ter sido creada e consentida por aquelles que devem obedecer-lhe. Se é este um dogma sagrado, seria uma insigne ingratidão querer que o Paraguay (prescindindo da sua qualidade de estado independente) reconheça e se submetta pela força a uma autoridade que, longe de ter concorrido para crear ou consentido em reconhecer, annunciou explicitamente desde os primeiros momentos da sua existencia politica que nunca reconheceria.

Que a provincia do Paraguay, quando fazia parte do vice-reinado, adjudicou o monarcha hespanhol o territorio das Missões, que hoje occupa, que o tem possuido, o que o governo creado em Buenos-Ayres depois da revolução, governo reconhecido e obedecido então por todas as provincias do que hoje se chama Confederação Argentina, consentio que continuasse a possuir, não o pôde desconhecer e negar quem esteja um pouco versado na historia antiga e moderna destes paizes.

A cidade da Assumpção, hoje capital da republica do Paraguay, fundada pelos Hespanhoes em 1536, foi tambem a capital de todo o imperio hespanhol nesta parte do Rio da Prata, comprehendendo na sua jurisdicção todo o territorio que hoje abraça a Confederação Argentina e grande parte do que é hoje a Bolivia.

Em 1630, oitenta e quatro annos depois, o mesmo monarcha hespanhol creou e estabeleceu o governo e bispado de Buenos-Ayres, separando do governo e jurisdicção do Paraguay o territorio que, durante o vice-reinado, formava a provincia de Buenos-Ayres e o das demais: dando-se a provincia e bispado de Buenos-Ayres dezasete povoações das trinta que compunham as Missões. A provincia do Paraguay continuou a estar debaixo da sua jurisdicção, todo o territorio que expressamente se lhe não tirou para o novo governo.

A imperfeita demarcação de limites desse governo e do bispado de Buenos-Ayres nas povoações de Indios das Missões para o exercicio das jurisdicções civil e ecclesiastica trouxe consigo conflictos e competencias sobre as quaes representou ao rei o bispo de Buenos-Ayres D. Fr. Pedro

place pour la dernière. Il en arriva de même pour la province de Guy, qui avait pour capitale Mendoza; pour celle de Tucuman, dont la capitale était Cordova, etc., etc.

Nous avons donc un précédent indisputable dans un fait historique que le gouverneur de Buenos Ayres reconnaît et avoue, c'est qu'à la dissolution de l'ancien vice-royauté chacune des parties qui la composaient demeura avec le territoire et les limites que le monarche espagnol avait fixés; limites et territoire qui n'ont été altérés que par des actes et des conventions postérieures, tacitement ou expressément consentis. Le gouvernement de Buenos-Ayres a reconnu et avoué officiellement et solennellement ce fait; il l'a invoqué et fait valoir pour fonder et soutenir ses droits.

Dans le message qu'à la date du 27 décembre dernier (1847) il a présenté à la chambre actuelle des représentants de Buenos-Ayres, publié dans la Gazette n. 7251, du 7 janvier de cette année (1848), on lit le passage suivant:

« Le gouvernement s'est adressé au gouvernement du Chili, en lui montrant les titres incontestables et les droits positifs qu'a la confédération au territoire au lequel s'est établie la colonie. *Le gouvernement de Buenos-Ayres en a été en possession dès le temps de la monarchie espagnole. »*

On ne peut faire plus expressé et plus categorique confession et reconnaissance du fait, que d'avouer que celui d'avoir été en possession d'un territoire depuis le temps de la monarchie espagnole fonde un titre incontestable et un droit positif de souveraineté. Le gouvernement de Buenos-Ayres ne peut, sans une inexcusable et honteuse inconsequente, nier et méconnaître que le Paraguay a le même titre et le même droit positif qu'il invoque et veut faire valoir contre un tiers, si le Paraguay a possédé le territoire en question depuis le temps de la monarchie espagnole.

Il y a aussi un principe erigé en dogme de la foi politique du gouvernement de Buenos-Ayres et de toutes les autres Republics de l'Amérique, c'est qu'aucune autorité ne peut prétendre qu'on la reconnaisse et qu'on lui obéisse sans avoir été créée et consentie par ceux qui doivent lui obéir. Si ce dogme est sacré, ce serait une insigne ingratitude de vouloir que (faisant abstraction de sa qualité d'état indépendant) le Paraguay reconnût, en s'y soumettant par la force, une autorité que, loin d'avoir concouru à créer ou consenti à reconnaître, il a, dès les premiers moments de son existence politique, annoncé explicitement qu'il ne reconnaîtrait jamais.

Que le monarche espagnol ait adjugé à la province de Paraguay, quand elle faisait partie de la vice-royauté, le territoire des Missions, qu'elle occupe aujourd'hui, qu'elle l'ait possédé, et que le gouvernement créé à Buenos-Ayres après la révolution, gouvernement reconnu et obéi alors par toutes les provinces qu'on appelle aujourd'hui Confédération Argentine, ait consenti qu'elle continuât à le posséder, c'est ce que ne peut méconnaître et nier quiconque est un peu versé dans l'histoire ancienne et moderne de ces pays.

La ville de l'Assumpción, aujourd'hui capitale de la République du Paraguay, fondée par les Espagnols en 1536, a été aussi la capitale de tout l'empire espagnol dans cette partie du Rio de la Plata, comprenant dans sa jurisdicção tout le territoire qu'aujourd'hui embrasse la Confédération Argentine, et une grande partie de ce qui est aujourd'hui la Bolivia.

En 1630, quatre-vingt-quatre ans après, le même monarche espagnol créa et établit le gouvernement et l'évêché de Buenos-Ayres, séparant du gouvernement et de la jurisdicção du Paraguay le territoire qui, pendant la vice-royauté, formait la province de Buenos-Ayres, et séparant aussi celui des autres provinces, en donnant à la province et évêché de Buenos-Ayres dix-sept peuplades des trente qui composaient les Missions. La province du Paraguay continua à rester sous sa jurisdicção, tout le territoire qu'on ne lui avait pas retiré expressément pour le nouveau gouvernement.

L'imparfaite demarcação des limites de ce gouvernement et de l'évêché de Buenos-Ayres dans les peuplades des Missions pour l'exercice des jurisdicções civile et ecclesiastique, apporta avec elle des rivalités, et des conflicts sur lesquels l'évêque de Buenos-Ayres, D. Fr. Pe-

Tajardo em carta de 6 de março de 1723. O rei, para decidir essas competencias, expedio um decreto ao bispo do Paraguay D. Fr. José Palos, datado em Madrid a 11 de fevereiro de 1724, mandando ao bispo do Paraguay que, acerca de limites de ambos os bispados, tratasse e se posesse de accordo com o bispo de Buenos-Ayres ou com a sede vacante, se a houvesse, e se regulassem pelas instituições das igrejas e pela posse e costume em que estivessem; e que depois de tratada e conferida, remettessem a sua resolução ao presidente e audiencia de Charcas, a quem se expedia a ordem conveniente para decidir essa pendencia.

Em vista desta ordem régia, os bispas Palos e Tajardo concordaram e convieram, o primeiro, por um acto de 30 de abril de 1726; e o segundo, tambem por um acto de 31 de julho do mesmo anno, em que o melhor meio para a acertada resolução no discernimento dos ditos limites... era depurar e designar pessoas de todo o criterio e zelo, de experiencia pratica e conhecimento formal de todos os lugares e paragens onde estão situadas as povoações das ditas missões, que possam dar o seu voto e parecer... sujeitando-se desde logo ao que os ditos deputados tratassem e ao parecer que dessem sobre esta materia.

Em execução deste compromisso, foram nomeados pelo bispo do Paraguay o padre superior José de Insaurralde, e pelo bispo de Buenos-Ayres o padre Anselmo de la Mata, tambem jesuita; os quaes accleraram e prestaram juramento ao cargo de juizes compromissarios, e nessa qualidade, reunidos na povoação da Candelaria, na margem esquerda do Paraná, a 8 de junho de 1727, declararam: Que a jurisdicção do bispado do Paraguay se estendia, sem outra o dominio civil, sem contradicção das S. S. governações de Buenos-Ayres, até as vertentes todas do rio Paraná, e a do bispado de Buenos-Ayres até as do rio Uruguay, que são as divisões de ambos os bispados; e que as povoações da Candelaria, S. Cosme e Santa Anna, sobre as quaes era o litigio, se achão no territorio do Paraguay.

Assim terminaram as competencias sobre limites entre os governos e bispados do Paraguay e Buenos-Ayres, segundo se depreheende dos documentos authenticos que se achão nos archivos da Assumpção. O governo e bispado desta provincia continuarão a considerar debaixo da sua jurisdicção esse territorio, que era uma parte das antigas Missões; a outra e maior parte dependia do governo e bispado de Buenos-Ayres, até que por decreto datado em Aranjuez a 17 de maio de 1803, erigiu o rei em todo esse territorio das antigas Missões um governo particular com total independencia dos governos do Paraguay e Buenos-Ayres, sob os quaes se achão divididas, diz o citado decreto. Nomeou-se para primeiro governador desse novo governo o tenente-coronel D. Bernardo de Velasco.

Por este decreto real que publicou a gazeta de Buenos-Ayres n. 6772 de 7 de maio de 1806, para provar que o Paraguay occupava o territorio que hoje possui, o Paraguay e Buenos-Ayres foram desapossados e perdêrão toda a jurisdicção no territorio das Missões, que até então estivera dividido entre ambos.

Em principios de 1806 D. Bernardo de Velasco, governador de Missões, foi nomeado governador do Paraguay, com retenção do governo de Missões. Assim é que elle se intitulava governador militar e politico, e intendente da provincia do Paraguay e das trinta povoações de Missões, de Indios Guaranis e Tapas do Paraná e Uruguay, etc. Por este acto reverteu a jurisdicção do governo do Paraguay o territorio das Missões. Isto são factos notorios. D. Bernardo de Velasco foi o ultimo governador hespanhol do Paraguay. Em maio de 1811 sobrevio a revolução do Paraguay, e cessou o dominio do governador Velasco.

O governo nacional que lhe succedeu, ainda que podia, pelo facto que acaba de mencionar-se, estender a sua jurisdicção a todo o territorio das Missões de que fora governador D. Bernardo de Velasco, quiz limitar-se a parte do territorio de Missões que possuia antes do real decreto de 1803 e creação do novo e particular governo de Missões, e continuou a guarnecer e defender essa parte.

dro Tajardo, et des représentations au roi dans une lettre du 6 mars 1723. Le roi, pour prononcer sur ces rivalités, expédia à l'évêque du Paraguay D. Fr. José Palos, un décret daté de Madrid le 11 février 1724, ordonnant à l'évêque du Paraguay qu'à l'égard des limites des deux évêchés il traitât et se mit d'accord avec l'évêque de Buenos-Ayres ou avec le siège vacant, s'il l'était, et que ces limites se réglassent par les institutions des églises et par la possession et coutume dans lesquelles elles seraient; et qu'après avoir traité et conféré leur résolution, ils la remissent au président et à l'audience de Charcas, à qui on expédiait l'ordre convenable pour décider cette affaire en litige.

En conséquence de cet ordre royal, les évêques Palos et Tajardo concordèrent et convierent, le premier par un acte du 30 avril 1726, et le second aussi par un acte du 31 juillet de la même année, que le meilleur moyen pour prendre une résolution certaine dans le discernement des dites limites était de dépurer et de désigner des personnes de jugement et zèle, de l'expérience pratique et de connaissance formelle de tous les lieux et parages où sont situées les peuplades dites Missions, qui pussent donner leur vote et leur opinion... se soumettant de suite à ce que les dits députés traiteraient et à l'opinion qu'ils donneraient sur cette matière.

En exécution de ce compromis furent nommés par l'évêque du Paraguay le père supérieur Joseph de Insaurralde, et par l'évêque de Buenos Ayres le père Anselme de la Mata, aussi jesuite, lesquels acceptèrent et prêtèrent serment à titre de juges compromissaires, et, en cette qualité, réunis dans la peuplade de la Candelaria, sur la rive gauche du Paraná, le 8 juin 1727, ils déclarèrent: que la jurisdicção de l'évêché du Paraguay s'étendait, ainsi bien que le domaine civil, sans contradiction de S. S. les gouverneurs de Buenos Ayres, jusqu'à tous les versants du fleuve Paraná, et celle de l'évêché de Buenos-Ayres jusqu'aux versants du fleuve Uruguay, qui sont les divisions des deux évêchés, et que les peuplades de la Candelaria, de S. Cosme et de St. Anne, sur lesquelles était le litige, se trouvent sur le territoire du Paraguay.

Ainsi se terminèrent les contestations sur les limites entre les gouvernements et les évêques du Paraguay et de Buenos-Ayres, suivant ce qui résulte des documents authentiques qui se trouvent dans les archives de l'Assumpção. Le gouvernement et l'évêché de cette province continueront à considerer sous leur direction ce territoire, qui était une partie des anciennes Missions; l'autre partie, plus grande, dépendait du gouvernement et évêché de Buenos-Ayres, jusqu'à ce que, par un décret daté d'Aranjuez le 17 mars 1803, le roi éleva dans tout ce territoire des anciennes Missions un gouvernement particulier avec indépendance totale des gouvernements du Paraguay et de Buenos-Ayres, sous lesquels elles se trouvent divisées, dit le susdit décret. On nomma pour premier gouverneur dans ce nouveau gouvernement le lieutenant-colonel D. Bernard de Velasco.

Par ce décret royal, que publia la Gazette de Buenos-Ayres n. 6772, du 7 mai 1806, pour prouver que le Paraguay occupait le territoire qu'il possède aujourd'hui, le Paraguay et Buenos-Ayres furent dépouillés et perdirent toute jurisdicção sur le territoire des Missions, qui jusqu'alors avait été divisé entre eux deux.

Au commencement de 1806, D. Bernard de Velasco, gouverneur des Missions, fut nommé gouverneur du Paraguay, en conservant le gouvernement des Missions. C'est ainsi qu'il s'intitulait gouverneur militaire et politique, et intendente de la province du Paraguay et des trente peuplades des Missions, des Indiens Guaranis et Tapas du Paraná et de Uruguay, etc. Par cet acte, le territoire des Missions retourna à la jurisdicção du gouvernement du Paraguay. Ce sont des faits notorios. D. Bernard de Velasco fut le dernier gouverneur espagnol du Paraguay. En mai 1811 survint la révolution du Paraguay et cessa la domination du gouverneur Velasco.

Le gouvernement national qui lui succéda, quoiqu'il pût, par le fait qui vient de se mentionner, étendre sa jurisdicção à tout le territoire des Missions dont avait été gouverneur D. Bernard de Velasco, voulut se limiter à la partie du territoire des Missions qu'il possédait avant le décret royal de 1803 et la création du nouveau et particulier gouvernement des Missions, et il continua à mettre garnison dans cette partie et à la défendre.

Tão sabido e conhecido era que o governo do Paraguay comprehendia na sua demarcação e limites o territorio de que agora o governo de Buenos Ayres, que os enviados da junta de Buenos Ayres, o general D. Manuel Belgrano e D. Vicente Anastasio Echevarria, nenhuma objecção fizeram a que a junta governativa do Paraguay oppunha-se a occupar e guarnecer esse territorio.

O governador de Buenos Ayres, que invoca sem cessar o tratado de 12 de outubro de 1811 para provar que o Paraguay é da Confederação Argentina, porque em um dos artigos desse tratado se encontra a palavra *federación*, devia reparar no art. 5º desse tratado para não imputar tão ligeiramente ao governo paraguayo a usurpação do territorio que occupa na margem esquerda do Paraná. No citado artigo reconhece-se muy explicitamente que o departamento de Candelaria, que é o terreno da disputa, estava na jurisdicção e limites da república.

Para mais facil intelligencia deste artigo que se vai transcrever, e de notar que por effeito sem duvida de pouca meditação, ou por não se conhecer bem na Europa a geographia desses paizes, ao originar-se o bispado de Buenos Ayres estendeu-se a sua jurisdicção ate ao districto de Pedro Gonzalez, que se acha sobre a direita do Paraná e perto da confluencia deste rio com o do Paraguay, e assignou-se ao curato da Ensenada da cidade de Corrientes: o que importava que o curato ficasse dividido por um fargo e caudaloso rio que tornava impossível a assistencia e auxilios do parochio.

Em virtude da decisao dos juizes compromissarios nomeados pelos bispos do Paraguay e Buenos Ayres, que declararam o rio Paraná com as suas vertentes por limites de ambos os bispados; e pelo que dispõe o art. 1º da real ordenação de intendentes, que a jurisdicção dos governadores se estenda ate os limites do bispado, D. Pedro Mello de Portugal, que foi governador do Paraguay e de, pois vice-rei de Buenos Ayres, dirigiu em 13 de janeiro de 1764 ao tenente governador de Corrientes, D. Alonzo de Quesada, uma carta prevenindo o cara que ordenasse ao commandante da guarda de Curapaiti (sobre o rio Paraguay e districto de Pedro Gonzalez), a *evacuasse, levasse as armas, munições e gente, para se ir a guarnição de Curapaiti por estar dentro dos limites do seu governo.*

O tenente governador de Corrientes recorreu ao vice-rei, a quem se dirigiu igualmente D. Joaquim Alos, que havia succedido a D. Pedro Mello no governo do Paraguay, sustentando seu preo a pretensão de Mello; D. Lazaro de Rivera, que succedea a Alos, sustentou identica pretensão, segundo se deprehende da sua carta ao vice-rei de 19 de junho de 1796. Esta questao estava pendente quanto ao direito; porém de facto o governo do Paraguay governava Curapaiti, e tinha provído de cura a parochia do districto de Pedro Gonzalez. Tal era o estado deste negocio ao começar-se a revolução. A junta governativa do Paraguay e os enviados da de Buenos Ayres quizeram decidir essa antiga competencia mandando o *status quo*, e ajustaram o art. 6º, cujo teor literal é o seguinte:

« Afim de precaver quanto seja possível toda a desavença entre os moradores de uma e outra provincia, motivada pela differença occorrida sobre a posse da povoação denominada *Pedro Gonzalez* que se acha situada deste lado do Paraná, continuará por ora da mesma forma que actualmente se acha, em virtude do que se encommenda ao cura da Ensenada da cidade de Corrientes não cause novidade alguma, nem se ingira no espirital da dita povoação, na intelligencia de que em Buenos Ayres se accordará com o Illm. Sr. bispo no que for conveniente ao cumprimento desta disposição interna, ate que com mais conhecimento se estabeleça no congresso geral a demarcação fixa de ambas as provincias por esse lado, devendo no demora ficar tambem por agora os limites desta provincia na forma em que actualmente se achão; encarregando-se consequentemente o seu governo de custodiar o departamento de Candelaria. »

« Il était tellement su et connu que le gouvernement du Paraguay comprenait dans sa demarcation et dans ses limites le territoire duquel on veut aujourd'hui le séparer, que les envoyés de la Junta de Buenos Ayres, le general D. Manuel Belgrano et D. Vincent Anastasio Echevarria, ne firent aucune objection a ce que la Junta gouvernatrice du Paraguay continuât à occuper ce territoire et à y mettre garnison. »

Le gouverneur de Buenos Ayres, qui invoque sans cesse le traité du 12 octobre 1811 pour prouver que le Paraguay est de la Confédération Argentine, parce que dans un des articles de ce traité on trouve le mot *fédération*, devait faire attention à l'article 5 de ce traité, pour ne pas imputer si légèrement au gouvernement paraguayen l'usurpation du territoire, qu'il occupe sur la rive gauche du Paraná. Dans l'article cité on reconnaît très-explicitement que le département de la Candelaria, qui est le terrain disputé, était dans la juridiction et dans les limites de la république.

Pour plus facile intelligencia de cet article, qui va se transcrire, il est a remarquer que, sans doute par l'effet de peu de méditation, ou parce qu'on ne connaît pas bien en Europe la géographie de ces pays, lors de l'érection de l'évêché de Buenos Ayres, on étendit sa juridiction jusqu'au district de Pedro Gonzalez, qui se trouve sur la droite du Paraná et près du confluent de ce fleuve avec celle du Paraguay, et on l'adjugea à la paroisse de Ensenada, de la ville de Corrientes; ce qui amenaient que la paroisse fut divisée par un large et caudaloso fleuve qui rendait impossibles l'assistance et les secours du curé.

En vertu de la décision des juges compromissaires nommés par les évêques du Paraguay et de Buenos Ayres, qui donnèrent le Paraná, avec ses vertentes, pour limites aux deux évêchés, et conformément à l'article 1º de l'ordonnance royale d'intendants, qui prescrivait que la juridiction des gouverneurs s'étende jusqu'aux limites de l'évêché, D. Pedro Mello de Portugal, qui fut gouverneur du Paraguay et ensuite vice-roi de Buenos Ayres, adressa le 13 janvier 1764, au lieutenant-gouverneur de Corrientes, D. Alonzo de Quesada, une lettre pour le prévenir d'ordonner au commandant de la garde de Curapaiti (sur la rivière Paraguay) et le district de Pedro Gonzalez) de l'évacuer *de munições, armas, munições et troupe, parce qu'il était pourvu à la garnison de Curapaiti, qui était dans les limites de son gouvernement.*

Le lieutenant-gouverneur de Corrientes recourut au vice-roi, à qui s'adressa également D. Joaquim Alos, qui avait succédé à D. Pedro Mello dans le gouvernement du Paraguay, en soutenant toujours la prétention de Mello; D. Lazaro de Rivera, qui succéda à Alos, soutint une prétention identique, selon ce qui résulte de sa lettre au vice-roi, du 19 janvier 1796. Cette question était pendente quant au droit; mais de fait le gouvernement du Paraguay mettait garnison à Curapaiti et avait pourvu le curé de la paroisse du district de Pedro Gonzalez. Tel fut l'état de cette affaire au commencement de la révolution. La Junta gouvernatrice du Paraguay et les envoyés de celle de Buenos Ayres voulurent décider cette ancienne rivalité en maintenant le *status quo*, et le conventionnel l'article 6, dont le tenor littéral est ce qui suit:

« Afim de precaver quanto seja possível toda a desavença entre os moradores de uma e outra provincia, motivada pela differença occorrida sobre a posse da povoação denominada *Pedro Gonzalez*, que se acha situada deste lado do Paraná, continuará por ora da mesma forma que actualmente se acha, em virtude do que se encommenda ao cura da Ensenada da cidade de Corrientes não cause novidade alguma, nem se ingira no espirital da dita povoação, na intelligencia de que em Buenos Ayres se accordará com o Illm. Sr. bispo no que for conveniente ao cumprimento desta disposição interna, ate que com mais conhecimento se estabeleça no congresso geral a demarcação fixa de ambas as provincias por esse lado, devendo no demora ficar tambem por agora os limites desta provincia na forma em que actualmente se achão; encarregando-se consequentemente o seu governo de custodiar o departamento de Candelaria. »

Do teor literal e expresso deste artigo resulto duas factos interversaveis. 1º. que em 1811 o Paraguay comprehendia nos seus limites o departamento de Candelaria. 2º. que o governo de Buenos Ayres reconhecendo por seus enviados essa posse e consentio que o Paraguay nella continuasse, impondo-lhe como uma consequencia della a obrigação de guarnecê-lo e custodiá-lo.

Apesar de tudo, o governador de Buenos Ayres diz que o Paraguay usurpa esse territorio, e Virasoro que jámais o teve, acrescentando que nunca o teve.

O supremo governo da república podia produzir mais factos e factos que demonstram o justo-titulo e bom-direito com que occupa esse territorio sobre a margem esquerda do Paraná, e a injusticia com que pretende despojá-lo a força o governo de Buenos Ayres; sem embargo disse que se fazera menção de um, porque é bastante recente e muy persuasivo.

Assistida a provincia de Corrientes em 1834 por haver o ditador Francia augmentado as forças que guarneciam a esquerda do Paraná, invocou o auxilio das forças do governo de Buenos Ayres em virtude do estipulado no art. 13 do famoso tratado de 4 de janeiro de 1811. A resolução da junta de representantes sobre esse negocio mostra a melhor que nada o julgo que formava do facto que sustentava Corrientes, e que nao era a força que devia decidir essa questao de territorio, nem tranquilisar a provincia de Corrientes. Esta desassombrou-se, e o governo de Buenos Ayres não arguiu de usurpação o acto de guarnecer esse territorio.

Se apesar de tão solidos fundamentos como os que se expozem o direito e a occupação desse territorio por parte do governo do Paraguay; se apesar do precedente historico que o mesmo governo de Buenos Ayres invoca de haver-se respeitado e de ver-se, respeito a demarcação do territorio que o soberano havia dado; se contradizendo a dogma politico da necessidade de concurrencia e consentimento em crear e obedecer a uma autoridade, o governador de Buenos Ayres quer proceder com o Paraguay de modo diverso, daquelle por que procedem com as provincias da Confederação, a quem se convyria a adherir a liga que se estabelecia o tratado de 4 de janeiro, deixando-se-lhes por consequente a liberdade de darem ou recusarem a sua adhesão, ao passo que ao Paraguay se lhe applicava esse tratado com uma mão e com um pedral na outra se lhe diz: *accipit ou nonne*, o governo do Paraguay não trepida; firma na justica da sua causa, não dá ao poder e recursos da república, e contanto com a protecção do ceo não se submitta a essa ignominia e defendera ate ao ultimo extremo o seu territorio e os seus direitos; e se a Providencia nos seus altos julgamentos resulto que se perca, terá salvado a sua honra e merecido ao mundo que era digno da independencia que proclamou ha trinta e sete annos.

Villa do Pilar, fevereiro 12 de 1848. — CARLOS ANTONIO LOPEZ.

A publicação que faz o *Paraguay Independente* n. 73, periódico publicado na Assumpção, do manifesto que precede e dos documentos que nelle se citão, aggrega o seguinte periodo as seguintes observações:

O manifesto do supremo governo da república collocou no ponto de vista mais luminoso o bom direito e justo titulo com que possui o dize de territorio que o official argentino Virasoro mandava tão imperiosamente evacuar; publicamos os documentos e peças que comprehendem os factos que o manifesto invoca, e examinaremos de passagem os que a gazeta de Rosas tem publicado para provar que o Paraguay *usurpa esse territorio.*

O manifesto de S. Ex. o Sr. presidente descoberce receios que essa questao de territorio e limites venha a ser o pretexto e preliminar de um ataque a independencia da república; recelo muy fundado e justo, diga o que quizer o governador de Buenos Ayres da sua decantada *moderación* e dos seus fins *sentimientos de fraternal amizade* para com esta república que elle chama provincia.

De la tenor literal e expresso de cet article il résulte deux faits incontestables: 1º. qu'en 1811 le Paraguay comprenait dans ses limites le département de la Candelaria; 2º. que le gouvernement de Buenos Ayres par ses envoyés a reconnu cette possession et a consenti à ce que le Paraguay la continuât, en lui imposant, comme en étant une conséquence, l'obligation de pourvoir à la défense et aux soins de ce département.

Malgré tout, le gouverneur de Buenos Ayres dit que le Paraguay *usurpe* ce territoire, et le Virasoro dit que jamais il ne l'eut, en ajoutant qu'il ne l'*aura jamais*.

Le gouvernement suprême de la république pourrait produire plus de données et de faits qui démontreraient le juste titre et le bon droit avec lesquels il occupe ce territoire sur la rive gauche du Paraná, et l'injustice avec laquelle le gouvernement de Buenos Ayres prétend le dépouiller de force; mais il ne veut faire mention que d'un seul fait, parce qu'il est assez récent et très-persuasif.

En 1834, effrayé de ce que le dictateur Francia avait augmenté les forces qui garnissaient la gauche du Paraná, la province de Corrientes invoqua le secours des forces du gouvernement de Buenos Ayres, en vertu de la stipulation de l'article 13 du fameux traité du 4 janvier 1811. La résolution de la junta des représentants sur cette affaire montre mieux que toute chose le jugement qu'elle formait du fait qui alarmait Corrientes, et que ce n'était pas la force qui devait décider cette question de territoire ni tranquiliser la province de Corrientes. Celle-ci se tranquillisa, et le gouvernement de Buenos Ayres ne taxa pas d'usurpation l'acte de mettre garnison sur ce territoire.

Si, malgré des fondements aussi solides que ceux qui appuient le droit et l'occupation de ce territoire de la part du gouvernement du Paraguay; si, malgré le précédent historique, que le gouvernement même de Buenos Ayres invoque, d'avoir respecté et de devoir respecter la démarcation et le territoire que le souverain avait données; si, contredisant le dogme politique de la nécessité de concourir et de consentir à ce qu'une autorité et à lui obéir, le gouvernement de Buenos Ayres veut procéder avec le Paraguay d'une manière différente de celle dont il a procédé envers les provinces de la Confédération, qu'on invitait à adhérer à l'alliance qu'établissait le traité du 4 janvier, leur laissant par conséquent la liberté de donner ou de refuser leur adhésion, tandis qu'on présente au Paraguay ce traité d'une main et un poignard de l'autre, en lui disant: *accipit ou nonne*, le gouvernement du Paraguay ne tremble pas; fait de la justice de sa cause, confiant dans la puissance et dans les ressources de la république, et comptant sur la protection du ciel, il ne se soumettra pas à cette ignominie et défendra jusqu'à la dernière extrémité son territoire et ses droits; et si la Providence, dans ses suprêmes jugements, a résolu qu'il succombe, il aura sauvé son honneur et mérité au monde qu'il était digne de l'indépendance qu'il a proclamée il y a trente-sept ans.

Villa du Pilar, le 12 février 1848. — CARLOS ANTONIO LOPEZ.

A publicação que fait le *Paraguayen Independent* n. 73, journal publié à l'Assumpção, du manifesto qui précède et des documents qu'on y cite, le *suadit journal* ajoute les observations suivantes:

Le manifesto du gouvernement suprême de la république a placé sous le point de vue le plus lumineux le bon droit et le juste titre avec lesquels il possède et défend le territoire que l'officier de Corrientes Virasoro ordonnait si imperieusement d'évacuer; nous publions les documents et les pièces qui confirment les faits que le manifesto invoque, et nous examinerons en passant ceux que la *Gazette* de Rosas a publiés pour prouver que le Paraguay *usurpe ce territoire.*

Le manifesto de S. Ex. M. le Président montre des craintes que cette question de territoire et de limites ne vienne à être le prétexte et le préliminaire d'une attaque contre l'indépendance de la république; craintes très-fondées et très-justes, quel que puisse être le gouverneur de Buenos Ayres de sa *modération* et de ses *sentiments délicats d'amitié fraternelle* envers cette république, qu'il appelle province.

Não são promessas de governo como o da ditadura de Buenos-Ayres que podem ou devem desavasar o governo do Paraguay. Maximas de simples bom senso ensinam que aquelle que pode fazer o mal, quer e quererá sempre fazer o bem; e que aquelle que pela superioridade real ou presumida de suas forças e pela sua posição geographica pôde fazer o mal, é o nosso inimigo natural; e todas estas condições concorrem no governador Rosas, que cuida em torna-las effectivas, prevalecendo da sua posição geographica. Como poderemos pois ficar-nos de promessas por mais solennas que ellas sejam?

O governador Rosas na sua ultima mensagem de 27 de dezembro proximo passado (1847) publicada na *Gazeta* n. 7251 de 7 de janeiro deste anno (1848) repete com effeito a promessa de que as *armas da Confederação não invadirão a provincia do Paraguay*. Porém ao lado dessa promessa põe-nos a advertencia de que não a acreditemos.

Não queremos que nos accusem de excessiva suspeição; vamos apresentar aos nossos compatriotas o trecho da mensagem em que se acha a promessa e o elogio da sua moderação; só accrescentaremos uma ou outra ligeira reflexão. O trecho da mensagem é o seguinte:

« O governo da provincia do Paraguay ainda abriga o insensato desingho de segrega-la da Confederação (*). Tem continuado a praticar actos hostis a republica, e tem celebrado tratados bellicos contra esta com os rebeldes selvagens unitarios, até pouco tempo antes da completa derrota destes. A actos taes oppõe o governo a constante moderação com que sempre tem caracterizado a sua marcha para com aquella provincia; não cessando de affiancar-lhe finos sentimentos de fraternal amizade; disposto a cooperar de todo o seu poder ao cumprimento do pacto federativo para o engrandecimento e progressos dos seus habitantes, ao anhelo de conservar-lhes os direitos soberanos e integridade da republica. Mantém a segurança que sempre tem dado e sustentado firmemente de que as armas da Confederação não invadirão a provincia do Paraguay, e sente que sendo este facto tão publico, o seu governo tenha inutilmente em armas os Paraguayos sob um pretexto notoriamente destituido de exactidão e fundamento. »

Esta é a que pede reflexão. Se a promessa de não inquietar o Paraguay com as armas é sincera, a que vem essa imputação e calumnia tão atroz de que o governo do Paraguay tem continuado a praticar actos hostis e tem celebrado tratados bellicos com os rebeldes selvagens unitarios do Corrientes até pouco antes da sua completa derrota? Quem é o homem que não advirte que se anticipa essa calumnia para agglomerar motivos de queixa e preparar-se um justo motivo de rompimento? que essa accusação tão falsa se faz para se justificar ante a opinião das nações e realçar a sua pretendida moderação? Quem, por mais candido que seja, não reconhece que essa promessa, após uma accusação tão gratuita e injusta, não tem mais objecto do que inspirar uma falsa e torpe confiança?

O governador Rosas sabe que o supremo governo da republica não tem commettido acto algum hostile desde que expediu o seu decreto de 15 de setembro de 1846 (†), que nenhum tratado fez com os Madariagas. Para que pois estampa essa calumnia? Porque sabe que a calumnia é como o carvão, que quando não queima sempre tizna, e que que o governo da republica carregue com essa culpa no juizo das nações.

Accusa o supremo governo da republica por ter inutilmente em armas os Paraguayos sob um pretexto notoriamente destituido de fundamento. Cuius S. Ex. o Sr. presidente da republica na necessidade em que incorrerão os Madariagas de desarmar-se fiados nas palavras, e verá o que succede ao Paraguay. O governador Rosas e a sua *Gazeta* qualificão o supremo governo da republica de *insensato e desarmado*, porque sustenta com firmeza a in-

(*) Separar ou dividir o que está unido. O Paraguay nunca o esteve nem por um momento a Confederação Argentina.

« Co se sont pas des promesses de gouvernement comme celui de la dictature de Buenos-Ayres qui peuvent servir à rassurer le gouvernement du Paraguay. Les maximes de simple bon sens nous apprennent que celui qui peut nous faire du mal veut et voudra toujours nous en faire, et que celui qui, par la supériorité réelle ou supposée de ses forces et par sa position géographique peut nous faire du mal, est notre ennemi naturel; et toutes ces conditions concourent dans le gouverneur Rosas, qui cherche à les rendre effectives, en se prévalant de sa position géographique. Comment pourrions-nous nous fier à des promesses, quelque solennelles qu'elles soient? »

« Le gouverneur Rosas, dans son dernier Message du 27 décembre passé (1847), publié dans la *Gazette* n. 7251, le 7 janvier de cette année (1848), répète en effet la promesse que les *armes de la Confédération n'envahiront pas la province du Paraguay*. Mais à côté de cette promesse, il nous donne l'avertissement de ne pas y croire. »

Nous ne voulons pas qu'on nous accuse de méfiance excessive; nous allons présenter à nos compatriotes le passage du Message dans lequel se trouvent la promesse et l'éloge de sa modération; seulement nous ajouterons quelques légères réflexions. Le passage du Message est le suivant:

« Le gouvernement de la province du Paraguay entretient encore le projet insensé de la séparation de la Confédération (*). Il a continué à pratiquer des actes hostiles à la république, et a conclu contre celle-ci des traités belliqueux avec les sauvages unitaires rebelles, même peu de temps avant la complète déroute de ces derniers. A de tels actes le gouvernement oppose la constante modération qui a toujours caractérisé sa conduite envers cette province; il ne cesse de l'assurer de ses sentiments délicats d'amitié fraternelle; disposé à coopérer, selon les prescriptions du pacte fédératif, à l'agrandissement et aux progrès de ses habitants, il désire seulement conserver intacts les droits souverains et l'intégrité de la république. Il maintient l'assurance qu'il a toujours donnée et soutenue loyalement que les armes de la Confédération n'envahiront pas la province du Paraguay, et il regrette que, ce fait étant si public, son gouvernement tienne inutilement les Paraguayens en armes sous un prétexte notoirement dépourvu d'exactitude et de fondement. »

Voici ce qui demande réflexion. Si la promesse de ne pas inquiéter le Paraguay par les armes est sincère, que signifie cette imputation et cette calomnie si atroce de que le gouvernement du Paraguay a continué de pratiquer des actes hostiles et a conclu des traités belliqueux avec les sauvages unitaires rebelles de Corrientes, même peu de temps avant leur complète déroute? Quel est l'ignorant qui ne remarque pas que cette calomnie est avancée pour agglomérer des motifs de plainte et pour se préparer à un juste motif de rupture? qu'on fait cette accusation si fautive pour se justifier devant l'opinion des nations et pour rebaisser sa prétendue modération? Quel homme quelque simple qu'il soit, ne reconnaît pas que cette promesse, après une accusation si gratuite et si injuste, n'a d'autre objet que d'inspirer une fausse et honteuse confiance?

Le gouverneur Rosas sait que le gouvernement suprême de la république n'a commis aucun acte hostile depuis qu'il a rendu son décret du 15 septembre 1846 (†), qu'il n'a fait aucun traité avec les Madariagas. Pourquoi donc imprime-t-il cette calomnie? Parce qu'il sait que la calomnie est comme le charbon, qui, quand il ne brûle pas, noircit toujours, et il veut que le gouvernement de la république porte cette faute dans l'opinion des nations.

Il accuse le gouvernement suprême de la république de tenir inutilement les Paraguayens en armes sous un prétexte notoirement destituido de fundamento. Quo son Ex. M. le président de la république fasse la part qu'ont commise les Madariagas de se désarmer parce qu'ils ont eu confiance dans les paroles, et il verra ce qui arrive au Paraguay. Le gouverneur Rosas et sa *Gazette* qualifient le gouvernement suprême de la république d'insensé et d'imprudent.

(*) Separar ou dividir o que está unido. La Paraguay ne le fut jamais un seul moment a la Confédération Argentina.

dependencia e direitos da sua nação. Se S. Ex. o presidente Lopez, perdendo o acco do e resignando-se a carregar com a maldição dos seus concidadãos, tivesse a fraqueza de ceder as exigencias de Rosas, receberia no mesmo instante a patente de homem cordato, *ilustrado, sensato*; e os Paraguayos, a quem a *Gazeta* chama hoje *insensatos e rebeldes*, seriam os homens mais cultos, *valentes, ilustrados, etc.* Porém o nosso supremo governo tem demasiado talento e intelligencia, e os Paraguayos um solidissimo bom senso para se deixarem levar por palavras. E na verdade, como se ha de ter confiança nas promessas de um governo cujas obras estão em completa contradicção com suas palavras? cuja *Gazeta* mente com a maior liberdade e despejo? como dar credito a promessas taes quando os agentes desse governo no estrangeiro e a sua *Gazeta* no interior estão assegurando o contrario do que elle promette?

Que Paraguayos haverá olvidado a carta que um tal Alfredo Mallalieu, um dos peões de Rosas em Inglaterra, publicou em Londres como dirigida ao conde de Aberdeen e que publicou a *Gazeta* n. 6176 (4). « *Pela minha parte estou persuadido, Mylord, se dizia nessa carta, de que não está distante a época em que o Paraguay se reincorporará pela força das circunstancias ou das armas ao domínio do antigo vice-reinado.* » A *Gazeta*, perflitando este documento, annuncia-nos tambem o seu pensamento. E depois de tudo isto, pôde o governo da republica fiar-se em promessas?

Natrimos a convicção de que nem a força das circunstancias nem a das armas submetterão o nosso supremo governo as exigencias de Rosas. Preferiríamos outros tantos annos de reclusão a ligar-nos a esse fantasma de federação que não existe nem jamais existirá.

(N. 73 do Paraguay Independente de 19 de fevereiro de 1848.)

A publicação das peças e documentos que apoiam os factos que invoca o manifesto do Sr. presidente sobre o direito da republica ao territorio da esquerda do Paraná apresenta-nos a oportunidade de offerecer aos nossos compatriotas algumas observações que os ponhão em estado de conhecer bem o caracter e politico do governador de Buenos-Ayres; demonstrarão a importancia e correlação das peças que publicamos para a questão de territorio e limites, e de analysar de passagem, as que a *palavra* *Gazeta* de Rosas tem publicado com o intuito de provar que o Paraguay *detem, usurpa esse territorio.*

Comecemos por uma observação, que naturalmente deve ser a primeira, que salta ao espirito de quem por qualquer motivo fixar a sua attenção nas questões que o governador de Buenos Ayres suscita ao Paraguay. As palavras e obras deste governador; a conducta que observa e sustenta para com o Paraguay, e a que o mesmo tem solennemente e repetidas vezes prometido observar para com as provincias do que chamão *confederação*, se se deesse o caso em que hoje se encontra o Paraguay, apresentão um contraste e opposição tão notavel e violenta que chama forçosamente a attenção ainda do homem mais leviano.

Lendo-se as notas que o governador Rosas tem dirigido ao supremo governo do Paraguay, e o que diz toda a vez que falla oficialmente deste país; e vendo-se o que com elle pratica, applica se lhe sem querer o que contão que Napoleão disse de um gabinete do continente: « *Este gabinete possui perfeitamente a arte de acaliciar com palavras e assassinar com obras.* »

Com effeito, recordem-se os termos de que abunda a primeira nota com que o governador de Buenos-Ayres em 26 de abril de 1845 contestou a que o supremo governo da republica lhe dirigiu, assim como a todos os governos dos estados vizinhos, annunciando-lhe as resoluções do congresso geral de novembro de 1843; recorra-se nas diferentes mensagens daquelle tempo as passagens em que se refere a sua *querida provincia argentina* do Paraguay, e ver se ha que apura os termos da rica lingua castellana para expressar a viveza e ternura do seu amor pelo Paraguay: ou seus sentimentos são *da mais fina, cor-*

parce qu'il soutient avec fermeté l'indépendance et les droits de sa nation. Si S. Exc. le président Lopez, perdant la présence d'esprit et se résignant à supporter la malediction de ses concitoyens, avait la faiblesse de céder aux exigences de Rosas, il recevrait au même instant le brevet d'homme sage, instruit, sensé, et les Paraguayens, que la *Gazette* appelle aujourd'hui *semi-barbares*, seraient les hommes le plus éclairés, les plus vaillants, les plus illustres, etc. Mais notre gouvernement suprême a trop de talent et d'intelligence, et les Paraguayens ont un trop solide bon sens pour se laisser entraîner par des paroles. Et en vérité, comment peut-on avoir confiance dans les promesses d'un gouvernement dont les œuvres sont en complète contradiction avec ses paroles? dont la *Gazette* ment avec le plus grand sang froid et la plus grande audace? Comment s'ajouter foi à de telles promesses quand les agents de ce gouvernement à l'étranger, et sa *Gazette* dans l'intérieur, assurent le contraire de ce qu'il a promis?

Que! Paraguayen aura oublié cette lettre qu'un certain Alfredo Mallalieu, un des agents de Rosas en Angleterre, publia à Londres comme dirigée au comte de Aberdeen, et que publia la *Gazette* n. 6176 (4)? « Pour ma part, je suis persuadé, mylord, disait dans cette lettre, que l'époque n'est pas éloignée à laquelle le Paraguay s'incorporera par la force des circonstances ou des armes au domaine de l'ancienne vice-royauté. » La *Gazette*, adoptant ce document, nous annonçait aussi sa pensée. Et après tout cela le gouvernement de la république peut-il se fier à des promesses?

Nous conservons la conviction que ni la force des circonstances ni celle des armes ne soumettront notre gouvernement suprême aux exigences de Rosas. Nous préferirions trente autres années de réclusion à nous unir à ce fantôme de fédération qui n'existe ni n'existera jamais.

(N. 73 du Paraguay Independant du 19 février 1848.)

La publication des pièces et documents qui appuient les faits qu'invoque le manifesto de M. le président sur le droit de la république au territoire de la gauche du Paraná, nous présente l'occasion d'offrir à nos compatriotes quelques observations qui les mettent en état de bien connaître le caractère et la politique du gouverneur de Buenos-Ayres; de démontrer l'importance et la corrélation des pièces que nous publions sur la question de territoire et de limites, et d'analyser en passant celles que la habileuse *Gazette* de Rosas a publiées dans le but de prouver que le Paraguay *detient, usurpe ce territoire.*

Commençons par une observation qui doit naturellement être la première qui se présente à l'esprit de celui qui par un motif quelconque fixera son attention sur les questions que le gouverneur de Buenos-Ayres suscite au Paraguay. Les paroles et les œuvres de ce gouverneur, la conduite qu'il observe et qu'il soutient envers le Paraguay, et celle que le même gouverneur a solennellement et tant de fois promis d'observer envers les provinces de ce qu'on appelle *Confédération*, si l'on admet le cas dans lequel se trouve le Paraguay, présentent un contraste et une opposition notable et violente qui attire forcément l'attention même de l'homme le plus léger.

En lisant les notes que le gouverneur Rosas a adressées au gouvernement suprême du Paraguay, et ce qu'il dit chaque fois qu'il parle officiellement de ce pays, et en voyant ce qu'il pratique à son égard on lui applique, sans le vouloir, ce qu'on raconte que Napoléon dit d'un cabinet du continent: « *Ce cabinet possède parfaitement l'art de caresser avec des paroles et d'assassiner avec des actions.* »

En effet, qu'on se rappelle les termes dont abonde la première note par laquelle le gouverneur de Buenos-Ayres, le 26 avril 1845, contesta celle que le gouvernement suprême de la république lui adressa, ainsi qu'à tous les gouvernements des états voisins, en lui annonçant les résolutions du congrès général de 1843; qu'on recoure aux différents messages de ce temps, aux passages dans lesquels il se réfère à sa *chère province argentine* du Paraguay, et on verra qu'il épuise les termes de la riche langue castillane pour exprimer la vivez et la tendresse de son amour pour le Paraguay: ses sentiments sont

da benevolencia para com o povo paraguayo. Se não accede ao reconhecimento da sua independencia, e com um pezar intenso e só obrigado por um forçoso dever, que não lhe permite deixar-se levar pela sua amistade, cordial disposição. Offerece em prova da sinceridade dos seus sentimentos enviar um agente confidencial que represente os gravissimos inconvenientes da independencia do Paraguay; e no art. 2º do Memorandum que acompanhou essa nota, depois de ponderar muito ao inclito Paraguay sobre esse particular, conclue com que era preciso concordar sobre algum pe solidu; o que deixava entrever que era possível um convenio e ajuste amigavel lago que se encontrasse um pe solidu.

Não mostra tudo isto a mais viva e terna solicitude pela felicidade do povo paraguayo? Que dogra! que amabilidade! Parece que se está escutando um desses emes tão raros como Phenix, extremamente bondadosos, benéficos e serviaes, que sentem uma verdadeira tortura quando se achão em absoluta impossibilidade de prestar o serviço que lhes pede um amigo.

Em nota de 27 de março de 1844 dizia o mesmo governador Rosas que enquanto dependesse do governo argentino o commercio, as relações de amizade e o progresso da sincera sympathia entre ambos os países, não seriam perturbados de modo algum.

Pois bem: nem o governador de Buenos-Ayres se tem lembrado do agente confidencial que offereceu, nem tem procurado ver se havia esse pe solidu sobre o qual era necessario concordar com o Paraguay; e desde o março de 1844, em que a-segurou que de modo algum seria perturbado o commercio com o Paraguay, não permitiu que se despachassem embarcações de Buenos-Ayres para o Paraguay até agosto desse mesmo anno.

Desde 1830, em que o governador Rosas subiu pela primeira vez ao mando da provincia de Buenos-Ayres, promoveu pactos e tratados já com Corrientes, já com Santa-Fé e Entre Rios. Em todos estes tratados estipuláramo o governador Rosas e os dessas provincias que, no caso inesperado de alguma provincia (*) recusar a sua concurrencia a liga a que se compromettido (Buenos-Ayres e Corrientes), isso não alteraria de modo algum as relações de amizade.

No art. 12 do famoso e sempre invocado tratado de 4 de janeiro de 1831 diz-se expressamente fallando das demais provincias: a Qualquer provincia que queira entrar na liga, etc. Na quinta attribuição das que esse mesmo tratado confere a comissão representativa, que creava, porém que não existe porque não convem ao governador Rosas, encarregava-e a essa comissão de convidar todas as provincias, quando estejem no gozo de plena liberdade e tranquillidade, a reunirem-se em federação.

Claro fica pois que o governador de Buenos-Ayres, assim como os demais governadores que ajustaram e concluíram esses tratados, reconhecerão a cada provincia a liberdade de entrar ou não na liga que formavam, e depois na federação que esta ainda por formar-se ha dezotto annos. Avançarão a mais: previrão o caso que hoje se apresenta de uma provincia que não quer entrar na liga, e disserão que ainda nesse caso não alterarão as relações de amizade com essa provincia.

Apezar de tudo, o governador Rosas não deixa ao Paraguay a liberdade que reconhecerão as provincias de entrar ou não na liga; e como não é elle o encarregado de convidar, mas sim uma comissão que não existe, não convida, mas quer obrigar. Impõe-lhe o tratado de 4 de janeiro de 1831 sem discussão (**), e porque não accede, primeiro embarca e depois proscree o commer-

(*) O art. 2º do tratado de 23 de março de 1820 entre Buenos Ayres e Corrientes, diz: «No caso inesperado de que a provincia de Entre Rios recusar a sua concurrencia a celebração do tratado de que falla o art. 4º (em tratado de liga officiosa e definitiva), obriga-se-lhe, sem embargo disso, as outras tres provincias, sem que por tal motivo se alterem de modo algum as relações de amizade que actualmente existem com aquella.»

(**) Gaceta n. 6772, de 7 de maio de 1847.

de la plus delicate, de la plus cordiale bienveillance envers le peuple paraguayen. S'il n'accède pas à la reconnaissance de son indépendance, c'est avec un vif regret, et seulement forcé par un devoir indispensable, qui ne lui permet pas de se laisser entrainer par son amitié, et sa cordiale disposition. Pour preuve de la sincérité de ses sentiments, il offre d'envoyer un agent confidencial qui représente les très-graves inconvenients de l'indépendance du Paraguay; et dans l'article 2º du memorandum qui accompagne cette note, après avoir recommandé au Paraguay de réfléchir beaucoup sur ce sujet, il conclut qu'il fallait traiter sur quelque base solide; ce qui laisse entrevoir qu'une convention et un arrangement amiables étaient possibles du moment qu'on trouverait une base solide.

Tout cela ne montre-t-il pas la plus vive et la plus tendre sollicitude pour le bonheur du peuple paraguayen? Quelle douceur! quelle amabilité! Il semble qu'on entend un de ces êtres, aussi rares que le Phenix, extrêmement bons, bienfaisants et serviables, qui éprouvent une véritable torture quand ils se trouvent dans l'impossibilité absolue de rendre le service que leur demande un ami.

Dans une note du 27 mars 1844, le même gouverneur Rosas disait qu'autant qu'il dépendrait du gouvernement argentin, le commerce, les relations d'amitié et le progrès de sincère sympathie entre les deux pays ne seraient troublés d'aucune manière.

Eh bien! le gouverneur de Buenos-Ayres ni ne s'est souvenu de l'agent confidencial qu'il a offert, ni n'a cherché à voir s'il y avait une base solide sur laquelle il était nécessaire de s'accorder avec le Paraguay; et depuis le mois de mars 1844, époque à laquelle il assura que d'aucune manière le commerce avec le Paraguay ne serait troublé, il ne permit pas qu'on dépêchât des embarcações de Buenos-Ayres pour le Paraguay jusqu'au mois d'août de cette même année.

Depuis 1830, que le gouverneur Rosas s'éleva pour la première fois au commandement de la province de Buenos-Ayres, il a provoqué des pactes et des traités, soit avec Corrientes, soit avec Santa-Fé et Entre-Rios. Dans tous ces traités le gouverneur Rosas et ceux de ces provinces stipulerent que, dans le cas inattendu où quelque province (*) refuserait de concourir à l'alliance à laquelle elles s'engageaient (Buenos-Ayres et Corrientes), cela n'altérerait d'aucune façon les relations d'amitié.

Dans l'article 12 du fameux traité du 4 janvier 1831, toujours invoqué, on dit expressément, en parlant des autres provinces: «quelque province qui veuille entrer dans l'alliance, etc.» Dans la cinquième des attributions que ce même traité confère à la commission représentative qu'il créait, mais qui n'existe pas parce que elle ne convem au gouverneur Rosas, on chargeait cette commission d'inviter toutes les provinces, quand elles seraient en jouissance de pleine liberté et tranquillité, à se réunir en confédération.

Il est donc clair que le gouverneur de Buenos-Ayres, ainsi que les autres gouverneurs qui convinrent de ces traités et les conclurent, ont reconnu à chaque province la liberté d'entrer ou non dans l'alliance qu'ils formaient, et ensuite dans la fedération qui depuis dix-huit ans se forme encore à se former. Ils prévirent plus loin: ils prévirent le cas, qui se présente aujourd'hui, d'une province qui ne veut pas entrer dans l'alliance, et ils dirent que, même dans ce cas, ils n'altéreraient pas les relations d'amitié avec cette province.

Malgré tout, le gouverneur Rosas ne laisse pas au Paraguay la liberté qu'il a reconnue aux provinces d'entrer ou non dans cette alliance; et comme ce n'est pas lui qui est chargé d'inviter, mais bien une commission qui n'existe pas, il n'invite pas, mais il veut forcer. Il impose le traité du 4 janvier 1831 sans discussion (**), et parce qu'il n'accepte pas, d'abord il embarque et ensuite

(*) L'article 2º du traité du 23 mars 1820 entre Buenos Ayres et Corrientes dit: «Dans le cas inattendu où la province de Entre Rios refusait de concourir à la stipulation du traité dont parle l'article 4º (un traité d'alliance officieuse et définitive), les trois autres provinces, sans que par ce motif se alterent en aucune manière les relations d'amitié qui existent actuellement avec elle.»

(**) Gaceta, n. 6772, du 7 mai 1847.

proscree le commerce paraguayen; il décrédite ce pays et son gouvernement, le menace, et, se prévalant de sa position géographique à l'embarcadura do rio, faz-lhe a unica guerra que pode fazer-lhe.

Não é possível fazer-se uma inconsequencia mais evidente, uma contradicção mais palpavel de palavras e de obras; porém o que sobretudo offende e indigna é que se queira cobrir com o nome de sua benevolencia de moderada o procedimento inaudito, insolito, de proscree os productos da republica, e como se se propozera a zombar do bom senso e de todos os principios que regem o juizo dos homens sensatos, se queira persuadir ao mundo que semelhante modo de obrar não é incompativel com a paz e com as disposições de fraternal amizade de que se trata o governador Rosas.

A Gaceta, para desculpar tão vergonhosa contradicção, diz que o governo do Paraguay obrigou o governador Rosas a tomar essas medidas hostis, porque ajustou com o governo de Corrientes a convenção de 2 de dezembro de 1844. Os homens imparciaes que virem essa convenção que transcreveremos, dirão se não é inteiramente innocente, se não está redigida com uma precisão tão escrupulosa e sãbia, que removeu tudo o que de algum modo poderia favorecer ou prejudicar a uma ou outra das partes contendentes; nada deu a Corrientes, nada tirou a Buenos-Ayres, antes o favoreceu muito; não fez mais do que estabelecer de um modo claro e explícito o que rigorosamente se deve a um neutral.

Porém, pondo de parte tudo isto, e suppondo que o governo do Paraguay ao ajustar essa convenção se houvesse desviado dos seus deveres de neutral, o governador de Buenos-Ayres, para ser consequente com as suas palavras de fina e cordial benevolencia, devia, antes de expedir os seus furiosos decretos de proscricção dos frutos e productos paraguayos, pedir explicações, deduzir as suas queixas, fundar os seus agravios, e ultimamente exigir reparações se para isso houvesse lugar. Assim obrão todos os governos que não são barbaros, que tem pudor e decencia, e que sem falsear o hypocritamente os seus sentimentos de benevolencia, mostrão em todo o caso moderação, firmeza e justiça.

Porém o governador Rosas, que sabe tão perfeitamente scariar com palavras e assassinar com obras, despreza tudo isso como meras e frivolas formalidades; e como não acredita senão na efficacia da coacção e da força bruta, e as preferre sempre, e em todo o caso, fulminou esse decreto de 8 de janeiro de 1845, e só a 22 de março seguinte é que dedozio as suas queixas (9). Se houvesse começado por onde acabou, teria visto que o governo paraguayo havia prevenido com as suas providencias e com as suas declarações a Corrientes, todos os inconvenientes que attribue a convenção celebrada com essa provincia, e ter se-hia forrado à justa e odiosa pecha de inconsequente.

Outra observação que salta aos olhos toda a vez que se recorre a historia da época do mando do governador Rosas é a do caracter e distinctivo de violencia e obstinacção que marcou todos os seus actos e conducta publicos. Essa violencia, essa obstinacção tem causado immensas desgraças a Republica Argentina, desgraças que teria podido evitar com um pouco de moderação; porém elle não sabe conter-se; a menor opposição aos seus desejos, a minima resistencia à sua vontade, são crimes que não perdão; dissimula as vezes, porém nunca olvida; julga-o offensa, por mais pequena que seja.

Concebeu e pôz em execução a cruel e absurda idéa de exterminar um partido politico matando, e não conseguindo senão alimentar uma guerra de vinte annos. Não obedeceu assim Guilherme III em Inglaterra, nem Henrique IV e Napoleão em França, porque sabião que, ainda que se matem os homens, as idéas são immortaes.

Nada era mais facil, nada seria mais justo nem mais politico do que evitar os males e desgraças do bloqueio franco de 1838. Em quanto a França não fez mais do que reclamar e representar, obteve-se em negar justiça e recusar legitimas e devidas reparações. Recorreu a França ao bloqueio, Rosas prejudicou o commercio por mais de dois annos; arruinou a fortuna publica; e todo isso

il proscrit le commerce paraguayen; il décrédite ce pays et son gouvernement, le menace, et, se prévalant de sa position géographique à l'embarcadura du Beuve, il lui fait l'unique guerre qu'il peut lui faire.

Il est impossible de montrer une inconsequencia plus evidente, une contradicção plus palpable d'œuvres et de paroles; mais ce qui surtout offende et indigna, c'est que l'on veut couvrir du nom de delicate bienveillance, de modération, le procédé inoui, insolite, de proscree les produits de la republica; et, comme si l'on se proposait de se moquer du bon sens et de tous les principes qui régissent le jugement des hommes sensés, on veut persuader au monde qu'une pareille maniere d'agir n'est pas incompatible avec la paix et avec les dispositions d'amitié fraternelle dont se vante le gouverneur Rosas.

La Gaceta, pour excuser une si honteuse contradicção, dit que le gouvernement du Paraguay a obligé le gouverneur Rosas à prendre ces mesures hostiles, parce qu'il a conclu avec le gouvernement de Corrientes la convention du 2 décembre 1844. Les hommes impartiaux qui ont vu cette convention, que nous transcrivons, diront si elle n'est pas entièrement innocente, si elle n'est pas rédigée avec une précision si scrupuleuse et si sage, qu'elle a écarté tout ce qui pourrait de quelque façon être favorable ou porter préjudice à l'une ou à l'autre des parties contendantes; elle n'a rien accordé à Corrientes; elle n'a rien retiré à Buenos-Ayres; elle l'a plutôt favorisée beaucoup; elle n'a fait qu'établir d'une manière claire et explicite ce qu'on doit rigoureusement à un neutre.

Au reste, mettant tout cela à part, et supposant que le gouvernement du Paraguay, en stipulant une convention, se fut écarté de ses devoirs de neutre, le gouverneur de Buenos-Ayres, pour être consequent avec ses paroles de delicate et cordiale bienveillance, avant de rendre ses furieux décrets de proscricção des fruits et des produits du Paraguay, devait demander des explicações, exposer ses plaintes, établir ses griefs, et enfin exiger des réparations s'il y avait lieu. C'est ainsi qu'agissent tous les gouvernements qui ne sont pas barbaros, qui ont de la pudeur et de la decence, et qui, sans feindre hypocritement des sentiments de bienveillance, montrent dans tous les cas de la modération, de la fermeté et de la justice.

Mais le gouverneur Rosas, qui sait parfaitement caresser par des paroles et assassiner par des actions, méprise tout cela comme pures et frivoles formalités; et comme il n'a confiance que dans l'efficacite de la violence ou de la force brute, et qu'il les preferre toujours et dans tous les cas, il a fulminé ce décret du 8 janvier 1845, et c'est seulement le 22 mars suivant qu'il a deduit ses plaintes (9). S'il avait commencé par où il a fini, il aurait vu que le gouvernement paraguayo avait prevenu, par ses provoyances et par ses declarations a Corrientes, tous les inconvenients qu'il attribue à la convention conclue avec cette province, et il se serait soustrait à la juste et odieuse tache d'inconsequente.

Une autre observation qui saute aux yeux chaque fois qu'on recourt à l'histoire de l'époque du pouvoir du gouverneur Rosas, c'est celle du caractère distinctif de violence et d'obstinacção qui marque tous ses actes et sa conduite publique. Cette violence, cette obstinacção ont causé d'immenses disgrâces à la Republica Argentina, qu'il aurait pu éviter avec un peu de modération; mais il n'a pas su se contenir; la moindre opposição à ses desirs, la plus minime resistance à sa volonté, sont des crimes qu'il ne pardonne pas; il dissimule parfois, mais jamais il n'oublie; quelque léger que ce soit, il le juge une offense.

Il conçut et mit à execution la cruelle et absurde idéa d'exterminar un parti politique en le tuant, et il n'a réussi qu'à alimenter une guerre de vingt années. Guillaume III en Angleterre, Henri IV et Napoleón en France, n'agirent point ainsi, parce qu'ils savaient que, bien qu'on tue les hommes, les idéas sont immortelles.

Rien n'était plus facile, rien n'était plus juste ni plus politique que d'éviter les maux et les disgrâces du blocus français de 1838. Tan que la France ne fit que reclamer et représenter, il s'obstina à nier justice et à refuser des réparations légitimes et dues. La France eut recours au blocus; Rosas porta préjudice au commerce pendant plus de deux ans; il ruina la fortune publique; et pour-

para que? Para acabar concedendo por medo o mesmo que havia negado por capricho.

Nada também era mais fácil do que convencionar-se com o Paraguay e salvar todos os *gravissimos inconvenientes* que figurava que ha de trazer a independencia do Paraguay. Sendo impossível, porque é repellido pela natureza a incorporação que elle pretende do povo paraguayo, differente de todos os mais povos da Confederação pelo seu clima, p lo seu genero de vida, idioma, usos e hábitos, pelo que não pôde uniformisar-se nas suas instituições e forma de governo com povos que nada tem de commum com o Paraguay, era mais politico e vantajoso conciliar os seus interesses naquillo em que fossem oppostos e alongar toda a desavença. Deste modo, em poucos annos o Paraguay e a Republica Argentina terião feito reviver um extenso e vantajoso commercio, no qual Buenos-Ayres ganharia muito; appareceria esta parte da America unida e em perfeita paz e harmonia auto as nações européas sem que nada podesse recear-se pela segurança e independencia; países que não necessitam senão de paz, justiça e segurança para fazer progressos de toda a ordem, vêm-se hoje em um estado que causa todos os males da guerra, sem produzir resultado algum, estado em que é impossível não manter incertezas, temores continuos, desconfianças, medidas de precaução, que tudo isso é um mal real.

E tudo isto só porque o governador Rosas nem cre, nem espera, nem quer senão força; e emquanto a força o não obriga, não se presta a outros convenios senão aquelles em que se faça o que elle quer: quer elle que o Paraguay se lhe submetta, e tudo o que não seja isso provoca as suas iras; não dá lugar a discussão; não deixa a menor liberdade; ou o tratado de 4 de Janeiro sem mudar uma virgula, ou guerra como a que está fazendo, emquanto a prepara de outro modo. O governador de Buenos-Ayres imagina sem duvida que é o agouito divino que ha de castigar toda esta parte do mundo, e que, qual outro Popilio, ha de trazer um circulo de que ninguém saia sem submitter-se ou attrahir sobre si a guerra; porém o governador Rosas não vê que nem Buenos-Ayres é Roma, nem elle é Popilio, e em o presidente Lopez é um covarde como Antiocho, nem os Paraguayos são os Egyptios daquelle tempo divididos em partidos e brigados uns com outros.

O governador Rosas tom sido feliz, tem obtido triumphos facéis e tem-se embriagado; esquece que a fortuna é volúvel, e que os triumphos devidos a força material são ephemeros, como recorda o manifesto; talvez (davi-damo-lo) triumpho do Paraguay; porém esse triumpho não será solido nem duravel; não ha triumphos dessa classe senão os que são apoiados pela natureza, a razão e a conveniencia publica. Abi está a historia de todos os tempos e de todas as nações que o comprova.

Os triumphos prodigiosos, as conquistas de Napoleão, os reinos creados por sua immensa força e genio singular, tudo desaparecem porque erão obras da força e da violencia; subsistem os seus codigos, as suas instituições, os seus admiraveis principios de administração, como productos da razão e da conveniencia publica. O reino hollando-belga, creado pelas bayonetas de todas as potencias reunidas em Vienna; o imperio de Iturbide no Mexico, obra do exercito; a Republica de Columbia, onde está? A Confederação Peru-Boliviana, que é feita della? Agglomerações forçadas de povos heterogeneos desapparecerão com a força que havia creado essas obras monstruosas. O mesmo succederia com a *aggregação* forçada do Paraguay a isso que se chama Confederação Argentina; concedendo ao governador Rosas que vençesse a resistencia tenaz que ha de encontrar, necessitaria conservar um forte exercito permanente para manter essa aggregação. O governador Rosas não ha de encontrar no Paraguay Oribes que consintão na humilhação e escravidão da sua patria a troco de terem uma autoridade aviltada; enganão-o os que lhe assegurão o contrario.

Vendo tanta obstinação e violencia no governador Rosas neste negocio do Paraguay, chegamos a suspeitar que o tem alucinado as mentirosas informações que

quoil tout cela? Pour finir par accorder par crainte ce qu'il avait refusé par caprice.

Nicn aussi n'était plus facile que de traiter avec le Paraguay et de sauver tous les très-graves inconvenients que figurait que l'indépendance du Paraguay devait amener. Étant impossible, parce qu'elle est repoussée par la nature, l'incorporation qu'il prétend du peuple paraguayen, différent de tous les autres peuples de la Confédération par son climat, par son genre de vie, d'idiome, d'usage et d'habitudes, parce qu'il ne peut s'uniformiser dans ses institutions et dans sa forme de gouvernement avec des peuples qui n'ont rien de commun avec le Paraguay, il était plus politique et plus avantageux de concilier ses intérêts en ce qu'ils auraient été opposés et d'éloigner toute mésintelligence: de cette manière, en peu d'années le Paraguay et la République Argentine auraient fait revivre un commerce étendu et avantageux, dans lequel Buenos-Ayres gagnerait beaucoup; cette partie de l'Amérique paraîtrait unie et en parfaite harmonie avec les nations, sans qu'on pût rien craindre pour la sécurité et l'indépendance: des pays qui n'ont besoin que de la paix, de la justice, de la sûreté, pour faire des progrès de tout genre, se voient aujourd'hui dans un état qui cause tous les maux de la guerre sans produire aucun résultat, dans lequel il est impossible de ne pas maintenir des incertitudes, des craintes continuelles, des méfiances, des mesures de précaution, et tout cela est un mal réel.

Et tout cela seulement parce que le gouverneur Rosas ne croit, n'espère que dans la force, ne veut qu'elle; et tant que la force ne l'oblige pas, il ne se prête à d'autres conventions que celles dans lesquelles on fait ce qu'il veut. Il veut que le Paraguay se soumette à lui, et tout ce qui n'est pas cela provoque sa colère; il ne donne pas lieu à la discussion; il ne laisse pas la moindre liberté; ou le traité du 4 janvier sans changer une virgule, ou la guerre comme celle qu'il fait, tandis qu'il la prépare d'une autre manière. Le gouverneur de Buenos-Ayres a imaginé sans doute qu'il est la verge divine qui doit châtier toute cette partie du monde, et que, tel qu'un autre Popilio, il doit tracer un cercle duquel personne ne sorte sans se soumettre ou sans attirer contre soi la guerre; mais le gouverneur Rosas ne voit pas que Buenos-Ayres n'est pas Rome, ni qu'il n'est pas Popilio; que le président Lopez n'est pas un Iobe comme Antiochus, ni que les Paraguayens ne sont pas les Egyptiens de ce temps-là, divisés par les factions et se battant les uns contre les autres.

Le gouverneur Rosas a été heureux: il a obtenu des triumphes faciles qui l'ont enivré; il oublie que la fortune est inconstante et que les triumphes dus à la force matérielle sont ephemeres, comme le rappelle le manifesto. Peut-être (nous en doutons) triomphera-t-il du Paraguay; mais ce triumpho ne sera ni solido ni durable: il n'y a de triumphes de cette sorte que ceux qui sont appuyés par la nature, par la raison et par la conveniencia publica. L'histoire de tous les temps et de toutes les nations est là pour le confirmer.

Les triumphes prodigieux, les conquêtes de Napoleón, les royaumes créés par son immense force et son génie unique, tout a disparu, parce que tout était l'œuvre de la force et de la violence; ses codes, ses institutions, ses admirables principes d'administration, subsistent comme des produits de la raison et de la conveniencia publica. Le royaume hollando-belge, créé par les bayonettes de toutes les puissances réunies à Vienna; l'empire d'Iturbide au Mexico, ouvrage de l'armée; la république de Colombia; où sont-ils? La Confédération Peru-Bolivienne, que est elle devenue? Agglomérations forcées de peuples heterogeneos, ils ont disparu avec la force qui avait créé ces œuvres monstrueuses. Il en serait de même de l'agregação forcée du Paraguay à ce qu'on appelle Confederação Argentina; en concedant au gouverneur Rosas qu'il vaincât, que la resistance opiniâtre qu'il doit rencontrer, il aurait besoin de conserver une forte armée permanente pour maintenir cette agregação. Le gouverneur Rosas ne rencontrera pas au Paraguay des Oribes qui consentent à l'humiliation de leur patrie pour avoir en échange une autorité avilie: ceux qui lui assurent le contraire le trompent.

En voyant tant d'obstination et de violence dans le gouverneur Rosas au sujet de l'affaire du Paraguay, nous venons à soupçonner qu'il a été abusé par les informations

que nous avons reçues sur le Paraguay par un D. José Graham, consul des États-Unis en Buenos-Ayres (?), et autres: mais, nous le répétons encore, on le trompe quand on lui assure que le Paraguay est une proie facile, qu'il y a beaucoup d'habitants qui désirent s'incorporer à la prétendue confédération, qu'il y a des partis et des divisions dans le Paraguay, etc., etc.; et, de plus, on l'a trompé en lui cachant qu'il y a au Paraguay une aversion profonde, invincible, contre tout ce qui a des vues de domination (Portena) Buenos-ayrienne; qu'il est inutile de dire aux Paraguayens qu'ils sont libres dans leurs affaires intérieures, parce qu'ils ne comprennent pas cette distinction subtile, parce que, pour eux, tout est être soumis à Buenos-Ayres, et c'est ce que, même en les tuant, on ne pourrait leur tirer de la tête.

Graham n'a point menti quand il a dit que le Paraguay est pauvre aujourd'hui, ainsi que l'est aussi Buenos-Ayres, et comme le sont toutes les provinces soumises sous le nom d'alliance ou confédération, parce que Buenos-Ayres et toutes ces provinces ont contre elles la même cause qui a appauvri le Paraguay: la tyrannie; mais que cette cause cesse à Buenos-Ayres comme elle a cessé au Paraguay, et ce pays, aussi bien que Buenos-Ayres, recouvreront en peu d'années la prospérité et les richesses qu'ils ont eues en des temps moins malheureux.

Malgré de semblables informations, que le gouverneur Rosas croit importantes, qu'il accueille et fait répandre parce qu'elles flattent ses vœux, il nous semble qu'elles ne produiraient aucun effet sans ce caractère violent, obstiné et orgueilleux qui le distingue. Sa Gazette même, dans le n. 7166, du 22 septembre 1847, cite quelques exemples comme ceux que nous avons pris de l'histoire, pour prouver que le système de fusion (ce sont les paroles de la Gazette) de plusieurs nationalités avec d'autres, cette agglomération de peuples heterogeneos est violente, et par cela même ne peut subsister; et cependant le gouverneur Rosas insiste pour concourir avec le Paraguay dans ce que sa propre Gazette appelle *cruel delirio*.

La matière par sa nature est si féconde en observations, que par inadvertance nous avons donné aux nôtres plus d'extension que nous ne nous le proposons dans le principe. Le désir de présenter à nos compatriotes la vérité des faits nous a entraînés; nous écrivons pour eux et pour le monde impartial dont l'opinion nous importe; ce serait une pénible et surtout inutile tâche que celle de réfuter le dictateur et sa Gazette; ils croient l'un et l'autre que notre voix est faible et lointaine et qu'elle ne trouvera pas d'écho dans le monde; mais ils se trompent: la voix de la vérité, de la justice et de la conveniencia universelle est toujours assez forte et se fait entendre au milieu des murmures et des cris des turbulents. La Gazette montre bien qu'elle craint quand elle s'épuise en cris de rage et en discours captieux, dans ces longues colonnes contre le *Paraguayen Independent* et le Paraguay. Mais passons aux pièces et documents. Il n'est pas possible d'insérer tous ceux qui de quelques manières touchent à cette affaire, ni de les insérer complètement: nous donnerons en entier les plus réduits, et nous prendrons de ceux qui seront très-étendus les passages convenables.

Le premier fait qu'invoque le manifesto, c'est que, dès le temps du monarche espagnol, le Paraguay, alors province, eut sous sa juridiction et limites une partie du territoire des anciennes Missions Jésuitiques, et qu'il en fut en tranquille et pacifique possession jusqu'en 1803, époque à laquelle le roi forma un gouvernement spécial de tout le territoire des Missions; et qu'en 1806 on redonna au Paraguay non-seulement ce territoire, qu'il avait possédé jusqu'en 1803, mais aussi tout celui des Missions; et

(*) D. José Graham, consul des États-Unis en Buenos-Ayres, fut envoyé au Paraguay en août 1846, par M. Brant, chargé d'affaires des États-Unis, pour offrir une médiation entre le Paraguay et Buenos-Ayres. D. José Graham en vint à dire que dirigé par le président en date du 10 de agosto de 1846, dit: « Les informations que nous avons recueillies concourent à représenter le pays comme une des plus belles et des plus riches provinces du monde, et ses habitants sont indifférents qu'on leur enlève la justice et le bien. » Ce mot de M. Graham est digne de son gouvernement: une déclaration étendue dans laquelle il dit que le Paraguay, ce pays une des plus belles et des plus riches parties du monde, était inhabité d'êtres et d'intérêts, et d'être le comble du monde civilisé. Par cet échantillon, on peut juger du caractère et de l'esprit de M. Joseph Graham.

que nous avons reçues sur le Paraguay par un D. José Graham, consul des États-Unis en Buenos-Ayres (?), et autres: mais, nous le répétons encore, on le trompe quand on lui assure que le Paraguay est une proie facile, qu'il y a beaucoup d'habitants qui désirent s'incorporer à la prétendue confédération, qu'il y a des partis et des divisions dans le Paraguay, etc., etc.; et, de plus, on l'a trompé en lui cachant qu'il y a au Paraguay une aversion profonde, invincible, contre tout ce qui a des vues de domination (Portena) Buenos-ayrienne; qu'il est inutile de dire aux Paraguayens qu'ils sont libres dans leurs affaires intérieures, parce qu'ils ne comprennent pas cette distinction subtile, parce que, pour eux, tout est être soumis à Buenos-Ayres, et c'est ce que, même en les tuant, on ne pourrait leur tirer de la tête.

Graham n'a point menti quand il a dit que le Paraguay est pauvre aujourd'hui, ainsi que l'est aussi Buenos-Ayres, et comme le sont toutes les provinces soumises sous le nom d'alliance ou confédération, parce que Buenos-Ayres et toutes ces provinces ont contre elles la même cause qui a appauvri le Paraguay: la tyrannie; mais que cette cause cesse à Buenos-Ayres comme elle a cessé au Paraguay, et ce pays, aussi bien que Buenos-Ayres, recouvreront en peu d'années la prospérité et les richesses qu'ils ont eues en des temps moins malheureux.

Malgré de semblables informations, que le gouverneur Rosas croit importantes, qu'il accueille et fait répandre parce qu'elles flattent ses vœux, il nous semble qu'elles ne produiraient aucun effet sans ce caractère violent, obstiné et orgueilleux qui le distingue. Sa Gazette même, dans le n. 7166, du 22 septembre 1847, cite quelques exemples comme ceux que nous avons pris de l'histoire, pour prouver que le système de fusion (ce sont les paroles de la Gazette) de plusieurs nationalités avec d'autres, cette agglomération de peuples heterogeneos est violente, et par cela même ne peut subsister; et cependant le gouverneur Rosas insiste pour concourir avec le Paraguay dans ce que sa propre Gazette appelle *cruel delirio*.

La matière par sa nature est si féconde en observations, que par inadvertance nous avons donné aux nôtres plus d'extension que nous ne nous le proposons dans le principe. Le désir de présenter à nos compatriotes la vérité des faits nous a entraînés; nous écrivons pour eux et pour le monde impartial dont l'opinion nous importe; ce serait une pénible et surtout inutile tâche que celle de réfuter le dictateur et sa Gazette; ils croient l'un et l'autre que notre voix est faible et lointaine et qu'elle ne trouvera pas d'écho dans le monde; mais ils se trompent: la voix de la vérité, de la justice et de la conveniencia universelle est toujours assez forte et se fait entendre au milieu des murmures et des cris des turbulents. La Gazette montre bien qu'elle craint quand elle s'épuise en cris de rage et en discours captieux, dans ces longues colonnes contre le *Paraguayen Independent* et le Paraguay. Mais passons aux pièces et documents. Il n'est pas possible d'insérer tous ceux qui de quelques manières touchent à cette affaire, ni de les insérer complètement: nous donnerons en entier les plus réduits, et nous prendrons de ceux qui seront très-étendus les passages convenables.

Le premier fait qu'invoque le manifesto, c'est que, dès le temps du monarche espagnol, le Paraguay, alors province, eut sous sa juridiction et limites une partie du territoire des anciennes Missions Jésuitiques, et qu'il en fut en tranquille et pacifique possession jusqu'en 1803, époque à laquelle le roi forma un gouvernement spécial de tout le territoire des Missions; et qu'en 1806 on redonna au Paraguay non-seulement ce territoire, qu'il avait possédé jusqu'en 1803, mais aussi tout celui des Missions; et

(*) D. José Graham, consul des États-Unis en Buenos-Ayres, fut envoyé au Paraguay en août 1846, par M. Brant, chargé d'affaires des États-Unis, pour offrir une médiation entre le Paraguay et Buenos-Ayres. D. José Graham en vint à dire que dirigé par le président en date du 10 de agosto de 1846, dit: « Les informations que nous avons recueillies concourent à représenter le pays comme une des plus belles et des plus riches provinces du monde, et ses habitants sont indifférents qu'on leur enlève la justice et le bien. » Ce mot de M. Graham est digne de son gouvernement: une déclaration étendue dans laquelle il dit que le Paraguay, ce pays une des plus belles et des plus riches parties du monde, était inhabité d'êtres et d'intérêts, et d'être le comble du monde civilisé. Par cet échantillon, on peut juger du caractère et de l'esprit de M. Joseph Graham.

Ayres reconhecer e consentir nessa posse por meio das suas emissões o general Belgrano e D. Vicente Anastasio Echevarria, que ajustaram e firmaram o art. 4.º do tratado de 12 de outubro de 1811.

O manifesto cita em aprovação destes factos:

- 1.º O decreto real de 11 de fevereiro de 1724 ao bispo do Paraguay, Palos.
- 2.º O compromisso dos bispos do Paraguay e Buenos-Ayres de se sujeitarem à decisão dos juizes compromissarios.
- 3.º O louvamento destes juizes.
- 4.º O real decreto de 17 de maio de 1803 publicado na Gazeta n. 6772 de 7 de maio.
- 5.º A real ordem expedida em 1806 pela qual el-rei mandou reunir o governo das trinta povoações de Missões ao do Paraguay, pondo a testa desse governo o coronel D. Bernardo de Velasco.
- 6.º O art. 4.º do tratado de 12 de outubro de 1811.

DECRETO REAL DE 11 DE FEVEREIRO DE 1724.

« El-rei.—Reverendo padre bispo da igreja cathedral da Assumpção do Paraguay, do meu conselho. Em carta de 6 de março do anno proximo passado participa o reverendo bispo de Buenos-Ayres que a jurisdicção daquelle bispado está confundida em seus limites nas povoações das Missões da companhia de Jesus, pedindo se marque termo ao dito bispado de Buenos-Ayres para que se conheça a que prelado compete dar a instituição canonica ás referidas povoações e a outras novas que se aggregarem cada dia ás mesmas doutrinas da companhia, pois por falta disso se achão algumas das ditas povoações visitadas por ambos os bispos, remetendo atestados da creação de algumas povoações das novas reduções para que se reconheça quaes foram desde a sua divisão os termos de cada um destes bispados. Visto no meu conselho das Indias, e attendendo ao que o fiscal delle me expoz, heil resolvido que trateis acerca destes pontos (como vos rogo e encarrego) co' o reverendo bispo de Buenos-Ayres, ou com a sede vacante se a houver, regulando-vos pelas creações dessas igrejas e pela posse e costume em que estiverdes tocando ao exercicio de vossa jurisdicção; e depois de tratados e postos de accordo, remettetis a resolução ao presidente e audiencia das Charcas, a quem se expede a conveniente ordem para que decida esta pendencia e dêm conta distincta da resolução que se tomar naquello tribunal; e assim o tercis entendido para seu pontual cumprimento. De Madrid a 11 de fevereiro de 1724. El-rei. Por mandado d'el-rei nosso senhor, D. Francisco Arana. »

(Ha tres rubricas.)

AUTO DE COMPROMISSO DO BISPO DO PARAGUAY.

« Na cidade da Assumpção do Paraguay, aos trinta dias do mez de abril de mil setecentos vinte e seis annos, o Illm. e Revm. Sr. Dr. D. Francisco José de Palos, da ordem de S. Francisco, bispo deste bispado do Paraguay, do conselho de S. M. (a quem Deus guarde) etc., disse: Que porquanto conviesse proceder as diligencias do cumprimento e execução do que manda o real decreto das folhas antecedentes, datado em Madrid a 11 de fevereiro do anno passado de 1724, com referencia aos limites deste bispado e do de Buenos-Ayres nas povoações de indios das Missões a cargo da sagrada companhia de Jesus, para ser decidida esta materia pelo Sr. presidente da real audiencia das Charcas como dispõe o citado decreto; em attenção a que o melhor meio de tomar uma acertada resolução no discernimento de ditos limites, havendo-se tratado e conferido acerca desses pontos com o Illm. e Revm. Sr. Dr. D. Frei Pedro Tajardo, do conselho de S. M. e seu dignissimo bispo da provincia e bispado de Buenos-Ayres, e attenta a distancia que ha de esta dita provincia, o deputar o designado por parte de sua senhoria Illustrissima uma pessoa de toda a satisfação e zelo, experiencia pratica e conhecimento formal de todos os lugares e as paragens onde estão situadas as povoações

que le gouvernement de Buenos-Ayres reconnut cette possession et y consentit par l'entremise de ses envoyés, le general Belgrano et D. Vincent Anastasio Echevarria, qui conclurent et signerent l'article 4 du traité du 12 octobre 1811.

Le manifeste cite en confirmation de ces faits:

- 1.º Le décret royal du 11 février 1724 à l'évêque du Paraguay, Palos.
- 2.º Le compromis des évêques du Paraguay et de Buenos-Ayres de se soumettre à la décision des juges compromissionnaires.
- 3.º La sentence arbitrale de ces juges.
- 4.º Le décret royal du 17 mai 1803, publié dans la Gazette n. 6772, du 7 mai.
- 5.º L'ordre royal expédié en 1806, par lequel le roi commanda de réunir le gouvernement des trente peuplades des Missions à celui du Paraguay, en mettant à la tête de ce gouvernement le colonel D. Bernardo de Velasco.
- 6.º L'article 4 du traité du 12 octobre 1811.

DECRET ROYAL DU 11 FÉVRIER 1724.

« Le roi.— Révérend père évêque de l'église cathédrale de l'Assumption du Paraguay, de mon conseil. Par une lettre du 6 mars de l'année dernière, le révérend évêque de Buenos-Ayres fait part que la juridiction de cet évêché est confondue dans ses limites avec les peuplades des Missions de la Compagnie de Jésus, demandant qu'on marque les limites du dit évêché de Buenos-Ayres, pour qu'on reconnaisse à quel prélat il appartient de donner l'institution canonique dans les dites peuplades, et dans d'autres nouvelles qui s'agregent chaque jour aux mêmes doctrines de la Compagnie; parce que, faute de cela, quelques-unes des dites peuplades se trouvent visitées par deux évêques; cometant des contestations de la création de quelques peuplades des nouvelles réductions pour qu'on reconnaisse quelles ont été les bornes de chacun de ces évêchés depuis leur division. Examiné en notre conseil des Indes, et considéré ce que nous expose le surintendant du dit conseil, nous avons résolu que vous traitiez sur ces points ainsi que nous vous en prions et chargeons avec le révérend évêque de Buenos-Ayres, ou avec le siège vacant, s'il l'est, un vous conformant à la création de ces églises, et à la possession et costume dans lesquelles vous êtes touchant l'exercice de votre juridiction; et après que vous aurez traité et que vous vous serez mis d'accord, vous remettrez votre résolution aux président et audience de Charcas, à qui on expédie un ordre convenable, pour qu'ils décident cette affaire, ou litige, et rendent un compte distinct de la résolution qui sera prise par ce tribunal; et ainsi vous l'aurez entendu pour son ponctuel accomplissement. — Madrid, le 11 février 1724. El-rei. — Par ordre du roi notre maître, D. Francisco Arana. »

(Il y a trois contre-seings.)

ACTE DE COMPROMIS DE L'ÉVÊQUE DU PARAGUAY.

« Dans la ville de l'Assumption du Paraguay, le trentième jour du mois d'avril de l'année 1726, l'illustrissime et révérendissime Sr. Docteur D. François Joseph de Palos, de l'ordre de Saint-François, évêque de cet évêché de Paraguay, du conseil de S. M. (que Dieu garde), etc., a dit: que, en ce qu'il convenait de procéder aux soins de l'accomplissement et exécution de ce qu'ordonne le décret royal des feuilles précédentes, daté de Madrid le 11 février de l'année passée 1724, par rapport aux limites de cet évêché et de celui de Buenos-Ayres dans les peuplades d'Indiens des Missions, à la charge de la sacrée Compagnie de Jésus, pour que la décision sur cette matière soit prise par M. le président de l'audience royale de Charcas comme le prescrit le décret cité; considérant que pour prendre une résolution sage dans le discernement des dites limites, ayant traité et conféré à ce sujet avec l'illustrissime et révérendissime Sr. Docteur D. Frei Pierre Tajardo, du conseil de S. M. et son très-digne évêque de la province et évêché de Buenos-Ayres, et au regard à la distance qu'il y a de cette province à la susdite, le meilleur moyen est de députer et de désigner, de la part de sa seigneurie, une personne de toute satisfaction, ayant le zèle, l'expérience pratique et le

de ditas Missões, que possa dar o seu voto e parecer por parte de sua senhoria Illustrissima, e deste seu bispado, com concurrencia de outro que para o mesmo effeito deputasse e designasse o Illm. e Revm. Sr. bispo de Buenos-Ayres, compromettendo-se desde logo sua senhoria Illustrissima a ratificar o que ambos os deputados tratassem e ajustassem, e o parecer que dessem sobre esta materia assim na assignação de territorio, jurisdicção de este bispado e do de Buenos-Ayres e sua divisão, como se tocante a posse e costume que tiverem havido; e por não haver outra alguma pessoa nos termos deste bispado a quem commetter essa diligencia que com experiencia e conhecimento formal possa executar-la, e com o zelo do serviço de ambas as magestades, senão o muito reverendo padre superior Jose de Insaurralde da dita sagrada companhia de Jesus, desde logo nomeava e deputava sua senhoria Illustrissima por sua parte a sua paternidade muito reverenda para que a ella proceda com a pessoa que deputar e nomear o dito Illm. Sr. bispo de Buenos-Ayres, e que com ambos os pareceres se conformava desde logo sua senhoria Illustrissima, para que por mão do Illm. Sr. bispo de Buenos-Ayres se remetta a decisão a dita real audiencia para que tenha a competente decisão, e se lixe o despacho em forma com inserção do dito decreto real, da sua obediencia, e deste auto de nomeação do dito Illustrissimo senhor para que a vista de tudo se sirva mandar e dar as demais providencias; e o firmou, de que dou fé. — D. Francisco José, bispo do Paraguay. — Ante mim, Thomas Sorilla del Valle, notario publico. »

AUTO DE CONFORMIDADE COM O QUE RESOLVEU O SR. BISPO DO PARAGUAY RELATIVAMENTE A NOMEAÇÃO QUE FEZ O DE BUENOS-AYRES NA PESSOA DO PADRE ANSELMO DE LA MATA.

« Na cidade da Santissima Trindade, porto de Santa Maria de Buenos-Ayres, em 31 de julho de 1726 annos. Visto pelo Illm. Sr. D. Frei Pedro Tajardo, bispo desta diocese de Buenos-Ayres, do conselho de S. M., o auto de decisão das folhas antecedentes, feito pelo Illm. e Revm. Sr. D. Frei José de Palos, bispo da Assumpção do Paraguay, do conselho de S. M., relativo a divisão de limites que a cada um dos ditos bispados pertence, disse que, segundo o que tinha ajustado com sua Illustrissima em conformidade do que S. M. (a quem Deus guarde) ordena pelo seu real decreto de 11 de fevereiro de 1724, designa pela sua parte o muito reverendo padre Anselmo de la Mata, da sagrada companhia de Jesus, para que averiguando este objecto com o padre nomeado pelo dito Illm. Sr. D. Frei José de Palos, determinassem e designassem os limites que a cada um dos ditos bispados pertencem, segundo o antigo costume, e que conflava do seu zelo, prudencia e discreção executoria o que melhor fosse a bem do serviço de ambas as magestades, e que com o seu parecer se conformaria e conformava desde logo, pelo bom conceito que, de tão santos e piedosos varões tem feito. Em conformidade do que, o firmou de seu punho no dito dia, mez e anno, de que dou fé. — Frei Pedro, bispo de Buenos-Ayres. — Ante mim, Antonio Felix do Sarabia, notario publico. »

DECISÃO EM VIRTUDE DO COMPROMISSO.

« Os padres José Insaurralde, superior das Missões do Paraguay e Uruguay, que estão a cargo e cuidado da nossa companhia, e Anselmo de la Mata, cura da povoação de Santo Ignacio Guasu, juizes compromissionarios nomeados pelos Illm. e Revm. Srs. D. Fr. Pedro Tajardo, bispo de Buenos-Ayres, e D. Fr. José Palos, bispo do Paraguay, e de regularerem os limites de ditos bispados pelo que toca as novas povoações, conformando-se com as suas instituições e posse que tiverem obtido, em obediencia a um decreto real d'el-rei nosso senhor (a quem Deus guarde), datado em Madrid a 11 de fevereiro de 1724, dirigido ao dito Sr. bispo do Paraguay, no qual ordena S. M. convenção entre si ambos os ditos Srs. bispos sobre essa

conhecimento formal de tous les lieux et parages où sont situées les peuplades des dites Missions, laquelle puisse donner son vote et opinion de la part de sa seigneurie et de cet évêché, en concurrence avec une autre personne que, pour le même effet, députera et désignera l'illustrissime et révérendissime Sr. évêque de Buenos-Ayres, sa seigneurie s'engageant dès ce moment à ratifier ce que les deux députés traiteront et arrangeront, et l'opinion qu'ils donneront sur cette matière ainsi que sur la fixation de territoire, de juridiction de cet évêché et celui de Buenos-Ayres et leur division, comme en ce qui touche la possession et costume qu'il y a en; et attendu que dans les limites de cet évêché il n'est personne à qui commetter ce soin et qui puisse l'exécuter avec expérience et connaissance formelle et d'une manière zélée pour le service de Leurs Majestés, sinon le révérendissime père supérieur Joseph de Insaurralde, de la dite Compagnie de Jésus, dès ce moment sa seigneurie nomma et députa, de son côté, le révérendissime père pour qu'il procède à ce soin avec la personne que députera et nommera le dit illustre Sr. évêque de Buenos-Ayres, et que dès ce moment sa seigneurie se conformait aux deux opinions, pour que, par les mains de l'illustre Sr. évêque de Buenos-Ayres, ou remette la décision à la dite audience royale pour avoir la décision compétente et pour qu'on rende un arrêt en forme avec l'insertion du dit décret royal, de son obéissance, et de cet acte de nomination du dit illustre seigneur, afin qu'en connaissance de tout on puisse ordonner et prendre toutes mesures de provoyance; et a signé, comme je l'affirme, D. François Joseph, évêque du Paraguay, par devant moi, Thomas Sorilla del Valle, notaire public. »

ACTE DE CONFORMITÉ, AVEC LA DÉCISION DE MR. L'ÉVÊQUE DU PARAGUAY, RELATIVEMENT À LA NOMINATION FAIT PAR L'ÉVÊQUE DE BUENOS-AYRES DE LA PERSONNE DU PÈRE ANSELME DE LA MATA.

« Dans la ville de la Très-Sainte Trinité, port de Sainte-Marie de Buenos-Ayres, le 31 juillet 1726. L'illustrissime Sr. D. Frei Pierre Tajardo, évêque de ce diocèse de Buenos-Ayres, du conseil de S. M., ayant vu l'acte et décision des feuilles précédentes, fait et prise par l'illustrissime et révérendissime Sr. D. Frei Joseph de Palos, évêque de l'Assumption du Paraguay, du conseil de S. M., et relatifs à la division de limites de chacun des dits évêchés, a dit que, selon ce dont il était convenu avec sa seigneurie, en conformité de ce que S. M. (que Dieu garde) ordonne par son décret royal du 11 février 1724, il désignait, de son côté, le révérendissime père Anselme de la Mata, de la Sacrée Compagnie de Jésus, afin que, après avoir examiné la question avec le père nommé par le dit illustre Sr. D. Frei Joseph de Palos, ils déterminassent et désignassent les limites qui, selon l'ancien costume, appartiennent à chacun des dits évêchés, et qu'il comptait sur leur zèle, leur prudence et leur discrétion pour exécuter ce qui serait le mieux dans l'intérêt du service de Leurs Majestés, et que, dès ce moment, son opinion se conformait et se conformerait ad bon jugement porté par de si saints et de si pieux personnages. En conformité de quoi il l'a signé de sa main, les dits jour, mois et année, ce que j'affirme. — Frei Pierre, évêque de Buenos-Ayres. — Par devant moi, Antoine Félix de Sarabia, notaire royal. »

DÉCISION EN VERTU DU COMPROMIS.

« Les pères Joseph Insaurralde, supérieur des Missions du Parana et de l'Uruguay, qui sont à la charge et au soin de notre Compagnie, et Anselme de la Mata, curé de la peuplade de Saint Ignace Guasu, juges compromissionnaires nommés par les excellents Sr. évêques de Buenos-Ayres, et D. Frei Joseph de Palos, évêque du Paraguay, afin de régulariser les limites des susdits évêchés en ce qui touche à nos peuplades, en se conformant à leurs institutions et à la possession qu'ils ont obtenue en exécution d'un décret royal du roi, notre maître (que Dieu garde), daté de Madrid le 11 février 1724, et adressé au dit Sr. évêque du Paraguay, dans lequel S. M. ordonne que les

materia, se componho e ajustem de modo que fiquem divididas as jurisdicções, cingindo-se ás instituições de suas igrejas e á posse e costume que houver, segundo consta do dito real rescripto a que nos referimos; e havendo visto o compromisso de ambos os Srs. bispos que promettem estar e passar pelo que nesta materia julgarem e determinarem como juizes compromissarios de suas senhorias illustrissimas, como consta dos despachos originaes da nomeação de juizes em nossas pessoas, que com o real decreto estão no principio deste auto; tendo acettato ambos a commissão, usando della e recorrendo com todo o accordo e cuidado os instrumentos que parão no archivo destas Missões, as instituições das povoações e territorios de ambas as provincias do Paraná e Uruguay, achamos que os termos do bispado do Paraguay são e incluem as vertentes todas do rio Paraná; e os do bispado de Buenos-Ayres as do rio Uruguay; que são as divisões de ambos os bispados, e que as povoações da Candelaria, S. Cosme e Santa Anna, acerca das quaes é o litigio, se achão no territorio do Paraguay, bem que este não sobre esta margem do Paraná (*) como as povoações de Nossa Senhora do Loreto, Santa Ignacio Miri e Corpus, e que desde a divisão de ambos os bispados não tida e julgada as ditas povoações pertencentes ao dito bispado do Paraguay, e como tais tem sido visitadas pelos Srs. bispos da dita diocese e seus visitadores sem contradicção alguma dos Srs. bispos de Buenos-Ayres, succedendo o mesmo quanto ao dominio politico, sem contradicção dos Srs. governadores de Buenos-Ayres, e que a povoação da Trindade está igualmente no territorio do bispado do Paraguay sobre o rio Paraná, bem que se agora fosse tida e reputada como pertencente á jurisdicção do bispado de Buenos-Ayres, e como tal visitada pelos ditos Srs. bispos de Buenos-Ayres, por ser originaria da povoação de S. Carlos, que é da jurisdicção e territorio do dito bispado de Buenos-Ayres, e que a povoação de S. José (sobre a qual tambem é o litigio) se acha no territorio do bispado de Buenos-Ayres, e esteve na dita jurisdicção, e foi visitada pelos Srs. bispos de Buenos-Ayres e seus visitadores, por começarem ali as vertentes do rio Uruguay, que bem que dista duas leguas deste e só sete do Paraná, as suas vertentes correm para o dito rio Uruguay, e assim desde a divisão de ambos os bispados tiveram posse da dita povoação os Srs. bispos de Buenos-Ayres, até que no anno de 1685 o o Ilmo. Sr. D. Faustino de las Casas obteve um decreto real de S. M., no qual lhe adjudicou o dito bispado, em virtude do qual tomou posse; e assim a dita povoação tem sido visitada por ambos os Srs. bispos. Pelo que e pelas poderosas razões que com maduro accordo tomamos pesada, usando da autoridade que em virtude do dito compromisso se nos confierio, pronunciamos e declaramos que as povoações da Candelaria, S. Cosme, Santa Anna e Trindade são e pertencem á jurisdicção e bispado do Paraguay por estarem fundadas no territorio do dito bispado, sem que obste ser a povoação da Trindade originaria da de S. Carlos, que é do districto do bispado de Buenos-Ayres, pois que as povoações não devem ser do territorio da sua origem, mas sim daquelle em que estão fundadas, como se vê nas povoações de Santa Maria Maior e S. Laurencio, que, sendo oriundas e transportadas do Iguarú, jurisdicção do bispado do Paraguay, por havrem sido fundadas em territorio de Buenos-Ayres, são e tem sido, sem contradicção, do dito bispado de Buenos-Ayres. Item, declaramos que a povoação de S. José deve ser e pertence ao bispado de Buenos-Ayres por estar no seu territorio, como S. Carlos, pois que, bem que mais distante do rio Uruguay que do Paraná, correm ao Uruguay suas vertentes, e assim tem sido sempre divididas e reputadas ambas as provincias do rio Paraná e Uruguay em nossa companhia, e os curas das ditas povoações obtinham a respectiva instituição canonica dos ditos Srs. bispos expressamente até que se moveu litigio. Igualmente declaramos que, no caso de se dividirem algumas povoações e formarem-se colonias, sigão estas, não o territorio da origem, mas sim o do lugar onde se fundarem, segundo os expressados limites e territorios de ambos os bispados. Com o que cada um dos Srs. bispos poderá visitar os seus bispados sem necessidade de transitar um

(*) Note-se que estavam sobre a margem esquerda do Paraná, pois que se achavam na Candelaria.

deus susditi Srs. évêques conviennent entre eux sur cette matiere, s'arrangent et traitent de maniere que les jurisdicções demeurent divisées, en s'attachant aux institutions de leurs églises et à la possession et costume qui s'y aura, ainsi qu'il résulte du dit royal rescrit, auquel nous référons; et ayant vu le compromis des deux seigneurs évêques, qui promettent se soumettre à ce que, dans cette matiere, nous jugerons et déterminerons comme juges compromissionnaires de leurs illustriissimes seigneuries, comme il résulte des dépêches originales de la nomination de juges en nos personnes, qui, avec le décret royal, sont au commencement de l'acte; ayant accepté tous les deux la commissión, nous en servant, et examinant avec tout accord et soin les actés qui sont restés dans les archives de ces Missions, les institutions des peuplades et des territorios des deux provinces du Paraná et de l'Uruguay, nous trouvons que les limites de l'évêché du Paraguay renferment tous les seigneurs du fleuve Paraná, et celles de l'évêché de Buenos-Ayres tous les versants du fleuve Uruguay, qui sont les divisions des deux évêchés, et que les peuplades de la Candelaria, Saint-Cosme et Sainte-Anna, au sujet desquelles est le litige, se trouvent sur le territoire du Paraguay, bien qu'elles soient sur cette rive du Paraná (*), ainsi que les peuplades de Notre-Dame de Loreto, Saint-Ignace Miri et Corpus, et que, depuis la division des deux évêchés, les dits peuplades ont été tenues et jugées comme appartenantes au dit évêché du Paraguay, et comme telles ont été visitées par les seigneurs évêques du dit diocèse et leurs visitateurs sans aucune contradicção des seigneurs évêques de Buenos-Ayres, le même ayant eu lieu, quant au domaine politico, sans contradicção des seigneurs gouverneurs de Buenos-Ayres, et que la peuplade de la Trinité est également sur le territoire de l'évêché du Paraguay, sur la rive gauche du fleuve, bien que jusqu'à présent elle ait été tenue et réputée comme appartenante à la jurisdicção de l'évêché de Buenos-Ayres, et comme telle visitée par les dits seigneurs évêques de Buenos-Ayres, comme étant originaria de la peuplade de Saint-Charles, qui est de la jurisdicção et territoire du dit évêché de Buenos-Ayres, et que la peuplade de Saint-Joseph (sur laquelle est aussi le litige) se trouve sur le territoire de l'évêché de Buenos-Ayres et a été soumise à la dite jurisdicção, et a été visitée par les seigneurs évêques de Buenos-Ayres et leurs visitateurs, parce que la commissión est les versants de l'Uruguay; laquelle peuplade, bien qu'elle soit distante de douze lieues de cette riviere, et seulement de sept lieues du Paraná, a ses versants et courent vers le dit Uruguay; et ainsi, depuis la division des deux évêchés, les seigneurs évêques de Buenos-Ayres ont été en possession de la dite peuplade jusqu'à ce que, en l'année 1685, l'illustrissime D. Faustino de las Casas obtint un décret royal de S. M., par lequel le dit évêché fut adjugé, en vertu de quoi il prit possession, et ainsi la dite peuplade a été visitée par les deux seigneurs évêques. En conséquence de quoi, et par les puissantes raisons que nous avons pesées d'un mûr accord, usant de l'autorité qui, en vertu du dit compromis, nous a été conférée, nous prononçons et declaramos que les peuplades de la Candelaria, de Saint-Cosme, de Sainte-Anna et de la Trinité appartiennent à la jurisdicção et évêché du Paraguay, comme étant fondées sur le territoire du dit évêché, sans empêcher la peuplade de la Trinité d'être originaria de Saint-Charles, qui est du district de l'évêché de Buenos-Ayres, parce que les peuplades ne doivent pas être du territoire de leur origine, mais bien de celui où lequel elles sont établies, comme on le voit dans les peuplades de Sainte-Marie Majeure et de Saint-Laurent, qui étant originaires et transportées de Iguarú, jurisdicção de l'évêque du Paraguay, pour avoir été fondées sur le territoire de Buenos-Ayres, sont et ont été, sans contradicção, du dit évêché de Buenos-Ayres. Item, nous declaramos que la peuplade de Saint-Joseph doit être et appartient à l'évêché de Buenos-Ayres, parce qu'elle est sur ce territoire, comme Saint-Charles, parce que, bien que plus distante de l'Uruguay que du Paraná, ses versants et courent à l'Uruguay, et qu'ainsi les deux provinces de rivières Paraná et Uruguay ont toujours été divisées et réputées dans notre compagnie, et les curés des dits

(*) Ou'on remarque qu'elles étaient sur la rive gauche du Paraná, parce qu'elles se trouvaient dans la Candelaria.

pele territorio e jurisdicção do outro. Assim o entendemos, pronunciamos e declaramos nesta povoação de Nossa Senhora da Candelaria, em 8 de junho de 1727 annos, e confirmamos pelo nosso punho, e mandamos que esta determinação original, com os instrumentos do real decreto e commissão que se achão no principio, fiquem no archivo destas Missões, e se tirem duas publicas fórmulas pelo padre-secretario do padre provincial, que se acha presente na visita, para serem remetidas aos ditos Srs. bispos e lhes comto a nossa obediencia e determinação. — José Insaurralde. — Anselmo de la Mata. »

Com esta decisão terminarão as competencias que havia entre os bispos do Paraguay e Buenos-Ayres, e cada provincia teve deslindado o seu territorio e jurisdicção, e a do Paraguay ficára a Candelaria e demais povoações referidas no louvamento, que são as que hoje tem, e suas terras sobre a margem esquerda do Paraná.

Não pôde já negar-se que no tempo do governo hespanhol a provincia que então era do Paraguay recebeu do monarca esse territorio, e o conservou legitimamente até 1803, época em que o mesmo monarca creou nesse territorio e em parte do que pertencia a Buenos-Ayres um governo particular. A Gazeta n. 6772 publicou o decreto real de 1803, que creava esse governo particular; accusada se torna portanto a sua reimpressão. Nesse decreto real encontra-se o trecho seguinte com referencia ao territorio de Missões: « Com total independencia das provincias do Paraguay e Buenos-Ayres, sob as quaes se achão divididos hoje em dia. » Estas palavras dão uma prova irrecusavel de que parte do territorio das Missões estava adjudicado á provincia do Paraguay até esse anno de 1803.

A Gazeta de Rosas, que tem o systema mais commodo de fazer-se desentendiada daquillo que não pôde contestar sem mesmo com trapacaças, e que, quando não pôde dispensar uma confissão, a faz o mais vaga e obscura que é possível, não podia negar este facto mais claro que o dia; e no seu n. 7191 de 5 de julho de 1847, empenhada sempre em arguir o Paraguay pela usurpação desse territorio, diz: « Nos tempos da monarchia hespanhola a administração do intendente do Paraguay estava sujeita ao antigo vice-reinado de Buenos-Ayres; bem que o dito intendente exercesse jurisdicção no politico e militar em algumas povoações de Missões, estas ficariam inteiramente separadas do Paraguay pelo real decreto de 17 de maio de 1803, e formariam uma intendencia separada a todos os respeito. »

Assim é que a Gazeta faz as confissões a que se vê obrigada. A que vem o dizer-nos que os intendentes da provincia que então era do Paraguay estavam sujeitos ao vice-roi? Quem é que pôz isso em duvida? Não é disso que se trata; e que se quer saber é se alguma parte do territorio das antigas Missões esteve debaixo da jurisdicção militar e politica da provincia do Paraguay durante o governo hespanhol. Sem sehar, diz a Gazeta, porém esse territorio foi inteiramente separado do do Paraguay pelo decreto de 1803. Já o disse tambem o manifesto, e já chegamos a esse ponto: entretanto não se envolva esse facto com outros que são inconducentes, tratemos de cada um por sua vez.

Bem que com trabalho e meio embaraçada, obtivemos a confissão da Gazeta de que até 1803 o intendente do Paraguay exercia toda a jurisdicção em uma parte das povoações de Missões. Estamos de accordo. Comquanto a confissão da Gazeta seja incompleta, nós a completaremos apresentando que esse decreto de 1803, que tirou ao Paraguay o territorio de Missões, tirou tambem á provincia de Buenos-Ayres a parte que tinha, e que era a maior.

peuplades obtinham a respectiva instituição canonica dos dits seigneurs évêques désignés jusqu'au moment du litige. Nous declaramos également que, dans le cas où quelques peuplades se diviseraient et où des colonies se formeraient, elles suivront non le territoire de l'origine, mais bien celui du lieu où elles se fonderont, selon les limites et territorios désignés des deux évêchés. En conséquence de quoi, chacun des seigneurs évêques pourra visiter son évêché sans être obligé de passer par le territoire et jurisdicção de l'autre. Ainsi nous l'entendons, prononçons et declaramos, dans cette peuplade de Notre-Dame de la Candelaria, le 8 juin 1727, et le signons de notre main, et ordonnons que cette détermination originale, avec les actés du décret royal et de la commissión qui se trouvent en tête, restent dans les archives de ces Missions, et que deux copies publiques soient tirées par le père secrétaire du père provincial, qui se trouve présent à la visita, pour ces copies être remises aux dits Srs. évêques et leur fassent connaître notre obéissance et notre détermination. — José Insaurralde. — Anselmo de la Mata. »

Par cette décision se terminèrent les rivalités qui existaient entre les évêques du Paraguay et de Buenos-Ayres, et chaque province eut son territoire et sa jurisdicção clairement déterminés; et dans la jurisdicção du Paraguay restèrent la Candelaria et autres peuplades citées dans l'arbitrage, qui sont celles qu'il a aujourd'hui, toutes situées sur la rive gauche du Paraná.

On ne peut nier qu'au temps du gouvernement espagnol la province, qui alors était au Paraguay, reçut du monarque ce territoire et le conserva légitimement jusqu'en 1803, époque à laquelle le monarque créa sur ce territoire et sur une partie de celui qui appartenait à Buenos-Ayres un gouvernement particulier. La Gazette n. 6772 a publié le décret royal de 1803, qui créait ce gouvernement particulier, ce qui en rend la réimpression inutile. Dans ce décret royal on rencontre le trait suivant relatif au territoire des Missions: « Avec totale indépendance des gouvernements du Paraguay et de Buenos-Ayres, sous lesquels ils se trouvent divisés désormais. » Ces paroles donnent une preuve irrecusable que partie du territoire des Missions était adjugé à la province du Paraguay jusqu'à cette année 1803.

La Gazette de Rosas, qui a le système tres-commode de se montrer ignorante de ce qu'elle ne peut pas contester même par des chicanes, et qui, quand elle ne peut se dispenser d'un aveu, le fait le plus vague et le plus obscur qu'il lui est possible, ne pouvait nier ce fait plus clair que la lumière; et dans son n. 7191, du 5 juillet 1847, toujours intéressée à blâmer le Paraguay de l'usurpation de ce territoire, elle dit: « Dans les temps de la monarchie espagnole, l'administration de l'intendant du Paraguay était soumise à la vice-royauté de Buenos-Ayres; bien que le dit intendant exerçât jurisdicção dans les affaires politiques et militaires de quelques-unes des peuplades des Missions, celles-ci demeurent entièrement séparées de celle du Paraguay par le décret royal du 17 mai 1803, et formerent une intendance séparée sous tous les rapports. »

C'est ainsi que la Gazette fait les aveux auxquels elle se voit obligée. A quoi sert de nous dire que les intendants de la province, qui alors était du Paraguay, était soumis au vice-roi? Qui est-ce qui a mis cela en doute? Ce n'est pas de cela qu'il s'agit. Ce qu'on veut savoir, c'est si quelque partie du territoire des anciennes Missions a été sous la jurisdicção militaire et politique de la province du Paraguay pendant le gouvernement espagnol. « Qui, dit la Gazette, mais ce territoire fut entièrement séparé de celui du Paraguay par le décret de 1803. » Déjà le manifesto l'a dit aussi, et nous arriverons tout-à-l'heure à ce point. Cependant n'embrouillons pas ce fait avec les autres, qui sont inutiles; occupons-nous de chacun à son tour.

Nous avons, bien qu'avec peine, et seulement à demi, obtenu de la Gazette l'aveu que jusqu'en 1803 l'intendant du Paraguay exerçait toute la jurisdicção dans une partie des peuplades des Missions. Nous sommes d'accord. Quant à l'aveu incomplet de la Gazette, nous le compléterons en ajoutant que ce décret de 1803, qui retira au Paraguay le territoire des Missions, retira aussi à la province de Buenos-Ayres la part qu'elle avait, et qui était la plus grande.

A Gazeta saiu desde 1803 até 1811. Para que dá esse salto? Para que interrompe com tamanha violência a chronologia? Para que passa em silencio esses oito annos decorridos de 1803 a 1811? Nada occorreu nesse longo espaço de oito annos que tenha relação com o presente negocio? Se alguma coisa occorreu, porque não o disse a Gazeta? Porque lhe não convinha, porque como o seu proposito é enganar, queria deixar pensar aos imparciaes que o Paraguay tomou violentamente, o que antes se lhe havia tirado; quer accommodar os factos ás suas vistas e pretensões, quando devéra subordinar estas aos factos.

O manifesto do supremo governo preencheu essa lacuna que a Gazeta expressamente deixou na serie dos factos historicos. Depois do real decreto de 1803 que tirou a dependência de Buenos-Ayres, bem como ao Paraguay, a parte do territorio de Missões que cada um tinha para formar um governo independente de ambas as provincias, veio outro decreto real em 1806 que devolveu ao Paraguay não só o territorio das Missões que antes tinha, senão tambem o que pertencera á provincia de Buenos-Ayres, e que lhe foi tirado pelo decreto de 1803.

Com officio de 25 de março de 1806 dirigido a D. Lazaro de Rivera, governador do Paraguay, e a D. Bernardo de Velasco, remetiu o vice-roi marquez de Sobre-Monte o real decreto expedido sobre consulta da Junta de fortificação e defesa das Indias, cuja assignatura tambem transcreve o marquez de Sobre-Monte, avisando que el-rei confiamundo-se com a consulta da expressada Junta de fortificações havia resolvido reunir o governo das tributações das Missões guaranis ao do Paraguay, pondo á sua testa o coronel D. Bernardo de Velasco.

Este facto tão decisivo, invocado pelo manifesto do supremo governo, não podia ignora-lo a erudita Gazeta; e sem embargo disso passa-o por alto, porque publicando o mostrava o bom direito e justo titulo com que o Paraguay mantem e defende esse territorio, e ficava nullo o injusto e criminoso cargo de usurpação que lhe lança a Gazeta.

A excessiva extensão do officio do marquez de Sobre-Monte, que transcreve toda a consulta da Junta de fortificações e defesa das Indias, não nos permite a sua inserção por inteiro; reduzir-nos hemos pois aos actos authenticos consummados em virtude dessa regia disposição.

ACTA DO CABIDO DA ASSUMPTÃO.

Na cidade da Assumpção do Paraguay, aos cinco dias do mez de maio de 1806 annos: havendo-se congregado nesta sala consistorial o Sr. D. Lazaro de Rivera, governador intendente desta provincia; o Sr. D. Bernardo de Velasco, actual governador das Missões; e os Srs. D. Bernardo de Argana, alferes real e alcaide do primeiro voto; D. Jose Antonio Caballero, de segundo voto; os ministros principaes D. Pedro de Ocasio e D. Jose de Elizalde, D. Jose Estevão de Arza, regedor alguazil-mór; regedores D. Francisco Vicente Gonzales, D. Jose Ibarra Pacheco, D. Francisco de Haedo, D. Nicoláo Gonzales, D. Fernando de la Mora, D. Jose Antonio Fernandez, e o syndico procurador D. Severino Acosta, o referido Sr. D. Lazaro de Rivera disse que el-rei nosso senhor se havia dignado conferir este governo-intendencia, com aggregação do de Missões, ao dito Sr. D. Bernardo de Velasco, e que, para que desde logo tivesse todo o seu effeito o disposto por S. M., e o dito senhor entrasse no uso e exercicio do mencionado emprego, o reconhecia e dava a conhecer por tal governador-intendente aos nomeados señores que compoem este illustre ajuntamento e a toda a provincia, entregando-lhe S. S. o bastão e mando como a seu legitimo e verdadeiro successor; o que executou no mesmo acto para que todos obedeçam ás suas ordens e disposições; e que tirando-se cópias legitimadas desta diligencia se fizesse circular por todo o districto da provincia remetendo-se uma as caxas reais para devido conhecimento e outra ao Exm. Sr. vice-roi para sua superior intelligencia; com o que se concluiu este acto de posse, firmando os ditos señores, de que dou fé. Seguem as firmas

La Gazette saute de 1803 à 1811. Pourquoi fait-elle ce saut? Pourquoi interrompt-elle la chronologie avec une si grande violence? Pourquoi passe-t-elle sous silence ces huit années passées de 1803 à 1811? N'est-il rien arrivé dans ce long espace de huit années qui ait rapport à la présente affaire? Et si quelque chose est arrivé, pourquoi la Gazette ne l'a-t-elle pas dit? Parce qu'il ne lui convenait pas; parce que, comme son dessein est de tromper, elle voulait laisser penser aux imparciaux que le Paraguay a pris violemment ce qu'appartient au vice-roi; parce qu'elle veut arranger les faits selon ses vues et ses prétentions, quand elle devrait subordonner celles-ci aux faits.

Le manifeste du gouvernement suprême remplit cette lacune que la Gazette a expressément laissée dans la série des faits historiques. Après le décret royal de 1803, qui retira à Buenos-Ayres, aussi bien qu'au Paraguay, la partie du territoire des Missions que chacun avait pour former un gouvernement indépendant des deux provinces, vint, en 1806, un autre décret royal qui rendit au Paraguay non seulement le territoire des Missions qu'il avait auparavant, mais aussi celui qui appartenait à la province de Buenos-Ayres, et qui lui avait été retiré par le décret de 1803.

Par un officio du 25 mars 1806, adressé à D. Lazaro de Rivera, gouverneur du Paraguay, et à D. Bernardo de Velasco, le vice-roi, marquis de Sobre-Monte, remit le décret royal expédié sur un rapport de la Junta de fortifications et défense des Indes, dont le marquis de Sobre-Monte transcrit aussi le texte, en avisant que le roi, se conformant au rapport de la Junta de fortifications designée, avait résolu de réunir le gouvernement des tributaions des Missions guaranis à celui du Paraguay, et mettant à sa tête le colonel D. Bernardo de Velasco.

Ce fait si décisif, invoqué par le manifeste du gouvernement suprême, l'érudite Gazette ne pouvait l'ignorer; et cependant elle l'omet, parce qu'en le publiant elle montrerait le bon droit et le juste titre avec lesquels le Paraguay maintient et défend ce territoire, et l'injuste et criminel reproche d'usurpation demeurerait nul.

L'excessive extension de l'officio du marquis de Sobre-Monte, qui transcrit tout le rapport de la Junta de fortifications et défense des Indes, ne nous permet pas sa insertion en entier; nous la réduisons donc aux actes authentiques consommés en vertu de cette disposition royale.

ACTE DU CHÂPIÈRE DE L'ASSUMPTION.

Dans la ville de l'Assumption du Paraguay, le cinquiesme jour du mois de mai de l'année 1806, s'étant assemblée dans cette salle consistoriale D. Lazaro de Rivera, gouverneur intendente de cette province, D. Bernardo de Velasco, gouverneur actuel des Missions, D. Bernardo de Argana, sous-lieutenant royal et alcaide de premier rang, D. Jean Antoine, chevalier de second rang, les ministres principaux D. Pierre de Ocasio et D. Joseph de Elizalde, D. Joseph Etienne de Arza, officier municipal, grand alguazil, les officiers municipaux D. Francois Vincent Gonzales, D. Joseph Ibarra Pacheco, D. Francois de Haedo, D. Nicolas Gonzales, D. Ferdinand de la Mora, D. Jean Antoine Fernandez, le syndic procureur D. Severin Acosta, le susdit Sr. Lazaro de Rivera a dit que le roi notre maître avait dignement conféré ce gouvernement-intendance, avec aggregacion de celui des Missions, au dit D. Bernardo de Velasco, et que, pour que dès ce moment la disposition de S. M. eût tout son effet, et que le dit seigneur entrât en jouissance et exercice de l'emploi mentionné, il le reconnaissait et le faisait reconnaître pour gouverneur-intendant au seigneur susnommé qui composent cette illustre assemblée et à toute la province, en lui remettant le bâton et le commandement, comme à son legitime et véritable successeur; ce qu'il a exécuté dans le même acte, pour que tous obéissent à ses ordres et dispositions, et que se tirant des copies légalisées de cette mesure, on les fassent circuler par tout le district de la province, en remettant une aux caxas royales pour due connaissance, et une autre à S. Ex. le vice-roi pour son intelligence.

reconhecimento de Manoel Benitez, escrivão e notario publico de S. M., governo e cabido.

Il avendo exhibido o Sr. governador intendente D. Bernardo de Velasco a ordem régia pela qual S. M. se dignou conferir-lhe este governo-intendencia com reunião das tributações guaranis de Missões, e lida que foi por mim escrivão, o Sr. regedor decano, D. Francisco Vicente Gonzales, em nome deste illustre corpo lhe deu obediencia ordenando fosse registada; e em vista della o mesmo Sr. regedor decano lhe tomou o juramento segundo o estilo, de baixo do cujo gravame pronuncien servir bem e fielmente o emprego de governador intendente para que S. M. foi servido nomea-lo, cumprindo as leis, decretos reais, pragmaticas, saçoções expedidas e que de novo se promulgarem, olhar pelo bem e conservação desta provincia e seus habitantes, etc., etc. Seguem as assignaturas e reconhecimento do escrivão e notario publico de S. M., governo e cabido, Manoel Benitez.

Por estes autos, cuja authenticidade não se pôde pôr em dúvida, tornou a provincia do Paraguay a comprehender em sua jurisdicção e limites não só o territorio do Missões que tivera até 1803, senão tambem toda a parte desse territorio que antes do decreto desse anno pertencia a Buenos-Ayres.

Que oppõe a Gazeta a tudo isso? Que dirá «Ela»? Sabe o Dees; sem um modo de argumentar que é exclusivamente seu; dirá muitas palavras como até aqui, e nada em substancia; mentiras sem pudor: a Gazeta não escreve para convencer; quer só enredar como os velhacos para ganhar tempo e causar ou mistar o seu cridar. Se seu amor sincero, attribuir-se-ha uma grande parte na victoria e bradar triumpho da razão: se for vencido, calar-se-ha e ficará para um canto como as velhas prostitutas que todos desprezam.

O que a Gazeta oppõe a estes documentos, em breve o veremos. Sigamos primeiro os factos que o manifesto menciona, que depressa obgavemos aos documentos que a Gazeta apresenta e ás suas asserções.

O manifesto para abundar na demonstração da boa fé, bem direito e justo titulo com que o Paraguay occupava esse territorio de parte das Missões, invocou tambem a sequencia e consentimento expresso do governo de Buenos-Ayres depois da revolução, e comprou esse facto com o texto do art. 6º do tratado de 12 de outubro de 1811, que transcreve integralmente o mesmo manifesto. Depois do que este artigo diz tão expressamente, é uma insigne má fé, e uma calumnia, e por consequente uma injuria atroz sustentar que o Paraguay usurpa esse territorio.

Porém nada detem a Gazeta no proposito de accommodar as cousas ás suas vistas, figurar agravos, e apresentar-se sempre como se tivesse por si a razão e a justiça: para conseguir este fim altera os factos ou os occultar, e trunca os documentos ou os suprime. No numero 7107 de 5 de julho do anno de 1807, depois de inserir a seguinte insigne falsidade: «Por occasião da nobre mediação dos Estados-Unidos, o governo da provincia do Paraguay, longe de apresentar-se com vistas conciliadoras... fixou como condição sine qua non o statu quo de limites... pretendendo que a detenção das Illegas e espoliativas accumuladas de territorio feitas violenta e illegitimamente lhe fossem reconhecidas e asseguradas;» acrescenta: «Por uma parte o governo paraguayo tem absorvido quasi na sua totalidade o territorio da provincia de Missões, e da outra occupa toda a margem direita do Paraná desde a embocadura do Taguary até ao Passo do Rei, que corresponde a provincia de Corrientes, porque sempre esteve sob o seu dominio e jurisdicção o territorio oculto do outro lado do Paraná entre este rio e Curupaiti.»

Não pôde dar-se calumnia mais impudente, nem falsidade mais insigne, a vista do teor do art. 5º do tratado de 12 de outubro de 1811. Como chama a Gazeta a occupação desse territorio pelo governo do Paraguay, violenta e illegitima detenção, usurpación illeal, se esse artigo diz em

superiores; par quoi s'est conclu cet acte de possession, les dits seigneurs ayant signés, comme je l'affirme. Suivent les signatures et la reconnaissance de Manoel Benitez, escrivain et notaire public de S. M., du gouvernement et du chapitre.

Et le gouverneur-intendant D. Bernardo de Velasco ayant exhibé l'ordre royal par lequel S. M. a daigné lui confier ce gouvernement-intendance avec la réunion des tributaions guaranis des Missions, et cet ordre ayant été lu par moi escrivain, l'officier municipal doyen, D. Francois Vincent Gonzales, au nom de cet illustre corps, lui presta obéissance, ordonnant qu'il fut enregistré; et, en son exécution, le même Sr. officier municipal doyen reçut son serment selon l'usage, engagement par lequel il promit de remplir bien et fidèlement l'emploi de gouverneur-intendant auquel S. M. a bien voulu le nommer, en exécutant les lois, décrets royaux, pragmatiques, sactions expedées et qui de nouveau se promulgueront, veiller au bien et à la conservation de cette province et de ses habitants, etc., etc. Suivent les signatures et la reconnaissance de l'escrivain et notaire public de S. M., du gouvernement et du chapitre, Manoel Benitez.

Par ces actes, dont on ne peut mettre en doute l'authenticité, la province du Paraguay se trouva comprendre de nouveau dans sa jurisdicção et limites non-seulement le territoire des Missions, qu'elle avait eu jusqu'en 1803, mais encore toute la partie de ce territoire qui avant le décret de cette année appartenait à Buenos-Ayres.

Qu'oppose la Gazette à tout cela? Que dira-t-elle? Dieu le sait. Elle a une manière d'argumenter que est exclusivement la sienne: elle dira beaucoup de paroles comme jusqu'ici, et rien en substance; des mensonges sans pudeur; la Gazette n'écrit pas pour convaincre; elle veut seulement embrouiller, comme les fripons, pour gagner du temps et fatiguer ou tuer les crédules. Si son maître est vainqueur, elle s'attribuera une grande part dans la victoire et s'écriera: triumphe de la raison; s'il est vaincu, elle se taira et restera dans un coin comme les vieilles prostituées que tout le monde méprise.

Ce que la Gazette oppose à ces documents, bientôt nous le verrons. Suivons d'abord les faits que le manifesto mentionne, et nous arriverons promptement aux documents et aux asserções que la Gazette présente.

Le manifesto, pour abonder en démonstrations de la bonne foi, du bon droit et du juste titre avec lesquels le Paraguay occupait ce territoire de partie des Missions, invoqua aussi l'acquiescement et le consentement formel du gouvernement de Buenos-Ayres après la révolution, et confirma ce fait par le texte de l'article 6 du traité du 12 octobre 1811, que rapporte intégralement le même manifesto. Après ce que dit si expressément cet article, c'est une insigne mauvaise foi et une calomnie, et par conséquent une injure atroce, de soutenir que le Paraguay usurpe ce territoire.

Mais rien ne retient la Gazette dans la résolution d'accommoder les choses selon ses vues, d'imaginer des griefs et de se présenter toujours comme si elle avait pour elle la raison et la justice; pour atteindre ce but, elle altere les faits ou les cache, et tronque les documents ou les supprime. Dans le n° 7107, du 5 juillet 1807, après avoir inséré l'insigne fausseté suivante: «A l'occasion de la noble médiation des Etats-Unis, le gouvernement de la province du Paraguay, loin de se présenter avec des vues conciliatrices, fixa comme condition sine qua non le statu quo de limites... prétendant que la détention des illegales et espoliatrices accumulées de territoire faites violemment et illegitimement lui a été reconnue et assurée;» elle ajoute: «D'un côté, le gouvernement paraguayen a presque absorbé dans sa totalité le territoire de la province des Missions, et, de l'autre, occupe toute la rive droite du Paraná depuis la bouche du Taguary jusqu'au passage du Roi qui correspond à la province de Corrientes, parce que le territoire contenu de l'autre côté du Paraná, entre cette rivière et Curupaiti, fut toujours sous sa dépendance et jurisdicção.»

On ne peut employer une calomnie plus effrontée et d'une fausseté plus insigne, vu la teneur de l'article 5 du traité du 12 octobre 1811. Pourquoi la Gazette appelle-t-elle l'occupation de territoire par le gouvernement paraguayen violente et illegitime, déclinon du bien d'us-

A *Gazeta* saiu desde 1808 até 1811. Para que dá esse salto? Para que interrompe com tanta violência a chronologia? Para que passa em silencio esses oito annos decorridos de 1803 a 1811? Nada occorreu nesse longo espaço de oito annos que tenha relação com o presente negocio? E se alguma coisa occorreu, porque não o disse a *Gazeta*? Porque lhe não convinha, porque como o seu proposito é enganar, queria deixar pensar aos imparciaes que o Paraguay tomou violentamente, o que antes se lhe havia tirado; quer accommodar os factos ás suas vistas e pretensões, quando devêra subordinar estas aos factos.

O manifesto do supremo governo preencheu essa lacuna que a *Gazeta* expressamente deixou na serie dos factos historicos. Depois do real decreto de 1803 que tirou a Buenos-Ayres, bem como ao Paraguay, a parte do territorio de Missões que cada um tinha para formar um governo independente de ambas as provincias, veio outro decreto real em 1806 que devolveu ao Paraguay não só o territorio das Missões que antes tinha, senão tambem o que pertencera á provincia de Buenos-Ayres, e que lhe foi tirado pelo decreto de 1803.

Com officio de 25 de março de 1806 dirigido a D. Lazaro de Rivera, governador do Paraguay, e a D. Bernardo de Velasco, remettedor o vice-roi marquez de Sobre-Monte o real decreto expedido sobre consulta da Junta de fortificações e defesa das Indias, cuja integra tambem transcreve o marquez de Sobre-Monte, avisando que el-rei conformando-se com a consulta da expressada Junta de fortificações havia resolvido reunir o governo das *trinta povoações de Missões guaranis do do Paraguay, pondo á sua testa o coronel D. Bernardo de Velasco.*

Este factó tão decisivo, invocado pelo manifesto do supremo governo, não podia ignora-lo a erudita *Gazeta*; e sem embargo disso passa-o por alto, porque publicando o mostrava o bom direito e justo titulo com que o Paraguay mantem e defende esse territorio, e deixa nullo o injusto e criminoso cargo de usurpação que lhe lança a *Gazeta*.

A excessiva extensão do officio do marquez de Sobre-Monte, que transcreve toda a consulta da Junta de fortificações e defesa das Indias, não nos permite a sua inserção por inteiro; reduzir-nos-hemos pois aos actos autenticos consummados em virtude dessa régia disposição.

ACTA DO CABIDO DA ASSUMPTÃO.

Na cidade da Assumpção do Paraguay, aos cinco dias do mez de maio de 1806 annos; havendo-se congregado nesta sala consistorial o Sr. D. Lazaro de Rivera, governador intendente desta provincia; o Sr. D. Bernardo de Velasco, actual governador das Missões; e os Srs. D. Bernardo de Argana, alferes real e alcaide de primeiro voto; D. João Antonio Caballero, de segundo voto; os ministros principaes D. Pedro de Ocasio e D. José de Elizalde, D. José Estevão de Arzo, regedor aguará-mór; regedores D. Francisco Vicente Gonzalez, D. José Ibáñez Pacheco, D. Francisco de Haedo, D. Nicoláo Gonzales, D. Fernando de la Mora, D. João Antonio Fernandes, e o syndico procurador D. Severino Acosta, o referido Sr. D. Lazaro de Rivera disse que el-rei nosso senhor se havia dignado conferir este governo-intendencia, com aggregação de *de Missões*, ao dito Sr. D. Bernardo de Velasco, e que, para que desde logo tivesse todo o seu effeito o disposto por S. M., e o dito senhor entrasse no uso e exercicio do mencionado emprego, o reconhecia e dava a conhecer por tal governador-intendente aos nomeados senhores que compoem este illustre ajuntamento e a toda a provincia, entregando-lhe S. S. o bastão e mando como a seu legitimo e verdadeiro successor; o que executou no mesmo acto para que todos obedeciam ás suas ordens e disposições; e que tirando-se cópias legalizadas desta diligencia se fizesse circular por todo o districto da provincia remettendo-se uma ás caixas reais para devido conhecimento e outra ao Exm. Sr. vice-roi para sua superior intelligencia; com o que se concluiu este acto de posse, firmando os ditos senhores, de que don'te. Seguem as firmas

La *Gazeta* sauiu de 1803 a 1811. Pourquoi fait-elle ce saut? Pourquoi interromp-elle la chronologie avec ces huit années passées de 1803 à 1811? N'est-il rien arrivé dans ce long espace de huit années qui ait rapport à la présente affaire? Et si quelque chose est arrivé, pourquoi la *Gazette* ne l'a-t-elle pas dit? Parce qu'il ne lui convenait pas; parce que, comme son dessein est de tromper, elle voulait laisser penser aux imparciaux que le Paraguay a pris violemment ce qu'au paravant on lui avait retiré; parce qu'elle veut arranger les faits selon ses vues et ses prétentions, quand elle devrait subordonner celles-ci aux faits.

Le manifeste du gouvernement suprême remplit cette lacune que la *Gazette* a expressément laissée dans la serie des faits historicos. Après le décret royal de 1803, qui retira à Buenos-Ayres, aussi bien qu'au Paraguay, la partie du territoire des Missions que chacun avait pour former un gouvernement indépendant des deux provinces, vint, en 1806, un autre décret royal qui rendit au Paraguay non seulement le territoire des Missions qu'il avait auparavant, mais aussi celui qui appartenait à la province de Buenos-Ayres, et qui lui avait été retiré par le décret de 1803.

Par un officio du 25 mars 1806, adressé à D. Lazaro de Rivera, gouverneur du Paraguay, et à D. Bernardo de Velasco, le vice-roi, marquis de Sobre-Monte, remit le décret royal expédié sur un rapport de la *Junta de fortifications et de défense des Indes*, dont le marquis de Sobre-Monte transcrit aussi le texte, en avisant que le roi, conformément au rapport de la *Junta de fortifications* des Indes, avait résolu de réunir le gouvernement des *trinta peuplades des Missions Guaranis de celui du Paraguay*, en mettant à sa tête le colonel D. Bernardo de Velasco.

Ce fait si décisif, invoqué par le manifeste du gouvernement suprême, l'érudite *Gazette* ne pouvait l'ignorer; et cependant elle l'omet, parce qu'en le publiant elle montrait le bon droit et le juste titre avec lesquels le Paraguay maintient et défend ce territoire, et l'injuste et criminel reproche d'usurpation demeurait nul.

L'excessive extension de l'officio du marquis de Sobre-Monte, qui transcrit tout le rapport de la *Junta de fortifications et de défense des Indes*, ne nous permet pas de son insertion en entier; nous la réduisons donc aux actes authentiques consommés en vertu de cette disposition royale.

ACTE DU CHAPITRE DE L'ASSUMPTION.

Dans la ville de l'Assumption du Paraguay, le cinquième jour du mois de mai de l'année 1806, s'étant assemblés dans cette salle consistoriale D. Lazaro de Rivera, gouverneur intendente de cette province, D. Bernardo de Velasco, gouverneur actual des Missions, D. Bernardo de Argana, sous-lieutenant royal et alcaide de premier rang, D. Jean Antoine, chevalier de second rang, les ministres principaux D. Pierre de Ocasio et D. Joseph de Elizalde, D. Joseph Etienne de Arzo, officier municipal, grand alguazil, les officiers municipaux D. François Vincent Gonzalez, D. Joseph Ibáñez Pacheco, D. François de Haedo, D. Nicolas Gonzalez, D. Ferdinand de la Mora, D. Jean Antoine Fernandes, le syndic procureur D. Severin Acosta, le susdit Sr. Lazaro de Rivera a dit que le roi notre maître avait dignement confié ce gouvernement-intendencia, avec aggregación de *celui des Missions*, au dit D. Bernardo de Velasco, et que, pour que dès ce moment la disposition de S. M. eût tout son effet, et que le dit seigneur entrât en jouissance et exercice de l'emploi mentionné, il le reconnaissait et le faisait reconnaître par le gouverneur-intendant aux seigneurs susnommés qui composent cette illustre assemblée et à toute la province, en lui remettant le bâton et le commandement, comme à son legitime et véritable successeur; ce qu'il a exécuté dans le même acte, pour que tous obéissent à ses ordres et dispositions, et que se tirant des copies legalisées de cette minute, on les fesse circuler par tout le district de la province, en remettant une aux caisses royales pour due connaissance, et une autre à S. Ex. le vice-roi pour son info-

reconhecimento de Manoel Benitez, escrivão e notario publico de S. M., governo o cabido.

Et havendo exhibido o Sr. governador intendente D. Bernardo de Velasco a ordem régia pela qual S. M. se dignou conferir-lhe este governo-intendencia com aggregação de *trinta povoações guaranis de Missões*, e lida que foi por mim escrivão, o Sr. regedor decano, D. Francisco Vicente Gonzalez, em nome deste illustre corpo lhe deu obediencia ordenando fosse registada; e em vista della o mesmo Sr. regedor decano lhe tomou o juramento segundo o estilo, deixando de cujo gravame prometton servir bem e fielmente o emprego de governador intendente para que S. M. foi servido nomealo, cumprindo as leis, decretos, cédulas, pragmatias, sanções expedidas e que de novo se promulgarem, olhar pelo bem e conservação desta provincia e seus habitantes, etc., etc. Seguem as assignaturas e reconhecimento do escrivão e notario publico de S. M., governo e cabido, Manoel Benitez.

Par estes autos, cuja authenticidade não se pôde pôr em duvida, tornou a provincia do Paraguay a comprehender em sua jurisdicção e limites não só o territorio de Missões que antes do decreto desse anno pertencia a Buenos-Ayres.

Que oppõe a *Gazeta* a tudo isso? Que dirá ella? Sabe o Deus; tem um modo de argumentar que é exclusivamente seu; dirá muitas palavras como até aqui, e nada em substancia; mentiras sem pudor: a *Gazeta* não escreve para convencer; quer só enredar como os velhacos para ganhar tempo e causar ou matar o seu creder. Se seu amo vencer, atribuir-se-ha uma grande parte na victoria e bradará *triumpho da razão*; se for vencido, calar-se-ha e ficará para um canto como as velhas prostitutas que todos desprezam.

O que a *Gazeta* oppõe a estes documentos, em breve o veremos. Sigamos primeiro os factos que o manifesto menciona, que depreza e negamos aos documentos que a *Gazeta* apresenta e ás suas asserções.

O manifesto para abundar na demonstração da boa fe, tem direito e justo titulo com que o Paraguay occupava esse territorio de parte das Missões, invocou tambem a acquiescencia e consentimento expresso do governo de Buenos-Ayres depois da revolução, e comprovou esse facto com o texto do art. 4º do tratado de 12 de outubro de 1811, que transcreve integralmente o mesmo manifesto. Depois do que este artigo diz tão expressamente, é uma insigne má fé, é uma calúnia, e por consequente uma injuria atroz sustentar que o Paraguay usurpa esse territorio.

Porém nada detem a *Gazeta* no proposito de accommodar as causas ás suas vistas, figurar agravos, e apresentar-se sempre como se tivesse por si a razão e a justiça; para conseguir este fim altera os factos ou os occultar, e tranca os documentos ou os suprime. No numero 7101 de 3 de julho do anno de 1807, depois de inserir a seguinte insigne falsidade: « Por occasião do nobre mediação dos Estados-Unidos, o governo da provincia do Paraguay, longe de apresentar-se com vistas conciliadoras... fixou como condição *sine qua non* a *extato quo de limites*... pretendendo que a detenção das Illegas e espoliadas accumuladas de turbulencia feitas violenta e illegitimamente lhe fôrão reconhecidas e asseguradas: » acrescenta: « Por uma parte o governo paraguayense tem observado quasi na sua totalidade o territorio da provincia de Missões, e da outra occupa toda a margem direita do Paraná desde a embocadura do Taquary até ao Passo do hel, que corresponde a provincia de Corrientes, porque sempre esteve sob o seu dominio e jurisdicção o territorio copido do outro lado do Paraná entre este rio e Curupaiti. »

Não pôde dar-se calúnia mais impudente, nem falsidade mais insigne, á vista do teor do art. 4º do tratado de 12 de outubro de 1811. Como obama a *Gazeta* a occupação desse territorio pelo governo do Paraguay, *violenta e illegitimamente*, *usurpação illegal*, se esse artigo diz em

superiure; par quoi s'est conclu en acte de possession, les dits seigneurs ayant signés, comme le faitimes. Suivent les signatures et la reconnaissance de Manoel Benitez, escrivain et notaire public de S. M., du gouvernement et du chapitre.

Et le gouverneur-intendant D. Bernardo de Velasco ayant exhibé l'ordre royal par lequel S. M. a daigné lui confier ce gouvernement-intendencia avec la réunion des *trinta peuplades guaranis des Missions*, et cet ordre ayant été lu par moi escrivain, l'officier municipal doyen, D. François Vincent Gonzalez, au nom de cet illustre corps, lui presta obéissance, ordonnant qu'il fut enregistré; et en son exécution, le même Sr. officier municipal doyen reçut son serment selon l'usage, engagement par lequel il promet de remplir bien et fidèlement l'emploi de gouverneur-intendant auquel S. M. a bien voulu le nommer, en exécutant les lois, décrets royaux, pragmatiques, sanctions expédiées et qui de nouveau se promulgueront; veiller au bien et à la conservation de cette province et de ses habitants, etc., etc. Suivent les signatures et la reconnaissance de l'escrivain et notaire public de S. M., du gouvernement et du chapitre, Manoel Benitez.

Par ces actes, dont on ne peut mettre en doute l'authenticité, la province du Paraguay se trouva comprendre de nouveau dans sa jurisdiction et limites non-seulement le territoire des Missions, qu'elle avait eu jusqu'en 1803, mais encore toute la partie de ce territoire qui avant le décret de cette année appartenait à Buenos-Ayres.

Qu'oppose la *Gazette* à tout cela? Que dirá-t-elle? Dieu le sait. Elle a une manière d'argumenter que est exclusivement la sienne; elle dirá beaucoup de paroles comme jusqu'ici, et rien en substancia; des mensonges sans pudor; la *Gazette* n'écrit pas pour convaincre; elle veut seulement embrouiller, comme les fripons, pour gagner du temps et fatiguer ou tuer les crédules. Si son maître est vainqueur, elle s'attribuera une grande part dans la victoire et s'écriera: *triumpho de la raison*; s'il est vaincu, elle se taira et restera dans un coin comme les vieilles prostituées que tout le monde méprise.

Ce que la *Gazette* oppose à ces documents, bientôt nous le verrons. Suivons d'abord les faits que le manifesto mentionne, et nous arriverons promptement aux documents et aux asserções que la *Gazette* présente.

O manifesto, pour abonder en démonstrations de la bonne foi, du bon droit et du juste titre avec lesquels le Paraguay occupait ce territoire de partie des Missões, invoqua aussi l'acquiescencia et le consentement formel du gouvernement de Buenos-Ayres après la révolution, et confirma ce fait par le texte de l'article 4 du traité du 12 octobre 1811, que rapporte integrallement le même manifesto. Après ce que dit si expressément cet article, c'est une insigne mauvaise foi et une calumnie, et par consequent une injure atroce, de soutenir que le Paraguay usurpe ce territoire.

Mais rien ne retient la *Gazette* dans la résolution d'accommoder les choses selon ses vues, d'imaginer des griefs et de se présenter toujours comme si elle avait pour elle la raison et la justice; pour atteindre ce but, elle altere les faits ou les cache, et tronque les documents ou les suprime. Dans le n.º 7101, du 3 juillet 1807, apres avoir inséré l'insigne fausseté suivante: « A l'occasion de la noble médiation des Etats-Unis, le gouvernement de la province du Paraguay, loin de se présenter avec des vues conciliatrices, fixa comme condition *sine qua non* le *stato quo de limites*, prétendant que la détention des illegales et espoliées accumulées de territoire faites violemment et illegitimement lui a été reconnue et assurée, » elle ajoute: « D'un côté, le gouvernement paraguayen a presque absorbé dans sa totalité le territoire de la province des Missões, et, de l'autre, occupe toute la rive droite du Paraná depuis la bouche du Taquary jusqu'au passage du hel qui correspond à la province de Corrientes, parce que le territoire contenu de l'autre côté du Paraná, entre cette rivière et Curupaiti, fut toujours sous sa dépendance et jurisdiction. »

On ne peut employer une calumnie plus effrontée et d'une fausseté plus insigne, vu la teneur de l'article 4 du traité du 12 octobre 1811. Pourquoi la *Gazette* appelle-t-elle l'occupation de territoire par le gouvernement paraguayen *violenta et illegitimamente*, *détention du bien d'au-*

linguagem mui explicita, *peda os limites desta provincia na forma em que actualmente se achão?*

A *Gazeta* conhece perfeitamente o texto do art. 4.º, pois que a cada passo está invocando o tratado de 12 de outubro; porém abstem-se de o transcrever na sua íntegra, porque dahi ressaltaria demasiado a sua injustiça e inconsequência: falando desse artigo, só diz que *referio a decisão definitiva deste assumpto relativamente ao territorio entre o rio Paraná e Curupaiti, á decisão do congresso geral da republica.*

Pôde dizer-se sem exageração que em tudo o que a *Gazeta* escreve são tantas as falsidades e subreptões ou obreptões quantas as linhas: nos trechos que deixamos transcriptos ha tres falsidades mui notáveis.

É falso, como temos indicado, que o governo paraguayo, quando se tratou da mediação dos Estados-Unidos, fixasse como condição *sine qua non* o statu quo de limites, inserimos na nota correspondente a comunicação do supremo governo da republica de 15 de setembro de 1856 ao Sr. Harris, encarregado de negócios dos Estados-Unidos em Buenos-Ayres. Ali se verá que não ha uma só palavra nessa comunicação que se refira a limites, comquanto ella abraçe tudo o que o governo do Paraguay disse acerca dessa mediação.

É falso que o governo paraguayo tenha absorvido quasi na sua totalidade o territorio da provincia de Missões. Nem a geographia do seu país a *Gazeta* conhece; e se a conhece, pelo para ella, porque então não se pôde classificar a sua asserção senão como *mal ja*. O territorio das Missões que tem e occupa o governo do Paraguay não é nem a vigesima parte do territorio de Missões, como advertira qualquer que note que é só o departamento de Candelaria designado com todas as suas letras no art. 4.º do tratado de 12 de outubro.

É falso que esse artigo refira á decisão do congresso geral o assumpto de limites, só relativamente ao territorio entre o Paraná e Curupaiti; tambem se cometto á mesma decisão a respeito do territorio de Missões. De um e outro falla o art. 4.º.

Não discutimos agora o que vale ou importa ao Paraguay essa referencia ao congresso geral de toda a republica: não confundamos questões importantes. O Paraguay não se submetten, nem podia submeter-se, depois das suas declarações anteriores ao tratado, e de estabelecer nesse mesmo tratado a sua independencia, á decisão de um congresso estrangeiro. A seu tempo demonstraremos o que vale essa referencia ao congresso argentino. Por agora de que se trata é de saber se o governo de Buenos-Ayres depois da revolução consentio ou não que o governo do Paraguay mantivesse nos seus limites e jurisdicção tanto o territorio de Missões como o que se acha entre o Paraná e Curupaiti, conhecido pelo nome de *Pedro Gonzales*. Se consentio, como resulta do art. 4.º, porque arguem o governador Rosas e a sua *Gazeta* ao governo paraguayo de *usurpación violenta e ilegítima* desse territorio? para que o caluniamos ante a supposta confederação e ante o mundo todo? É isto conforme á *boa benevolencia, á amizade fraternal* que o governador Rosas não cessa de apregoar? Se o governo de Buenos-Ayres consentio temporaria ou definitivamente (o como não importa) que o do Paraguay conservasse esse territorio, não ha violencia, não ha usurpação.

Se um congresso geral é que deve resolver essa questão, com que direito vem o governador Rosas e seus dependentes intimidar desalojamento e ameaçar fazer uso da força se não se desalojar dentro de um termo dado? Porque não espera, conforme prometteu, pela decisão definitiva desse congresso? Porque elle não se reuniu enquanto Rosas viver, e porque o seu caracter violento não lhe permitte esperar por um successo que sabe que nunca se realizará. Se algum dia se reunir um congresso argentino livre, qualquer governo que succeda a essa longa e cruel dictadura, não ha de proceder como procede o governador Rosas, que leviano e precipitadamente seus conselhos, e violento em seus actos, nada respeita, nem as suas proprias conveniencias. Assim os crentos e

truit, usurpation ilegale, lorsque cet article dit en castillan très-clair: Les limites de cette province demeurent dans la situation où elles se trouvent actuellement?

A *Gazette* connaît parfaitement le texte de l'article, puisqu'à chaque pas elle invoque le traité du 12 octobre, mais elle s'abstient de transcrire intégralement le texte, parce que son injustice et son inconsequente en ressortiraient trop. En parlant de cet article, elle dit seulement qu'il a soumis la décision definitive de cette affaire à l'égard du territoire entre la rivière Paraná et Curupaiti à la décision du congrès général de la république.

On peut dire sans exageration que dans tout ce que la *Gazette* écrit il y a autant de faussetés, de subreptions ou d'obreptions que de lignes. Dans les morceaux que nous avons transcrits il y a trois faussetés très-notables.

Il est faux, comme nous l'avons indiqué, que le gouvernement paraguayo, quand il s'est agi de la médiation des Etats-Unis, ait fixé comme condition *sine qua non* le statu quo de limites. Nous inserons dans la note correspondante la communication du gouvernement suprême de la république, du 15 septembre 1856, à M. Harris, chargé d'affaires des Etats-Unis à Buenos-Ayres. Là on verra qu'il n'y a pas, dans cette communication, un mot qui se refere aux limites; cependant elle embrasse tout ce que le gouvernement du Paraguay a dit au sujet de cette médiation.

Il est faux que le gouvernement paraguayo ait absorbé presque en sa totalité le territoire des Missions. La *Gazette* ne connaît pas la géographie de son pays, et si elle le connaît, c'est pire pour elle, parce qu'alors il n'y a d'autre mot pour qualifier son assertion que celui de *mal ja*. Le territoire des Missions, que tient et occupe le gouvernement du Paraguay, n'est pas la vingtième partie du territoire des Missions, comme le remarque quelconque note que c'est seulement le département de Candelaria nommé en toutes lettres dans l'article 4.º du traité du 12 octobre.

Il est faux que cet article soumette à la décision du congrès général l'affaire des limites, seulement au sujet du territoire entre le Paraná et Curupaiti; il s'en refere aussi à la même décision au sujet du territoire des Missions. L'article 4.º parle de l'un et de l'autre.

Ne disputons pas maintenant sur ce que vaut ou importe pour le Paraguay cette referencia au congrès général de toute la republica; ne confondons pas des questions importantes. Après ses declarations antérieures au traité, et apres avoir établi son indépendance dans ce même traité, le Paraguay ne s'est point soumis ni ne pourrait se soumettre à la décision d'un congrès de nations étrangères. En temps utile nous démontrerons ce que vaut cette referencia au congrès argentin. Pour le présent, ce dont il s'agit, c'est de savoir si le gouvernement de Buenos-Ayres, apres la révolution, a consenti ou non que le gouvernement du Paraguay maintint dans ses limites et jurisdiction aussi bien le territoire des Missions que celui que se trouve entre le Paraná et Curupaiti, connu sous le nom de *Pedro Gonzales*. S'il a consenti, comme il résulte de l'article 4.º, pourquoi le gouverneur Rosas et sa *Gazeta* taxent-ils le gouvernement paraguayo d'*usurpation violente e ilegítima* de ce territoire? Pourquoi le caluniamont-ils devant la prétendue confédération et devant le monde entier? Cela est-il conforme à la *délicatesse bienveillante, à l'amitié fraternelle* que le gouverneur Rosas ne cesse d'apreguer? Si le gouvernement de Buenos-Ayres a consenti temporairement ou definitivement (il n'importe comment) que celui du Paraguay conservât ce territoire, il n'y a pas de violence, il n'y a pas d'usurpation.

Si c'est un congrès général qui doit résoudre cette question, de quel droit le gouverneur Rosas et ses dependants viennent-ils intimant l'ordre de deloger, et menaçant d'user de la force, si dans un terme donné on ne deloge pas? Pourquoi n'attend-on pas, comme on s'y est engagé, la décision definitive de ce congrès? Celui-ci ne se réunira pas tant que Rosas vivra, et son caracter violent ne lui permet pas d'attendre ce qu'il sait ne pas devoir se réaliser. Si quelque jour il se réunit un congrès argentin libre, un gouvernement quelconque qui succède à cette longue et cruelle dictature, il n'agira pas comme agit le gouverneur Rosas, qui, léger et precipité dans ses conseils, et violent dans ses actes, ne respecte rien, pas même ses propres convenances. Nous le

esperamos, fazendo honra e justiça ao caracter do povo argentino. Ninguem, senão Rosas, e só elle, em toda a Republica Argentina, está em dissidencia e hostilidade com a Republica do Paraguay.

Para o mundo imparcial temos dito bastante, para Rosas e sua *Gazeta* nada basta. Só nos resta passar um rapido golpe de vista pelos documentos que tem publicado a *Gazeta*, para provar, segundo diz, os *incontestáveis* direitos que sustenta o governo argentino em opposição ás *usurpaciones* do territorio da provincia de Missões pelo governo do Paraguay.

A *Gazeta* já citada n. 6772 de 7 de maio de 1856 diz que esses documentos são cinco:

1.º O real decreto de 17 de maio de 1805, em que el-rei manda se forme no territorio das Missões um governo particular, e nomeia governador para esse governo a D. Bernardo de Velasco. Não vemos por que modo esse decreto real prova os *incontestáveis* direitos que sustenta o governo argentino. Esse decreto não diz mais do que aquillo que o manifesto do supremo governo refere; a saber: que o Paraguay teve debateo da sua jurisdicção, em 1805, uma parte do territorio de Missões, que depois lhe foi tirada, assim como tambem o foi ontra parte maior desse mesmo territorio que tinha Buenos-Ayres; porém depois, pelo real decreto de 1806, foi devolvido ao Paraguay todo esse territorio.

O segundo documento é uma comunicação de D. João José Blanco, governador de Corrientes, de 21 de fevereiro de 1822, ao governo de Buenos-Ayres, em que se manda que se presente uma canhoneira. Não podemos encontrar a menor relação entre esta comunicação e os *incontestáveis* direitos do governo argentino. E' accusado occupar lugar e tempo com a inserção do officio de Sr. Blanco; quem duvidar da nossa verdade pôde recorrer á citada *Gazeta*.

O terceiro documento é uma nota de D. João Garcia de Casio, de 29 de abril de 1824, ao commandante geral de Missões, instando pela nomeação de um deputado por Missões. E' disse que se deduz? Que se considerou a chamada provincia de Missões para que nomeasse um deputado. Nada importa isto á questão com o Paraguay. Heu deputado pelas Missões correspondentes á Republica Argentina, mas não pelas Missões do Paraguay.

Este prova-o o quarto documento que a mesma *Gazeta* publica, e é uma acta ou processo verbal em que se nomeia deputado por Missões a D. Manuel Pintos, e se lhe dá carta de credito. Essa acta é datada em S. Miguel (das Missões argentinas) a 27 de abril de 1824, e assignada por José Ignacio Bayas, presidente e corregedor de S. Miguel, a cargo de João Francisco Toba Cayá, corregedor da Cruz (Missões argentinas), e do corregedor de Loreto (Missões argentinas na provincia de Corrientes), José Pascual Paranguary; o Sr. Bayas, concilio e mordomo do Loreto, Braz Chapay, Francisco Moraya, alcaide de 1.º voto do Loreto.

O quinto documento é uma outra acta ou processo verbal formado e assignado em S. Roquito, povoação, diz a *Gazeta*, da provincia de Missões, a 15 de fevereiro de 1826, nomeando tambem deputado S. Roquito ora na verdade povoação das Missões, porém não das Missões do Paraguay, e a prova é que os electores são das povoações de Japuyá, Cruz, etc., que são povoações das Missões argentinas; porém não apparece um elector pela Candelaria, Santa Anna, Corpus, S. Ignacio, S. Cosme, etc., que são povoações das Missões do Paraguay.

A *Gazeta*, para iludir, usa da denominação geral de *Missions*, e abstem-se de distinguir as Missões do Uruguay das Missões do Paraná, que são as que pertencem á Republica do Paraguay. (N. 74 do *Paraguayo Independiente*, de 26 de fevereiro de 1858.)

Os numeros 75 e 76 deste periodico contém a discussão acerca da independencia do Paraguay e do seu direito a navegação do Paraná; encerrando a discussão com uma especie de balancete politico das vantagens e inconveniencias que teria a Republica do Paraguay incorporando-

croys et nous l'esperons ainsi, en rendant honneur et justice au caractère du peuple argentin; personne, sinon Rosas, et lui seulement, dans toute la République Argentine, n'est en dissidence et en hostilité avec la République du Paraguay.

Pour le monde impartial nous l'avons dit assez; pour Rosas et pour sa *Gazette* rien ne suffit. Il nous reste seulement à jeter un léger coup-d'œil sur les documents qu'a publiés la *Gazette*, pour prouver, selon ce qu'elle dit, les *incontestables* droits que soutient le gouvernement argentin en opposition aux *usurpations* que le gouvernement du Paraguay a faites du territoire de la province des Missions.

La *Gazette* déjà citée, n. 6772, du 7 mai 1856, dit que ces documents sont au nombre de cinq.

Premièrement, le décret royal du 17 mai 1805, par lequel le roi ordonne que l'on forme, sur le territoire des Missions, un gouvernement particulier, et nomme gouverneur de ce nouveau gouvernement D. Bernard Velasco. Nous ne voyons pas de quelle manière ce décret royal prouve les *incontestables* droits que soutient le gouvernement argentin. Ce décret ne dit pas plus que ce qu'a dit le manifesto du gouvernement suprême, à savoir: que le Paraguay a eu sous sa jurisdiction jusqu'à 1805 une partie du territoire des Missions; qu'ensuite lui a été retirée, comme l'a été aussi une autre partie plus grande de ce même territoire qu'avait Buenos-Ayres; mais ensuite, par le décret royal de 1806, tout ce territoire a été dévolu au Paraguay.

Le second document est une communication de D. Jean Joseph Blanco, gouverneur de Corrientes, du 21 février 1822, au gouvernement de Buenos-Ayres, dans laquelle il donne avis qu'il envoie en présent une canonnière. Nous n'avons pu rencontrer la moindre relation entre cette communication et les *incontestables* droits du gouvernement argentin. Nous nous dispenserons d'employer de la place, et du temps pour l'insertion du document du Sr. Blanco. Celui qui doute de notre véracité peut recourir à la *Gazette* citée.

Le troisieme document est une note de D. Joan Garcia de Casio, du 29 avril 1824, au commandant général des Missions, insistant pour la nomination d'un député pour les Missions. Et que peut-on en conclure? Qu'on invite ce qu'on appelle la province des Missions nommer un député. Cela n'importe en rien à la question avec le Paraguay. Il y eut député des Missions correspondantes à la Republica Argentine, mais non des Missions du Paraguay.

Et ceci, le quatrième document, que la même *Gazette* publie, le prouve, et c'est un acte ou procès-verbal dans lequel on nomme député des Missions D. Manuel Pintos, et dans lequel on lui donne lettre de crédit. Cet acte est fait à S. Miguel (des Missions argentines) le 27 avril 1824, et signé de: José Ignacio Bayas, président et corregidor de S. Miguel. — A la prière de Jean François Toba Cayá, corregidor de la Cruz (Missions argentines), et du corregidor de Loreto (Missions argentines dans la province de Corrientes), José Pascual Paranguary; fait par moi, le concilio et mordome de Loreto, Blas Chapay, François Moraya, alcaide de premier degré de Loreto.

Le cinquieme document est un autre acte ou procès-verbal, formé et signé le 15 février 1826, à S. Roquito, peuplade de la province des Missions, dit la *Gazette*, nommant aussi un député. S. Roquito était vraiment une peuplade des Missions, mais non des Missions du Paraguay, et ce qui le prouve, c'est que les electeurs sont des peuplades de Japuyá, la Cruz, etc., qui sont des peuplades des Missions argentines; mais il n'y a pas un electeur pour Candelaria, Santa Anna, Corpus, S. Ignacio, S. Cosme, etc., qui sont des peuplades des Missions du Paraguay.

La *Gazette*, pour tromper, use du nom général des Missions, et se garde bien de distinguer les Missions de l'Uruguay des Missions du Paraná, qui sont celles qui appartiennent à la République du Paraguay. (N. 74 du *Paraguayo Independiente*, du 26 février 1858.)

Les numeros 75 et 76 de ce journal, contiennent la discussion sur l'indépendance du Paraguay et son droit de par naviguer sur le Paraná; et la discussion est terminée par une espèce de balance politique des avantages et des inconvenients qu'aurait la République du Paraguay à s'in-

se à Confederação Argentina ou conservando-se separada.

A polémica que se havia entabulada entre a Gazeta de Buenos-Ayres e o periodico Paraguayo Independente, e se achava dispersa por varios numeros destes periodicos, reunimou-se por causa de uma serie de artigos que com o titulo de Provincia do Paraguay publicou a Gazeta em seis ou oito numeros seguidos que principiaraõ no numero 7099 de 2 de julho do anno de 1847, e que ultimamente forão reproduzidos no Archivo-Americano em setembro de 1848. A Gazeta nesses numeros e o Paraguayo Independente nos já citados 75 e 76 recopiarão quanto ha a dizer-se de uma e outra parte sobre estas questões de independencia do Paraguay e navegação do Paraná; formando assim uma especie de factum que nada deixa a desejar aos que quizerem formar juizo acerca dessas questões.

O Archivo-Americano nos seus numeros 6, 7, 8 e 9, tratando da questão da navegação do Paraná, tomou a seu cargo refutar uma razão, no nosso entender, incontestavel, que intocou o Paraguayo Independente para fundar o seu direito a navegação do Paraná. Tendo tomado a nosso cargo reproduzir tudo quanto sobre esta questão se tem dito, faremos uma observação ao argumento deduzido pelo Archivo, pois que ignoramos que o Paraguayo Independente o fizesse.

Publicando o Paraguayo Independente a carta autographa com que S. M. o Imperador da Austria reconheceu a independencia do Paraguay, diz o redactor o seguinte:

« Ao passo que o governador Rosas, sua Gazeta e todos os escriptores a quem paga no estrangeiro, assim na America como na Europa, acolhem com avides e propalão com todo o empenho qualquer impostura que possa de algum modo servir para desacreditar a Republica do Paraguay e o seu governo; enquanto se esforçãõ por persuadir que o Paraguay é um paiz semi-barbaro, pobre e por tal modo situado que impossivel se lhe torna alimentar um commercio que mereça a attenção do mundo commercial, e que o seu governo não tem capacidade social nem politica para tratar com as nações estrangeiras, o nosso supremo governo continúa a receber provas de que todas as argucias e falsidades que publicão acerca do Paraguay a Gazeta e os escriptores assalariados no estrangeiro nada podem contra factos consummados, contra os dados e conhecimentos que se tem do Paraguay desde o tempo do systema colonial, em que o Paraguay só empregava no seu commercio mais capitães do que todas as demais provincias do que hoje se chama Confederação, nem contra o interesse que todos os governos, que não seja o de Buenos Ayres, tem em procurar communicações e mercados que estendião as relações de seus subditos e abraão novos desagues a sua população e industria.

A carta autographa de S. M. I. e B. Apostolica o Imperador d'Austria, que temos a satisfação de apresentar aos nossos compatriotas, mostra o que acabamos de dizer. Podemos tambem annunciar que, conquanto o Sr. presidente não tenha recebido communicações officiaes, sabe-se de um modo positivo que os governos de S. M. F. a Rainha de Portugal e Algarves e de S. M. El rei de Hollanda fizeram igual reconhecimento.

Já tem o governador de Buenos Ayres outras tantas reclamações a fazer exigindo desses governos nada menos do que a retirada desses reconhecimentos, que Rosas qualifica de *inconsiderados e prematuros*. Na sua ultima mensagem diz que o havia feito ao governo de Venezuela, para que possa fazê-lo com todo o fundamento a S. M. o Imperador d'Austria, apresentamos-lhe o seguinte documento:

« Nos Ferdinandus Primus, Dei gratia, Austriae Imperator, Hungariae et Bohemiae Rex, hujus nominis quintus; Rex Lombardiae et Venetiarum, Galliciae, Lodomeriae, et Illyriae, Archidux Austriae.

« Illustris Praeses, Praedilecte Amice.

« Reddidit nobis intimus noster Aulae et Status Cancellarius litteras vestras, quae eidem, medio Imperatoris

corpore a la Confédération Argentine ou à se maintenir séparé.

La polémique qui s'était établie entre la Gazette de Buenos-Ayres et le journal Paraguayan Independant, et qui se trouvait dispersée dans divers numeros de ces périodiques, se ranima à cause d'une série d'articles que, sous le titre de Province du Paraguay, publia la Gazette en six ou huit numeros suivis, qui commencèrent dans le n° 7,099 du 2 juillet 1847, et que dernièrement ont reproduits les Archives Américaines en septembre 1848. La Gazette dans ces numeros et le Paraguayan Independant dans ceux déjà cités, n° 75 et 76, ont recopié tout ce qu'il y a à dire d'une et d'autre part sur ces questions d'indépendance du Paraguay et de navigation du Paraná; formant ainsi une espèce de factum qui ne laisse rien à désirer à ceux qui veulent former un jugement sur ces questions.

Les Archives Américaines, dans leurs numeros 6, 7, 8 et 9, traitant de la question de la navigation du Paraná, ont pris à charge de refuter une raison incontestable dans notre opinion, une raison qu'a invoquée le Paraguayan Independant pour fonder son droit à la navigation du Paraná. Ayant pris à charge de reproduire tout ce qui s'est dit sur cette question, nous ferons une observation sur l'argument déduit par les Archives, parce que nous ignorons que le Paraguayan Independant l'ait faite.

En publiant la lettre autographe par laquelle S. M. l'Empereur d'Autriche a reconnu l'indépendance du Paraguay, le rédacteur du Paraguayan Independant dit ce qui suit:

Tandis que le gouvernement de Rosas, sa Gazette et tous les écrivains qu'il paie à l'étranger, ainsi dans l'Amérique qu'en Europe, accueillent avec avidité et propagent avec opiniâtreté une imposture quelconque qui puisse servir de quelque manière à discréditer la République du Paraguay et son gouvernement; tandis qu'ils s'efforcent de persuader que le Paraguay est un pays semi-barbare, pauvre et situé de telle manière qu'il est impossible qu'il puisse alimenter un commerce qui attire l'attention du monde commercial, et que son gouvernement n'a de capacité ni sociale ni politique pour traiter avec les nations étrangères; notre gouvernement suprême continue à recevoir des preuves que toutes les arguties et toutes les faussetés que publient sur le Paraguay la Gazette et les écrivains salariés à l'étranger ne peuvent rien contre des faits consommés, comme les dates et la connaissance qu'on a du Paraguay depuis le temps du système colonial, où le Paraguay seul employait plus de capitaines que toutes les autres provinces de ce qu'on appelle aujourd'hui la Confédération, ni contre l'intérêt que tous les gouvernements, si ce n'est celui de Buenos-Ayres, ont de chercher des communications et des marchés qui étendent les relations de leurs sujets et ouvrent de nouveaux débouchés à leur population et à leur industrie.

La lettre autographe de S. M. I. et B. Apostolique l'Empereur d'Autriche, que nous avons la satisfaction de présenter à nos compatriotes, démontre ce que nous venons de dire. Nous pouvons aussi annoncer que, quoiqu'il S. M. le président n'ait pas reçu de communications officielles, on sait d'une manière certaine que les gouvernements de S. M. F. la reine de Portugal et de Algarves et S. M. Néerlandaise le roi d'Hollande ont fait un tel reconnaissance semblable.

Déjà le gouverneur de Buenos-Ayres a d'autres réclamations à faire, en n'exigeant rien moins de ces gouvernements que la suspension de ces reconnaissances que Rosas qualifie d'*inconsiderées et de prématurées*. Dans son dernier message il dit qu'il l'a fait auprès du gouvernement de Venezuela; pour qu'il puisse le faire avec tout fondement auprès de S. M. l'Empereur d'Autriche, nous lui présentons le document suivant:

« Nos Ferdinandus Primus, Dei gratia Austriae Imperator, Hungariae et Bohemiae Rex, hujus nominis quintus; Rex Lombardiae et Venetiarum, Galliciae, Lodomeriae et Illyriae, archidux Austriae.

« Illustris Praeses, Praedilecte Amice.

« Reddidit nobis intimus noster Aulae et Status Cancellarius litteras vestras, quae eidem, medio Imperatoris

Brasiliani in Aula nostra constituti Ablegati, pervenerant, et quibus votum nobis, quatenus exprimitur, ut anno jam 1815 declarata et ab inde magis semper firmata Republica Paraguaria independentia, parte etiam ex nostra recognita sit, haecque ratione nexu inter ambos status legibus amicis conformis instituantur. His que in his litteris Nobis offeruntur, benevolis sensibus grato animo acceptis, votoque illidem expresso libenter annuentes, Rempublicam Paraguariae prostatus sui juris, ac libero recognoscere, idque praesentibus litteris solemniter declarare nulli deesse volumus. Certa spe fœbi fore quod ex actu hoc amicissimae inter ambos status relationes oriantur, non dubitanter confidimus, regimen Reipublicae Paraguariae parata mente omnem curam adhibiturum fore, ut subditi Imperii Austriae Paraguariam venientes, una cum suis mercibus et navibus benevole semper ibidem recipiantur, plenaeque tam quoad personam, quam etiam in rebus et negotiis securitate fruuntur, prout Invicem Reipublicae Paraguariae cives pari indictionibus nostris benevolentia, et tutamine semper gaudeant. Quod superest, vos Illustris et perdidicte Amice insignis, qua in vos firmar existimationis certos esse volumus, ac ex imo corde precamur ut Deus optimus, Maximus Rempublicam Paraguariam, cujus gubernacula vobis commissa sunt, omnimoda prosperitate cumulare velit.

« Dabantur in Imperiali urbe nostra Vienna die X mensis Julii anno millesimo octingentesimo, quadragesimo septimo, Regnorum Nostrorum decimo tertio.

« FERDINANDUS.
« Metternich. »

« Ad mandatum Sac. Caes. Regiae Apostolicae Majestatis proprium, Cav. Eques a Casside Consiliarius Aulicus.

« Praesidi Reipublicae Paraguariae, Domino Carolo Antonio Lopez, Amico meo Illustri et perdidicte. »

Da referencia que neste documento se faz a legação brasileira residente em Vienna, se prevalecerá o governo de Rosas, ou a sua Gazeta, que é o mesmo, para bradar mais uma vez que o Brazil julga a neutralidade intercedendo na questão argentina do Paraguay com a Confederação, desmembrando-a e offendendo os direitos da sua soberania, do Imperio do Brazil não existia quando o Paraguay se declarou independente; nenhuma parte, por conseguinte, podia ter nessa declaração; nem fez mais do que reconhecer, primeiro que ninguém, um facto consummado. O Brazil o disse e provou-o; e depois disse a todo o que a Gazeta avança tem feito, como costuma dizer-se, *ouvidos de mercador*; e tem feito muito bem. Quem senão um bregreiro malcriado pôde ter a ousadia de estar enfastiando o mundo com insulsas e enfadonhas repetições?

O Paraguay pela sua parte fez outro tanto: reduziu-se a repetir os ataques que a Gazeta dirigio contra a sua independencia; pelo respeito que deve ao mundo demonstrou uma vez até a evidencia a solidéz e justiça de seus direitos e exigencias; tal foi a tarefa e a missão do Paraguayo Independente. Tudo quanto até certa época publicou a Gazeta contra a independencia do Paraguay foi victoriosamente refutado pelo Paraguayo Independente; depois de haver dito quanto tendia a illustrar a questão, não tocou mais nella senão alguma vez por incidente; absteve-se de insupportavel defeito das repetições, e calou-se.

Continuará a calar-se acerca desta questão da independencia se não fosse pelo que vamos dizer.

Quando o governador de Buenos-Ayres se dirigio pela vez primeira ao supremo governo da republica com a sua nota e Memorandum de 26 de abril de 1845 (*), negando-se ao reconhecimento da independencia, não deduzio direitos da Confederação Argentina ao nosso paiz, não disse que o Paraguay esta a ligada a essa Confederação, e por conseguinte obrigado a constituir parte della; não disse senão que *gravissimos inconvenientes* lhe não permitião prestar-se a esse reconhecimento, e apesar disso deixou entrever que, se houvesse um pé solido, como era preciso,

(*) Vide as notas 5 e 6.

Brasiliani in Aula nostra constituti Ablegati, pervenerant, et quibus votum nobis, quatenus exprimitur, ut anno jam 1815 declarata et ab inde magis semper firmata Republica Paraguaria independentia, parte etiam ex nostra recognita sit, haecque ratione nexu inter ambos status legibus amicis conformis instituantur. His que in his litteris Nobis offeruntur, benevolis sensibus grato animo acceptis, votoque illidem expresso libenter annuentes, Rempublicam Paraguariae prostatus sui juris, ac libero recognoscere, idque praesentibus litteris solemniter declarare nulli deesse volumus. Certa spe fœbi fore, quod ex actu hoc amicissimae inter ambos status relationes oriantur, non dubitanter confidimus, regimen Reipublicae Paraguariae parata mente omnem curam adhibiturum fore, ut subditi Imperii Austriae Paraguariam venientes, una cum suis mercibus et navibus benevole semper ibidem recipiantur, plenaeque tam quoad personam, quam etiam in rebus et negotiis securitate fruuntur, prout Invicem Reipublicae Paraguariae cives pari indictionibus nostris benevolentia, et tutamine semper gaudeant. Quod superest, vos Illustris et perdidicte Amice, qua in vos firmar existimationis certos esse volumus, ac ex imo corde precamur ut Deus optimus, Maximus Rempublicam Paraguariam, cujus gubernacula vobis commissa sunt, omnimoda prosperitate cumulare velit.

« Dabantur in Imperiali urbe nostra Vienna, die X mensis Julii, anno millesimo octingentesimo, quadragesimo septimo, Regnorum Nostrorum decimo tertio.

« FERDINANDUS.
« Metternich. »

« Ad mandatum Sac. Caes. Regiae Apostolicae Majestatis proprium, Cav. Eques a Casside Consiliarius Aulicus.

« Praesidi Reipublicae Paraguariae, Domino Carolo Antonio Lopez, amico meo Illustri et perdidicte. »

Le gouverneur Rosas, ou sa Gazette, ce qui revient au même, s'était prévalu de la référence que dans ce document on fait à la légation brésilienne residente à Vienne, pour crier encore une fois que le Brésil manque à la neutralité en intervenant dans la question argentine du Paraguay avec la Confédération, en la démembrant et en offensant les droits de sa souveraineté. L'empire du Brésil n'existait pas quand le Paraguay se déclara indépendant; par conséquent il ne pouvait avoir aucune part à cette déclaration. Il ne fit que reconnaître le premier un fait consommé. Le Brésil l'a dit et l'a prouvé et après cela, à tout ce que la Gazette avance, il a fait, comme on dit, *l'oreille de marchand*, et il a bien fait. Qui peut avoir la hardiesse d'ennuyer le monde d'insipides et importunes répétitions, si ce n'est un drôle mal élevé?

Le Paraguay, de son côté, en fit autant: il se réduisit à repousser les attaques que la Gazette dirigea contre son indépendance; par le respect qu'il doit au monde il démontra une fois jusqu'à l'évidence la solidité et la justice de ses droits et exigences; telle fut la tâche et la mission du Paraguayan Independant; jusqu'à certaine époque tout ce que publia la Gazette contre l'indépendance du Paraguay fut victorieusement réfuté par le Paraguayan Independant; après avoir dit tout ce qui tendait à éclairer la question, il n'y toucha plus que quelquefois par incident; il s'abstint de l'insupportable défaut des répétitions, et il se tut.

Il continuerait à se taire à l'égard de cette question de l'indépendance, si ce n'était pour ce que nous allons dire.

Quand le gouverneur de Buenos-Ayres s'adressa pour la première fois au gouvernement suprême de la République par sa note et memorandum de 26 avril 1845 (*), en se refusant à la reconnaissance de l'indépendance, il ne conclut pas que la Confédération Argentine avait des droits à notre pays; il ne dit pas que le Paraguay était lié à cette Confédération, et par conséquent obligé à en constituer une partie; il dit seulement que *des très-graves inconvenients* ne lui permettaient pas de se prêter à cette reconnaissance, et, malgré cela, il laissa entrevoir que s'il y

(*) Voyer les notes 5 et 6.

para tratar com o Paraguay, não seria impossível transpor estes gravissimos inconvenientes.

Passarão-se os annos de 1843 e 1844 sem que nem a Gazette, nem as mensagens do governador Rosas dissessem mais que isso; nem o Paraguay pela sua parte abriu discussão. Porém correndo o tempo veio a ratificação que fez o Brazil de um modo solemne do reconhecimento que fizera da independencia do Paraguay, desde o anno de 1824. A Bolivia e o Chile fizeram igual reconhecimento: a Sé Apostolica admitto a apresentação que fez o supremo governo da republica para prover a sede vacante da cathedra da Assumpção e expedio as bulas correspondentes.

Só então fallou publicamente (11) o governador Rosas dos direitos que lhe davão a divisão do territorio do vice-reinado, a fundação e o *uti possidetis*; e pela primeira vez em fevereiro de 1845, deduzio o ministro argentino, Guido, esses direitos, no seu protesto ao governo Imperial contra o reconhecimento do Paraguay. A Gazette começou só então a explorar e desenvolver esses argumentos. Então também foi preciso entrar em discussão e polémica, e o Paraguay Independente tomou a seu cargo essa tarefa, que desempenhou cabalmente.

O Paraguay Independente demonstrou a futilidade, o mesmo o ridiculo de taes argumentos, com tanta força e evidencia que Rosas e a sua Gazette se virão forçados a procurar novos argumentos, não insistindo já senão levemente e só por ponto de honra nos direitos da Republica Argentina, da *decisão do vice-reinado, da fundação e do uti possidetis*. Em 1846 e 1847 empregarão-se e reforçaram-se de preferencia os argumentos de obrigação e compromisso que tinha o Paraguay de incorporar-se à Confederação; e suppondo que essa incorporação se havia feito, fallou de *segregação e desmembramento de territorio*. Explicarão-se por fim e detalharão-se aquelles gravissimos inconvenientes, que até então só se haviam annunciados em globo e mysteriosamente; e ultimamente apresentarão-se ao Paraguay as vantagens que lhe traria a sua incorporação, e os perigos a que o expunha e o abysmo a que o arrastava a sua independencia.

Bem que o Paraguay Independente se occupasse ja victoriosamente com todos esses argumentos, quiz volver sobre elles mais determinadamente para não deixar sem resposta um só desses argumentos.

A Gazette de Buenos-Ayres, para reforça-los e desenvolver-lhes até as suas ultimas consequências e formar de todos um facto luminoso, escreveu um artigo com o titulo de *Provincia da Paraguay*, com o qual occupa varios numeros. O artigo começou no n. 7099 de 2 de julho de 1847.

O artigo de que nos vamos occupar está escripto nesse estilo tão diffusão e amplificado, e tão cheio de impertinencias e aggregações inúteis que é impossível transcrever integra e literalmente os seus periodos; para isso seria preciso um extenso volume; sem embargo não havemos de trancar nem omitir nada que seja substancial e conducente a dar força aos seus argumentos; não havemos de seguir nisto o exemplo que nos dá a Gazette de tomar periodos e phrases destacadas, e de não imprimir senão o que lhe convém.

A Gazette cuida pouco em ser methodica e clara nas discussões que entabola: faz um argumento, envolve-o e mergulha-o em incidentes que pouca ou nenhuma conexão tem com o que se trata, e sem concluir salta para outro argumento; torna depois ao primeiro e faz uma tal mistura e confusão de cousas e de factos que é um trabalho e difficil seguir a ordem por ella empregada; desejando nós outros ser tão claros que possamos ser facilmente comprehendidos, e que os nossos leitores possam sem muito trabalho julgar com exactidão da força dos argumentos da Gazette e das nossas respostas, classificaremos esses argumentos de modo que não se confundão e consigam a attenção de quem quizer examina-los. Por esta consideração dividimo-los em argumentos tomados:

1.º Do direito que a Confederação Argentina tem para resistir à independencia do Paraguay. A Gazette, para cor-

roborar este argumento apresenta exemplos, faz comparações, traz analogias.

2.º Da obrigação e compromisso que contrahio o Paraguay de unir-se como se uno à Confederação.

3.º Dos inconvenientes que causaria a independencia do Paraguay, tanto a Republica Argentina como a Paraguay. Sobre este motivo discute a questão da navegação do Parana.

4.º Da conveniencia para o Paraguay de continuar unido à Confederação.

Collocaremos cada um destes argumentos em seu lugar e numerados, e em seguida as observações e respostas do Paraguay Independente. Deste modo, sem se alterarem ou confundirem as idéas, poderá o leitor julgar com facilidade.

Primeiro argumento da Gazette: « A provincia do Paraguay pertence à Republica Argentina desde o tempo em que esta exerceu o primeiro acto de soberania popular, a 25 de maio de 1810. »

Observação do Paraguay Independente. Neste periodo com que a Gazette se introduz no seu artigo de fundo affirmo um facto que nos permittirá que lhe digamos que é falso, e que a historia depõe contra elle. Feita em Buenos-Ayres a revolução de 25 de maio de 1810, foi enviado ao Paraguay o coronel paraguayo D. José Espinola com as communicações da nova junta, pedindo a submissão do Paraguay. O governador Velasco convocou uma assembléa composta da municipalidade e de muitos cidadãos.

Esta assembléa resolveu conservar correspondencia e amizade fraternal com Buenos-Ayres, mas sem reconhecer a sua autoridade nem submetter-se-lhe. A esta noticia a junta de Buenos-Ayres, enganada como hoje está o governador Rosas, julgando que os Paraguayos estavam opprimidos pelo governador hespanhol Velasco, como Rosas agora diz que estão pelo presidente Lopez, destinou um exercito da ordena do general Belgrano. Os Paraguayos batirão esse exercito em Paraguari e Taquari. Não é pois possível dizer-se com verdade e propriedade que o Paraguay pertence à Republica Argentina desde o tempo em que esta exerceu o seu primeiro acto de soberania, a 25 de maio de 1810. O que é verdadeiro e proprio é que desde esse acto o Paraguay se separou e deixou de pertencer a Buenos-Ayres. Quanto ao mais, com a mesma propriedade com que a Gazette diz que o Paraguay pertence à Republica Argentina, pôde a Hespanha dizer que Buenos-Ayres pertence à monarchia hespanhola.

Bem que o Paraguay Independente se fôr já victoriosamente occupado de todos os argumentos, il voluit reverti plus determinadamente pour ne pas laisser un seul de ces arguments sans réponse.

A Gazette de Buenos-Ayres, para reforçar e desenvolver jusqua'leus últimas consequências, e para formar de todos um fãmeau luminoso, escreveu, sem o titulo de *Provincia da Paraguay*, um artigo que occupa varios numeros. L'article commença dans le n. 7099, le 2 juillet 1847.

L'article dont nous allons nous occuper est écrit dans un style si diffus, si exagéré et si rempli d'impertinences et d'adjonctions inutiles, qu'il est impossible d'en transcrire intégralement et littéralement les périodes; il faudrait pour cela un gros volume; cependant nous ne tronquerons ni n'omettrons rien de ce qui est substancial et susceptible de donner de la force à nos arguments. Nous ne suivrons pas en cela l'exemple que nous donne la Gazette, de prendre des périodes et des phrases détachées, et de n'imprimer que ce qui lui convient.

La Gazette se soucie peu d'être méthodique et claire dans les discussions qu'elle soufente; elle pose un argument, l'enveloppe et le couvre d'incidents qui n'ont que peu ou point de connexion avec ce dont il s'agit, et, sans en tirer de conclusion, passe à un autre argument; elle retourne ensuite au premier, et fait un tel mélange et une telle confusion de choses et de faits, qu'il est très-peu probable et très-difficile de suivre l'ordre observé par elle. Nous autres, désirant être si clairs que nous puissions être facilement compris, et que nos lecteurs puissent, sans beaucoup de peine, juger avec exactitude de la force des arguments de la Gazette et de nos réponses, nous classerons ces arguments de manière qu'ils ne se confondent pas et qu'ils ne fatiguent pas l'attention de qui voudra les examiner. Pour cela nous les divisons en arguments pris:

1.º Du droit que la Confédération Argentine a de résister à l'indépendance du Paraguay. La Gazette, pour

roborar este argumento apresenta exemplos, faz comparações, traz analogias.

2.º Da obrigação e compromisso que contrahio o Paraguay de unir-se como se uno à Confederação.

3.º Dos inconvenientes que causaria a independencia do Paraguay, tanto a Republica Argentina como a Paraguay. Sobre este motivo discute a questão da navegação do Parana.

4.º Da conveniencia para o Paraguay de continuar unido à Confederação.

Collocaremos cada um destes argumentos em seu lugar e numerados, e em seguida as observações e respostas do Paraguay Independente. Deste modo, sem se alterarem ou confundirem as idéas, poderá o leitor julgar com facilidade.

Primeiro argumento da Gazette: « A provincia do Paraguay pertence à Republica Argentina desde o tempo em que esta exerceu o primeiro acto de soberania popular, a 25 de maio de 1810. »

Observação do Paraguay Independente. Neste periodo com que a Gazette se introduz no seu artigo de fundo affirmo um facto que nos permittirá que lhe digamos que é falso, e que a historia depõe contra elle. Feita em Buenos-Ayres a revolução de 25 de maio de 1810, foi enviado ao Paraguay o coronel paraguayo D. José Espinola com as communicações da nova junta, pedindo a submissão do Paraguay. O governador Velasco convocou uma assembléa composta da municipalidade e de muitos cidadãos. Esta assembléa resolveu conservar correspondencia e amizade fraternal com Buenos-Ayres, mas sem reconhecer a sua autoridade nem submetter-se-lhe. A esta noticia a junta de Buenos-Ayres, enganada como hoje está o governador Rosas, julgando que os Paraguayos estavam opprimidos pelo governador hespanhol Velasco, como Rosas agora diz que estão pelo presidente Lopez, destinou um exercito da ordena do general Belgrano. Os Paraguayos batirão esse exercito em Paraguari e Taquari. Não é pois possível dizer-se com verdade e propriedade que o Paraguay pertence à Republica Argentina desde o tempo em que esta exerceu o seu primeiro acto de soberania, a 25 de maio de 1810. O que é verdadeiro e proprio é que desde esse acto o Paraguay se separou e deixou de pertencer a Buenos-Ayres. Quanto ao mais, com a mesma propriedade com que a Gazette diz que o Paraguay pertence à Republica Argentina, pôde a Hespanha dizer que Buenos-Ayres pertence à monarchia hespanhola.

Segundo argumento da Gazette: « A provincia do Paraguay, como as demais da Confederação, veio a ficar livre do dominio hespanhol em consequencia dos sacrificios e das victorias da Republica Argentina na guerra da liberdade e independencia. »

Resposta. A asserção que contém este periodo é incorrecta pela sua excessiva latitude. O Paraguay ficou livre do dominio hespanhol pelos seus proprios esforços, sem que nenhuma das provincias do que hoje se chama Confederação lhe houvesse prestado para isso o menor auxilio.

Não forão os sacrificios e victorias da Republica Argentina por si só que firmarão a independencia do Paraguay da Hespanha. Buenos-Ayres e as demais provincias argentinas contribuirão multissimo e até com heroismo para essas victorias, porém não as attribua a si exclusivamente a Republica Argentina: forão ellas o resultado dos sacrificios e esforços maiores ou menores de todas as secções da America. Nos campos de Ayacucho, que foi o Waterloo da America, encontráram-se filhos de todos os estados do sul da America. O coronel Bogado, que de simples soldado subiu a esse posto pelo seu valor e accção, e que falleceu em S. Nicolás dos Arroyos; o capitão Patricio Maciel, degolado por Oribe em Entre-Rios; o tenente de granadeiros a cavallo Vicente Suarez, morto gloriosamente em combate; Patricio Oviedo e outros Paraguayos tiveram parte nas glorias desse esplendido e glorioso triumpho.

Se o Paraguay não enviou corpos de exercito ou numerosos recrutas foi porque não pôde, como reconheceu o seu governo de Buenos-Ayres (12); porém nem por isso deixou de prestar serviços consideraveis à causa

corroborar cet argument, présente des exemples, fait des comparaisons, amène des analogies.

2.º De l'obligation et du compromis que le Paraguay a contracté de s'unir, comme il s'est uni, à la Confédération.

3.º Des inconvenients que l'indépendance du Paraguay causerait autant à la République Argentine qu'à la République Paraguayenne. Sur ce motif elle discute la question de la navigation du Parana.

4.º De la convenance pour le Paraguay de continuer d'être uni à la Confédération.

Nous mettrons chacun de ces arguments à sa place et par numero, et ensuite les observations et les réponses du Paraguay Independant. De cette manière, sans que les idées s'alterent ou se confondent, le lecteur pourra juger avec facilité.

Premier argument de la Gazette: « La province du Paraguay appartient à la République Argentine depuis le temps que c'He-ci a exercé le premier acte de souveraineté populaire, le 25 mai 1810. »

Observation du Paraguay Independant. Dans cette période, dont la Gazette fait l'introduction de son article de fond, elle affirme un fait qu'elle nous permettra de lui dire qu'il est faux, et que l'histoire dépose contre lui. La révolution faite à Buenos-Ayres le 25 mai 1810, le colonel paraguayo D. Joseph Espinola fut envoyé au Paraguay avec les communications de la nouvelle Junte demandant la soumission du Paraguay. Le gouverneur Velasco convoqua une assemblée composée de la municipalité et de beaucoup de citoyens. Cette assemblée résolut de conserver correspondance et amitié fraternelle avec Buenos-Ayres, mais sans reconnaître son autorité et sans s'y soumettre. A cette nouvelle, la Junte de Buenos-Ayres, trompée comme l'est aujourd'hui le gouverneur Rosas, jugeant que les Paraguayens étaient opprimés par le gouverneur espagnol Velasco comme Rosas maintenant dit qu'ils le sont par le président Lopez, mit une armée aux ordres du général Belgrano. Les Paraguayens battirent cette armée à Paraguari et à Taquari. Il n'est donc pas possible de dire avec vérité et convenance que le Paraguay appartient à la République Argentine depuis le temps que celle-ci exerce son premier acte de souveraineté, le 25 mai 1810. Ce qui est vrai et convenable, c'est que depuis cet acte le Paraguay s'est séparé et a cessé d'appartenir à Buenos-Ayres. Au reste, avec la même convenance que la Gazette dit que le Paraguay appartient à la République Argentine, l'Espagne peut dire que Buenos-Ayres appartient à la monarchie espagnole.

Second argument de la Gazette. « La province du Paraguay, comme les autres de la Confédération, devint libre de la domination espagnole, en conséquence des sacrifices et des victoires de la République Argentine dans la guerre de la liberté et de l'indépendance. »

Reponse. L'assertion que contient cette période est incorrecte par son excessive latitude. Le Paraguay se délivra de la domination espagnole par ses propres efforts, sans qu'aucune des provinces de ce qui aujourd'hui s'appelle Confédération lui eût prêté pour cela le moindre secours.

Ce ne furent pas les sacrifices et les victoires de la République Argentine qui par eux seuls assurèrent l'indépendance du Paraguay de l'Espagne. Buenos-Ayres et les autres provinces argentines contribuèrent considérablement et avec héroïsme à ces victoires; mais que la République Argentine ne se les attribue pas exclusivement: elles furent le résultat des sacrifices et des efforts grands ou petits de toutes les sections de l'Amérique. Dans les champs d'Ayacucho, qui fut le Waterloo de l'Amérique, se rencontrèrent des enfants de tous les états du sud de l'Amérique. Le colonel Bogado, qui de simple soldat s'éleva à ce grade par sa valeur et par ses actions, et qui mourut à St.-Nicolas des Arroyos; le capitaine Patricio Maciel, égorgé par Oribe à Entre-Rios; le lieutenant de grenadiers à cheval Vincent Suarez, tué glorieusement dans un combat; Patricio Oviedo et autres Paraguayens eurent part à la gloire de ce splendide et illustre triomphe.

Si le Paraguay n'envoya pas de corps d'armée ou de nombreux recrues, ce fut parce qu'il ne le put pas, comme le reconnut lui-même le gouvernement de Buenos-Ayres (12); mais il ne laissa pas pour cela de rendre

geral da independência (13), e mais de quatro mil filhos seus que serviram nas estancias, charqueadas, barracas, embarcações e outros estabelecimentos industriais de Buenos-Ayres e Montevideo, que perecerão na luta gloriosa da independência ou nos vergonhosos combates da guerra civil, forão o contingente da sua patria.

A Gazeta. « A repartição politica que existia antes da nova ordem de cousas na America tem servido e serve de base ás nacionalidades americanas emquanto estas mesmas não tiverem consentido ou consintido espontaneamente que se modifique ou restrinja.

« Ao reconhecerem varias potencias da Europa e America a soberania e independencia da Republica Argentina, reconhecerão a sobre a base que tem em toda a America os Estados que se declararão independentes de Hespanha.

« Para a separação da Banda Oriental, que era provincia argentina, foi necessaria a renuncia expressa, por parte da republica, de seus direitos.

« A provincia do Paraguay era em 1810 parte integrante do vice-reinado de Buenos-Ayres. Este vice-reinado formava uma provincia hespanhola com sua descripção geographica, politica, lei, administração e foro... »

Segue-se a isto na Gazeta um resumo do que succedeu em Hespanha em consequencia do captivo de el-rei D. Fernando; recorda que as provincias de Hespanha reassumirão a soberania e formarão juntas governativas... que as provincias da America usarão do mesmo direito, e entre ellas o vice-reinado de Buenos-Ayres, mantendo todos de facto e direito a integridade territorial e conexão politica entre as partes de uma mesma provincia; que assim se declarou na acta de 25 de maio de 1810, em cujo art. 3º se dispõe: « que logo que os referidos senhores (os vogaes da junta) prestem juramento, sejam reconhecidos por depositarios da autoridade superior do vice-reinado; » que da mesma maneira procederão as cortes de Hespanha, pois formavão cada provincia hespanhola da Europa e America, não com uma fracção, mas sim com todas as suas partes constitutivas de fundação; que essa divisão politica e territorial foi a base para a eleição de deputados; que sobre essa mesma base foi que o governo do S. M. B. offereceu a sua mediação a Hespanha em 1812... e continúa:

« O corpo consistente no vice-reinado de Buenos-Ayres, longe de caducar com a queda do regimen hespanhol, continuou constituído como estava; organizou o seu proprio governo, sem romper a união, nem aberrar a conexão entre as suas diversas partes constitutivas: »

« Isto mesmo succedeu em toda a America. Nos Estados-Unidos subsistiu o facto preexistente de fundação entre os condados ou provincias. No Brazil conservou-se o que se achava estabelecido no regimen portuguez.

« A separação de Guatimala proveio do consentimento de todo o corpo politico.

« A das provincias argentinas de Potosi, Chuquisaca, Cochabamba, e Paz, incorporadas a Bolivia, excepto Tarija, dimanou da cessão voluntaria que fez a Republica Argentina por sanção do seu congresso geral.

« A divisão da republica de Columbia em tres estados independentes, Venezuela, Nova Granada e Equador, foi tambem sancionada pela vontade do corpo politico.

« Assim se tem estabelecido o direito publico americano, conforme ao principio do direito de gente universal, que declara a indissolubilidade de um corpo politico formado e existente quando ella se pretende por actos arbitrarios.

« A ordem politica das nações europeas não conhece outras bases e seguramente não as mudarão por dictame ou composição de ninguém.

« Bastaria a consideração dos principios e factos expostos para se ver que a independencia pretendida pela provincia do Paraguay é illegitima, e que não póde obrigá-la a Confederação Argentina a reconhecer um facto illegal que a prejudica em alto grado, e meos a admitir

des services considerables à la cause générale de l'indépendance (13), et plus de quatre mille de ses enfants, qui servaient dans les chantiers, séchoirs, barracas, embarcations et autres établissements industriels de Buenos-Ayres et de Montevideo, et qui périrent dans la lutte glorieuse de l'indépendance ou dans les honteux combats de la guerre civile, furent le contingent de leur patrie.

La Gazette: « La répartition politique que existait avant le nouvel état des choses en Amérique a servi et sert de base aux nationalités américaines tant que celles-ci mêmes n'auront pas consenti ou ne consentiront pas spontanément à ce que cette répartition se modifie ou se restreigne.

« Diverses puissances de l'Europe et de l'Amérique, en reconnaissant la souveraineté et l'indépendance de la République Argentine, les ont reconnues sur la base qui est dans toute l'Amérique les états qui se sont déclarés indépendants de l'Espagne.

« Pour la séparation de la Bande Orientale, qui était province argentine, il fallut, de la part de la République, la renonciation expresse de ses droits.

« La province du Paraguay était en 1810 partie integrante de la vice-royauté de Buenos-Ayres. Cette vice-royauté formait une province espagnole ayant sa description géographique, sa politique, ses lois, son administration et sa juridiction.

Suit à cela, dans la Gazette, un résumé de ce qui arriva en Espagne en conséquence de la captivité de D. Ferdinand. Ce résumé rappelle que les provinces de l'Espagne repriront la souveraineté et formeront des juntas gouvernementales; que les provinces de l'Amérique usèrent du même droit, et entre-elles la vice-royauté de Buenos-Ayres, en maintenant toutes, de fait et de droit, l'intégrité territoriale et la connexion politique entre les parties d'une même province; que cela a été déclaré dans l'acte du 25 mai 1810, dont l'article 3º dispose: « que dès que les susdits seigneurs (les vices-rois) auront prêté serment, ils soient reconnus pour depositaires de l'autorité supérieure de la vice-royauté; » que les cortes d'Espagne procéderont de la même manière, puisqu'elles formaient chaque province espagnole de l'Europe et de l'Amérique, non avec une fraction, mais bien avec toutes ses parties constitutives de fondation; que cette division politique et territoriale fut la base de l'élection de députés; que ce fut sur cette même base que le gouvernement de S. M. B. offrit sa médiation à l'Espagne en 1812; et le résumé continue:

« Le corps consistant dans la vice-royauté de Buenos-Ayres, loin de tomber de vétusté par la chute du régime espagnol, resta constitué comme il l'était; il organisa son propre gouvernement sans rompre l'union, sans altérer la connexion entre ses diverses parties constitutives.

« Cela même arriva dans toute l'Amérique. Aux États-Unis subsistait le pacte préexistant de fondation entre les comtés ou provinces. Au Brésil on a conservé ce qui se trouvait établi sous le régime portugais.

« La séparation de Guatimala eut lieu du consentement de tout le corps politico.

« Celle des provinces argentines de Potosi, Chuquisaca, Cochabamba et Paz, incorporées à la Bolivie, excepté Tarija, provint de la cession volontaire que fit la République Argentine avec la sanction de son congrès général.

« La division de la République de Colombie en trois états indépendants, Venezuela, la Nouvelle-Granade et l'Equateur, fut aussi sanctionnée par la volonté du corps politico.

Ainsi s'est établi le droit public américain, conformément au principe du droit des gens universel, qui déclare l'indissolubilité d'un corps politico forme et existant, quand on y prétend par des actes arbitraires.

« L'ordre politico des nations européennes ne connaît pas d'autres bases, et assurément elles ne les changeront pas par dictame ou composition de personne.

« La considération des principes et des faits exposés suffit pour faire voir que l'indépendance prétendue par la province du Paraguay est illegitime, et qu'elle ne peut obliger la Confédération Argentine à reconnaître un fait illegal qui lui porte préjudice à un haut degré, et qu'elle

ingerencia ou decisão estrangeira em uma questão vital para o movimento interno.

Observação e resposta do Paraguay. A Gazeta em toda esta tirada faz o que os Francexos chamão um passe passe, e os Castellanos um cubilete, para que a prova lhe seja feita. Apresenta como causa o que só é effeito, e argue os seus argumentos sobre uma suposição inteiramente falsa, qual é a de que o Paraguay se unio a Buenos-Ayres ou a Republica Argentina depois da revolução de 1810.

A proposição de que a repartição politica do territorio, que existia antes da nova ordem de cousas na America, tem servido e serve de base ás nacionalidades americanas, é falsa em principios e desmentida pelos factos, além de contrariar as doutrinas e maximas que, começando mesmo por Buenos-Ayres, tem proclamado todos os estados americanos.

A base das actuaes nacionalidades americanas tem sido e é a soberania e livre vontade dos povos: essa vontade é que tem mantido ou alterado a repartição territorial preexistente. Não é a repartição que tem sujeito ou influido na vontade soberana dos povos; esta é que tem regulado e fixado essa repartição. Assim é que a vontade é a causa e a repartição o effeito.

Essa vontade soberana tem sido dirigida e determinada por motivos inteiramente independentes da repartição territorial. Considerações de ordem mais elevada, como, por exemplo, de conveniencia reciproca, de identidade de interesses, de conformidade de caracter, idioma, costumes, etc., são as que tem influido na conservação ou alteração da repartição territorial.

Não podia ser de outro modo. Seria um absurdo que, havendo-se extinto e caducado totalmente a soberania que a Hespanha exercia nas suas colonias, e havendo reconhecido os povos destas a sua soberania originaria, submissão parte dos actos daquela soberania caduca, que limitassem e fizessem a soberania dos povos de tal modo que lhes pedessem a primeira a quem se lhe applicasse, como os da acta de 25 de maio de 1810, chamarse depositarios da autoridade de um vice-rei ou capitão-general hespanhol: « Sois soberanos; polo's regular os vossos negocios como melhor vos convier; porém não obedeceis a decisão territorial sem meu consentimento. Se eu me nomeie depositario da autoridade superior do vice-rei ou capitão-general, tereis que submetter-vos. » Graciosos soberanos serão os que se submettessem a tal restricção, a que se estabeleceu o dogma da soberania popular, não se póde fugir ás suas consequencias.

Esse dogma da soberania popular, proclamárão-o Buenos-Ayres, o Paraguay e todos os estados americanos: todos elles unanimemente pozêro por dogma que não havia outra origem de autoridade suprema nem outro fundamento de nacionalidade além da vontade soberana dos povos. Todos que concordarão em crear e obedecer a uma autoridade suprema, em ter o mesmo regimen politico, as mesmas leis, os mesmos onus e privilegios, symbolizão a soberania nacional nas autoridades e corpos que constituíam, qualquer que fosse a sua repartição territorial. Antes disto não ha nacionalidade, não ha mais do que partes dispersas de um todo que se dissolvem, e que não formão um novo todo senão como e quando lhes convier.

Ahi está a acta da independência da Republica Argentina que assigna como origem e causa da sua nacionalidade a sua vontade... « Declaramos solemnemente que a vontade unanime e indubitavel destas provincias romper... e investirem-se do alto caracter de nação livre e independente. » Esta é a melhor prova de que não ha outra origem nem outra base de nacionalidade mais do que a livre e soberana vontade dos povos.

O Paraguay, que não teve parte no congresso que fez essa declaração, professou desde os seus primeiros passos essa doutrina: communicou-a a junta de Buenos-Ayres na nota de 20 de julho de 1811 (14) de que a mesma Gazeta cita algumas phrases mais adiante, e o governo de Buenos-Ayres mostrou officialmente a sua conformidade e acquiescencia a essas principios.

Não é exacto, como diz a Gazeta, que ao reconhecerem varias potencias da Europa e America a soberania e independencia da Republica Argentina, a reconhecerem

encore à admettre une direction ou une décision étrangère dans une question vitale purement interne.

Observation et réponse du Paraguayen. — La Gazette, dans tout cette tirade, fait ce que les Français appellent un passe passe, et les Castellans un cubilete, pour que l'épreuve lui tourne à bien. Elle présente comme cause ce qui seulement est effet, et elle établit ses arguments sur une supposition entièrement fautive; par exemple, que le Paraguay s'est uni à Buenos-Ayres ou à la République Argentine depuis la révolution de 1810.

Cette proposition, que la répartition politique du territoire qui existait avant le nouvel ordre de choses en Amérique a servi et sert de base aux nationalités américaines, est fautive en principe et démentie par les faits, en outre qu'elle est contraire aux doctrines et maximes qu'ont proclamées tous les états américains, en commençant par Buenos-Ayres.

La base des nationalités américaines actuelles a été et est la souveraineté et libre volonté des peuples; c'est cette volonté qui a maintenu ou altéré la répartition territoriale préexistente. Ce n'est pas la répartition qui a assujéti ou influencé la volonté souveraine des peuples; c'est elle qui a réglé et fixé cette répartition. C'est ainsi que la volonté est la cause et la répartition l'effet.

Cette volonté souveraine a été dirigée et déterminée par des motifs entièrement indépendants de la répartition territoriale. Des considérations d'un ordre plus élevé, comme, par exemple, de convenance réciproque, d'identité d'intérêts, de conformité de caractère, d'idiome, de coutumes, etc., sont celles qui ont eu de l'influence sur la conservation ou l'altération de la répartition territoriale.

Il n'en pouvait être autrement. Ce serait un absurde que, la souveraineté que l'Espagne exerçait dans ses colonies étant éteinte et entièrement tombée en vétusté, et les peuples de ces colonies ayant recouvré leur souveraineté originaria, il subsistât une partie des actes de cette souveraineté caduque qui limitât et forçât la souveraineté des peuples de telle manière que le premier qui, comme ceux de l'acte du 25 mai, se serait imaginé de se nommer depositaire de l'autorité d'un vice-roi ou d'un capitaine-général espagnol pût leur dire: « Vous êtes souverains; vous pouvez régler vos affaires comme il vous conviendra le mieux; mais n'altérez pas la division territoriale sans mon consentement. Si moi, qui me suis nommé depositaire de l'autorité supérieure du vice-roi, je m'y oppose, vous devrez vous soumettre. » Singuliers souverains seraient ceux qui se soumettraient à une telle restriction. Dès que le dogme de la souveraineté populaire s'est établi, on ne peut faire ses conséquences.

Ce dogme de la souveraineté populaire, Buenos-Ayres, le Paraguay et tous les états américains l'ont proclamé; tous ils ont unanimement posé pour dogme qu'il n'y avait pas d'autre origine de l'autorité suprême ni d'autre fondement de nationalité au-delà de la volonté souveraine des peuples. Des peuples qui sont convenus de créer une autorité suprême et de lui obéir, d'avoir le même régime politique, les mêmes lois, les mêmes charges et privilèges, ont symbolisé la souveraineté nationale dans les autorités et corps qu'ils ont constitués, quelle que fut leur répartition territoriale. Avant cela, il n'y a pas de nationalité; il n'y a plus que des parties dispersées d'un tout qui se dissolvent, et qui ne forment un nouveau tout que comme et quand il leur convient.

Voici l'acte de l'indépendance de la République Argentine qui signale comme origine et cause de sa nationalité sa volonté. « Nous déclarons solemnément que c'est la volonté unanime et indubitabile de ces provinces de rompre... et de s'investir du haut caractère de nation libre et indépendante. » C'est la meilleure preuve qu'il n'y a d'autre origine ni d'autre base de nationalité que la libre et souveraine volonté des peuples.

Le Paraguay, qui n'eut pas part au congrès qui fit cette déclaration, professa, dès ses premiers pas, cette doctrine; il la communiqua à la junta de Buenos-Ayres dans la note du 20 juillet 1811 (14), dont la Gazette même cite plus loin quelques phrases, et le gouvernement de Buenos-Ayres montra officiellement son acquiescement à ces principes.

Il n'est pas exact, comme le dit la Gazette, que diverses puissances de l'Europe et de l'Amérique, en reconnaissant la souveraineté et l'indépendance de la République

sobre a base que tem em toda a America os estados que se declararam independentes de Hespanha. Desafiámos a Gazeta a que nos apresente um documento em que appareça tal circumstancia. As potencias que reconhecerão as nacionalidades americanas formadas nas antigas colonias hespanholas, não se metterão a investigar qual era a repartição territorial de cada nacionalidade. Reconhecerão o que se chamava Republica Argentina, chilena, peruana, paraguaya, etc.

Quando um povo, provincia, estado, ou o quer que seja, se une e liga com outras provincias ou reino para formar uma nação ou um só corpo politico, esse povo, provincia ou estado já não pôde legitimamente separar-se sem o consentimento da nação a que se aggregou; e se o faz arbitrariamente, a nação tem direito de obrigar essa parte que quer separar-se a continuar unida. Ninguém negou nem pôde razoavelmente negar este principio: nelle se funda a resistencia que a Hespanha fez á separação da America, da Hollanda, do Portugal, e a que a Inglaterra hoje faz á separação da Irlanda. Esta ilha, por um voto do seu parlamento, unio-se á Grã-Bretanha em 1800; desde então a Irlanda não pôde separar-se legitimamente da Inglaterra.

Essa mesma era a situação da Banda Oriental. Esta provincia, por meio de seus representantes reunidos na Florida, declarou a 25 de agosto de 1825 que a sua vontade era unir-se á Republica Argentina. O congresso desta republica aceitou essa declaração, recebeu em seu seio os deputados da Banda Oriental, e desde então ficou feita provincia argentina, parte integrante dessa nação; por isso é que foi necessaria a renuncia expressa que fez a republica de seus direitos na convenção preliminar de 1825.

Porém repetimos pela centesima vez, sem prejuizo de demonstra-lo mais adiante, o Paraguay nunca formou parte nem se unio á Republica Argentina, que não começou a existir senão desde 18 de julho de 1816, quando a do Paraguay existia desde outubro de 1813.

E' verdade que em 1810 o Paraguay era parte integrante do vice-reinado de Buenos-Ayres; porém esse vice-reinado dissolveu-se, e é absurdo pretender que esse corpo politico do vice-reinado não caducasse com a queda do regimen hespanhol. A melhor prova da dissolução do vice-reinado e da sua completa caducidade é que o governo de Buenos-Ayres desde 1810 convidou todas as provincias e povoações a unirem-se-lhe, e para isso os auxiliou com forças; o Paraguay não quiz, repellio a força de Buenos-Ayres triumphando della, e a victoria sancionou a separação em que se pozera.

Que nos Estados-Unidos e no Brazil subsistio o pacto preexistente de sua fundação: subsistio porque as partes que compoem os Estados Unidos, assim como as que compoem o Brazil, assim o quizerão; e nessa vontade fundara o governo geral deesses dois estados e de qualquer outro que se ache em idênticas circumstancias a resistencia á separação de qualquer de suas partes. Porém o Paraguay não quiz, porque a sua vontade é tão soberana como a de Buenos-Ayres, conservar o pacto preexistente e formar uma nação como a argentina, bem que esta tenha a gloria e a fortuna de gozar do melhor dos governos possíveis por fructo de seus sacrificios.

Que Guatemala se separou com o consentimento de todo o corpo politico; que Potosi, Chuquisaca, Cochabamba e a Paz se separarão por cessão voluntaria do congresso argentino, sabemos tudo isso, e essas separações provão que não ha tal direito derivado da repartição territorial. Guatemala era parte integrante do vice-reinado do Mexico, assim como o Paraguay, Potosi, Chuquisaca, etc., o erão de Buenos-Ayres: O Mexico não cahio na ridicula mania de sustentar que o corpo politico do vice-reinado não havia caducado com a queda do governo hespanhol; e respectingo o direito de soberania que, segundo os principios proclamados pelo Mexico, tinha Guatemala tanto como o Mexico, não se oppoz á independencia de Guatemala.

Argentina, les ait reconnues sur la base qu'ont, dans toute l'Amérique, tous les états qui se sont déclarés indépendants de l'Espagne. Nous défions la Gazette de nous présenter un document dans lequel se montre une telle circonstance. Les puissances qui ont reconnu les nationalités américaines formées dans les anciennes colonies espagnoles ne se mirent point à rechercher quelle était la répartition territoriale de chaque nationalité. Elles reconnurent ce qui s'appelait République Argentine, Chilienne, Péruvienne, Paraguayenne, etc.

Quand un peuple, une province, un état, ou quel qu'il soit, s'unit et se lie avec d'autres provinces ou royaume pour former une nation ou un seul corps politique, ce peuple, cette province ou cet état ne peut plus légitimement se séparer sans le consentement de la nation à laquelle il s'est agrégé, et, s'il le fait arbitrairement, la nation a droit d'obliger cette partie qui veut se séparer à continuer de rester unie. Personne n'a ni ne peut raisonnablement nier ce principe: sur lui se fonde la résistance que l'Espagne a faite à la séparation de l'Amérique d'avec la Hollande, d'avec le Portugal, et celle que l'Angleterre fait aujourd'hui à la séparation de l'Irlande. Cette île, par un vote de son parlement, s'est unie à la Grande-Bretagne en 1800; dès lors l'Irlande ne peut se séparer légitimement de l'Angleterre.

Cette même situation était celle de la Bande Orientale. Cette province, par l'organe de ses représentants réunis dans la Floride, déclara, le 26 août 1825, que sa volonté était de s'unir à la République Argentine. Le congrès de cette république accepta cette déclaration, reçut dans son sein les députés de la Bande Orientale, et dès lors elle fut faite province argentine, partie integrante de cette nation; c'est pour cela que fut nécessaire la renonciation expresse que la république fit de ses droits dans la convention préliminaire de 1825.

Mais, nous le répétons pour la centième fois, sans préjudice de le démontrer plus loin, le Paraguay n'a jamais fait partie de la République Argentine, ni n'a jamais uni à elle, qui ne commença à exister que depuis le 18 juillet 1816, quand la République du Paraguay existait depuis octobre 1813.

Il est vrai qu'en 1810 le Paraguay était partie integrante de la vice-royauté de Buenos-Ayres; mais cette vice-royauté s'est dissoute, et il est absurde de prétendre que ce corps politique de la vice-royauté ne soit pas tombé en vétusté par la chute du régime espagnol. La meilleure preuve de la dissolution de la vice-royauté et de sa complète caducité, c'est que le gouvernement de Buenos-Ayres, dès 1810, invita toutes les provinces et populations à s'unir à lui, et, pour cela, il les aida par des forces; le Paraguay ne le voulut pas; il repoussa la force de Buenos-Ayres, en triomphant d'elle, et la victoire sanctionna l'état de séparation dans lequel il s'était mis.

Si, aux États-Unis et au Brésil, a subsisté le pacte pré-existant de leur fondation, il a subsisté parce que les parties qui composent les États-Unis, ainsi que celles qui composent le Brésil, l'ont voulu ainsi; et dans cette volonté le gouvernement général de ces deux états, et de tout autre qui se trouve en des circonstances identiques, avait fondé la résistance à la séparation de quelque-une de leurs parties. Mais le Paraguay, parce que sa volonté est aussi souveraine que celle de Buenos-Ayres, ne voulut pas conserver le pacte pré-existant et former une nation comme la nation argentine, bien que celle-ci ait la gloire et le bonheur de jouir du meilleur des gouvernements en récompense de ses sacrifices.

Que Guatemala se soit séparé avec le consentement de tout le corps politique; que Potosi, Chuquisaca, Cochabamba et la Paz se soient séparés par cession volontaire du congrès argentine; nous savons tout cela, et ces séparations prouvent qu'il n'y a pas de droit semblable dérivé de la répartition territoriale. Guatemala était partie integrante de la vice-royauté du Mexico, ainsi que le Paraguay, Potosi, Chuquisaca, etc., l'étaient de Buenos-Ayres. Le Mexico n'est pas tombé dans la ridicule manie de soutenir que le corps politique de la vice-royauté n'était pas déchu par la chute du gouvernement espagnol; et, respectant le droit et les prérogatives de souveraineté que, selon les principes proclamés par le Mexico, avait Guatemala autant que le Mexico, il ne s'opposa point à l'indépendance de Guatemala.

O congresso argentino de 1825, mais liberal, mais patriótico e mais justo que o governador Rosas, vio quanto era monstruoso querer fundir e amalgamar povos de diferentes caracter, idioma e costumes, e com uma previdencia e imparcialidade louvavel anticipou-se ás desavenças, disputas e rompimento que havião de sobrevir com o tempo; não cahio como o governador Rosas, a respeito do Paraguay, na necidade de vibora que moradia a Lima; vio que empenhar-se em reter essas provincias na nacionalidade argentina era incorrer na necidade de vibora que moradia a Lima sem poder cravar-lhe o dente; isto se acolheu a esse argumento pueril da repartição do territorio, para forçar essas provincias a manterem o corpo politico do caduco vice-reinado, e declarou-as em absoluta liberdade de se constituirem como quizessem; cousa que por outra parte era necessaria, pois que essas provincias tinham estado ligadas a nacionalidade argentina desde a dissolução do vice-reinado, tomando parte nos seus congressos, corporações, etc., o que não succedia com o Paraguay, e por isso é que este não necessita do consentimento da Republica Argentina para tornar-se independente.

Não queremos deter-nos com o que se passou em Hespanha ao desapparecer el-rei D. Fernando: isso é um accessorio inadequado; tambem é pouco conducente ao caso que as provincias americanas usassem dos mesmos direitos, e muito menos que na acta de 25 de maio de 1810 se dispozesse no art. 3.º que prestado o juramento pelos senhores da junta fossem reconhecidos por depositarios da autoridade superior do vice-reinado. Buenos-Ayres quiz forçar por meio das armas ao Paraguay a esse reconhecimento, e o Paraguay sustentou armado a sua resistencia e confirmou-a com a victoria.

Desde que se dissolveu o vice-reinado, desde que cessava e desapparecia a autoridade suprema do Hespanha, o reconhecimento de qualquer autoridade que se houvesse de subrogar aquella não dependia já de um decreto, declaração ou acta, mas sim da vontade e consentimento tacito ou expresso dos que a havião de reconhecer e obedecer-lhe: o Paraguay não quiz reconhecer nem obedecer.

Não é exacto que a mediação que o governo de S. M. B. offereceu ás côrtes em 1812 fosse sobre a base que diz a Gazeta. A Inglaterra não queria nem propunha mais do que a paz e reconciliação da metropole com suas colonias, sem reduzi-las nem extendê-las a toas ou quozos limites; e ainda mesmo quando essa mediação se houvesse offerecido como diz a Gazeta, isso não destruiria a força dos factos e razões que havemos exposto.

Sobre a divisão da republica de Colombia em tres republicas repetimos o que deixamos dito acerca de Guatemala e das provincias do Alto-Peru. Sem embargo suppletremos um esquecimento, omissão, ou cousa que o valha, de que a Gazeta costuma ser achacada quando lhe convém.

O que occorreu com a republica de Colombia na sua formação e na sua dissolução é uma prova do que havemos dito: — que não é a repartição territorial o que tem servido de base ás nacionalidades americanas, mas sim a sua vontade. Porém a Gazeta não convinha referir essas successos com todas as suas circumstancias, e calou-as.

Caracas, antes da nova ordem de cousas na America, era uma capitania geral de Hespanha; Santa Fé de Bogotá, um vice-reinado, e Quito uma presidencia. Cada uma dessas tres secções formava como o vice-reinado de Buenos-Ayres um corpo politico, parte da Hespanha, com a sua descrição geographica politica, administração e fóros. Estas tres diferentes secções unirão-se e formarão uma republica, uma nacionalidade, com o nome de republica de Colombia. Fosse embora essa reunião obra do prestigio, da influencia, e mesmo da força do general Bolívar, que, assim como o governador Rosas, tinha a mania das agglomerações que formassem grandes estados; e que é certo é que esses tres corpos politicos, diferentes sob o regimen hespanhol, não se deliverão nisto que a Gazeta chama agora ordem fundamental e inalteravel; alterarão essa ordem e constituirão se em uma republica com o nome de Colombia.

Le congrès argentin de 1825, plus libéral, plus patriotique et plus juste que le gouverneur Rosas, vit combien il était monstrueux de vouloir fondre et amalgamer des peuples d'idiome, de mœurs et de caractère différents; et, avec une prévoyance et une impartialité louables, il prévint les mésintelligences, les disputes et la rupture qui devaient survenir avec le temps; à l'égard du Paraguay, il ne tomba pas, comme le gouverneur Rosas, dans la stupidité de la vipère qui mordait la lime: il vit que faire des efforts pour retenir ces provinces dans la nationalité argentine, c'était donner dans la stupidité de la vipère qui mordait la lime sans pouvoir y enfoncer la dent; il ne se renferma pas dans ce pueril argument de la répartition du territoire pour forcer ces provinces à maintenir le corps politique de la vice-royauté déchu, et il les déclara en liberté absolue de se constituer comme elles le voudraient; chose qui d'ailleurs était nécessaire, puisque ces provinces avaient été liées à la nationalité argentine depuis la dissolution de la vice-royauté, en prenant part à ses congrès, corporations, etc., ce qui n'arrivait pas avec le Paraguay, et c'est pour cela que celui-ci n'a pas besoin du consentement de la République Argentine pour se rendre indépendant.

Nous ne voulons pas nous arrêter à ce qui se passa en Espagne à la disparition du roi D. Ferdinand; cela est un accessoire inutile; il est peu convenable aussi dans le cas où les provinces américaines usassent des mêmes droits, et beaucoup moins que dans l'acte du 25 mai 1810 on disposait, dans l'article 3.º, que le serment prêté (par messieurs de la junta), ils fussent reconnus pour depositaires de l'autorité supérieure de la vice-royauté. Buenos-Ayres voulut, par le moyen des armes, forcer le Paraguay à cette reconnaissance, et le Paraguay, armé, soutint sa résistance et la confirma par la victoire.

Dès que fut dissoute la vice-royauté, dès que cessait et disparaissait l'autorité suprême de l'Espagne, la reconnaissance d'une autorité quelconque qui eût subrogé celle-là, ne dépendait plus d'un décret, d'une déclaration ou d'un acte, mais bien de la volonté et du consentement tacite ou exprès de ceux qui devaient la reconnaître et lui obéir: le Paraguay ne voulut ni reconnaître ni obéir.

Il n'est pas exact que la médiation que le gouvernement de S. M. B. offrit aux cortès en 1812 fut sur la base que dit la Gazette. L'Angleterre ne voulait et ne proposait que la paix et la réconciliation de la métropole avec ses colonies, sans les réduire ni les étendre à telles ou telles limites; et quand même cette médiation eût été offerte, comme le dit la Gazette, cela ne détruirait pas la force des faits et des raisons que nous avons exposés.

Au sujet de la division de la république de Colombie en trois républiques, nous répéterons ce que nous tenons pour dit à l'égard de Guatemala et des provinces du Haut-Perou. Cependant nous suppléerons un oubli, une omission, ou quelque chose d'approchant, malade dont la Gazette a l'habitude d'être atteint quand il lui convient.

Ce qui arriva avec la république de Colombie à sa formation et à sa dissolution est une preuve de ce que nous avons dit: que ce n'est pas la répartition territoriale qui a servi de base aux nationalités américaines, mais bien leur volonté. Mais il ne convenait pas à la Gazette de rapporter ces événements avec toutes leurs circonstances, et elles les a tus.

Caracas, avant le nouvel ordre de choses en Amérique, était une capitainerie générale d'Espagne; Santa-Fé de Bogota une vice-royauté, et Quito une présidence. Chacune de ces trois sections formait, comme la vice-royauté de Buenos-Ayres, un corps politique, partie de l'Espagne, avec sa description géographique, sa politique, son administration et ses prérogatives. Ces trois différentes sections s'unirent et formèrent une république, une nationalité, sous le nom de république de Colombie. Que cette réunion ait été l'œuvre du prestige, de l'influence, et même de la force du général Bolívar, qui, comme le gouverneur Rosas, avait la manie des agglomérations qui formaient de grands états; ce qui est certain, c'est que ces trois corps politiques, différents sous le régime espagnol, ne s'arrêtèrent pas à ce que la Gazette appelle maintenant ordre fondamental et inaltérable; ils altérèrent cet ordre et se constituèrent en une république sous le nom de Colombie.

Alguns annos depois dessa vida de matrimonio de conveniencia, succedeu o que de ordinario succede nos matrimonios dessa classe: os caracteres, os costumes, etc., são incompativeis; começaram por queixas e acabaram por um rompimento. Caracas em 1826 desconheceu a auto-ridade nacional e separou-se. O general Bolivar bem quiz, e alguma cousa fez para obrigar Caracas a conservar-se na união que elle havia creado; porém mais prudente, porque tinha mais capacidade do que o governador Rosas, desistiu do seu empenho ao ver que a opinião em Santa Fé e Quito abundava no mesmo sentido que em Caracas, e completou-se a divisão tomando Caracas o nome de republica de Venezuela; Santa Fé o de Nova Granada, e Quito o de Equador; foi necessario o consentimento dos tres estados, assim como tinha sido necessario esse consentimento para se reunirem; porque é bem sabido que os contractos se dissolvem pelo mesmo meio por que se ajustão.

Este facto da republica de Colombia mostra sem replica que as nacionalidades americanas não tem nem tiverão outra base senão a da soberania popular, sem attenção a repartições politicas preexistentes, que o direito publico americano está estabelecido sobre essa soberania, e que tudo o mais são palavrados absurdos, são chimeras a que a *Gazeta* quer dar realidade.

Esse principio tão universalmente reconhecido na America é o que legitima a independencia do Paraguay. O principio que dá a *Gazeta* do direito de gentes universal, que declara a indissolubilidade de qualquer parte de um corpo politico formado e existente, tem a sua applicação e vigor, não só na Europa mas tambem na America, para tudo quanto tem formado parte de um corpo politico; porém o Paraguay desde 1810 não tem formado parte de nenhum corpo politico; por isso é que o governador Rosas não pôde invoca-lo contra o Paraguay. Além disso, como é que Buenos-Ayres, parte integrante do corpo politico formado e existente da monarchia hespanhola, pôde dissolver o que o direito de gentes universal declara indissolúvel? Só o governo hespanhol poderia invocar a respeito do Paraguay esse principio do direito de gentes; a objecção, na boca da Hespanha, seria forte e justa, porque o Paraguay formou parte do seu corpo politico; e o Paraguay teria de combater por outros meios essa objecção; porém que venha fazê-la ao Paraguay o mesmo que peccou contra esse principio e fundando-se nas mesmas razões que fazião imperdoavel o seu peccado, é uma das singulares anomalias que caracterisão o governador Rosas.

Pela mesma razão não pôde o governador Rosas dizer que a independencia do Paraguay torna impossivel o orden, a independencia, liberdade e felicidade dos povos que governa. Se essas razões que allegava a Hespanha não forão sufficientes para manter Buenos-Ayres e as demais secções da America na dependencia do governo hespanhol, de que fazião parte, como podem vigorar contra o Paraguay para ligá-lo a Buenos-Ayres, de que nunca fez parte desde 1810? Trinta e sete annos ha que o Paraguay está independente de facto e por direito. Quaes são os males que esse facto tem causado a ordem, a independencia, liberdade e felicidade do povo argentino?

Havemos exposto em toda a sua extensão e força os argumentos que a *Gazeta* emprega para provar que a Republica Argentina tem direito de exigir a submissão da Republica do Paraguay; havemos respondido a esses argumentos de modo que nos parece que nada deixa a desejar. Porém a *Gazeta* accrescenta que o Paraguay se obrigou a incorporar-se, e se incorporou a Confederação Argentina. Vejamos se a *Gazeta* é mais feliz e veridica nessa classe de argumentos.

A *Gazeta*. « A provincia do Paraguay corroborou tambem pelo seu consentimento voluntario o pacto preexistente ou de fundação, por um tratado de união federativa, indissolúvel, com as demais provincias da Confederação Argentina.

« Em 1810 e 1811 o governador Velasco, intrigando em favor da côrte de Portugal, intentou oppôr-se á acta de 25 de maio de 1810, expedida em Buenos-Ayres, que conservava a união politica do vice-roya do Paraguay expulsando-o e a provincia inteira exprimiu os seus vo-

Após quelques années de cette existence de mariage de convenance, il arriva ce qui arrive d'ordinaire dans les mariages de cette espèce: les caracteres, les costumes, etc., étaient incompatibles; on commença par des plaintes et on finit par une rupture. Caracas en 1826 méconnut l'autorité nationale et se sépara. Le général Bolivar voulut bien faire, et fit quelque chose pour obliger Caracas à se conserver dans l'union qu'il avait créée; mais plus prudent, parce qu'il avait plus de capacité que le gouverneur Rosas, il renonça à son entreprise en voyant qu'à Santa-Fé et à Quito l'opinion abondait dans le même sens qu'à Caracas; et, pour compléter la division, Caracas prit le nom de République de Venezuela, Santa-Fé celui de Nouvelle-Grenade, et Quito celui de l'Equateur. Le consentement des trois états fut nécessaire, comme avait été nécessaire ce consentement pour se réunir; parce qu'il est bien reconnu que les contractes se dissolvent par le même moyen qu'ils s'établissent.

Ce fait de la République de Colombia montre sans réplique que les nationalités américaines n'ont ni n'auront point d'autre base que celle de la souveraineté populaire, sans égard à des repartições politiques préexistantes, que le droit public américain est établi sur cette souveraineté, et que tout le reste est bavardage absurde, à moins auxquelles la *Gazette* veut donner de la réalité.

Ce principe, si universellement reconnu en Amérique, est celui qui légitime l'indépendance du Paraguay. Le principe que la *Gazette* dit du droit des gens universel, qui déclare l'indissolubilité d'une partie quelconque d'un corps politique existant, a son application et sa vigenur seulement en Europe, mais aussi en Amérique, pour tout ce qui a formé partie d'un corps politique. Mais le Paraguay depuis 1810, n'a formé partie d'aucun corps politique; c'est pour cela que le gouverneur Rosas ne peut l'invoquer contre le Paraguay. En outre, comment est-ce que Buenos-Ayres, partie intégrante du corps politique existant de la monarchie espagnole, a pu dissoudre ce que le droit des gens universel déclare indissoluble? Le gouvernement espagnol seul pourrait invoquer, à l'égard du Paraguay, ce principe du droit des gens; l'objection de la part de l'Espagne serait forte et juste, parce que le Paraguay a formé partie de son corps politique; et le Paraguay aurait à combattre cette objection par d'autres moyens; mais que celui-là même qui pécha contre le principe vienne la faire, et en se fondant sur les mêmes raisons qui rendraient sa faute impardonnaible, c'est un des singuliers anomalies qui caractérisent le gouverneur Rosas.

Par la même raison le gouverneur Rosas ne peut dire que l'indépendance du Paraguay rend impossible l'ordre, l'indépendance, la liberté et la félicité des peuples qu'il gouverne. Si ces raisons qu'alléguait l'Espagne furent pas suffisantes pour maintenir Buenos-Ayres et les autres sections de l'Amérique sous la dépendance du gouvernement espagnol, duquel ils faisaient partie, comment peuvent-elles avoir de la force contre le Paraguay pour le lier à Buenos-Ayres, duquel il n'a jamais fait partie depuis 1810? Il y a trente-sept ans que le Paraguay est indépendant de fait et de droit. Quels sont les maux que ce fait a causés à l'ordre, à l'indépendance, à la liberté et à la félicité du peuple argentin?

Nous ayons exposé dans toute leur étendue et dans toute leur force les arguments que la *Gazette* emploie pour prouver que la République Argentine a droit d'exiger la soumission de la République du Paraguay; nous ayons répondu à ces arguments d'une manière qui nous paraît ne rien laisser à désirer. Mais la *Gazette* ajoute que le Paraguay s'est obligé à s'incorporer, et s'est incorporé à la Confédération Argentine. Voyons si la *Gazette* est plus heureuse et plus veridique dans cette classe d'arguments.

La *Gazette*. « La province du Paraguay a corroboré aussi par son consentement volontaire le pacte préexistant ou de fondation par un traité d'union fédérative, indissoluble, avec les autres provinces de la Confédération Argentine.

« En 1810 et 1811 le gouverneur Velasco, intrigando en faveur de la cour de Portugal, chercha à s'opposer à l'acte du 25 mai 1810, expedido en Buenos-Ayres, qui conservait l'union politique de la vice-royaume. Les Paraguayens l'expulsèrent, et la province entière

expressa ses vœux et ses sentiments dans un manifeste contre Velasco, en lui reprochant l'effort par lequel il voulut soutenir la division totale de cette province sans vouloir braver ou tenter un moyen de concilier sa réunion avec sa liberté et ses droits, et sans vouloir se réduire à envoyer ses députés au congrès général de la province.

« Le 17 juin 1811 la Junta provinciale du Paraguay s'installa, et le 20 juillet de la même année elle déclara son vote spontané et invariable pour l'union nationale existante avec les autres provinces de la république, en adressant au gouvernement argentin les manifestations suivantes:

« Les actes mêmes ont manifesté à V. Exc. que la volonté déclinée de la province du Paraguay est de s'unir avec cette ville et avec les autres confédérées, non-seulement pour conserver amitié réciproque, bonne harmonie, commerce et correspondance, mais aussi pour former une société fondée sur des principes de justice, d'équité et d'égalité. Quelques mesures de prévoyance relatives au régime intérieur ont été purement provisoires jusqu'à la disposition du congrès même.

« Dans la proclamation du 14 septembre 1811 la Junta provinciale du Paraguay déclara qu'elle se félicitait du succès de notre union et de nos négociations politiques avec la ville de Buenos-Ayres, et de ce que d'un seul coup nous recouvrâmes notre place entre les provinces de la nation, du nombre desquelles on voulait nous rayer. Ce sont les expressions littérales de la proclamation citée.

« Par le traité du 12 octobre 1811 la province du Paraguay confirma, comme province argentine, son union et fédération indissoluble avec les autres provinces de la nation argentine.

« Le préambule de ce traité établit que son objet est l'union et la félicité commune des deux provinces et des autres confédérées.

« Vient ensuite dans la *Gazette* un résumé de cinq articles du traité, et après avoir de nouveau reproché au Paraguay le sacrifice des trésors de Buenos-Ayres, par celui de ses ressources et du sang de ses enfants, elle assure que non-seulement Buenos-Ayres accomplit fidèlement le traité du 12 octobre 1811, mais encore qu'elle obtint que le Paraguay restât libre de la domination espagnole, et elle ajoute:

« De son côté, le gouvernement de cette province n'a pas accompli le traité: 1°, parce qu'elle n'a pas concouru, comme elle le devait, à la défense de la cause de la nation et de l'Amérique; 2°, parce que, manquant à la foi inviolable d'un traité public des plus sacrés, tels que sont les traités entre des membres d'une même nation (*pacta sunt servanda*), elle prétend avec injustice et scandale le rompre et l'annuler.

« Le préjure à ce traité et la rupture illégale de l'union nationale de la part du gouvernement de la province du Paraguay, loin de pouvoir, dans aucun sens, dans aucun temps, ni dans aucun cas, se considérer comme des titres légitimes à l'indépendance d'un peuple, d'ailleurs sans capacité politique, ni position géographique convenable à cet effet, comme nous le démontrâmes, plus loin, continement et proclamant injustement la subversion la plus injustifiable, et la plus dangereuse pour tous les états, des conditions fondamentales de toute la société et de la foi publique.

« Suivent dans la *Gazette* deux paragraphes étendus, dans lesquels elle dit que le gouvernement argentin, en résistant à l'injuste et scandaleuse ségrégation du Paraguay, use d'un parfait droit de conservation, de souveraineté et de sûreté....

« Que le gouvernement argentin ne dispute point au Paraguay le droit de se régir et de se gouverner dans son régime intérieur et municipal; que le gouvernement argentin a toujours considéré la province du Paraguay comme partie intégrante de la Confédération; que sa loi de douane a considéré cette province comme appartenant à la même nation; qu'en 1834 le commissaire argentin a convoqué par trois fois la réunion du congrès national; et elle ajoute:

« Après la mort du Dr. Francia, le gouvernement de la province du Paraguay déclara illégalement en 1822 la séparation de la dite province; et dans sa déclaration de prétendue indépendance, il n'eut à alléguer et n'allégué

tos e sentimentos em um manifesto contra Velasco, reprovando-lhe o empenho com que quiz sustentar a total divisão dessa provincia, sem querer arrostar ou tentar um meio de conciliar a sua reunião com a sua liberdade e seus direitos, e sem querer reduzir-se a enviar os seus deputados ao congresso geral da provincia.

« Em 17 de junho de 1811 installou-se a junta provincial do Paraguay e declarou em 20 de julho do mesmo anno o seu voto espontaneo e invariavel pela união nacional existente com as demais provincias da republica, dirigindo ao governo argentino as seguintes manifestações:

« Os proprios actos manifestarão a V. Ex. que a vontade declinada da provincia do Paraguay é unir-se com essa cidade e com as demais confederadas, não só para conservar uma reciproca amizade, boa harmonia, commercio e correspondencia, senão tambem para formar uma sociedade fundada em principios de justiça, de equidade e igualdade. Algumas providencias relativas ao regimen interior tem sido puramente provisórias, até a disposição do mesmo congresso.

« No bando de 14 de setembro de 1811, a junta provincial do Paraguay declarou que se felicitava pelo exito de nossa união e negociação politica com a cidade de Buenos-Ayres, e porque de um só golpe recobrámos o nosso lugar entre as provincias da nação, de cujo numero se nos queria riscar. Estas são as expressões litteraes do citado bando.

« Pelo tratado de 12 de outubro de 1811, a provincia do Paraguay confirmou como provincia argentina a sua união e fédération indissolúvel com as demais da nação argentina.

« O preambulo desse tratado estabelece que o seu objecto é a união e commum felicidade de ambas as provincias e das demais confederadas.

« Segue-se na *Gazeta* um resumo dos cinco artigos do tratado, e depois de exprimir novamente ao Paraguay o sacrificio dos thesouros de Buenos-Ayres, de seus recursos e do sangue de seus filhos, assegura que não só Buenos-Ayres cumpriu fielmente o tratado de 12 de outubro de 1811, senão que tambem conseguiu que o Paraguay restasse livre do dominio hespanhol, e accrescenta:

« Pela sua parte o governo dessa provincia não tem cumprido o tratado: 1°, porque não concorreu como devia a defesa da causa da nação e da America; 2°, porque faltando a fé inviolavel de um tratado publico dos mais sagrados, quasi são os tratados entre membros de uma mesma nação (*pacta sunt servanda*), pretende com injustiça e escandalo rompê-lo e annullá-lo.

« O perjurio a esse tratado e a illegal ruptura da união nacional por parte do governo da provincia do Paraguay, longe de poder considerarse em nenhum sentido, em nenhum tempo nem caso, como titulos legitimos para a independencia de um povo, por outra parte sem capacidade politica, nem posição geographica adequada ao effeito, como adiante demonstraremos, envolvem e proclamam injustamente a subversão mais injustificavel e perigosa para todos os estados, das condições fundamentais de toda a sociedade e da fé publica.

« Segue-se na *Gazeta* dous extensos paragrafos em que diz que o governo argentino resistindo a injusta e escandalosa segregação do Paraguay, usa de um perfeito direito de conservação, de soberania e segurança....

« Que o governo argentino não dispute ao Paraguay o direito de reger-se e governar-se no seu regimen interior e municipal; que o governo argentino sempre considerou a provincia do Paraguay como parte integrante da confederação; que a sua lei de alfandega considerou essa provincia como pertencente a mesma nação; que em 1834 a commissão argentina convocou por tres vezes a reunião do congresso nacional, e accrescenta:

« Depois da morte do Dr. Francia o governo da provincia do Paraguay declarou illegitimamente em 1822 a separação da dita provincia; e na sua declaração de pretendida independencia não teve que allegar nem allegou,

nem sequer imaginarias injurias da parte da Republica Argentina; nem se referio (escutai) a nenhuma declaracão precia de independencia; o governo argentino protestou contra tal declaracão nas suas notas officiaes ao governo da provincia do Paraguay e nas suas mensagens.

OBSERVAÇÕES E RESPOSTA DO PARAGUAYO INDEPENDENTE.

Tão falsa é a proposição de que o Paraguay corroborasse pelo seu consentimento voluntario o pacto preexistente, como futeis as provas que emprega para demonstra-la.

A cada passo temos de rectificar as incorrecções da Gazette, completar a mutilação que faz dos documentos que cita, e restabelecer os factos que altera: não podemos deixar passar um só destes embustes, porque conhecemos a perfida intenção com que se fazem.

O governador Velasco não intentou oppôr-se a acta de 25 de maio de 1810, que conservava a união (a submissão deveria dizer-se) politica do vice-reinado. O governador Velasco era impotente para tal intento: foi o Paraguay que, reunido ao seu corpo municipal em 24 de julho de 1810, resolveu: « Se dissesse a junta de Buenos-Ayres que o Paraguay tinha resolvido, considerada a gravidade do assumpto e a sua declacão, conservar correspondencia e amizade fraternal com a junta de Buenos-Ayres, sem reconhecer a sua superioridade; que se esperassem ulteriores decisões de Hespanha, e que entretanto se procurassem todas as medidas militares de pôr a provincia em estado de defeza.

Esta resolução foi communicada a junta de Buenos-Ayres em 27 do mesmo mez. A junta com o desejo de propagar a sua revolução em todas as provincias crendo que tal resolução era só do governador Velasco e dos Hespanhòes, destacou um exercito contra o Paraguay aos ordens de general Belgrano. A provincia que então era do Paraguay provou nos campos de Paraguari e nas margens do Tacuari que era ella e não o governador Velasco quem havia tomado aquella resolução de não reconhecer a superioridade da junta de Buenos-Ayres. Ah! tem a Gazette o primeiro acto e o primeiro passo para a separação do Paraguay.

O mesmo Paraguay depôz mais tarde o governador Velasco, porque suspeitou com razão que elle tinha em vista levar essa separação além do que o Paraguay queria. O povo paraguayô não queria reconhecer a superioridade da junta de Buenos-Ayres, e submeter-se-lhe; porém tão pouco queria combater a causa geral de Buenos-Ayres e de toda a America. O governador Velasco e alguns Hespanhòes que o rodeavão, sem conhecerem bem a opinião e sentimentos da provincia, quizerão ligar-la para fazer causa commum com Montevideo: e então a provincia decidiu-se a disposição de Velasco.

Começãro o movimento, como sempre succede, os corpos armados, e foi isso o que motivou o manifesto em que se encontram as expressões de reprovação da conduta de Velasco, transcriptas pela Gazette — do empenho de querer sustentar a total divisão, etc.

A Gazette, sem reparar que as exagerações revertem sempre contra quem as emprega, exagera este successo, e diz que o manifesto foi da provincia inteira. A Gazette tem o manifesto, deve ter visto que o seu cabeçalho ou epigraphe diz: « O commandante e officiaes... » e que a subscrição não tem mais do que treze nomes. E treze individuos compõe a provincia inteira? Porque exagera a Gazette deste modo? Porque assim lhe convem para enganar, que é o seu alvo.

O documento com que em seguida se ampara e de que se prevalece a Gazette, a nota de 20 de julho de 1811, está incompleto: não transcreve senão um trecho que lhe faz conta, e omitta trechos diferentes que não tem relação entre si, e omitta as declarações mais terminantes e explicitas dessa mesma nota, por exemplo, omitta os seguintes períodos: « Porém enganar-se-hia qualquer que chegasse a imaginar que a sua intenção fóra entregar-se ao arbitrio alheio e tornar a sua sorte dependente de outra vontade: » também omitta as condições que o governo do Paraguay puzha à conservação da amizade reciproca e a sociedade,

pas même des injures imaginaires de la part de la République Argentine; il ne se référa pas non plus (marquez cela) à aucune déclaration préalable d'indépendance; le gouvernement argentin protesta contre une telle déclaration dans ses notes officielles au gouvernement de la province du Paraguay et dans ses messages.

OBSERVATIONS ET RÉPONSE DU PARAGUAYEN INDEPENDANT.

Cette proposition, que le Paraguay ait corroboré par son consentement volontaire le pacte préexistant, est aussi fautive que les preuves employées pour la démontrer sont faibles.

A chaque pas nous avons à rectifier les incorrections de la Gazette, à compléter les mutilations qu'elle fait des documents qu'elle cite, et à rétablir les faits qu'elle altère: nous ne pouvons laisser passer une seule de ces inexactitudes, parce que nous connaissons l'intention perfide avec laquelle elles se font.

Le gouverneur Velasco ne chercha pas à s'opposer à l'acte du 25 mai 1810, qui conservait l'union (ou devrait dire la soumission) politique de la vice-royauté. Le gouverneur Velasco était impuissant pour un tel dessein: ce fut le Paraguay qui, réuni à son corps municipal le 24 juillet 1810, résolut « que l'on dit à la junta de Buenos-Ayres que, vu la gravité du sujet et sa décision, le Paraguay avait résolu de conserver correspondance et amitié fraternelle avec la junta de Buenos-Ayres, sans reconnaître sa supériorité; qu'on attendit des décisions ultérieures d'Espagne, et qu'en attendant on cherchât tous les moyens militaires de mettre la province en état de défense ».

Cette résolution fut communiquée à la junta de Buenos-Ayres le 27 du même mois. La junta, par le désir de propager sa révolution dans toutes les provinces, croyant qu'une telle résolution était seulement du gouverneur Velasco et des Espagnols, détacha contre le Paraguay une armée aux ordres du général Belgrano. La province, qui alors était celle du Paraguay, prouva dans les champs de Paraguari et sur les rives du Tacuari que c'était elle et non le gouverneur Velasco qui avait pris la résolution de ne pas reconnaître la supériorité de la junta de Buenos-Ayres. Là la Gazette a le premier acte et le premier pas pour la séparation du Paraguay.

Le Paraguay lui-même déposa plus tard le gouverneur Velasco, parce qu'il soupçonna avec raison qu'il avait en vue de conduire cette séparation au-delà de ce que voulait le Paraguay. Le peuple paraguayen ne voulait pas reconnaître la supériorité de la junta de Buenos-Ayres et s'y soumettre; mais il ne voulait pas non plus combattre la cause générale de Buenos-Ayres et de toute l'Amérique. Le gouverneur Velasco et quelques Espagnols qui l'entouraient, sans bien connaître l'opinion et les sentiments de la province, voulurent l'obliger à faire cause commune avec Montevideo: et alors la province se décida à la déposition de Velasco.

Les corps armés, comme il arrive toujours, commencèrent le mouvement, et ce fut ce qui motiva le manifeste dans lequel se trouvent les expressions de réprobation de la conduite de Velasco, transcriptes par la Gazette — du dessein de vouloir soutenir la division totale, etc.

La Gazette, sans remarquer que les exagerations tombent toujours contre ceux qui les emploient, exagera cet événement, et dit que le manifeste fut de la province entière. La Gazette a le manifeste: elle doit avoir vu que son commencement ou epigraphe dit: « Le commandant et les officiers, » et que la souscription n'a pas plus de treize noms. Et treize individus composent-ils la province entière? Pourquoi la Gazette exagera-t-elle de cette manière? Parce que, pour tromper, ce qui est son but, il lui convient ainsi.

Le document sur lequel la Gazette s'appuie ensuite, et dont elle se prévaut, la note du 20 juillet 1811, est incomplet: elle ne transcrit qu'un passage qui lui convient: elle omet des passages différents qui n'ont pas de relation entr'eux, et elle omet les déclarations les plus concluantes et les plus explicites de cette même note; par exemple, elle omet les périodes suivantes: « Mais il se tromperait celui qui viendrait à croire que son intention étoit de se remettre à l'arbitre d'autrui et de rendre son sort dépendant d'une autre volonté. » Elle omet aussi les conditions que le gouvernement du Paraguay mettoit à la

fundada sobre principios de justicia, etc. Essas condições serão, primeiro: « Que, enquanto não se formar o congresso geral, esta provincia se governe por si mesma, sem que a Exma. Junta dessa cidade possa dispor e exercer jurisdicção sobre a sua forma de governo, regimen ou administração, nem outra alguma cousa a ella correspondente. » Outra condição mais expressa ainda, se é possível: « Qualquer regulamento, forma de governo ou constituição que se dispozesse no dito congresso geral, não deverá obrigar a esta provincia enquanto não fosse ratificado em junta plena e geral de seus habitantes e procuradores... » A este ultimo periodo é que se segue esse de « algumas outras providencias... » Entre os documentos encontra-se essa nota de 20 de julho de 1811 do governo do Paraguay ao de Buenos-Ayres: os que a lerem podem julgar se não é contraductor (16).

A Gazette, passando em silencio estas declarações, só transcreve o trecho em que se falla de amizade reciproca... de sociedade fundada sobre principios de justiça, de equidade, igualdade, etc.; e como se nada modiasse entre essas expressões e as que começa com Algumas providencias, etc., colloca-as todas em seguimento. Que proposito merece um escriptor publico que lança mão de tão grosseiras e vergonhosas trapaças?

Qual será a expressão mais clara e terminante dos votos e resolução do povo paraguayô? As declarações que abastamos transcriptas, ou essas phrases gerais e elasticas, de reciproca amizade, boa harmonia, sociedade fundada em principios de justiça, etc., Essas phrases, assim como as do bando de 15 de setembro de 1811, que cita a Gazette, e as que prodigalisa o governador Rosas de sua benevolencia, amizade fraternal, são phrases banaes, elasticas, como já dissemos, que estira e encolhe quem as soita, ou quem as lê, segundo o seu paladar, phrases que nada significão, e não são talvez votos, desejos.

Como prova da nossa franqueza e sinceridade diramos a Gazette duas cousas. Primeira, que hoje mesmo, apesar da incandescencia a que chegou a questão da independencia e navegação do Paraguay, este desejo mihi devotus estabelecer com a Confederação Argentina reciproca amizade, boa harmonia, commercio, correspondencia e sociedade fundada em principios de justiça, equidade e igualdade: uma sociedade parecida à que havia entre a Inglaterra e a França no tempo da corrala intelligencia, em que concordavam e se punhão de accordo em tal ou qual objecto que tocasse as duas potencias, sem que uma dellas dominasse a outra nem a arrastasse após a sua soberana vontade. Isto era realmente o que havia quando o governo do Paraguay soltou essas phrases a que a Gazette dá tanto valor, e é o mesmo que hoje ha, com a diferença de que (e isto é o que em segundo lugar tivemos a dizer-lhe) quando o governo do Paraguay se produziu em 1811 desse modo, havia talvez menos aversão, menos repugnancia (porque havia menos experiencia) a incorporação do que hoje ha, bem que, francamente fallando, nem nesse tempo o governo do Buenos-Ayres teria adiantado nada a respeito de incorporação, porque a primeira e quarta condições que o Paraguay puzha para a sua incorporação, são condições que quibus non, e ellas terião impossibilitado todo o ajuste como agora o impossibilita a palavra independencia absoluta, porque aquellas condições não são mais nem dizem menos do que independencia absoluta.

Que o Paraguay como provincia argentina confiemos a sua união e federacão indissolvel com a nação argentina pelo tratado de 12 de outubro de 1811, como affirma a Gazette, é falso.

Analisando este argumento da Gazette e as suas provas, não vamos a encontrar o deficit de má fé, de occultar e supprimir o que não lhe convém, de prevalecer-se de palavras isoladas, cuja significação interpreta e torce a seu talante, e cujo sentido genuino e reconhecido violenta apesar da intelligencia uniforme de todo o mundo. Vamos demonstrar estas asserções, e da sua demonstração resultará o que temos dito, que é falso que o Para-

conservation de l'amitié reciproque, et à la société fondée sur des principes de justice, etc. Ces conditions étoient: la première, « que, tant que ne se formera pas le congrès général, cette province se gouvernera seule par elle-même, sans que l'excellissime junta de cette ville puisse disposer et exercer juridiction sur sa forme de gouvernement, régime ou administration, ni aucune autre chose à elle correspondante. » Autre condition plus expresse encore, s'il est possible: « Quelque règlement, forme de gouvernement ou constitution qui se dispose dans ledit congrès général ne devra pas obliger cette province tant qu'il ne sera pas ratifié en junta pleine et générale de ses habitants ou domiciliés. » C'est à cette dernière période que succede celle de « quelques autres mesures de provisions. » Parmi les documents se trouve cette note du 20 juillet 1811 du gouvernement du Paraguay à celui de Buenos-Ayres; ceux qui la liront pourront juger si elle n'est pas contradictoire (16).

La Gazette, passant sous silence ces déclarations, transcrit seulement le passage dans lequel on parle d'amitié reciproque... et de société fondée sur des principes de justice, d'équité, d'égalité, etc.; et comme si rien ne s'interposait entre ses expressions et celles qui commencent par quelques mesures de provisions, etc., elle les place à la suite. Quel crédit mérite un publiciste qui profite de fraudes si grossières et si honteuses?

Quelle sera l'expression la plus claire et la plus concluante des vœux et de la résolution du peuple paraguayen? Les déclarations que nous transcrivons, ou ces phrases générales et élastiques d'amitié reciproque, de bonne harmonie, de société fondée sur des principes de justice, etc.? Ces phrases, ainsi que celles de la proclamation du 15 septembre de 1811, que cite la Gazette, et celles que prodigue le gouverneur Rosas, de délicate bienveillance, d'amitié fraternelle, sont des phrases banales, élastiques, comme nous l'avons dit, qu'étend et resserre celui qui les détache ou les interprète selon son goût, des phrases qui ne signifient rien, sinon peut-être des vœux, des desirs.

Pour preuve de notre franchise et de notre sincérité, nous dirons deux choses à la Gazette. Premièrement, qu'aujourd'hui même, malgré l'incandescence à laquelle est parvenue la question de l'indépendance et de la navigation du Paraguay, celui-ci désire très-reellement établir, avec la Confédération Argentine, amitié reciproque, bonne harmonie, commerce, correspondance, et même société fondée sur des principes de justice, d'équité et d'égalité: une société semblable à celle qu'il y avait entre l'Angleterre et la France dans le temps de l'intelligence corrala, ou elles concordaient ou se mettaient d'accord sur tel ou tel objet qui regardait les deux puissances, sans qu'une d'elles dominât l'autre ou l'entraînât par sa volonté souveraine. C'étoit réellement ce qu'il y avait quand le gouvernement du Paraguay lâcha ces phrases auxquelles la Gazette donne tant de valeur, et c'est ce qui existe aujourd'hui, avec la différence que (et c'est cela que nous avions à lui dire en second lieu), quand le gouvernement du Paraguay se produisit de cette manière en 1811, il y avait peut-être moins d'aversion, moins de répugnance (parce qu'il y avait moins d'expérience) pour l'incorporation qu'aujourd'hui, quoique, franchement parlant, dans ce temps non plus le gouvernement de Buenos-Ayres n'auroit rien avancé à l'égard de l'incorporation, parce que la première et la quatrième conditions que le Paraguay mettoit à son incorporation étoient des conditions sine quibus non, et elles auroient rendu impossible tout arrangement, comme maintenant le rend impossible le mot d'indépendance absolue, parce que ces conditions ne sont pas plus et ne disent pas moins qu'indépendance absolue.

Que le Paraguay, comme province argentine, ait confié son union et fédération indissoluble avec la nation argentine par le traité du 12 octobre 1811, comme l'affirme la Gazette, c'est faux.

En analysant cet argument de la Gazette et ses preuves, nous retrouvons le vice de mauvaise foi, de cachur et de supprimer ce qui ne lui convient pas, de se prévaloir de mots isolés dont sa passion interprète et tord la signification, et dont elle force le sens naturel et reconnu, malgré l'intelligence uniforme de tout le monde.

Nous allons démontrer ces asserptions, et de leur démonstration il résultera ce que nous avons dit: qu'il est

guay como provincia argentina confirmasse a sua uniao e federacao indissolavel com a nação argentina, pelo tratado de 12 de outubro de 1811.

Em varios numeros do *Paraguay Independente* se demonstrou isso até a evidencia; repetiremos a nosso pesar, e pela ultima vez, as suas observações dispersas em diferentes numeros, e reunindo-as as explicaremos quanto seja possível.

Em primeiro lugar, o tratado de 12 de outubro de 1811 não é um tratado de uniao e federacao indissolavel entre o Paraguay e Buenos-Ayres. É um tratado de aliança entre dois povos ou corpos politicos, diferentes, contra um determinado inimigo commum e para um determinado objecto. Que o tratado de 12 de outubro de 1811 é da natureza que deixamos dito, demonstrão-o:

- 1.º Os actos preliminares e precedentes do tratado.
- 2.º O teor literal do tratado.
- 3.º Os actos subsequentes ao tratado; e a intelligencia e qualificação em que o tem tido todos os governos, magistrados e escriptores de Buenos-Ayres e até mesmo publicistas estrangeiros.

Em segundo lugar, o tratado de 12 de outubro de 1811 foi dissolvido e annullado:

1.º Porque Buenos-Ayres o quebrantou desde novembro de 1812 e continúa a quebrantá-lo ainda hoje, e cessou desde então por mutuo accordo.

2.º Dissolveu-se pela sua propria qualidade e natureza de temporario, e por haver cessado o objecto do tratado.

Quando com o andar do tempo se suscitou duvidas e disputas acerca da intelligencia e importancia das clausulas ou palavras de um contracto, não é possível fixar essa intelligencia ou importancia sem ter á vista e em consideração os actos que precederão com relação e tendencia ao contracto e as communicações ou cartas que o prepararão. Tais dados e documentos são essenciaes, porque só elles podem fazer conhecer a intenção, espirito e vontade dos contractantes. Quem promove a discussão, se tem conhecimento dos actos anteriores e á sua disposição os documentos preparatorios que podem esclarecer e illustrar a questao, deve expor os actos com exactidão e apresentar os documentos integralmente; porque, se cala uns e occulta os outros, litiga a si proprio uma fundada presumpção de má fé.

Neste caso se acha a *Gazeta*. Tem ella cabal conhecimento dos actos anteriores ao tratado e não os expõe; cala-os, tem á sua disposição toda a correspondencia que preparou esse tratado, e não a apresenta integralmente; cita só alguns periodos e phrases isoladas. Porém continuamos a analysar.

Que o preambulo do tratado estabelece que o seu objecto é « a uniao e communa felicidade de ambas as provincias e das demais confederadas ». Semelhantes palavras não determinão a natureza do tratado. Essas palavras ou outras equivalentes usão-se ou empregão-se em todos os tratados de aliança, como se pôde ver nos ennumerados tratados de aliança que se acham as collecções de Martens, Schoel, etc.

Que o art. 5.º do tratado de 12 de outubro de 1811 estabelece explicitamente a uniao federativa e aliança indissolavel da provincia do Paraguay. Isto não é verdade. Esse artigo não contém mais do que as seguintes palavras, em uma federacao e aliança indissolavel; porém usa destas palavras depois de começar por estabelecer explicitamente a independencia do Paraguay em conformidade com o que anteriormente se havia ajustado com o governo de Buenos-Ayres na sua nota de 25 de agosto de 1811, e nesse sentido continúa o artigo: « Desajudado ambas as partes contractantes estreitar mais e mais os vinculos e enlaços que unem e devem unir ambas as provincias em federacao e aliança indissolavel. » Tudo isto não exprime mais do que o motivo que induz os contractantes, a causa impulsiva do contracto. O contracto é outro. O contracto, a obrigação de, não só conservar e cultivar amizade, senão tambem « auxiliar-se e cooperar mutua e effezivamente com todo o genero de auxilios segundo permittida as circumstancias de cada uma, toda a vez que o requizer o sagrado fim de amiguir e destruir qualquer inimigo que intente oppor-se aos progressos da nossa justa causa e commum liberdade. »

Aqui estão expressamente designados a obrigação e ob-

jecto do tratado: aqui está claramente assignalado que a natureza do tratado não é outra senão a de uma aliança como as de outros estados e nações diferentes contra determinados inimigos e para determinado objecto.

Porém ha mais; e é que não se chegou ao ajuste sendo sobre bases dadas e acertas. Essas bases foram apresentadas ao governo de Buenos-Ayres pelo governo paraguayo na communicação de 20 de julho de 1811 (nota 10), e erão: 1.º que a junta de Buenos-Ayres não poderia dispor nem exercer jurisdicção alguma sobre a sua forma de governo, regimen, administração, nem outra alguma coisa a ella correspondente. A generalidade desta ultima clausula não dá lugar á interpretação de que o Paraguay só resolveu o seu regimen interior, porque, além disso, e como para tirar toda a duvida, apresentou a segunda base, que foi: « Que qualquer regulamento, forma de governo, ou constituição que se dispozesse no dito congresso geral (o da Republica Argentina), não deverá obrigar a esta provincia até que seja ratificado em junta plena e geral dos seus habitantes e moradores. »

O governo do Paraguay levou os seus escrupulos a tal extremo que não quiz receber os enviados de Buenos-Ayres que se achavão em Corrientes e muito menos tratar com elles sem que o governo de Buenos-Ayres accusasse primeiro aquelles bases e se conformasse com ellas.

Essa communicação o governo paraguayo disse muito clara e categoricamente aos enviados de Buenos-Ayres: « Por outra parte consideramos que, longe de nos ser permitida induzir alteração alguma substancial quanto as ditas deliberações (as do congresso paraguayo), é um dever forçoso do nosso ministerio observá-las e sustenta-las effezivamente. Por isso e que enquanto a E. M. Junta por si mesma não reconhecer expressa e formalmente a nossa independencia para com ella, não termos expostos e acedidos pela nossa provincia, creê esta junta que, sem embargo do muito que lhe seria agradável a visita de V. S., não é chegado o caso de entrar opportunamente em tratado algum relativo a esta provincia, porque a sua independencia independencia como um direito incontestavel deve estabelecer-se por preliminar de toda a determinação ulterior. »

So depois que o governo de Buenos-Ayres mostrou pela sua nota de 28 de agosto daquelle anno que acceitava aquellas bases ou condições, e que se conformava com ellas, é que os enviados continuarão a sua viagem e se restou o tratado de 12 de outubro. No intervalo de agosto a outubro tinha occorrido uma mudança no pessoal do governo de Buenos-Ayres, e o novo governo apresentou a communicação ao paraguayo que acceitava tambem as bases que o governo anterior havia acceitado, e em despacho de 1.º de outubro de 1811 disse ao governo paraguayo: « Este governo considerou as quatro proposições de V. S. como resultado de um justo e livre discernimento dos direitos dos povos, e creê que jamais deve duvidar-se dos principios universaes que fundão a quarta proposição (18). »

Emahi os actos e correspondencia que prepararão o tratado de 12 de outubro de 1811. Porém ainda falta um outro documento muito importante e capaz por si só de remover até as sombras de duvida: é documento peculiar do governo de Buenos-Ayres, em que revela, no seu todo, a confiança, e fallado com os seus agentes, a sua intenção, o seu espirito e a sua vontade.

Este documento são as instruções que o governo de Buenos-Ayres deu ao seu enviado o general Belgrano no 1.º de agosto de 1811, e que estão firmados pelos membros da Junta — Cornelio Saavedra, Domingo Matheu, Juan de Alagon, Juan Francisco Terragona, Manuel Ignacio Molina.

So art. 6.º dessas instruções diz-se ao enviado: « Justificar-se ha com sagacidade e destreza a grande necessidade que ha, para afastar aquelles perigos, de que a provincia do Paraguay fique sujeita ao governo de Buenos-Ayres, assim como o estão as provincias unidas, por serem o unico o unico o interesse commum de todos. » Que esta injunção deixará sempre intactos os direitos da provincia que respalda a sua interior administração publica. »

La Gazette se trouve dans ce cas. Elle a une connaissance parfaite des actes antérieurs au traité et elle se les expose pas: elle les fait; elle a à sa disposition toute la correspondance qui a préparé ce traité, et elle ne les présente pas intégralement; elle cite seulement quelques périodes et phrases isolées. Mais continuons l'analyse.

Que le préambule du traité établit que son objet est « l'unio et la félicité commune des deux provinces et des autres confederées. » De semblables paroles ne déterminent pas la nature du traité. Ces paroles ou autres équivalentes sont usitées ou s'emploient dans tous les traités d'alliance, comme on peut le voir dans les innombrables traités d'alliance que renferment les collections de Martens, Schoel, etc.

Que l'article 5 du traité du 12 octobre 1811 établit explicitement l'unio fédérative et l'alliance indissoluble de la province du Paraguay. Cela n'est pas vrai. Cet article ne contient que les paroles suivantes: dans une fédérative et alliance indissoluble; mais la Gazette use de ces termes après avoir commencé à établir explicitement l'indépendance du Paraguay conformément à ce qui avait été convenu antérieurement avec le gouvernement de Buenos-Ayres dans sa note du 25 août 1811, et, dans ce sens, elle continue l'article: « Les deux puissances contractantes doivent resserrer de plus en plus les liens et les engagements qui unissent et doivent unir les deux provinces, en fédérative et alliance indissoluble. » Tout ceci n'exprime autre chose que le motif qui excite les contractants, la cause impulsiva du contrat. Le contrat est autre. Le contrat, l'obligation est, non-seulement de conserver et cultiver l'amitié, mais encore de « se secourir et de coopérer mutuellement et officiellement pour tout genre de services, selon que le requerront les circonstances de chacune, toutes les fois que le redoublement le but sacré d'ameublir et de détruire un ennemi quelconque qui tente de s'opposer aux progrès de notre juste cause et de notre commune liberté. »

La Gazette se trouve dans ce cas. Elle a une connaissance parfaite des actes antérieurs au traité et elle se les expose pas: elle les fait; elle a à sa disposition toute la correspondance qui a préparé ce traité, et elle ne les présente pas intégralement; elle cite seulement quelques périodes et phrases isolées. Mais continuons l'analyse.

Que le préambule du traité établit que son objet est « l'unio et la félicité commune des deux provinces et des autres confederées. » De semblables paroles ne déterminent pas la nature du traité. Ces paroles ou autres équivalentes sont usitées ou s'emploient dans tous les traités d'alliance, comme on peut le voir dans les innombrables traités d'alliance que renferment les collections de Martens, Schoel, etc.

Que l'article 5 du traité du 12 octobre 1811 établit explicitement l'unio fédérative et l'alliance indissoluble de la province du Paraguay. Cela n'est pas vrai. Cet article ne contient que les paroles suivantes: dans une fédérative et alliance indissoluble; mais la Gazette use de ces termes après avoir commencé à établir explicitement l'indépendance du Paraguay conformément à ce qui avait été convenu antérieurement avec le gouvernement de Buenos-Ayres dans sa note du 25 août 1811, et, dans ce sens, elle continue l'article: « Les deux puissances contractantes doivent resserrer de plus en plus les liens et les engagements qui unissent et doivent unir les deux provinces, en fédérative et alliance indissoluble. » Tout ceci n'exprime autre chose que le motif qui excite les contractants, la cause impulsiva du contrat. Le contrat est autre. Le contrat, l'obligation est, non-seulement de conserver et cultiver l'amitié, mais encore de « se secourir et de coopérer mutuellement et officiellement pour tout genre de services, selon que le requerront les circonstances de chacune, toutes les fois que le redoublement le but sacré d'ameublir et de détruire un ennemi quelconque qui tente de s'opposer aux progrès de notre juste cause et de notre commune liberté. »

La Gazette se trouve dans ce cas. Elle a une connaissance parfaite des actes antérieurs au traité et elle se les expose pas: elle les fait; elle a à sa disposition toute la correspondance qui a préparé ce traité, et elle ne les présente pas intégralement; elle cite seulement quelques périodes et phrases isolées. Mais continuons l'analyse.

Que le préambule du traité établit que son objet est « l'unio et la félicité commune des deux provinces et des autres confederées. » De semblables paroles ne déterminent pas la nature du traité. Ces paroles ou autres équivalentes sont usitées ou s'emploient dans tous les traités d'alliance, comme on peut le voir dans les innombrables traités d'alliance que renferment les collections de Martens, Schoel, etc.

Que l'article 5 du traité du 12 octobre 1811 établit explicitement l'unio fédérative et l'alliance indissoluble de la province du Paraguay. Cela n'est pas vrai. Cet article ne contient que les paroles suivantes: dans une fédérative et alliance indissoluble; mais la Gazette use de ces termes après avoir commencé à établir explicitement l'indépendance du Paraguay conformément à ce qui avait été convenu antérieurement avec le gouvernement de Buenos-Ayres dans sa note du 25 août 1811, et, dans ce sens, elle continue l'article: « Les deux puissances contractantes doivent resserrer de plus en plus les liens et les engagements qui unissent et doivent unir les deux provinces, en fédérative et alliance indissoluble. » Tout ceci n'exprime autre chose que le motif qui excite les contractants, la cause impulsiva du contrat. Le contrat est autre. Le contrat, l'obligation est, non-seulement de conserver et cultiver l'amitié, mais encore de « se secourir et de coopérer mutuellement et officiellement pour tout genre de services, selon que le requerront les circonstances de chacune, toutes les fois que le redoublement le but sacré d'ameublir et de détruire un ennemi quelconque qui tente de s'opposer aux progrès de notre juste cause et de notre commune liberté. »

La Gazette se trouve dans ce cas. Elle a une connaissance parfaite des actes antérieurs au traité et elle se les expose pas: elle les fait; elle a à sa disposition toute la correspondance qui a préparé ce traité, et elle ne les présente pas intégralement; elle cite seulement quelques périodes et phrases isolées. Mais continuons l'analyse.

do tratado; lá il está claramente assignalado que a natureza do tratado não é outra senão a de uma aliança como as de outros estados e nações diferentes contra determinados inimigos e para determinado objecto.

Porém ha mais; e é que não se chegou ao ajuste sendo sobre bases dadas e acertas. Essas bases foram apresentadas ao governo de Buenos-Ayres pelo governo paraguayo na communicação de 20 de julho de 1811 (nota 10), e erão: 1.º que a junta de Buenos-Ayres não poderia dispor nem exercer jurisdicção alguma sobre a sua forma de governo, regimen, administração, nem outra alguma coisa a ella correspondente. A generalidade desta ultima clausula não dá lugar á interpretação de que o Paraguay só resolveu o seu regimen interior, porque, além disso, e como para tirar toda a duvida, apresentou a segunda base, que foi: « Que qualquer regulamento, forma de governo, ou constituição que se dispozesse no dito congresso geral (o da Republica Argentina), não deverá obrigar a esta provincia até que seja ratificado em junta plena e geral dos seus habitantes e moradores. »

O governo do Paraguay levou os seus escrupulos a tal extremo que não quiz receber os enviados de Buenos-Ayres que se achavão em Corrientes e muito menos tratar com elles sem que o governo de Buenos-Ayres accusasse primeiro aquelles bases e se conformasse com ellas.

Essa communicação o governo paraguayo disse muito clara e categoricamente aos enviados de Buenos-Ayres: « Por outra parte consideramos que, longe de nos ser permitida induzir alteração alguma substancial quanto as ditas deliberações (as do congresso paraguayo), é um dever forçoso do nosso ministerio observá-las e sustenta-las effezivamente. Por isso e que enquanto a E. M. Junta por si mesma não reconhecer expressa e formalmente a nossa independencia para com ella, não termos expostos e acedidos pela nossa provincia, creê esta junta que, sem embargo do muito que lhe seria agradável a visita de V. S., não é chegado o caso de entrar opportunamente em tratado algum relativo a esta provincia, porque a sua independencia independencia como um direito incontestavel deve estabelecer-se por preliminar de toda a determinação ulterior. »

So depois que o governo de Buenos-Ayres mostrou pela sua nota de 28 de agosto daquelle anno que acceitava aquellas bases ou condições, e que se conformava com ellas, é que os enviados continuarão a sua viagem e se restou o tratado de 12 de outubro. No intervalo de agosto a outubro tinha occorrido uma mudança no pessoal do governo de Buenos-Ayres, e o novo governo apresentou a communicação ao paraguayo que acceitava tambem as bases que o governo anterior havia acceitado, e em despacho de 1.º de outubro de 1811 disse ao governo paraguayo: « Este governo considerou as quatro proposições de V. S. como resultado de um justo e livre discernimento dos direitos dos povos, e creê que jamais deve duvidar-se dos principios universaes que fundão a quarta proposição (18). »

Emahi os actos e correspondencia que prepararão o tratado de 12 de outubro de 1811. Porém ainda falta um outro documento muito importante e capaz por si só de remover até as sombras de duvida: é documento peculiar do governo de Buenos-Ayres, em que revela, no seu todo, a confiança, e fallado com os seus agentes, a sua intenção, o seu espirito e a sua vontade.

Este documento são as instruções que o governo de Buenos-Ayres deu ao seu enviado o general Belgrano no 1.º de agosto de 1811, e que estão firmados pelos membros da Junta — Cornelio Saavedra, Domingo Matheu, Juan de Alagon, Juan Francisco Terragona, Manuel Ignacio Molina.

So art. 6.º dessas instruções diz-se ao enviado: « Justificar-se ha com sagacidade e destreza a grande necessidade que ha, para afastar aquelles perigos, de que a provincia do Paraguay fique sujeita ao governo de Buenos-Ayres, assim como o estão as provincias unidas, por serem o unico o unico o interesse commum de todos. » Que esta injunção deixará sempre intactos os direitos da provincia que respalda a sua interior administração publica. »

La Gazette se trouve dans ce cas. Elle a une connaissance parfaite des actes antérieurs au traité et elle se les expose pas: elle les fait; elle a à sa disposition toute la correspondance qui a préparé ce traité, et elle ne les présente pas intégralement; elle cite seulement quelques périodes et phrases isolées. Mais continuons l'analyse.

Que le préambule du traité établit que son objet est « l'unio et la félicité commune des deux provinces et des autres confederées. » De semblables paroles ne déterminent pas la nature du traité. Ces paroles ou autres équivalentes sont usitées ou s'emploient dans tous les traités d'alliance, comme on peut le voir dans les innombrables traités d'alliance que renferment les collections de Martens, Schoel, etc.

Que l'article 5 du traité du 12 octobre 1811 établit explicitement l'unio fédérative et l'alliance indissoluble de la province du Paraguay. Cela n'est pas vrai. Cet article ne contient que les paroles suivantes: dans une fédérative et alliance indissoluble; mais la Gazette use de ces termes après avoir commencé à établir explicitement l'indépendance du Paraguay conformément à ce qui avait été convenu antérieurement avec le gouvernement de Buenos-Ayres dans sa note du 25 août 1811, et, dans ce sens, elle continue l'article: « Les deux puissances contractantes doivent resserrer de plus en plus les liens et les engagements qui unissent et doivent unir les deux provinces, en fédérative et alliance indissoluble. » Tout ceci n'exprime autre chose que le motif qui excite les contractants, la cause impulsiva du contrat. Le contrat est autre. Le contrat, l'obligation est, non-seulement de conserver et cultiver l'amitié, mais encore de « se secourir et de coopérer mutuellement et officiellement pour tout genre de services, selon que le requerront les circonstances de chacune, toutes les fois que le redoublement le but sacré d'ameublir et de détruire un ennemi quelconque qui tente de s'opposer aux progrès de notre juste cause et de notre commune liberté. »

La Gazette se trouve dans ce cas. Elle a une connaissance parfaite des actes antérieurs au traité et elle se les expose pas: elle les fait; elle a à sa disposition toute la correspondance qui a préparé ce traité, et elle ne les présente pas intégralement; elle cite seulement quelques périodes et phrases isolées. Mais continuons l'analyse.

Que le préambule du traité établit que son objet est « l'unio et la félicité commune des deux provinces et des autres confederées. » De semblables paroles ne déterminent pas la nature du traité. Ces paroles ou autres équivalentes sont usitées ou s'emploient dans tous les traités d'alliance, comme on peut le voir dans les innombrables traités d'alliance que renferment les collections de Martens, Schoel, etc.

Que l'article 5 du traité du 12 octobre 1811 établit explicitement l'unio fédérative et l'alliance indissoluble de la province du Paraguay. Cela n'est pas vrai. Cet article ne contient que les paroles suivantes: dans une fédérative et alliance indissoluble; mais la Gazette use de ces termes après avoir commencé à établir explicitement l'indépendance du Paraguay conformément à ce qui avait été convenu antérieurement avec le gouvernement de Buenos-Ayres dans sa note du 25 août 1811, et, dans ce sens, elle continue l'article: « Les deux puissances contractantes doivent resserrer de plus en plus les liens et les engagements qui unissent et doivent unir les deux provinces, en fédérative et alliance indissoluble. » Tout ceci n'exprime autre chose que le motif qui excite les contractants, la cause impulsiva du contrat. Le contrat est autre. Le contrat, l'obligation est, non-seulement de conserver et cultiver l'amitié, mais encore de « se secourir et de coopérer mutuellement et officiellement pour tout genre de services, selon que le requerront les circonstances de chacune, toutes les fois que le redoublement le but sacré d'ameublir et de détruire un ennemi quelconque qui tente de s'opposer aux progrès de notre juste cause et de notre commune liberté. »

do tratado; lá il está claramente assignalado que a natureza do tratado não é outra senão a de uma aliança como as de outros estados e nações diferentes contra determinados inimigos e para determinado objecto.

Porém ha mais; e é que não se chegou ao ajuste sendo sobre bases dadas e acertas. Essas bases foram apresentadas ao governo de Buenos-Ayres pelo governo paraguayo na communicação de 20 de julho de 1811 (nota 10), e erão: 1.º que a junta de Buenos-Ayres não poderia dispor nem exercer jurisdicção alguma sobre a sua forma de governo, regimen, administração, nem outra alguma coisa a ella correspondente. A generalidade desta ultima clausula não dá lugar á interpretação de que o Paraguay só resolveu o seu regimen interior, porque, além disso, e como para tirar toda a duvida, apresentou a segunda base, que foi: « Que qualquer regulamento, forma de governo, ou constituição que se dispozesse no dito congresso geral (o da Republica Argentina), não deverá obrigar a esta provincia até que seja ratificado em junta plena e geral dos seus habitantes e moradores. »

O governo do Paraguay levou os seus escrupulos a tal extremo que não quiz receber os enviados de Buenos-Ayres que se achavão em Corrientes e muito menos tratar com elles sem que o governo de Buenos-Ayres accusasse primeiro aquelles bases e se conformasse com ellas.

Essa communicação o governo paraguayo disse muito clara e categoricamente aos enviados de Buenos-Ayres: « Por outra parte consideramos que, longe de nos ser permitida induzir alteração alguma substancial quanto as ditas deliberações (as do congresso paraguayo), é um dever forçoso do nosso ministerio observá-las e sustenta-las effezivamente. Por isso e que enquanto a E. M. Junta por si mesma não reconhecer expressa e formalmente a nossa independencia para com ella, não termos expostos e acedidos pela nossa provincia, creê esta junta que, sem embargo do muito que lhe seria agradável a visita de V. S., não é chegado o caso de entrar opportunamente em tratado algum relativo a esta provincia, porque a sua independencia independencia como um direito incontestavel deve estabelecer-se por preliminar de toda a determinação ulterior. »

So depois que o governo de Buenos-Ayres mostrou pela sua nota de 28 de agosto daquelle anno que acceitava aquellas bases ou condições, e que se conformava com ellas, é que os enviados continuarão a sua viagem e se restou o tratado de 12 de outubro. No intervalo de agosto a outubro tinha occorrido uma mudança no pessoal do governo de Buenos-Ayres, e o novo governo apresentou a communicação ao paraguayo que acceitava tambem as bases que o governo anterior havia acceitado, e em despacho de 1.º de outubro de 1811 disse ao governo paraguayo: « Este governo considerou as quatro proposições de V. S. como resultado de um justo e livre discernimento dos direitos dos povos, e creê que jamais deve duvidar-se dos principios universaes que fundão a quarta proposição (18). »

Emahi os actos e correspondencia que prepararão o tratado de 12 de outubro de 1811. Porém ainda falta um outro documento muito importante e capaz por si só de remover até as sombras de duvida: é documento peculiar do governo de Buenos-Ayres, em que revela, no seu todo, a confiança, e fallado com os seus agentes, a sua intenção, o seu espirito e a sua vontade.

Este documento são as instruções que o governo de Buenos-Ayres deu ao seu enviado o general Belgrano no 1.º de agosto de 1811, e que estão firmados pelos membros da Junta — Cornelio Saavedra, Domingo Matheu, Juan de Alagon, Juan Francisco Terragona, Manuel Ignacio Molina.

So art. 6.º dessas instruções diz-se ao enviado: « Justificar-se ha com sagacidade e destreza a grande necessidade que ha, para afastar aquelles perigos, de que a provincia do Paraguay fique sujeita ao governo de Buenos-Ayres, assim como o estão as provincias unidas, por serem o unico o unico o interesse commum de todos. » Que esta injunção deixará sempre intactos os direitos da provincia que respalda a sua interior administração publica. »

La Gazette se trouve dans ce cas. Elle a une connaissance parfaite des actes antérieurs au traité et elle se les expose pas: elle les fait; elle a à sa disposition toute la correspondance qui a préparé ce traité, et elle ne les présente pas intégralement; elle cite seulement quelques périodes et phrases isolées. Mais continuons l'analyse.

Que le préambule du traité établit que son objet est « l'unio et la félicité commune des deux provinces et des autres confederées. » De semblables paroles ne déterminent pas la nature du traité. Ces paroles ou autres équivalentes sont usitées ou s'emploient dans tous les traités d'alliance, comme on peut le voir dans les innombrables traités d'alliance que renferment les collections de Martens, Schoel, etc.

Que l'article 5 du traité du 12 octobre 1811 établit explicitement l'unio fédérative et l'alliance indissoluble de la province du Paraguay. Cela n'est pas vrai. Cet article ne contient que les paroles suivantes: dans une fédérative et alliance indissoluble; mais la Gazette use de ces termes après avoir commencé à établir explicitement l'indépendance du Paraguay conformément à ce qui avait été convenu antérieurement avec le gouvernement de Buenos-Ayres dans sa note du 25 août 1811, et, dans ce sens, elle continue l'article: « Les deux puissances contractantes doivent resserrer de plus en plus les liens et les engagements qui unissent et doivent unir les deux provinces, en fédérative et alliance indissoluble. » Tout ceci n'exprime autre chose que le motif qui excite les contractants, la cause impulsiva du contrat. Le contrat est autre. Le contrat, l'obligation est, non-seulement de conserver et cultiver l'amitié, mais encore de « se secourir et de coopérer mutuellement et officiellement pour tout genre de services, selon que le requerront les circonstances de chacune, toutes les fois que le redoublement le but sacré d'ameublir et de détruire un ennemi quelconque qui tente de s'opposer aux progrès de notre juste cause et de notre commune liberté. »

La Gazette se trouve dans ce cas. Elle a une connaissance parfaite des actes antérieurs au traité et elle se les expose pas: elle les fait; elle a à sa disposition toute la correspondance qui a préparé ce traité, et elle ne les présente pas intégralement; elle cite seulement quelques périodes et phrases isolées. Mais continuons l'analyse.

Que le préambule du traité établit que son objet est « l'unio et la félicité commune des deux provinces et des autres confederées. » De semblables paroles ne déterminent pas la nature du traité. Ces paroles ou autres équivalentes sont usitées ou s'emploient dans tous les traités d'alliance, comme on peut le voir dans les innombrables traités d'alliance que renferment les collections de Martens, Schoel, etc.

Que l'article 5 du traité du 12 octobre 1811 établit explicitement l'unio fédérative et l'alliance indissoluble de la province du Paraguay. Cela n'est pas vrai. Cet article ne contient que les paroles suivantes: dans une fédérative et alliance indissoluble; mais la Gazette use de ces termes après avoir commencé à établir explicitement l'indépendance du Paraguay conformément à ce qui avait été convenu antérieurement avec le gouvernement de Buenos-Ayres dans sa note du 25 août 1811, et, dans ce sens, elle continue l'article: « Les deux puissances contractantes doivent resserrer de plus en plus les liens et les engagements qui unissent et doivent unir les deux provinces, en fédérative et alliance indissoluble. » Tout ceci n'exprime autre chose que le motif qui excite les contractants, la cause impulsiva du contrat. Le contrat est autre. Le contrat, l'obligation est, non-seulement de conserver et cultiver l'amitié, mais encore de « se secourir et de coopérer mutuellement et officiellement pour tout genre de services, selon que le requerront les circonstances de chacune, toutes les fois que le redoublement le but sacré d'ameublir et de détruire un ennemi quelconque qui tente de s'opposer aux progrès de notre juste cause et de notre commune liberté. »

O conteúdo deste artigo das instruções é o resumo de tudo quanto agora está dizendo a *Gazeta* nas suas extensas columnas. O documento citado existe em original em poder do supremo governo.

No art. 7.º dessas instruções provine-se ao enviado: « Sempre que se conheça que o objecto do artigo anterior não será bem recebido, ou que sendo proposto occasionará algumas contradicções, abandonar-se-ha, e o representante tratará de unir ambos os governos debaixo de um systema offensivo e defensivo contra todo o inimigo que meditasse atacar os respectivos territorios. »

A *Gazeta* tinha a sua disposição todos estes documentos: conhece todos esses actos, porque não publicou aquelles? Porque não fez menção destes? Porque então não podia dizer que o Paraguay estabeleceu no tratado de 12 de outubro de 1811 *unión federativa* com a nação argentina. Publicando esses documentos, mencionando esses actos, mostrava a todo o homem de boa fé e bom senso que o tratado de 12 de outubro de 1811 não foi mais que um tratado de alliança offensiva e defensiva *apud de annuillar e destruyr cualquier inimigo que intentasse oppôr-se a justa causa e commun liberdade*: que nem o governo do Paraguay quiz, nem o governo de Buenos-Ayres exigio (porque vio que toda e qualquer tentativa era inutil) outra cousa mais que uma alliança, ou, como se explicita o governo de Buenos-Ayres, *un systema offensivo e defensivo*.

Depois do que se acaba de expôr, que importa que no art. 6.º se encontre a palavra *federación*? Pode já algum homem imparcial duvidar que essa palavra ali está empregada no seu sentido genuino e como synonymo da palavra seguinte — *alliança*?

Que especie de unió federativa era essa que tirava ao governo de Buenos-Ayres toda a ingerencia em qualquer causa pertencente ao Paraguay? Que reconhecida no governo deste paiz o direito de submeter ao seu exame e decisão, e por consequente de repellir todo o acto e disposição do governo e congresso argentino? Qual era então o vinculo dessa unió federativa que ligava Paraguay e Buenos-Ayres? Qual era o direito que conferia ao governo argentino? Nenhuma obrigação se impunha aos contractantes senão a de conservar a sua amizade e auxiliarem-se reciprocamente *segundo as suas circumstancias*: ficava perfeitamente iguaes: nenhum direito, nenhuma attribuição se conferia a um sobre o outro.

Os actos anteriores ao tratado de 12 de outubro de 1811 que havemos referido; a correspondencia que preparou esse tratado e que havemos apresentado tão completa quanto era possível, mostram bem claramente a natureza do tratado de 12 de outubro, e que não e como affirma a *Gazeta* um tratado de *unión federativa e alliança indissoluble*, mas sim um tratado de alliança como qualquer outro entre nações e estados diferentes.

Porém para remover até os assomos de duvida sobre a natureza deste tratado, apresentamos aos curiosos o seu teor litteral e os actos subsequentes ao tratado, assim como a intelligencia em que o tem tido os governos, magistrados e escriptores de Buenos-Ayres e alguns publicistas estrangeiros.

Quem tiver a menor duvida de que é um governo federativo e ler o tratado de 12 de outubro de 1811, entre o Paraguay e Buenos-Ayres, é impossível que pense e diga que tal tratado estabelece unió federativa, porque buscará no texto deste tratado alguma cousa que essencialmente constitue uma unió federativa, e buscala ha em vão, porque nada se encontra nesse tratado que com isso se pareça: e se for homem que esteja versado na historia da revolução do Rio da Prata, ris-se-ha da originalidade da descoberta de *unión federativa* do governador Rosas e do seu gazeteiro.

Em outubro de 1811 nem a palavra — *federación* — se ouvia em toda a Republica Argentina, quanto mais o facto. Ninguém souhava então que aqui havia tal forma de governo: todas as provincias estavam submettidas ao governo de Buenos-Ayres com mais resignação do que os vice-reis. A primeira junta e demais governos de Buenos-Ayres exercião uma autoridade mais despótica e extensa que a dos vice-reis: nomeavam governadores para todas as provincias e privião até os empregos mais subalternos. Pelos fins de 1810 foi nomeado governador de Cordova e então coronel Puirredon. D. Gregorio Tadeo

de la Cerda foi nomeado secretario do mesmo governo de Cordova em 1814. O general Rodriguez tinha sido nomeado presidente de Charcas em 1812: em 1814 o general S. Martin foi nomeado governador de Mendoza. Todos os governos que tem havido em Buenos-Ayres, os cidadãos de todas as provincias, com muy poucas excepções, erão *unitarios* até 1815, em que as hordas capitaneadas por D. José Artigas saltarão a direita do Paraná e propagarão a sua doutrina. Porém como ainda então a *federación* era basta pouco conhecida, mesmo dos poucos que fallavam nella, breve foi esquecida. Em 1816 tornou-se a *unidade*, e a *federación* manteve-se com alternativas até 1830, em que se consolidou, e com o nome de federal estabeleceu-se um governo *sub generalis*, o mais unitario e concentrado que tem conhecido a Republica Argentina.

Dans l'article 7 de ces instructions on prévient l'envoyé: « Qu'aussitôt qu'il verra que l'objet de l'article antérieur ne sera pas bien reçu, ou qu'étant proposé occasionnera quelques contradictions, il l'abandonnera, et s'occupera d'unir les deux gouvernements par un système offensif et défensif contre tout ennemi qui méditerait d'attaquer les territoires respectifs. »

La *Gazette* avait à sa disposition tous ces documents: elle connaît tous ces actes: pourquoi ne les a-t-elle pas publiés? pourquoi n'en a-t-elle pas fait mention? Parce qu'alors elle ne pouvait pas dire que le Paraguay a établi par le traité du 12 octobre 1811 *unión federativa* avec la nation argentine. En publiant ces documents, en mentionnant ces actes, elle montrait à tout homme de bonne foi et de bon sens que le traité du 12 octobre 1811 ne fut qu'un traité d'alliance offensive et défensive, *apud de annuillar et destruyr cualquier inimigo qui tentat de l'opponer a la juste cause et a la commune liberte*, que ni le gouvernement du Paraguay ne voulait, ni celui de Buenos-Ayres n'exigea (parce qu'il vit que toute tentative était inutile) autre chose de plus qu'une alliance, ou, comme s'explique le gouvernement de Buenos-Ayres, *un systema offensif et defensif*.

D'après ce qui vient d'être exposé, qu'importe que dans l'article 6 on trouve le mot *federación*? Tout homme impartial peut-il douter encore que ce mot est employé dans son sens propre et comme synonyme du mot suivant *alliança*?

Quelle espèce d'unión federativa était celle qui liait au gouvernement de Buenos-Ayres toute ingerence en cause quelconque appartenant au Paraguay? Qui reconnaissait au gouvernement de ce pays le droit de soumettre à son examen tout acte et toute disposition du gouvernement et du congrès argentin? Quel était alors le lien de cette unió federative que liait le Paraguay? Quel était le droit qu'il conferait au gouvernement argentin? Les contractants ne s'imposaient aucune autre obligation que celle de conserver leur amitié et de se secourir réciproquement *sulvant les circonstances*: ils étaient parfaitement égaux: aucun droit, aucune attribution ne se conférait à l'un contre l'autre.

Les actes antérieurs au traité du 12 octobre 1811, que nous avons rapportés, la correspondance qui a préparé ce traité, et que nous avons présentée aussi complète qu'il était possible, montrent bien clairement la nature du traité du 12 octobre, et qu'il n'est pas, comme l'affirme la *Gazette*, un traité d'*unión federativa et d'alliança indissoluble*, mais bien un traité d'alliance comme tout autre entre nations et états différents.

Mais pour écarter jusqu'aux apparences de doute sur la nature de ce traité, nous présentons aux curieux le tenor litteral et les actes subséquents au traité, ainsi que l'intelligence dans laquelle l'ont tenu les gouvernements, les magistrats, les écrivains de Buenos-Ayres et quelques publicistes étrangers.

Pour celui qui a la moindre idée de ce qu'est un gouvernement fédératif et qui lit le traité du 12 octobre 1811, entre le Paraguay et Buenos-Ayres, il est impossible de penser et de dire qu'un tel traité établit l'unión federativa, parce qu'il cherchera dans le texte de ce traité quelque chose de ce qui constitue essentiellement une unió federative, et il le cherchera en vain, parce que dans ce traité il ne se rencontre rien qui ressemble à cela: et si c'est un homme versé dans l'histoire de la révolution de Rio de la Plata, il rira de l'originalité de la découverte d'*unión federativa* du gouverneur Rosas et de son gazeteiro.

En octobre 1811, dans toute la Republica Argentina on n'entendait pas le mot de *federación*: à plus forte raison on n'y entendait pas le fait. Personne ne soupçonnait alors qu'il y avait une telle forme de gouvernement: toutes les provinces étaient soumises au gouvernement de Buenos-Ayres avec plus de résignation qu'aux vice-rois. La première junta et les autres gouvernements de Buenos-Ayres exerçaient une autorité plus despotique et plus étendue que celles des vice-rois: ils nommaient les gouverneurs pour toutes les provinces et pourvoyaient jusqu'aux emplois les plus subalternes. Vers la fin

de la Cerda foi nomeado secretario do mesmo governo de Cordova em 1814. O general Rodriguez tinha sido nomeado presidente de Charcas em 1812: em 1814 o general S. Martin foi nomeado governador de Mendoza. Todos os governos que tem havido em Buenos-Ayres, os cidadãos de todas as provincias, com muy poucas excepções, erão *unitarios* até 1815, em que as hordas capitaneadas por D. José Artigas saltarão a direita do Paraná e propagarão a sua doutrina. Porém como ainda então a *federación* era basta pouco conhecida, mesmo dos poucos que fallavam nella, breve foi esquecida. Em 1816 tornou-se a *unidade*, e a *federación* manteve-se com alternativas até 1830, em que se consolidou, e com o nome de federal estabeleceu-se um governo *sub generalis*, o mais unitario e concentrado que tem conhecido a Republica Argentina.

Bastaria o conhecimento destes factos notorios e historicos para que um homem imparcial dissesse que em tal estado de opinião e com as era impossível que o governo de Buenos-Ayres consentisse em uma *unión federativa* estabelecida em um tratado publico em 1811. A prova da exactidão deste juizo está a mão.

Nas instruções que a junta de Buenos-Ayres deu ao seu enviado ao Paraguay, e cujos arts. 6.º e 7.º havemos extractado, tendo á vista o original que, como dissemos, existe em poder do supremo governo do Paraguay, diz-se ao enviado: « O vinculo de federación não basta a urgente necessidade em que nos achamos de proceder com unidade e energia; a maior representação e dignidade que hoje tem o governo pela associação dos deputados manifesta tambem que a provincia do Paraguay, mantida pelo simples vinculo federativo, não contribue pela sua parte de um modo condigno para satisfazer os grandes esforços e sacrificios que as demais vão fazer pelos seus direitos e liberdade. »

Com taes disposições o governo de Buenos-Ayres havendo estabelecido um systema diametralmente opposto á federación, como era possível que quizesse que a *unión federativa* se consagrasse em um tratado publico? Isso era destruir pela sua base um systema estabelecido, systema em cuja conservação tanto empenho e interesse manifestava o governo de Buenos-Ayres.

Esta observação, que tanto urge contra as observações e miras da *Gazeta* adquire um grau de força irresistivel por todo o contexto litteral do tratado. Sabido é que não pôde haver *unión federativa* sem que os povos que se unem desse modo constituam um corpo, uma autoridade collectiva ou impessoal a quem confiram a voz e representação dos que se achão unidos federalmente, e que tenha a gestão dos negocios geraes: em uma palavra, que faça tudo o que cada um dos federados não pôde fazer por si. Assim, por exemplo, no tratado de 4 de janeiro de 1831, que a *Gazeta* chama *pacto fundamental*, estabeleceu-se pela letra do tratado uma *comissão directora*, a quem se commetterão attribuições que comprehendem os interesses geraes dos que celebrarão esse pacto, taes como a de fazer a guerra, a paz, etc.

Tudo isso é essencial, é fundamental, para usar do termo que a *Gazeta* emprega. Em que artigo do tratado de 12 de outubro de 1811 se encontra cousa que com isso se pareça? Longe disso, ao contractante que havia mostrado pretensões de superioridade diz-se lhe no art. 5.º que *ado ha de intervir en causa alguna pertenente ao Paraguay, e elle aceita*.

A *Gazeta* tem uma habilidade, ou, com mais proprieidade, um descaramento particular para fazer dizer aos documentos o que nunca sonhara. Diz que o art. 1.º concede nas medidas de segurança communs de todas as provincias, contra os inimigos interiores e exteriores da nação argentina « quando esse artigo não concorda em outra cousa senão em que o tabaco comprado por conta do fisco hespanhol se venda por conta do Paraguay. Parece incrível que, quando o facto em que se accordou e convio não é mais que isto, a *Gazeta* tenha a impavidez de dizer que nesse artigo se ajustarão medi-

de 1810 Puirredon, alors colonel, fut nommé gouverneur de Cordova; D. Gregorio Tadeo de la Cerda fut nommé secrétaire du même gouvernement de Cordova en 1814. Le général Rodriguez avait été nommé président de Charcas en 1812; en 1814 le général S. Martin fut nommé gouverneur de Mendoza. Tous les gouvernements qu'il y a eu à Buenos-Ayres, les citoyens de toutes les provinces, à très peu d'exceptions, étaient des *unitaires* jusqu'en 1815, où les hordes commandées par D. José Artigas franchirent la droite du Paraná et propagèrent leur doctrine. Mais, comme encore alors la *federación* était une bête peu connue, même du petit nombre de ceux qui en parlaient, elle fut bientôt oubliée. En 1816 on revint à l'*unité* et la *federación* se maintint avec des alternatives jusqu'en 1830, époque à laquelle elle se consolida, et où, sous le nom de fédéral, il s'établit un gouvernement *sub generalis*, le plus unitaire et le plus concentré qu'ait connu la République Argentine.

La connaissance de ces faits non es et historiques suffirait pour qu'un homme impartial dit que, dans un tel état d'opinion et de choses, il était impossible que le gouvernement de Buenos-Ayres consentit à une *unión federative* établie par un traité public en 1811. La preuve de l'exactitude de ce jugement est sous la main.

Dans les instructions que la junta de Buenos-Ayres donna à son envoyé au Paraguay, et dont nous avons extrait les articles 6 et 7, ayant sous les yeux l'original, qui, comme nous l'avons dit, existe au pouvoir du gouvernement suprême du Paraguay, on dit à l'envoyé: « Le lien seul de *federación* ne suffit pas à l'urgence nécessaire dans laquelle nous nous trouvons de procéder avec unité et énergie; la plus grande représentation et la plus grande dignité qu'à aujourd'hui le gouvernement par l'association des députés, manifeste aussi que la province du Paraguay, maintenue par le simple lien fédératif, ne contribue pas pour sa part d'une manière proportionnée pour satisfaire aux grands efforts et aux sacrifices que les autres provinces vont faire pour leurs droits et leur liberté. »

Avec de telles dispositions, le gouvernement de Buenos-Ayres ayant établi un système diamétralement opposé à la *federación*, comment était-il possible qu'il voulut que l'*unión federative* se consacrât par un traité public? Cela était détruire par sa base un système établi; système pour la conservation duquel le gouvernement de Buenos-Ayres manifestait tant de sollicitude et d'intérêt.

Cette observation, qui s'élève tant contre les observations et les vues de la *Gazette*, acquiert un degré de force irrésistible par toute la teneur litterale du traité. On sait qu'il ne peut y avoir d'*unión federative* sans que les peuples qui s'unissent de cette manière constituent un corps, une autorité collective ou impersonnelle à laquelle ils confèrent la voix et la représentation de ceux qui se trouvent unis fédéralement, une autorité qui ait la gestion des affaires générales: en un mot, qui fasse tout ce que chacun des fédérés ne peut faire par lui-même. Ainsi, par exemple, dans le traité du 4 janvier 1831, que la *Gazette* appelle *pacto fundamental*, il s'est établi par la lettre du traité une *comission directrice* à laquelle on a donné des attributions qui comprennent les intérêts généraux de ceux qui ont réglé ce pacto, telle que celle de faire la guerre, la paix, etc.

Tout cela est essentiel, est fondamental, pour user du terme qu'emploie la *Gazette*. En quel article du traité de 12 octobre 1811 se rencontre-t-il quelque chose qui ressemble à cela? Loin de là, au contractant qui avait montré des prétentions de supériorité on dit dans l'article 5 qu'il n'interviendra dans aucune cause appartenante au Paraguay, et il accepte.

La *Gazette* a une habileté, ou plutôt une effronterie particulière pour faire dire aux documents ce à quoi jamais ils ne songèrent. Elle dit que « l'article 1.º convient des mesures de sûreté commune de toutes les provinces contre les ennemis intérieurs et extérieurs de la nation argentine. » quand cet article stimule seulement que le tabac acheté pour le compte du fisc espagnol se vendra pour le compte du Paraguay. Il paraît invoyable que, quand le fait sur lequel on s'accorda et dont on convint n'est autre que cela, la *Gazette* ait la hardiesse de dire que dans cet article on

das de segurança common; porém ali está o art. 1º do tratado n.º 7099 para que se veja quem diz a verdade.

Nesse artigo não se falla senão da necessidade que tem o Paraguay de auxilios para manter uma força effecliva e respeitavel para sua segurança e para repellir todo e qualquer inimigo de nossa systema. O Paraguay, como Buenos Ayres, tinha uma causa common e identica: tudo isso não é mais do que a referencia de um facto que motiva o accordo e convenio; porém aquillo em que se concordou e convolve é muito differente. Esse artigo não tem mais objecto do que obviar a uma questão que podia suscitar-se sobre saber a quem correspondiam esses fundos do fisco hispanhol. Em Buenos Ayres residia a direcção geral da renda do tabaco, e por esse título podia reclamar os fundos ou o seu producto, e quiz-se evitar essa questão.

Os arts. 2º e 3º caberiam melhor em um tratado de commercio do que em um de alliança: naquelles é geralmente onde se regula os direitos que devem pagar as mercadorias e productos que importão os differentes povos. Esses dois artigos reduzem-se a impostos e direitos que se cobravão assim em Buenos Ayres como ao Paraguay. Pelo art. 2º o governo paraguayo consentia que o argentino impozesse aos productos do Paraguay um moderado imposto com o mesmo fim e destino de proporcionar-se fundos para a guerra.

O 4º estabelece e reconhece provisoriamente os limites do Paraguay e remette a sua fixação definitiva ao que se ajustar com o congresso geral; e sem embargo o governador Rosas está dizendo que esse terreno é usurpado pelo Paraguay.

O 5º e ultimo artigo é o que estabelece a alliança, porém de um modo demasiado geral e incerto, como se vê do texto mesmo do artigo. Onde pois se encontra nesse tratado a supposta *unión federativa* que Rosas e a sua *Gazeta* tem descoberto? Ha um outro artigo de que mais adiante nos occuparemos, que nem o registro diplomatico de Buenos Ayres, nem a *Gazeta* publica, como se esse seu silencio bastasse para eliminá-lo do tratado.

Como não escrevemos para que Rosas e a sua *Gazeta* reconheça a justiça que o Paraguay tem em todas estas questões, mas sim para esclarecê-las no juizo dos que não estão prevenidos, accrescentaremos, para completar a demonstração do que temos avançado, que todos os governos de Buenos Ayres, à excepção do de Rosas, que todos os magistrados dessa cidade e seus escriptores, quando tocáram nos negocios do Paraguay sempre o consideráram e tratáram como estado e nação differente, sem sonharem que o tratado de 12 de outubro de 1811 estabelecia tal *unión federativa* do Paraguay com a nação argentina.

Em 1813 resolve o governo de Buenos Ayres enviar uma nova missão ao Paraguay, e a credencial que dá ao seu enviado, D. Nicolas Herrera, diz o seguinte: « Com vistas de estreitar os vinculos de amizade e alliança entre essa provincia e as que esta comprehendo, patontear a boa fé e liberalidade deste governo, e finalmente assegurar sobre bases firmes e indestructiveis a felicidade publica e mutuo interesse de ambas as territorialidades, concordou-se em commissão D. Nicolas Herrera junto a esse governo... Buenos Ayres, m. rco. 6 de 1813. — Nicolas Rodriguez Pena, José Julian Pires, Dr. Antonio A. Jont, Juan Manuel Luca, secretario do governo. »

Pôde ainda duvidar se de que o governo de Buenos Ayres considerava o tratado de 12 de outubro de 1811 como um tratado de alliança entre povos differentes?

Ao mesmo tempo que o governo de Buenos Ayres enviava ao Paraguay esta nova missão, mantinha contra o teor expresso do tratado os exorbitantes impostos com que sobrecarregava os productos do Paraguay. Isto havia exasperado os animos neste paiz: a correspondencia entre ambos os governos estava cheia de reciprocas reconvenções feitas com um tom de acrimonia tal que era bem facil prever que não tardaria a romper-se toda a boa harmonia. Assim succedeu.

Para decidir se o governo paraguayo sobre a missão de D. Nicolas Herrera convocou um congresso geral

est convenyu de mesures de sùreté commune; mais l'article 1º du traité et la *Gazette* n.º 7099 sont là pour que voie qui dit la vérité.

Dans cet article on ne parle que de la nécessité de secours qu'a le Paraguay pour maintenir une force effective et respectable pour sa sùreté et pour repousser tout ennemi quelconque de notre systeme. Le Paraguay et Buenos Ayres avaient une cause commune et identique: tout cela n'est que la référence d'un fait qui motive l'accord et la convention; mais ce dont on fut d'accord et dont on convint est tres-different. Cet article n'a d'autre objet que d'obvier a une question qui pouvoit se susciter pour savoir à qui revenoit ces fonds du fisco espagnol. A Buenos Ayres residait la direction générale du revenu du tabac, et à ce titre, elle pouvoit réclamer les fonds ou leur produit, et on voulut éviter cette question.

Les articles 2 et 3 seraient mieux placés dans un traité de commerce que dans un traité d'alliance; ces généralement dans ceux-là que se règlent les droits que doivent payer les marchandises et les produits qu'importent les differentes peuples. Ces deux articles se réduisent à des impôts et à des droits qui se payoient aussi bien à Buenos Ayres qu'au Paraguay. Par l'article 2 le gouvernement paraguayo consentait à ce que le gouvernement argentin imposât aux produits du Paraguay un impôt modéré, dans le but même et dans le dessein de s'approprier des fonds pour la guerre.

L'art. 4 établit et reconnaît provisoirement les limites du Paraguay, et remet leur fixation définitive à ce qui sera convenu par le congrès général; et cependant le gouverneur Rosas dit que ce terrain est usurpé par le Paraguay.

Le 5º et dernier article est celui qui établit l'alliance, mais d'une manière assez générale et incertaine, comme on le voit par le texte même de l'article. Où donc se rencontre dans ce traité la supposée *unión federativa* que Rosas et sa *Gazette* ont découverte? Il y a un autre article duquel nous nous occuperons plus loin, que n'est le registre diplomatique de Buenos Ayres ni la *Gazette* publique, comme si leur silence suffisait pour l'éliminer du traité.

Comme nous n'écrivons pas pour que Rosas et sa *Gazette* reconnaissent la justice que le Paraguay a dans toutes ces questions, mais pour les éclaircir dans l'esprit de ceux qui ne sont pas prevenus, nous ajouterons, pour compléter la démonstration de ce que nous avons avancé, que tous les gouvernements de Buenos Ayres, à l'exception de celui de Rosas, que tous les magistrats de cette cité et ses escripteurs quand ils ont touché aux affaires du Paraguay, l'ont toujours considéré et traité comme état et comme nation differente, sans songer que le traité de 12 octobre 1811 établissait une telle *unión federativa* du Paraguay avec la Nation Argentine.

En 1813 le gouvernement de Buenos Ayres décide d'envoyer une nouvelle mission au Paraguay, et la lettre de créance qu'il donne à son envoyé D. Nicolas Herrera dit ce qui suit: « Dans le but de resserrer les liens d'amitié et d'alliance entre cette province et celles que celle-ci comprend, de manifester la bonne foi et la liberalité de ce gouvernement, et enfin d'assurer sur des bases fermes et indestructiveis la félicité publique et l'intérêt mutuel des deux territorialités, on est convenu de déléguer D. Nicolas Herrera près de ce gouvernement... Buenos Ayres, 6 mars 1813. — Nicolas Rodriguez Pena, José Julian Pires, Dr. Antonio A. Jont, Juan Manuel Luca, secrétaire du gouvernement. »

Peut-on encore douter que le gouvernement de Buenos Ayres considérait le traité de 12 octobre 1811 comme un traité d'alliance entre des peuples differentes?

En même temps que le gouvernement de Buenos Ayres envoyait au Paraguay cette nouvelle mission, il maintenait, contre la teneur expresso du traité, les impôts exorbitants dont il surchargeait les produits du Paraguay. Cela avait exaspéré les esprits dans ce paiz; la correspondance entre les deux gouvernements était pleine de reproches reciproques, fait d'un ton d'acrimonia tel qu'il était bien facile de prévoir que toute bonne harmonie ne tarderait pas à se rompre. C'est ce qui arriva.

Pour se décider sur la mission de D. Nicolas Herrera, le gouvernement paraguayo convoqua un congrès général

extraordinaire. Este congresso fez alterações decisivas e importantes. O pavilhão hispanhol tremulava até então sobre as praças e fortis; o sello era o do escudo hispanhol; tudo se fazia com nome de Fernando VII. Esse congresso mudou o pavilhão e o escudo de armas; sobrogou a junta governativa um consulado de dois membros, estabeleceu um regulamento ou uma especie de constituição e proclamou a republica, tornando-se independente da Espanha, assim como já o era de Buenos Ayres.

O enviado Herrera, que viu mallogrado o objecto da sua missão, pediu a 15 de outubro de 1813 uma audiência para tratar sobre o estado em que devião ficar ambos os territorios nas suas relações politicas e mercantiles, afiançar a alliança estipulada sobre bases effectivas. Aqui vê-se o enviado de Buenos Ayres fallando de duas territorialidades, de alliança, etc. Não mostra isto que esse ministro do governo argentino considerava não haver entre Buenos Ayres e o Paraguay outro vinculo senão o de alliança?

Em 1814 é nomeado D. Gerbacio Posadas supremo director da Republica Argentina. O coronel Artigas tinha-se collocado em declaração insubordinada aquelle governo. O supremo director dirige-se ao supremo governo do Paraguay em 19 de fevereiro de 1814, e entre outras cousas diz-lhe: « Prevalece-se (Artigas) atravessadamente do nome de V. Ex. para dar a sedição um aspecto de segurança e importância... » e conclue pedindo « que o governo paraguayo previna aos chefes de sua dependencia para que se abstenham de prestar o menor auxilio a D. José Artigas... » Se o Paraguay havia estabelecido a sua *unión federativa* com Buenos Ayres pelo tratado de 12 de outubro, como é que o supremo director pede ao governo paraguayo, como poderia pedir ao Brasil, a Bolivia, etc., que prohiba aos chefes de sua dependencia prestarem o menor auxilio a Artigas?

A D. Gerbacio Posadas succede o general D. Carlos Alvear em janeiro de 1815, e em 29 desse mesmo mez dirige-se ao supremo dictador do Paraguay annunciando a sua elevação ao governo da Republica Argentina, e diz-lhe: « Tenho fixado toda a minha attenção sobre o estado das relações existentes entre as autoridades que governam os povos unidos e os que tão dignamente estão ao mando de V. Ex... » Repetimos a nossas perguntas: como lilla o director Alvear em povos unidos sob umas autoridades e povos sob a autoridade do dictador, se tinha havido a *unión federativa* que a *Gazeta* fingiu? Como é que elle reconhece supremacia no dictador do Paraguay?

Para não sermos demasiado extensos omitimos transcrever integralmente a circular de 2 de julho de 1822 do governo de Buenos Ayres aos governos das provincias, em que fallando da sua disposição para proteger e auxiliar toda a empresa em que conselhão as provincias para sustentar a integridade do territorio do estado contra as intencões que manifesta o Brazil para demembrá-lo, annuncia que na mesma data convida para a formação de um pacto com o mesmo fim o *Republica do Paraguay*, e estado do Chile, etc., dirigindo-se a S. Ex. o Dr. D. José Gaspar de Francia, dictador da Republica do Paraguay. Registro official de Buenos Ayres, liv. 3º, n.º 11, pag. 128 a 132.

Todos esses governos que precedêram o governador Rosas tinham por ventura menos patriotismo, menos illustração, menos zelo e interesse pela integridade e segurança da Republica Argentina, para verem com indifferença a emancipação, mais ainda, a segregação desta parte tão importante, e para se mostrarem insensíveis a todos esses gravissimos inconvenientes que hoje se oppoem a independencia do Paraguay? Estava segura a parte reservada a Rosas e a sua *Gazeta* de descobrir, após a morte de este annos, que o tratado de 12 de outubro continha *unión federativa* que ninguém tinha visto.

No mesmo sentido em que obrarão todos os governos de Buenos Ayres decidirão os seus magistrados os negocios concernentes ao Paraguay.

Em 1811 os corsarios de Montevideo apresão no Paraná um vazo paraguayo com effectos e dilheiros pertencentes ao thesouro do Paraguay; represa-o um navio ar-

extraordinaire. Ce congrès fit des alterations decisives et importantes. Le pavillon espagnol avait flotté jusqu'alors sur les places et sur les forts; le seccar était celui de l'écusson espagnol; tout se faisait au nom de Ferdinand VII. Ce congrès changea le pavillon et l'écusson des armes; il subrogea à la junte gouvernative un consulat de deux membres, il établit un règlement ou une espèce de constitution, et proclama la république en se roendant indépendant de l'Espagne, ainsi qu'il l'était déjà de Buenos Ayres.

L'envoyé Herrera, qui vit sans succès l'objet de sa mission, demanda le 15 octobre 1813 une audience pour traiter de l'état dans lequel devaient rester les deux territorialités à l'égard de leurs relations politiques et mercantiles, et pour garantir l'alliance stipulée sur des bases effectives. Ici on voit l'envoyé de Buenos Ayres parlant de deux territorialités, de garantir l'alliance, etc. Cela ne montre-t-il pas que ce ministre du gouvernement argentin considérait n'y avoir entre Buenos Ayres et le Paraguay d'autre lien que celui d'alliance?

En 1814, D. Gerbacio Posadas est nommé directeur suprême de la République Argentine. Le colonel Artigas s'était mis en insubordination déclarée envers ce gouvernement. Le directeur suprême s'adressa au gouvernement suprême du Paraguay le 19 février 1814, et entre autres choses il lui dit: « Il se prévaut (Artigas) audacieusement du nom de Votre Excellence pour donner à la sédition un aspect de sùreté et d'importance... » et il conclut en demandant « que le gouvernement paraguayo previenne les chefs sous sa dépendance, pour qu'ils s'abstiennent de prêter le moindre secours à D. José Artigas. » Si le Paraguay avait établi son *unión federativa* avec Buenos Ayres par le traité de 12 octobre, comment est-ce que le directeur suprême demande au gouvernement paraguayo, comme il pourrait le demander au Brésil, à la Bolivia, etc., qu'il prohibe aux chefs sous leur dépendance de prêter le moindre secours à Artigas?

A D. Gerbacio Posadas succede le général D. Carlos Alvear en janvier 1815, et le 29 de ce même mois il s'adresse au dictateur suprême du Paraguay, en lui annonçant son élévation au gouvernement de la République Argentine, et il lui dit: « J'ai fixé toute mon attention sur l'état des relations existantes entre les autorités qui gouvernent les peuples unis et ceux qui sont si dignement sous le pouvoir de V. Ex. » Nous répétons notre demande: Comment le directeur Alvear parle-t-il de peuples unis sous des autorités et de peuples sous l'autorité du dictateur, s'il y avait eu l'*unión federativa* qu'inventa la *Gazette*? Comment reconnaît-il de la suprématie dans le dictateur du Paraguay?

Pour ne pas trop nous étendre, nous omettons de transcrire intégratement la circulaire du 2 juillet 1822 du gouvernement de Buenos Ayres aux gouvernements des provinces, dans laquelle, en parlant de sa disposition à protéger et aider toute entreprise dont concluraient les provinces pour soutenir l'intégrité du territoire de l'état contre les intentions que manifeste le Brésil de le démembrer, il annonce qu'à la même date il invite à la formation d'un pacte dans le même but la République du Paraguay, l'état du Chili, etc., en s'adressant à S. Ex. le Dr. D. José Gaspar de Francia, dictateur du Paraguay. Registre officiel de Buenos Ayres, liv. 3º, n.º 11, pages 128 à 132.

Tous ces gouvernements qui précédèrent le gouverneur Rosas avaient-ils par hasard moins de patriotisme, moins de zèle et d'intérêt pour l'intégrité et la sùreté de la République Argentine, pour voir avec indifferença l'émancipation, plus encore, la ségrégation de cette partie si importante, et pour se montrer insensibles à tous ces inconvenients tres-graves qu'aujourd'hui on oppoie à l'indépendance du Paraguay? Il était assurément réservé à Rosas et à sa *Gazette* de découvrir au bout de trente-sept ans que le traité de 12 octobre contenait une *unión federativa* que personne n'avait vue.

Dans le même sens qu'ont agi tous les gouvernements de Buenos Ayres, tous ses magistrats ont décidé les affaires concernant le Paraguay.

En 1811 les corsaires de Montevideo captèrent sur le Paraná un vaisseau paraguayo avec des effectos et de l'argent appartenants au tresor du Paraguay; un navire ar-

gentino tripulado e commandado pelo major D. Benito Alvarez. O procurador dos officios del azenda do Paraguay pede a devolução do navio e carga como propriedade nacional com os repesadores. O agente fiscal Dr. D. Pedro José Agrelo, a quem se passou esta solicitação, decide dizendo: « Que as propriedades paraguayas de nenhum modo podem ser e reputar-se nacionaes, visto que um e outro povo pela sua actual constituição, circumstancias e relações politicas não formão uma nação; pois que não reconhecendo um centro de governo superior ou de suprema representação, não podem considerar-se uma mesma familia, um corpo politico, um só estado, sem manifesta contradicção dos principios que aquelle povo repetidas vezes proclamou para a separação em que se acha das provincias unidas, e menos pretender unidade neste assumpto quando desconhecem as bases fundamentaes que devem constituir, sem que os dados e considerações que para fôrma-la empenna o procurador daquelle ministerio da fazenda possam ter outro valor e effeito mais do que manifestar a estreita amizade e alliança sancionada ja solemnemente por ambos os governos no tratado de 12 de outubro do anno proximo pasado, em que por identidade de causa que deverá sustentar e conveniencia de interesses se obrigará a manter essa intima alliança... » e conclue pedindo se applique o que dispõe a ordenança do corso a respeito dos effeitos de nações amigas represados por força das armas rcaas.

Do mesmo modo que os magistrados, os escriptores da Republica Argentina considerão o tratado de 12 de outubro de 1811 como tratado de alliança entre dois povos e nações differentes.

A *Gazeta* de Buenos-Ayres, periodico official da junta daquella cidade, no seu n. 69 de outubro de 1811, a paginas 965 e 966, publicando a nota que havia dirigido os enviados general Belgrano e o Sr. Schavarría a expressada junta, a qual juntava a communicação do governo paraguay, diz: « *La inalterable alliança e uniao que tão felicemente começou ja a estabelecer-se entre nós e os valerosos Paraguayos sobre os verdadeiros principios de justiça que tinhamos proclamado e havemos anunciado com generosidade; se ali (no Paraguay) se annunciou com o maior jubilo, não d' ve ser menos importante e satisfactoria para Buenos-Ayres no momento actual... »*

Já se vê que todos os governos de Buenos Ayres anteriores ao governador Rosas, seus magistrados e escriptores publicos, tem considerado o Paraguay como estado inteiramente independente, sem mais vinculo para com a Confederação Argentina do que o de uma alliança com objecto determinado. O mesmo conceito e a mesma creença tem formado alguns escriptores e diplomatas estrangeiros.

A *Gazeta* n. 6786 de 26 de maio de 1846 publicou um folheto que havia escripto nos Estados-Unidos o Sr. Fairfield acerca da intervenção anglo franceza no Rio da Prata. A *Gazeta* elogiou e recomendoou essa publicação; della tiramos o seguinte trecho:

« As colonias inglesas da America ao separarem-se da metropatria tornáram natural e quasi espontaneamente a forma de uma só confederação; porém as colonias hespanholas derramadas sobre uma muito maior extensão do continente, separarã-se, algumas dellas por mares, e outras por elevadas montanhas e vastos desertos; separadas politica e geographicamente, entrando na carreira da independência sem concerto de operações ou ao menos de tempo, formando no decurso dos acontecimentos associações occasionaes ou parciaes de governos ou allianças, porém nunca uma confederação geral, estas colonias arabarão por se estabelecerem em um numero de republicas distinctas e algumas vezes hostis. Durante o progresso destes acontecimentos foi o objecto constante de cada uma das antigas subdivisões colonias do imperio hespanhol continuar a formar um só governo. Desta maneira a Republica Mexicana pretendia ser successora da administração colonial da Nova Hespanha e a Confederação Argentina de Buenos-Ayres. Porém as mesmas circumstancias de interesse lo al ou de ambição pessoal que haviam impedido que todas as colonias for-

gentin, équipé et commandé par le major D. Alvarez, le reprend. Le procureur des officiers de finances du Paraguay demanda la dévolution du navire et de la charge, comme propriété nationale, à ceux qui l'ont repris. L'agent fiscal Dr. D. Pedro José Agrelo, à qui on adressa cette demande, décide en disant: « Que les propriétés paraguayennes ne peuvent d'aucune manière être et se réputer nationales, vu que l'un et l'autre peuple, par leur constitution actuelle, par leur circonstances et relations politiques, ne forment pas une nation; puisque, ne reconnaissant pas un centre de gouvernement supérieur ou de suprême représentation, elles ne peuvent se considérer comme une famille, un corps politique, un seul état, sans contradiction manifeste des principes que ce peuple a proclamés plusieurs fois à l'égard de la séparation dans laquelle il se trouve avec les provinces unies, et elles peuvent encore moins prétendre unité dans cette affaire, quand ce peuple méconnaît les bases fondamentales qu'il doit constituer cette unité sans que les données et considérations qu'il emploie pour la fonder le procureur de ce ministère des finances puissent avoir d'autre valeur et d'autre effet que de manifester l'étroite amitié et l'alliance déjà sanctionnée solennellement par les deux gouvernements par le traité du 12 octobre de l'année passée, dans lequel, par identité de cause qu'il devait soutenir par convenance d'intérêts, ils s'obligèrent à maintenir cette alliance intime... » Et il conclut en demandant qu'on applique « ce que dispose l'ordonnance de cours à l'égard des effets des nations amies repris par la force des armes royales. »

De la même manière que les magistrats, les écrivains de la République Argentine ont considéré le traité de 12 octobre 1811 comme traité d'alliance entre deux nations et peuples différents.

La *Gazette* de Buenos-Ayres, journal officiel de la junta de cette ville, dans son n. 69, d'octobre 1811, pages 965 et 966, en publiant la note qu'avaient adressée les envoyés, le général Belgrano et M. Echevarría, à la junta expresse, a laquelle ils ajoutaient la communication du gouvernement paraguayen, dit: « *L'inalterable alliança e uniao que tão felicemente começou ja a estabelecer-se entre nós e les v. leureux Paraguayens sur les véritables principes de justice que nous avions proclamés et que nous avions annoncés avec générosité; si là (au Paraguay) cette alliance s'annonça avec la plus grande joie, elle ne doit pas être moins importante et moins satisfaisante pour Buenos-Ayres dans le moment actuel... »*

On voit que tous les gouvernements de Buenos-Ayres antérieurs au gouverneur Rosas, ses magistrats et ses publicistes, ont considéré le Paraguay comme état entièrement indépendant, sans autre lien envers la Confédération Argentine que celui d'une alliança pour un objet déterminé. Quelques écrivains et diplomates étrangers se sont formé la même opinion et la même croyance.

La *Gazette*, n. 6786, du 26 mai 1846, a publié un pamphlet qu'avait écrit aux Etats-Unis M. Fairfield touchant l'intervention anglo-française dans le fleuve de la Plata. La *Gazette* a loué et recommandé cette publication; nous en tirons le passage suivant:

« Les colonies anglaises de l'Amérique, en se séparant de la mère-patrie, prirent naturellement et presque spontanément la forme d'une seule confédération; mais les colonies espagnoles, répandues sur une beaucoup plus grande étendue du continent, se séparèrent, quelques-unes d'elles par des mers, et d'autres par des montagnes élevées et de vastes déserts; séparées politiquement et géographiquement, en entrant dans la carrière de l'indépendance sans concert d'opérations ou au moins de temps, formant dans le cours des événements des associations occasionnelles ou partielles de gouvernements ou d'alliances, mais jamais une confédération générale, ces colonies finirent par s'établir en un nombre de républiques distinctes et quelquefois hostiles. Pendant le marche de ces événements, l'objet constant de chacune des anciennes subdivisions coloniales de l'empire espagnol fut de continuer à former un seul gouvernement. De cette manière la République Mexicaine prétendit succéder à l'administration coloniale de la Nouvelle-Espagne, et la Confédération Argentine de Buenos-Ayres avait la même prétention. Mais les mêmes circonstances

masses uma só confederação, também obstruão em alguns casos a que as differentes partes de uma administração colonial se unissem cordialmente em uma só república. Deste modo o Paraguay nas aguas interiores do Rio da Prata e o Uruguay na embocadura desse rio (algumas vezes chamado Banda-Oriental), bem que anteriormente dependentes da administração colonial de Buenos-Ayres, chegarão a ser republicas distinctas e cada uma dellas separada da Confederação Argentina. »

Elle-même un estadista estrangeiro, accueilli par la *propre Gazette* et avogado da causa de Buenos Ayres na questão anglo-franceza, fallando do Paraguay como *republica distincta e separada da Confederação Argentina.*

Poderião juntar-se-lhe as informações dos Srs. Graham e Rodney, dous dos tres commissarios que o governo dos Estados-Unidos enviou a America do sul em 1817 com o intuito de examinar o estado e recursos de Buenos-Ayres e Chilli. Na informação do Sr. Graham, que pode ver-se no Anuario Historico de Lezar de 1818, a paginas 468 e seguintes, diz este commissario: « No Paraguay os successos da revolução tiveram outras consequências que não as de mais partes. Os habitantes deste país resistirão sempre unanimemente aos esforços das outras provincias para obrigarlos a entrar na uniao. Os habitantes do Paraguay começaram por ajudar os Hespanhoes a repeller os exercitos enviados para destruir o governo real; depois destruíram este governo, expulsarão as autoridades, e constituirão-se a si proprios sobre um systema que nenhuma relação tem com o das outras provincias, com quem parece quererem manter-se como estrangeiros... »

O Sr. Rodney, outro dos commissarios, fazendo uma revista de todas as provincias do antigo vice-reinado, diz do Paraguay: « O Paraguay obra independentemente de Buenos-Ayres, bem que muitos esperão que não tardará a reunir-se a outras provincias. »

Apezar de tudo isto a *Gazeta* de Buenos-Ayres continuará a dizer que o Paraguay sempre fez parte da confederação, a qual se unio federalmente pelo tratado de 12 de outubro e continuará os seus argumentos sobre essa falsa supposição. Deixemos pois cada touco com sua lenda. Os homens imparciaes verão demonstrado:

- 1.º Que o tratado de 12 de outubro de 1811 não é um tratado de uniao e federação indissolvel, mas sim um tratado de alliança, para um determinado fim, ajustado e concluido entre povos e nações differentes.
- 2.º Que isto mesmo resulta dos actos e correspondencias preliminares e dos preparativos desse tratado.
- 3.º Que o teor litteral do tratado confirma isto mesmo.
- 4.º Que o confirmão igualmente os actos subsequentes ao tratado, a intelligencia que lhe tem dado todos os governos argentinos anteriores ao governador Rosas, os magistrados e escriptores de Buenos-Ayres e alguns publicistas e diplomatas estrangeiros.

Sem embargo disso acrescentaremos que o tratado de 12 de outubro de 1811 foi annullado e dissolvido:

- 1.º Porque Buenos-Ayres o violou desde novembro de 1812 continuando a quebrantá-lo até hoje, o cessou desde então por mutuo consentimento.
- 2.º Que se dissolheu pela sua propria qualidade e natureza de temporario e por haver cessado o objecto do tratado.

Para que se possa julgar com imparcialidade a conduta dos governos signatarios do tratado de 12 de outubro de 1811 é forçoso tomar as cousas desde a sua origem.

O tratado de 12 de outubro estipulava a obrigação reciproca dos signatarios de se auxiliarem segundo o permittissem as suas circumstancias. O governo paraguay em 27 do mesmo mez dirigio se ao governo de Buenos-Ayres, instrulindo-o dos movimentos que a corte de Portugal fazia pelo alto Paraguay, na provincia de Mato Grosso e pelo sul na povoação de S. Borja. Avisou que para precaução de todo e qualquer accidente preparava meios de defesa; que se propunha a promptar mil homens para reforçar as forças de Buenos Ayres que operava sobre a Banda-Oriental; porém que estava sumamente escasso de armas e munições, por cuja razão enviava um commissario, D. Pedro Pascual Centurion, para

d'intérêt local ou d'ambition personnelle qui avient empêché que toutes les colonies formassent une seule confédération empêchèrent en quelques cas que les différentes parties d'une administration coloniale s'unissent cordialement en une seule république. De cette manière le Paraguay, dans les eaux intérieures du fleuve de la Plata, et l'Uruguay, à l'embouchure de ce fleuve (quelques fois appelé Banda Orientale), bien qu'antérieurement indépendants de l'administration coloniale de Buenos Ayres, parvinrent à être des républiques distinctes, et chacune d'elles séparée de la Confédération Argentine. »

Voilà un politicien étranger, accueilli par la *Gazette* même, et un avocat de la cause de Buenos-Ayres dans la question anglo-française, parlant du Paraguay comme *Republica distincta et separée de la Confédération Argentine.*

On pourrait y joindre les informations de MM. Graham et Rodney, deux des trois commissaires que le gouvernement des Etats-Unis envoya dans l'Amérique du Sud en 1817 dans le but d'examiner l'état et les ressources de Buenos-Ayres et du Chilli. Dans l'information de M. Graham, qu'on peut voir dans l'Annuaire Historique de Lezar de 1818, pages 468 et suivantes, ce commissaire dit: « Au Paraguay, les événements de la révolution ont eu d'autres conséquences que dans les autres parties. Les habitants de ce pays ont toujours résisté unanimement aux efforts des autres provinces pour les obliger à entrer dans l'union. Les habitants du Paraguay commencèrent par aider les Espagnols à repousser les armées envoyées pour détruire le gouvernement royal; après ils détruisirent ce gouvernement, expulsèrent les autorités et se constituèrent eux-mêmes, par un système qui n'a aucun rapport avec celui des autres provinces, avec lesquelles il paraît qu'ils veulent se maintenir comme étrangers. »

M. Rodney, un autre des commissaires, en faisant une revue de toutes les provinces de l'ancienne vice-royauté, dit du Paraguay: « Le Paraguay agit indépendamment de Buenos-Ayres, bien que beaucoup de gens espèrent qu'il ne tardera pas à se réunir aux autres provinces. »

Malgré tout cela, la *Gazette* de Buenos-Ayres a continué de dire que le Paraguay a fait partie de la Confédération, à laquelle il s'est uni fédéralement par le traité du 12 octobre, et elle a continué ses arguments sur cette fautive supposition. Laissons donc à chaque fou son entêtement. Les hommes impartiaux verront:

- 1.º Que le traité du 12 octobre 1811 n'est pas un traité d'union et de fédération indissoluble, mais bien un traité d'alliance pour une fin déterminée, consenti et conclu entre des nations et des peuples différents.
- 2.º Que cela résulte même des actes et correspondances préliminaires et des préparatifs de ce traité.
- 3.º Que la teneur litterale du traité confirme cela même.
- 4.º Que les actes subsequentes au traité le confirment également, ainsi que l'interprétation que lui ont donnée tous les gouvernements argentins antérieurs au gouverneur Rosas, les magistrats et écrivains de Buenos-Ayres, et quelques publicistes et diplomates étrangers.

Nonobstant cela, nous ajouterons que le traité du 12 octobre 1811 a été annullé et dissous:

- 1.º Parce que Buenos-Ayres l'a violé depuis novembre 1812 en continuant de l'enfreindre jusqu'aujourd'hui, et il a cessé alors par consentement mutuel.
- 2.º Parce qu'il s'est dissous par sa qualité même et par sa nature temporaire, et par la cessation de l'objet du contrat.

Pour qu'on puisse juger avec impartialité la conduite des gouvernements signataires du traité du 12 octobre 1811, il est indispensable de prendre les choses depuis leur origine.

Le traité du 12 octobre stipulait l'obligation réciproque des signataires de s'aider suivant que le permittaient les circonstances. Le gouvernement paraguayen, le 27 du même mois, s'adressa au gouvernement de Buenos-Ayres, en l'instruisant des mouvements que la cour de Portugal faisait vers le Haut-Paraguay, dans la province de Mato Grosso et vers le sud de la population de S. Borja. Il donna avis que, par précaution contre tout accident quelconque, il préparait des moyens de défense; qu'il se proposait de préparer mille hommes pour augmenter les forces de Buenos-Ayres qui opéraient sur la Banda Orientale; mais qu'il était extrêmement dépourvu d'armes et de munitions, raison pour laquelle il envoyait un commissaire,

receber e pagar o armamento constante da nota que mandava.

A 30 de novembro seguinte contestou o governo de Buenos-Ayres, muy satisfeito das disposições e aprestos que annunciava o governo do Paraguay. Avisa que pela sua parte havia tambem attendido ao que poderia occorrer por Missões, nomeando a D. José Artigas commandante da fronteira do Uruguay, e ácerca da nota das armas diz que ficava tomando os conhecimentos necessarios, e que entregaria tudo opportunamente ao commissario D. Pedro Pascual Centurion.

Com este annuncio o governo paraguayense reuniu forças na Candelaria. Por-se em communicação com Artigas, para concertarem as suas operações pela fronteira do Uruguay e Paraná. Porém as armas e munições pedidas não appareceram.

Em data de 7 e 15 de janeiro de 1812, atemorizado o governo de Buenos-Ayres pelos movimentos dos Portuguezes ao mando de D. Diogo de Souza, e da sua liga com o governo de Montevideo, avisa destes movimentos o governo do Paraguay e pede-lhe que para assegurar a victoria mande mil homens armados de reforço ao exercito de Buenos-Ayres. Em 22 de janeiro renovou esta exigencia. Porém as armas e munições pedidas em outubro anterior não appareceram.

Em 29 do mesmo mez de janeiro contestou o governo paraguayense dizendo: « Apenas tomou as armas precisas para a defesa e segurança dos ditos estabelecimentos (os de Bourbon e Candelaria). V. Ex. não o ignora por se lhe haver pedido desde o mez de outubro um determinado numero de armas. »

Em 5 de março do mesmo anno reclamou novam ente auxilios o governo de Buenos-Ayres; porém as armas não haviam apparecido. O governo paraguayense contestou em 19 do mesmo mez que se achava na mesma impotencia que havia exposto: « que não podia privar-se do pouco armamento que tinha porque as circumstancias crão cada vez mais criticas: que conhecia a quanto o obrigava a alliança dos dous povos, porém que vendo-se em igual conflicto, a razão natural não consentia o abandono de seus proprios foyers: que se o exercito do general Artigas se destinasse a abater primeiro as forças portuguezas que ameaçavam as fronteiras paraguayas, se reuniria as suas forças e depois marcharia para a Banda-Oriental; que a não succeder assim tudo era perigoso. »

Aqui se vê desacordo entre os alliados sobre operações que devião emprender: desacordo muito natural e consequente a inexperiencia e imprevisão com que se ajustou o tratado de 12 de outubro, em que os contractantes se contentaram com a promessa vaga de se auxiliarem reciprocamente segundo as suas circumstancias.

Em 20 de abril o governo de Buenos-Ayres contestou com a nota que se lê no n.º 12 dos documentos, manifestando-se satisfeito com as razões que o governo paraguayense expunha, para não poder destacar uma força armada que operasse em união com as de Buenos-Ayres na Banda-Oriental.

Apezar de se expressar nestes termos o governo de Buenos-Ayres, tinha-se vulgarisado pelas provincias litoraes da confederação, não sabemos como nem por meio de quem, o boato de que o Paraguay não queria concorrer para a guerra; que se separava da alliança, e até que estava de mãos dadas com os de Montevideo. Estes boatos irritarão naturalmente os animos de uma e outra parte e successos posteriores de uma escandalosa gravidade acabarão de exasperalos.

Desejando o governo paraguayense a todo o custo adquirir o armamento de que carecia, resolveu em abril de 1812 remetter fructos cujo producto se empregasse na compra de armas e munições; encarregou da expedição os cidadãos Olazar e Mora. Avisou com data de 25 do mesmo mez ao governo de Buenos-Ayres o objecto e destino desta expedição e recommendou-lhe os seus agentes.

Cingirão estes a Santa Fé, que era então o ponto de arribada forçada do commercio paraguayense, para evitar os corsarios de Montevideo; os agentes paraguayenses não encontrarão no governo de Buenos-Ayres o agasalho e pro-

D. Pedro Pascual Centurion, pour recevoir et payer l'armement selon la note qu'il envoyoit.

Le 29 novembre suivant, le gouvernement de Buenos-Ayres répliqua, très-satisfait des dispositions et aprestos qu'annonçait le gouvernement du Paraguay. Il avise que, de son côté, il avait aussi eu égard à ce qui pourrait arriver pour les Missions, en nommant D. José Artigas commandant de la frontière de l'Uruguay; et au sujet de la note des armes, il dit qu'il prenait la connaissance nécessaire et qu'il remettrait en temps convenable le tout au commissaire D. Pascual Centurion.

A cette annonce, le gouvernement paraguayen réunis des forces dans la Candelaria. On se mit en communication avec Artigas pour concerter ses opérations sur la frontière de l'Uruguay et du Paraná. Mais les armes et munitions demandées n'apparaissent pas.

A la date du 7 et du 15 janvier 1812, effrayé des mouvements des Portugais sous le commandement de D. Diogo de Souza, et de leur ligue avec le gouvernement de Montevideo, le gouvernement de Buenos-Ayres avise de ces mouvements le gouvernement du Paraguay, et lui demande qu, pour assurer la victoire, il envoie mille hommes armés de renfort à l'armée de Buenos-Ayres. Le 22 janvier il renouvelle cette demande. Mais les armes et les munitions demandées en octobre précédent n'apparaissent pas.

Le 29 du même mois de janvier le gouvernement paraguayen répondit en disant: « A peine avons nous les armes nécessaires pour la défense et la sûreté des dits établissements (ceux de Bourbon et de la Candelaria). V. Ex. ne l'ignore pas, puisqu'il lui a été demandé depuis le mois d'octobre un nombre déterminé d'armes. »

Le 5 mars de la même année le gouvernement de Buenos-Ayres réclama de nouveau des secours; mais les armes n'avaient pas paru. Le gouvernement paraguayen répondit le 19 du même mois qu'il se trouvait dans la même impuissance qu'il avait exposée; « qu'il ne pouvait se priver du peu d'armement qu'il avait, parce que les circonstances étaient chaque fois plus critiques; qu'il savait à quel point l'alliance des deux peuples, mais que, se voyant en égal conflit, la raison naturelle se permettait pas l'abandon de ses foyers; que si l'armée du général Artigas se destinait à abatre d'abord les forces portugaises qui menaçaient les frontières paraguayennes, ses forces se réuniraient et ensuite marcheraient vers la Banda-Oriental; que s'il n'en était pas ainsi, tout est dangereux. »

Ici on voit du désaccord entre les alliés sur des opérations qu'ils devaient entreprendre; désaccord très-naturel et consequent de l'inexpérience et de l'imprévoyance avec lesquelles on consentit le traité d'alliance du 12 octobre, dans lequel les contractants se contentèrent de la promesse vague de s'aider réciproquement selon leurs circumstancias.

Le 20 avril le gouvernement de Buenos-Ayres riposta par la note qu'on lit dans le n.º 12 des documents, en se montrant satisfait des raisons que le gouvernement paraguayen exposait de ne pouvoir détacher une force armée qui opérât en unison avec celle de Buenos-Ayres dans la Banda-Oriental.

Quoique le gouvernement de Buenos-Ayres s'exprimât dans ces termes, il s'était répandu, nous ne savons ni comment ni par qui, dans toutes les provinces limitrophes de la Confédération, le bruit que le Paraguay ne voulait pas concourir à la guerre, qu'il se séparait de l'alliance, et même qu'il donnait la main à ceux de Montevideo. Ces bruits irritèrent naturellement les esprits d'une et d'autre part, et des événements postérieurs d'une scandaleuse gravité achevèrent de les exasperer.

Le gouvernement paraguayen, désirant à tout prix acquérir l'armement dont il manquait, résolut en avril 1812 de remetter des produits dont la valeur s'employât à l'achat d'armes et munitions; il chargea de l'expédition les citoyens Olazar et Mora. A la date du 25 du même mois il avis le gouvernement de Buenos-Ayres de l'objet et de la destination de cette expédition et lui recommenda ses agents.

Ceux-ci arrivèrent à Santa Fé, qui était alors le point de relâche forcé du commerce paraguayen, pour éviter les corsaires de Montevideo; les agents paraguayens ne rencontrèrent pas dans le gouvernement de Buenos-Ayres

leção que devião esperar da recommendação do seu governo: soffrêro demoras e detenções para o seu regresso; e quando se acháro em circumstancias de partir, e sahíro a 21 de julho de 1812 da boca do Colastine para o Paraná, forão atacados e tomados por um corsario de Montevideo, depois de um combate desigual em que morreu o agente Olazar e foi ferido o da mesma classe Mora. O navio paraguayense foi represado, como dissemos, pelo major de patricios D. Benito Alvares com a sua carga, cabedacs e armamento. Esta foi a represa que deu lugar ao parecer fiscal do Dr. Agrelo, que acima transcrevemos.

O governo paraguayense queixou-se ao de Buenos-Ayres, com a nota de 19 de setembro de 1812, assim dos embarços que se haviam posto aos seus agentes, como da conducta que o tenente governador de Santa Fé e o commandante de S. Pedro tiveram com o official D. Martín Bazán, enviado pouco tempo antes como parlamentar a Montevideo e pedido a restituição do navio represado, sua carga e armamento.

O governo de Buenos-Ayres em 9 de outubro contestou que « tomava em consideração quanto se lhe expunha, mas os firmes vinculos que ligávo os dous povos na sagrada luta dos imprescriptiveis direitos da America; que aquelles seriam sempre indissolúveis apesar das machinações e esforços de qualquer inimigo; que o Paraguay receberia novas provas do interesse com que era attendido. »

Esta nova prova de interesse não se fez esperar. No mez seguinte impozero-se aos productos do Paraguay, contra o teor expresso do tratado de 12 de outubro de 1811, a enorme contribuição de tres pesos fortes por arroba de tabaco e um peso por cada terço de erva-mate, em geral um real e meio e nada mais, como se havia estipulado no tratado.

Em 25 de novembro reclamou o governo paraguayense sobre este imposto exorbitante, que equivalia a uma prohibição, e que era tão contrario ao estipulado no tratado de 12 de outubro de 1811. A 19 de dezembro contestou o governo de Buenos-Ayres com recriminações ao Paraguay e concluiu assim: « Sobre tudo na proxima assembleia convocada se esclarecerão os factos e ajustarão as relações que devem fixar nossos destinos. »

Com esta nota deu o governo de Buenos-Ayres por concluido o tratado de 12 de outubro; remettera o ajuste das relações futuras á assembleia que estava convocada, e foyou a porta a toda a gestão ulterior ou meio conciliatorio. O Paraguay não só não tinha conseguido comprar, no decurso de mais um anno, o armamento de que carecia, senão tambem que governo de Buenos-Ayres foyou-se com o que trazia a escuna represada. O governo paraguayense justificou-se completamente na sua nota de 27 de janeiro de 1813.

A Gazeta de Buenos-Ayres diz que cumprio fielmente o tratado de 12 de outubro de 1811, « vencendo os inimigos externos e internos, prodigalizando os seus thesours e o sangue de seus filhos. »

Prescindamos de tudo quanto pôde dizer-se sobre isso de smcer os inimigos externos e internos. Buenos-Ayres não se obrigou a obter esse triumpho; promettera, como o Paraguay fazer tudo o que as suas circumstancias lhe permitissem para obtê-lo. Concorrendo a defesa da causa commum, preencher uma parte do seu dever; porém não se obrigou tambem a não impôr senão uma determinada taxa de impostos aos productos do Paraguay, e foyou a essa obrigação.

O governo de Buenos-Ayres violou indubitavelmente o tratado de 12 de outubro com os exorbitantes impostos sobre os productos do Paraguay.

No art. 2.º desse tratado tinhao conveniencido os signatarios em que o governo de Buenos-Ayres podesse cobrar um moderado imposto com o mesmo fim de concourir as despesas de guerra. Os termos desse artigo são indefinidos, e para fixal-os e remover toda a duvida, redigiu-se e foyou-se um artigo separado e secreto que diz: « Conquanto pelo art. 2.º do tratado concluido e assignado hoje se disponha que a Exma. Junta poderá estabelecer algum moderado imposto, em caso urgente, a introdução dos productos desta provincia do Paraguay em Buenos-Ayres, declaramos, conforino o estipulado

bon accueil et la protection qu'ils devaient espérer de la recommandation de leur gouvernement; ils éprouvèrent des reards et des lenteurs pour leur retour; et quand ils se trouvèrent en circonstance de partir et qu'ils sortirent le 21 juillet 1812 des bouches du Colastine pour entrer dans le Paraná, ils furent attaqués et pris par un corsaire de Montevideo, après un combat inégal dans lequel mourut l'agent Olazar et fut blessé celui de la même classe Mora. Le navire paraguayen fut repris, comme nous l'avons déjà dit, par le major de patricios D. Benito Alvares avec sa charge, ses capitaux et armement. Ce fut cette reprise qui donna lieu à l'opinion fiscale du Dr. Agrelo que nous avons transcrite plus haut.

Le gouvernement paraguayen se plaignit à celui de Buenos-Ayres, dans une note du 19 septembre 1812, des embaras qu'on avait causés à ses agents, ainsi que de la conduite que le lieutenant gouverneur de Santa Fé et le commandant de S. Pedro avaient tenue envers l'officier D. Martín Bazán, envoyé peu de temps auparavant comme parlementaire à Montevideo; et il demanda la restitution du navire repris avec sa charge et son armement.

Le gouvernement de Buenos-Ayres répondit le 9 octobre « qu'il prenait en considération tout ce qu'on lui exposait, et les fermes liens qui unissent les deux peuples dans la lutte sacrée des imprescriptibles droits de l'Amérique; que ceux-ci seraient toujours indissolubles malgré les machinations et les efforts d'un ennemi quelcon que; que le Paraguay recevrait de nouvelles preuves de l'intérêt avec lequel il était considéré. »

Cette nouvelle preuve d'intérêt ne se fit pas attendre. Le mois suivant, contre la teneur expresse du traité du 12 octobre, on imposa aux produits du Paraguay l'énorme contribution de trois piastres fortes par arroba de tabac, et d'une piastre par chaque tierçon d'herbe mate, au lieu d'un réal et demi et rien de plus, comme on avait stipulé dans le traité.

Le 25 novembre le gouvernement paraguayen réclama contre cet impôt exorbitant, qui équivalait à une prohibition, et qui était si contraire à celui stipulé dans le traité du 12 octobre 1811. Le 19 décembre le gouvernement de Buenos-Ayres répondit par des recriminations au Paraguay, et il concluait ainsi: « Surtout dans la prochaine assemblee convoquée on éclaircira les faits et on conviendra des relations qui doivent fixer nos destinées. »

Par cette note le gouvernement de Buenos-Ayres regarda comme concluí le traité du 12 octobre; il remit l'arrangement des relations futures à l'assemblee qui était convoquée, et ferma la porte à toute gestion ultérieure ou à tout moyen conciliateur. Le Paraguay non-seulement n'était pas parvenu à acheter, dans le cours de plus d'une année, l'armement dont il manquait, mais encore le gouvernement de Buenos-Ayres garda ce que portait le traité repris. Le gouvernement paraguayen se justifia complètement dans sa note du 27 janvier 1813.

La Gazette de Buenos-Ayres dit que cette république a rempli fidèlement le traité du 12 octobre 1811, « en vainquant les ennemis externes et internes, en prodigant ses trésors et le sang de ses enfants. »

Faisons abstraction de tout ce qu'on peut lire au sujet de vaincre ses ennemis externes ou internes. Buenos-Ayres ne s'est pas obligée à obtenir ce triomphe; elle promit, comme le Paraguay, de faire tout ce que les circonstances lui permettraient pour l'obtenir. En concourant à la défense de la cause commune, elle a rempli une partie de son devoir; mais elle s'était obligée aussi à n'imposer qu'une taxe déterminée d'impôts aux produits du Paraguay, et elle a manqué à cette obligation.

Le gouvernement de Buenos-Ayres a violé indubitablement le traité du 12 octobre par les impôts exorbitants mis sur les produits du Paraguay.

Dans l'article 2 de ce traité, les signataires étaient convenus que le gouvernement de Buenos-Ayres pourrait percevoir un impôt modéré dans le but même de concourir aux dépenses de la guerre. Les termes de cet article étaient indéterminés, et pour les fixer et écarter tout doute on rédigea et on signa un article séparé et secret qui dit: « Quoique par l'article 2 du traité conclu et signé aujourd'hui on dispose que l'excellentissime Junta pourra, dans un cas urgent, établir quelque impôt modéré sur l'introduction à Buenos-Ayres des produits de cette province du Paraguay, nous déclarons,

ao mesmo tempo, que esta imposição será de um real e meio por terço de erva-mate e outro real e meio por arroba de tabaco, e nada mais, até que no congresso geral das provincias, sem prejuizo dos direitos desta do Paraguay, se ajuste a imposição que pela razão da dita entrada deva pertencer no futuro, devendo esta declaração ter a mesma força, vigor e cumprimento que os demais artigos do tratado. »

Este artigo adicional e secreto supprimio-o o governo do Buenos-Ayres na publicação do registro diplomatico. O governo actual do Buenos-Ayres não podia justificar a violação deste compromisso, dizendo, como agora diz a *Gazeta*, que o Paraguay havia violado o seu, negando-se a auxiliar Buenos-Ayres. O Paraguay nunca se negou a esse auxilio. O compromisso do Paraguay era vago, indefinido, dependente das suas circunstancias; o de Buenos-Ayres era sufficientemente preciso e determinado, independente de qualquer circumstancia. *Real e meio e nada mais* (150 rs. em prata), diz o artigo que fica transcripto. Isto não admite explicação. O governo do Buenos-Ayres dizia ao do Paraguay: *Envia-me mil homens armados.* O Paraguay respondia: *« Não tenho armas. Ha' um anno que as estou procurando; não posso armar e enviar esses mil homens: a minha obrigação é fazer o que as minhas circunstancias permittirem, e isso tenho eu feito. »* O Paraguay allegava uma escusa justa: estava no seu direito; ao passo que Buenos Ayres faltava ao seu dever, carregando nos productos do Paraguay impostos maiores dos que os ajustados.

Com mais previsão e experiencia ao ajustar o tratado; com mais prudencia e habilidade, e menos precipitação e orgulho no seguimento da sua execução, o governo do Buenos-Ayres houvera talvez evitado chegar a estes extremos. Pelo menos houvera de certo justificado a sua conducta aos olhos e no juizo de todos, observando fielmente o estipulado. Violando um compromisso tão preciso e determinado annullou o tratado.

Finalmente, desde que cessa o motivo e se consegue o alvo de um contracto, cessa o contracto. O tratado de 12 de outubro de 1811 teve por motivo e alvo defender e firmar a independencia de ambos os estados; essa independencia esta segura pelos esforços de todos os estados da America do Sul; ninguém a disputa nem combate; está conseguida o objecto, e por conseguinte concluido o tratado.

O resultado da discussão precedente é: 1.º, que nem o haver o Paraguay formado parte do antigo vice-reinado, nem a divisão territorial deste, dão direito ao governo argentino para exigir que o Paraguay se lhe incorpore e submeta; 2.º, que o Paraguay, desde maio de 1810, ainda antes de se haver declarado independente da Hespanha, se subtrahio a obediencia do governo de Buenos-Ayres, se constituiu independente desse governo, sem que nunca depois se lhe unisse nem submettesse tacita ou explicitamente.

Sem embargo de tudo isto, a *Gazeta* insistindo sempre em que o tratado de 12 de outubro de 1811 impacta uma união federativa e que o governo do Paraguay o rompe illegitimamente, diz:

A *Gazeta*. « O perjuro desse tratado e a ruptura illegal da união nacional, longe de poder-se considerar em nenhum sentido, tempo, nem caso como titulos legitimados para a independencia de um povo, por outra parte sem capacidade politica, sem posição geographica adequada para esse effeito, envolvem e proclamam injustamente a subversão mais injustificavel e perigosa das condições fundamentais de toda a sociedade e da fe publica. »

Resposta. Pelo que toca a perjuro do tratado e ruptura illegal da união nacional, são phrases de gazeteiro, que não merecem outra contestação além da que se lhe deu em tudo o que anteriormente se lhe disse: demorar-nos-hemos um pouco sobre a falta de capacidade politica e de adequada posição geographica do Paraguay.

O modo de eternisar uma disputa sem que ninguém entenda do que se trata, é não definir nem explicar a significação das palavras e termos que se empregão,

conformemente a ce qui a été stipulé au même temps, que cette imposition sera d'un real et demi par tierce d'herbe-mate, et d'un autre real et demi par arroba de tabac, et rien de plus, jusqu'à ce que dans le congrès général des provinces, sans préjudice des droits de celle du Paraguay, on convienne de l'imposition qui, par la raison de la dite entrée, devra appartenir au futur; cette déclaration devant avoir la même force, vigueur et accomplissement que les autres articles du traité. »

Cet article additionnel et secret, le gouvernement de Buenos-Ayres l'a supprimé dans la publication du registre diplomatique. Le gouvernement actuel de Buenos-Ayres ne pouvait justifier la violation de ce compromis, en disant, comme dit maintenant la *Gazette*, que le Paraguay avait violé le sien en se refusant à secourir Buenos-Ayres. Le Paraguay ne s'est jamais refusé à ce secours. Le compromis du Paraguay était vague, indéterminé, dépendant de ses circonstances; celui de Buenos-Ayres était suffisamment précis et déterminé, indépendant de toute circonstance. *Real et demi et rien de plus* (150 rs. en argent), dit l'article qui est transcript. Cela n'admet point d'explication. Le gouvernement de Buenos-Ayres disait celui du Paraguay: *« Envoyez-moi mille hommes armés. »* Le Paraguay répondait: *« Je n'ai pas d'armes. Il y a un an que j'en cherche; je ne puis armer et envoyer ces mille hommes: mon obligation est de faire ce que les circonstances me permettent, et cela je l'ai fait. »* Le Paraguay alléguait une excuse juste: il était dans son droit; tandis que Buenos Ayres manquait à son devoir en chargeant les produits du Paraguay d'impôts plus élevés que ceux convenus.

Avec plus de prévoyance et d'expérience dans la conclusion du traité, avec plus de prudence et d'habileté et moins de précipitation et d'orgueil dans la poursuite de son exécution, le gouvernement de Buenos-Ayres aurait peut-être évité d'en venir à ces extrêmes. Au moins, aurait certainement justifié sa conduite aux yeux et dans l'opinion de tous, en observant fidèlement ce qui est stipulé. En violant un compromis si précis et si déterminé, il a annullé le traité.

Enfin, dès que cesse le motif, et dès qu'on parvient au but d'un contrat, le contrat cesse. Le traité de 12 octobre 1811 a eu pour motif et pour but de défendre et d'assurer l'indépendance des deux états; cette indépendance est assurée par les efforts de tous les états de l'Amérique du Sud; personne ne la dispute ni ne la combat; l'objet est atteint, et par conséquent le traité est terminé.

Le résultat de la discussion précédente est: 1.º, que ni le fait que le Paraguay a formé partie de l'ancienne vice-royauté, ni la division territoriale de celle-ci, ne donnent droit au gouvernement argentin d'exiger que le Paraguay s'incorpore et se soumette à lui; 2.º, que le Paraguay, depuis mai 1810, même avant de s'être déclaré indépendant de l'Espagne, s'est soustrait à l'obéissance du gouvernement de Buenos-Ayres, s'est constitué indépendant de ce gouvernement, sans que jamais depuis il se soit uni ou soumis à lui tacitement ou explicitement.

Nonobstant tout cela, insistant toujours sur ce que le traité de 12 octobre 1811 comporte une union fédérative, et que le gouvernement du Paraguay le rompt illegitimement, la *Gazette* dit:

« Le parjure de ce traité et la rupture illegale de l'union nationale, loin de pouvoir se considérer, dans aucun sens, dans aucun temps, ni dans aucun cas, comme des titres légitimes pour l'indépendance d'un peuple, d'ailleurs sans capacité politique, sans position géographique convenable à cet effet, contiennent et proclament injustement la subversion la plus injustifiable et la plus dangereuse des conditions fondamentales de toute société et de la foi publique. »

Resposta. Pour ce qui concerne le parjure du traité et la rupture illegale de l'union nationale, ce sont des phrases de gazeteiro qui ne méritent pas de réponse au delà de celle qu'on leur a donnée par tout ce qu'on a dit antérieurement. Nous nous arrêterons un peu sur le manque de capacité politique et de position géographique convenable du Paraguay.

La manière d'éterniser une dispute sans que personne entende de quoi il s'agit, c'est de ne pas déterminer ni expliquer la signification des paroles et des termes qui

Quando não se disputa senão sobre materias abstractas, não se perde senão tempo; porém quando a disputa é sobre interesses, direitos e negocios praticos, além do tempo perdem-se ás vezes fortunas e vidas.

A *Gazeta* incorre com frequencia neste defeito; avança asserções vagas, absolutas e em tom dogmatico, sem dar-se ao trabalho de explicar o que quer dizer, e muito menos de provar o que diz. O que é que a *Gazeta* entende por capacidade politica fallando de um povo? Em que consiste essa capacidade? A *Gazeta* nada disto explica, e é preciso adivinha-lo.

Quando se diz de um homem que não tem capacidade civil ou politica, todo o mundo sabe o que isso quer dizer. Todos entendem que esse homem de quem se falla não chegou a idade em que a lei o presume e supõe com bastante discernimento e juizo para manejar os seus bens e negocios, e que necessita da tutela ou curadoria de outro; ou que não tem as condições que a lei estabeleceu para gozar dos direitos politicos, o que constitue a capacidade politica do homem. Como nenhuma lei fixou até agora a idade e condições que deve ter um povo para ser considerado com capacidade ou incapacidade de ser independente, livre de toda a tutela, e poder reger os seus negocios por si mesmo, cada um se guiará a si e ao seu proximo conforme lhe convém.

Sem embargo disso, alguns signaes, alguns dados devem haver pelos quizes se possa julgar da capacidade ou incapacidade de um povo para ser independente. Porquo isto nos illustra a *Gazeta* sobre isto? Se quer por analogia e comparação entre o Paraguay e os povos e estados que se considerão e são julgados com capacidade, como a Republica Argentina, a Banda-Oriental, etc., podia ter-se posto em estado de julgar da veracidade ou falsidade da sua asserção.

Dizemos pois por analogia que, assim como o homem que não chegou a idade prefixa pela lei, ou que ainda que tenha chegado, tem as suas facultades intellectuales debilitadas, não o considera a lei com capacidade civil e se submete a direcção e cuidado de outro; ou como no que não tem a idade, cabedal e demais condições necessarias para gozar dos direitos politicos, o declara na incapacidade de exercê-los; do mesmo modo o Paraguay, por estar em um destes casos, ou em ambos, não pôde governar-se por si mesmo, e necessita estar sujeito a um tutor ou curador politico que cuide e olhe pelos seus negocios.

Isto é a unica cousa que logica e razoavelmente pôde acreditar-se que a *Gazeta* quer dizer quando assegura que o Paraguay não tem capacidade politica para ser independente. Porém então porque não falla claro? Para que emprega tantos rodeios e reticências? Diga de uma vez, pois que isso é o que quer dizer, que os paraguayos são cegos, surdos e mudos, em uma palavra, brutos que necessitam de guia para andar e de interprete para se fazerem entender, e que o guia e o interprete não devem ser outro senão D. João Manoel Rosas, e ter-nos-hemos entendido.

Porém então, para ser consequente, devia não dizer que: *« O governo argentino não disputa ao Paraguay o direito que tem de reger-se e governar-se... no seu regimen interior com toda a soberania e independencia. »* Porque disto resulta que considera os Paraguayos maiores em idade, emancipados de toda a tutela, ou patria potestade, e por conseguinte com capacidade politica para manejar os seus interesses e negocios proprios, no interior, com toda a liberdade e independencia.

Se o Paraguay tem essa capacidade a ponto de não necessitar de tutor para maneja-los, porque não a terá para os seus negocios exteriores? que lhe falta para sobre elles se decidir? que tem as Republicas Argentina e Oriental para se considerarem e serem julgados com capacidade para os seus negocios externos que não tem o Paraguay? A sua adequada posição geographica? Logo nos occuparemos com essa posição a outros respeito; por agora notaremos que essa differença de situação geographica é precisamente uma das circunstancias que mais favorecem a sua capacidade politica. Essa

s'emploient. Quand on ne se dispute que sur des matieres abstraites, on ne perd que du temps; mais quand la dispute est sur des intérêts, des droits et des affaires pratiques, en outre du temps, on perd quelquefois des fortunes et des existences.

La *Gazette* tombe fréquemment dans ce défaut: elle avance des assertions vagues, absolues, et d'un ton dogmatique, sans se donner la peine d'expliquer ce qu'elle veut dire, et beaucoup moins encore de prouver ce qu'elle dit. Qu'est-ce que la *Gazette* entend par capacité politique en parlant d'un peuple? En quoi consiste cette capacité? La *Gazette* n'explique rien de cela et il faut le deviner.

Quand on dit d'un homme qu'il n'a pas de capacité civile ou politique, tout le monde sait ce que cela veut dire; tout le monde sait que cet homme de qui on parle n'est pas arrivé à l'âge auquel la loi le presume et le suppose avoir assez de discernement et de jugement pour administrer ses biens et ses affaires, et qu'il a besoin de la tutelle ou curatelle d'un autre, ou qu'il ne possède pas les conditions que la loi a établies pour jouir des droits politiques, ce qui constitue la capacité politique de l'homme. Comme aucune loi jusqu'à présent n'a fixé l'âge ni les conditions que doit avoir un peuple pour être considéré comme ayant la capacité ou l'incapacité d'être indépendant, libre de toute tutelle et de pouvoir gérer ses affaires par lui-même, chacun se place et place son prochain selon le rang qui lui convient.

Malgré cela, il doit y avoir quelques signes, quelques données par lesquelles on peut juger de la capacité d'un peuple pour être indépendant. Pourquoi la *Gazette* ne nous éclaire-t-elle pas sur cela? Au moins par analogie et comparaison entre le Paraguay et les peuples des états qui se considèrent et sont jugés comme ayant de la capacité, tels que la République Argentine, la Bande Orientale, etc., elle pourrait nous avoir mis en état de juger de la véracité ou de la fausseté de son assertion.

Nous dirons donc par analogie qu'ainsi que l'homme qui n'est pas arrivé à l'âge fixé par la loi, ou qui, quoiqu'il y soit arrivé, a ses facultés intellectuelles altérées, la loi ne le considère pas comme ayant capacité civile et se soumet à la direction d'un autre; ou ainsi que celui qui n'a pas l'âge, le capital et autres conditions nécessaires pour jouir des droits politiques, que la loi déclare incapable de les exercer; de la même manière le Paraguay, pour être dans un de ces cas ou dans les deux, ne peut pas se gouverner par lui-même, et a besoin d'être soumis à un tuteur ou curateur politique qui soigne et surveille ses affaires.

C'est là l'unique chose que logiquement et raisonnablement on peut croire que la *Gazette* veut dire quand elle assure que le Paraguay n'a pas de capacité politique pour être indépendant. Mais alors pourquoi ne parle-t-elle pas clairement? Pourquoi emploie-t-elle tant de détours et de reticências? Qu'elle dise une bonne fois, puisque c'est cela qu'elle veut dire, que les Paraguayens sont aveugles, sourds et muets, en un mot, des brutes qui ont besoin de guide pour marcher et d'interprete pour se faire entendre, et que le guide et l'interprete ne doivent et ne peuvent être autres que D. Juan Manuel Rosas, et nous serons entendus.

Mais alors, par être consequente, la *Gazette* ne devait pas dire que *« le gouvernement argentin ne dispute pas au Paraguay le droit qu'il a de se régir et de se gouverner... dans son régime intérieur avec toute souveraineté et indépendance; »* parce qu'il résulte de cela qu'elle considère les Paraguayens majeurs en âge, émancipés de toute tutelle ou puissance paternelle, et par conséquent ayant capacité politique pour diriger leurs intérêts et leurs propres affaires dans l'intérieur avec toute liberté et toute indépendance.

Si le Paraguay a cette capacité au point de ne pas avoir besoin de tuteur pour se diriger, pourquoi ne l'aura-t-il pas pour ses affaires extérieures? Que lui manque-t-il pour se déterminer à leur égard? Pour se considérer et être jugés comme ayant capacité pour leurs affaires extérieures, qu'ont les Républiques Argentine et Orientale que n'aît pas le Paraguay? Leur position géographique convenable? Bientôt nous nous occuperons de cette position à d'autres égards; présentement nous remarquerons que cette différence de situation géographique est précisément une des circonstances qui favorisent le plus

situação põe o Paraguay no estado mais feliz de não necessitar de incumbir a outrem dos seus negócios externos: essa situação geographica do Paraguay faz que esses negócios sejam o devão sempre ser poucos e muito simples: essa posição salva o Paraguay do choque e contacto demasiado intimo e frequente de interesses encontrados, de cuja fricção resulta ás vezes um incendio: essa posição tem salvado já o Paraguay de compromissos e obrigações com todas as nações do universo. O governo do Paraguay, por decreto de 20 de maio de 1845, concedeu espontaneamente e com anticipação tudo quanto justa e legitimamente podem exigir todos os estrangeiros, e por isso mesmo não necessita de que outrem trate por elle, nem de carregar com obrigações que outros se impozerao.

A *Gazeta*. « O governo argentino ao oppôr se á segregação escandalosa e injusta que pretende o do Paraguay, sustenta um direito perfeito de conservação, de soberania e segurança, e procede como tem procedido todos os governos em semelhantes casos. O governo argentino não disputa ao Paraguay o direito que tem essa provincia, assim como as demais... de se reger e governar no seu regimen interior e municipal com inteira soberania e independência... Este caso é identico ao dos Estados-Unidos da America do Norte. »

Resposta. Longe de sustentar o governo argentino um direito perfeito de conservação, de soberania e segurança, negando-se a reconhecer a independência do Paraguay e a estabelecer sobre essa base as relações e commercio, commette um acto de injustiça inútil, de immiseria prejudicial á Republica Paraguaya e á Argentina.

Para dar a *Gazeta* algum visio especioso ao seu argumento, falla de segregação que pretende o Paraguay. Dir-lhe-hemos pela millesima vez: não ha segregação sem que primeiro tenha havido aggregação: nunca o Paraguay esteve aggregado nem fez parte disso que já se chamou *provincias unidas do rio da Prata* e hoje se chama *Confederação Argentina*. Não faz por conseguinte segregação, separação, desmembração, ou coisa semelhante. O Paraguay nada fez de novo, nem com violencia: manteve o que existe ha trinta e sete annos.

Esta é a circumstancia peculiar e a razão da differença entre todos os exemplos e casos que a *Gazeta* pôde citar e o caso do Paraguay. Cite-nos a *Gazeta* um só exemplo de qualquer nação, de qualquer tempo, em caso identico ao do Paraguay, e prometemos-lhe fazer-nos apostolos e promotores da incorporação do Paraguay á confederação.

O caso e exemplo dos Estados-Unidos, que a *Gazeta* cita; o das provincias do Brazil, em cuja semelhança quiz apoiar o seu protesto o Sr. Guido; o da Irlanda, que invocou Arana; o da Vendêa, que por mero pedantismo cita o archivo e mil outros que se poderiam aduzir, não tem a menor analogia ou paridade com o caso do Paraguay. Todos esses exemplos são, como dissemos, fallando da Banda-Oriental e da Bolivia, de povos que consentiram em fazer parte de uma nacionalidade que juraram manter e viver sob uma lei commum, uma supremacia nacional, de cuja obediencia por conseguinte não podem separar-se sem violencia, sem rupturas illegitimas e sem triumphar em batalhas.

Este foi o caso da America Inglesa, hoje Estados-Unidos, ao separar-se da Inglaterra: o da America hespanhola, o da Hollanda, o de Portugal ao separar-se da Hespanha. Essa é a razão que teria o governo brasileiro para se oppôr á separação de uma provincia: essa razão tem a Inglaterra para resistir á separação da Irlanda; e té-lá-hia o governo dos Estados-Unidos para não consentir na separação de um ou mais estados ou condados. (O exemplo da Vendêa é impertinente. A Vendêa não peleeja para separar-se da França; combatia por um partido politico.) Porém o Paraguay nunca, nunca reconheceu supremacia no governo argentino, nem fez parte da sua confederação. Separou-se desde 1810.

sa capacidade politica. Cette situation met le Paraguay dans l'état très-heureux de n'avoir pas besoin de charger personne de la gestion de ses affaires extérieures; cette situation géographique du Paraguay fait que ses affaires sont et doivent toujours être rares et très-simples; cette position sauve le Paraguay du choc et du contact trop intime et trop fréquent d'intérêts qui se rencontrent, et du frottement desquels il résulte quelquefois un incendie; cette situation a déjà sauvé le Paraguay de compromissos et d'obligations avec toutes les nations de l'univers. Le gouvernement du Paraguay, par décret du 20 mai 1845, accorde spontanément et par anticipation tout ce que peuvent justement et légitimement exiger tous les étrangers, et par cela même il n'a pas besoin qu'un autre traite pour lui, ni de se charger d'obligations que d'autres se sont imposées.

A *Gazeta*. « Le gouvernement argentin, en s'opposant à la ségrégation scandaleuse et injuste à laquelle prétend le Paraguay, soutient un droit parfait de conservation, de souveraineté et de sûreté, et il procède comme ont procédé tous les gouvernements en cas semblables. Le gouvernement argentin ne dispute pas au Paraguay le droit qu'a cette province, ainsi que les autres, de se régir et de se gouverner dans son régime intérieur et municipal avec une entière souveraineté et indépendance. Ce cas est identique à celui des Etats-Unis de l'Amérique du Nord. »

Resposta. Le gouvernement argentin, loin de soutenir un droit parfait de conservation, de souveraineté et de sûreté, en se refusant à reconnaître l'indépendance du Paraguay et à établir sur cette base les relations et le commerce, commet un acte d'injustice inutile, d'imposition préjudiciable à la République Paraguayenne et à la République Argentine.

Pour donner quelque apparence spécieuse à son argument, la *Gazette* parle de ségrégation à laquelle prétend le Paraguay. Nous lui dirons pour la millième fois: il n'y a pas de ségrégation sans que d'abord il y ait eu aggregation: jamais le Paraguay ne fut agrégé ni ne fit partie de ce qu'alors on nomma *provincias unidas de Plata*, et qu'aujourd'hui on nomme *Confédération Argentine*. Il ne fait par conséquent aucune ségrégation, separation, démembrement ou chose semblable. Le Paraguay n'a rien fait de nouveau ni rien avec violence: il maintient ce qui existe il y a 37 ans.

C'est là la circonstance particulière et la raison de différence entre tous les exemples et tous les cas que la *Gazette* peut citer et le cas du Paraguay. Que la *Gazette* nous cite un seul exemple d'aucune nation, d'aucun temps, en cas identique à celui du Paraguay, et nous lui promettons de devenir les apôtres et les promoteurs de l'incorporation du Paraguay à la Confédération.

Le cas et l'exemple des Etats-Unis que la *Gazette* cite, celui des provinces du Brésil, sur la ressemblance duquel M. Guido a voulu appuyer sa protestation, celui de l'Irlande qu'a invoqué Arana, celui de la Vendée que par pédantisme cite les Archives, et mille autres que l'on pourrait alléguer, n'ont pas la moindre analogie en parité avec le cas du Paraguay. Tous ces exemples, comme nous l'avons dit en parlant de la Bande Orientale, sont des peuples qui ont consenti à faire partie d'une nationalité, qui ont juré de maintenir une loi commune, de vivre sous cette loi, sous une suprématie nationale à l'obéissance de laquelle ils ne peuvent par conséquent se soustraire sans violence, sans rupture illegitime et sans triompher dans des combats.

Ce fut le cas de l'Amérique Anglaise, aujourd'hui les Etats-Unis, en se séparant de l'Angleterre; ce fut celui de l'Amérique Espagnole, celui de la Hollande, celui de Portugal en se séparant de l'Espagne. C'est la raison qu'aurait le gouvernement brésilien pour s'opposer à la separation d'une province: cette raison, l'Angleterre l'a pour résister à la separation de l'Irlande, et le gouvernement des Etats-Unis l'aurait pour ne pas consentir à la separation d'un ou de plusieurs états ou comtés. (L'exemple de la Vendée est inconvenant. La Vendée ne combattait pas pour se séparer de la France; elle combattait pour un parti politique.) Mais le Paraguay jamais ne reconnut de suprématie dans le gouvernement argentin ni ne fit partie de sa Confédération. Il s'est séparé depuis 1810.

A *Gazeta*. « O governo argentino sempre considerou a provincia do Paraguay por tão justos títulos como parte integrante da Confederação Argentina... Todos os seus actos o comprovão. A sua lei da alfandega concedeu privilegios a essa provincia, apesar do seu isolamento, como a um povo da mesma nação. »

Resposta. « O Paraguay agradece, porém não pôde acceitar a honra que o governador Rosas lhe faz, e continua a fazer-lhe, de considera-lo como provincia da confederação, e o favor que lhe dispensa a sua lei da alfandega, dando-lhe, apesar do seu isolamento, privilegios como pertencente a uma mesma nação. O Paraguay não aspira nem pretende tanto; quer que o tratem como tratão as demais nações estrangeiras; não quer privilegios, nem honras commerciaes, porque sendo a sociedade paraguaya radicalmente differente da sociedade argentina; sendo os interesses do Paraguay tão distinctos e tão peculiarmente seus, e devendo portanto ter uma politica e um systema proprio, não pôde consentir que o dissolva em uma nacionalidade estranha, que seria a consequencia da honra e dos favores com que o brinda o governador Rosas: não é questào de pesoa mais ou menos que importão os direitos da alfandega. »

A *Gazeta*. « Depois da morte do dictador Francia, o governo da provincia do Paraguay declarou illegitimamente em 1842 a separação da dita provincia; e na sua declaração da pretendida independência não teve que allegar, nem allegou, nem sequer imaginarias injurias por parte da Republica Argentina; nem se referio a declaração alguma prévia de independência. O governo argentino protestou contra semelhante independência. »

Resposta. Escriamos á *Gazeta* a honra de suppr-la mal informada do que se passou no Paraguay depois da morte do Sr. Francia, se não soubessemos que tem a mão e a vista todos os documentos publicados sobre o occorrido no Paraguay depois daquelle fallecimento; porém tendo a *Gazeta* exactas e completas informações de tudo, não sabemos com que termos decentes e urbanos havemos de qualificar as asserções que a *Gazeta* vorte nessa passagem que havemos transcripto.

« Que o governo do Paraguay depois da morte do dictador Francia declarou illegitimamente em 1842 a separação da dita provincia, sem referir-se a nenhuma previa declaração de independência. »

Seria incrível se não se visse semelhante... não ha palavra decente e bastante enérgica com que se possa expressar isto, que não seria mais do que uma lesão da fé e fatuidade, se não fosse... não sabemos o que.

Não foi o governo do Paraguay, foi um congresso de quatrocentos deputados eleitos directa e popularmente que: « Considerando (diz a acta de 25 de novembro desse anno) que a nossa emancipação e independência é um facto solemne e incontroverso ha mais de trinta annos; que durante este longo espaço de tempo, e desde que a Republica do Paraguay se segregou pelas suas próprias metropoles hespanhola, para sempre, também e do mesmo modo se separamos de todo o poder estrangeiro, querendo desde então, como um só povo, pertencer a si mesmo e formar, como tem formado, uma nação livre e independente... » renovou e ratificou uma declaração feita mais de trinta annos antes.

O que acabamos de transcrever da acta de 25 de novembro de 1842 não é uma referencia clara e terminante a actos e declarações prévias da independência da republica? Não importa isso em termos bem claros a renovação e ratificação do que anteriormente se fizera?

« Que o Paraguay na sua declaração de independência não allegou nem imaginarias injurias da parte da Republica Argentina. » Não se allegou aggressões nem se formalisou queixas, senão nos casos em que é preciso justificar um acto violento, hostil, e que pôde julgar se injusto e illegitimo. Esta é a razão por que os Estados Unidos se separaram-se da Inglaterra, Buenos Ayres e as demais seções da America ao constituirem-se independentes da Hespanha, publicaram manifestos, allegando injurias e injurias de suas metropoles. Necessitavão justificar a

La *Gazette*. « Le gouvernement argentin, par de si justos títulos, a toujours considéré la province du Paraguay comme partie integrante de la Confédération Argentine... Tous ses actes le prouvent. Sa loi de douane a accordé à cette province, malgré son isolement, des privilèges comme à un peuple de la même nation. »

Resposta. Le Paraguay reconaît, mais ne peut acceper l'honneur que le gouverneur Rosas lui fait, et continue de lui faire, de le considérer comme province de la Confédération, et il en est de même de la faveur que lui dispense sa loi de douane, en lui donnant, malgré son isolement, des privilèges comme s'il appartenait à la même nation. Le Paraguay n'aspire ni ne prétend à tant de faveur. Il veut qu'on le traite comme on traite les autres nations étrangères: il ne veut ni privilèges ni faveurs commerciaes, parce que la société paraguayenne étant radicallement differente de la société argentine, les intérêts du Paraguay étant si distincts et si particulièrement les siens, et devant, pour cette raison, avoir une politique et un système propre, il ne peut consentir qu'on le dissolva dans une nationalité étrangère, ce qui serait la conséquence de l'honneur et des faveurs dont le gratifie le gouverneur Rosas: il n'est pas question de piastres de plus ou de piastres de moins, que rapportent les droits de douane.

La *Gazette*. « Après la mort du dictateur Francia, le gouvernement de la province du Paraguay déclara illegitimement en 1842 la separation de la dite province; et dans sa déclaration de prétendue indépendance, il n'eut qu'alléguer ni l'allégué d'injures, pas même imaginaires, de la part de la République Argentine; ni il ne se refera à aucune déclaration antérieure d'indépendance. Le gouvernement argentin protesta contre une semblable indépendance. »

Resposta. Nous serions à la *Gazette* l'honneur de la supposer mal informée de ce qui se passa au Paraguay après la mort du docteur Francia, si nous ne savions pas qu'elle a sous la main et sous les yeux tous les documents publiés sur ce qui est arrivé au Paraguay après cette mort; mais la *Gazette* ayant d'exactes et complètes informations sur tout, nous ne savons de quels termes décentes et polis nous qualifierons les asserções que la *Gazette* répand sur ce passage que nous avons transcrit.

« Que le gouvernement du Paraguay, après la mort du dictateur Francia, a déclaré illegitimement en 1842 la separation de la dite province, sans se referer à aucune déclaration antérieure d'indépendance. »

Si on ne la voyait pas, chose pareille serait incroyabile... Il n'y a pas de mot décent et assez énergique pour exprimer une chose qui ne serait rien qu'une inconsequence et une fatuité, si ce n'était... nous ne savons quoi.

Ce ne fut pas le gouvernement du Paraguay, ce fut un congrès de quatre cents députés élus directement et populairement, qui: « considérant (dit l'acte du 25 novembre de cette année) que notre emancipation et notre indépendance sont un fait incontestable il y a plus de trente ans; que durant ce long espace de temps, et depuis que la République du Paraguay, par ses efforts, s'est séparée pour toujours de la métropole hespanhola, pour toujours aussi et de la même manière elle s'est séparée de tout pouvoir étranger; voulant dès lors, par un vote unanime, appartenir à elle-même et former, comme elle forme, une nation libre et indépendante... » renouvra et ratifia une déclaration faite plus de trente ans auparavant.

Ce que nous venons de transcrire de l'acte du 25 novembre 1842 n'est-il pas une claire et positive référence aux déclarations et actes antérieurs à l'indépendance de la république? Cela ne comporte-t-il pas en termes bien clairs la renouation et la ratification de ce qui s'est fait antérieurement?

« Que le Paraguay dans sa déclaration d'indépendance n'allégué pas même d'injures imaginaires de la part de la République Argentine. » Des griefs ne s'alléguent et des plaintes ne se font que dans les cas où il faut justifier un acte hostile, violent, et qui peut se juger injuste et illegitime. C'est la raison pour laquelle les Etats-Unis en se séparant de l'Angleterre, Buenos Ayres et les autres seções de l'Amérique en se constituant indépendantes de l'Espagne, publièrent des manifestes, alleguerent des injustices et des injures de leurs metropoles.

ruptura da união e vínculo que rompiu depois de haverem jurado mantê-lo. O silêncio que guardou o congresso do Paraguay é uma das melhores provas da boa fé e convicção com que obra de que se ratificou a declaração da sua independência nem violava obrigação, nem offendia direitos de outrem, e que por conseguinte não carecia de justificar esse acto. Com effeito, o Paraguay não rompeu vínculo algum que o ligasse a Confederação Argentina; não fazia nenhum acto violento e contrario aos seus compromissos anteriores; não necessitava por conseguinte allegar injurias da Republica Argentina para justificar-se.

Que o governo argentino protestou contra semelhante independencia, não é exacto. O governo argentino ao receber notificação da acta do congresso de 1842 não disse senão que graves inconvenientes lhe não permitião prestar a sua acquiescencia aos desejos desse Esm. governo. (Veja-se a nota 3). O governador Rosas não protestou contra a independencia do Paraguay até 30 de fevereiro de 1845, em nota dessa data ao governo brasileiro.

A Gazette. « A posição geographica do Paraguay, encerrado pelas aguas do rio Paraná; a intima relação fluvial das provincias da Confederação com esse rio, os seus interesses políticos, os mais vitais, empenhados nesse ponto, são outras tantas razões que justificão a politica do governo argentino....

« A entrada por agua para a provincia do Paraguay não pôde effectuar-se senão pelo rio Paraná, que pertence á Confederação Argentina, á qual corresponde também a margem direita do rio Paraguay (o Chaco), ainda no caso da pretendida independencia dessa provincia. Se a franqueasse a entrada a um estado differente, arruinaria a nacionalidade argentina.... abrindo a acção estrangeira o interior do territorio argentino, com o gravissimo risco que todas as nações previnem, reservando-se um direito exclusivo sobre o seu interior.

« A mesma provincia do Paraguay perderia em tal caso as vantagens politicas e commerciaes que lhe garante a sua união com a Confederação Argentina.... Impossivel é, pois, para a Confederação a pretendida independencia do Paraguay. »

Segue-se a isto na Gazette uma longa descripção das ramificações e dos afluentes do Paraná.

Observações. A Gazette nos topicos que deixamos transcritos apresenta todos os argumentos que oppõe ao direito que invoca e pretende a republica do Paraguay de navegar o Paraná.

Essa navegação é o cavallo de batalha do governador Rosas e da sua Gazette; é o argumento em que mais se fonda por ser o mais especioso, sem por isso ser mais solido, de quantos allega contra a independencia do Paraguay; é o que mais facilmente pôde allucinar aos que considerarem superficialmente a questão.

Quando vemos que a Gazette pondera a multidão, gravidade e imminencia dos males e perigos que resultarão a Republica Argentina se reconhecer a independencia do Paraguay, não podemos deixar de recordar a passagem em que a imaginação delirante do fidalgo de la Mancha lhe fazia ver um exercito de malandrinos no que não era mais do que uma manada de ovelhas, como lo'o advertia o bom Sancho; com a differença de que, no nosso conceito, o heróe de la Mancha acreditava de bom fé no exercito de malandrinos, ao passo que o heróe do deserto não pôde acreditar com sinceridade no exercito de males que vão cahir sobre a Republica Argentina. Passemos a examinar minudamente essa multidão de inconvenientes; vejamos se na realidade é um exercito de malandrinos, ou um rebanho de ovelhas; porém antes disso detenhamo-nos um pouco em um inconveniente que nos oppõe a Gazette como preliminar dos que deve produzir a navegação do Paraná.

« Que a posição geographica do Paraguay, encerrado pelo rio Paraná, é inadequada para ser independente. » A posição geographica do Paraguay é estar collocado no centro de uma extensa communicação fluvial, que lhe faculta os meios de estar em facil contacto com as ex-

trémidades da Republica Argentina e dos estados vizinhos do Brazil e Bolivia. Essa situação geographica do Paraguay é o elemento mais poderoso de um rapido incremento e de uma grande prosperidade: a essa posição deverá o Paraguay dentro de poucos annos a reparação das suas passadas privações e desgraças, assim como o feliz estado de não necessitar, de não depender de ninguém.

« A intima relação fluvial das provincias interiores com o rio Paraná, » além de ser muito exagerada pela Gazette, « os interesses políticos vitais dessas provincias empenhadas no ponto do Paraná, » nenhum prejuizo soffrem, nenhum risco correm pelo facto do Paraguay, estado separado, navegar pelo Paraná. A Republica Oriental é um estado differente e separado da Argentina; sem embargo do que, o seu pavilhão tem navegado tranquillamente e innocentemente pelo Paraná até estes ultimos annos; os navios orientaes tem ido a Santa Fé, a Baixada, a Corrientes, e tem regressado a Montevideo; e que prejuizo tem resultado dessa navegação dos navios orientaes pelo Paraná aos interesses politicos vitais das provincias interiores da Republica Argentina? Se o Paraguay é que vai comprometter esses interesses, essa intima relação fluvial?

Isto melhor que nada mostra que tudo quanto a Gazette invoca como razão para justificar a politica do governo argentino, são fantasmas creados expressamente para assustar a multidão, que sempre é irreflectida e leviana. Nada importa que a entrada por agua para o Paraguay não possa effectuar-se senão pelo rio Paraná, que pertence á Confederação Argentina. (Pertence também a Republica do Paraguay; porém deixemos isso.) Isso de que o Paraná pertence a Confederação Argentina, que é uma navegação interior pôde valer ao governo argentino contra todos, menos contra o Paraguay, porque essa navegação do Paraná tem sido, e deve ser sempre commum ás republicas paraguaya e argentina, como vamos demonstrar.

Entramos com confiança na questão da navegação do Paraná, seguros do nosso bom direito. A Gazette, assim como o Archivo Americano, occupão com este assumpto as suas extensas columnas, empenhão os seus ultimos esforços. O Amazonas, o Mississipi, o São Lourenço, o Hudson, todos os rios do mundo americano tem sido trazidos para exemplo; não ha publicista a quem não haja compulsado e cujas doutrinas não faça contribuir; não ha risco, por mais remoto e até imaginario que seja; não ha absurdo, por mais injusto e infundado que seja, como o de que a independencia do Paraguay é originada por influencia estrangeira, que não ponham em jogo e que não apresentem como uma realidade imminente.

Trabalho inutil e perdido pelo que respeita ao Paraguay; vaidade e pedantismo pueril para mostrar erudição e sciencia impertinentes, que gosta de empregar a Gazette.

A questão sobre o direito do Paraguay independente a navegar o Paraná em commum com a Republica Argentina é muito simples e innocente; para esclarecê-la e resolvê-la não ha necessidade de exemplos de outros rios, nem de queimar as pestanas registrando autores; basta um pouco de boa fé, bom senso e uma pequena dose de espirito de conciliação e imparcialidade.

O direito com que o Paraguay independente pretende navegar o Paraná nasce (usaremos das mesmas palavras da Gazette n. 7102) de um direito tradicional derivado do regimen hespanhol e confirmado pelos tratados da Confederação. Pôde dar-se uma questão mais simples? Está redunda ao esclarecimento de factos; averiguados estes, o direito é claro.

Creimos que a Gazette não se atreverá a negar que, durante o regimen hespanhol, os naturaes do Paraguay navegavam o Paraná como o navegavam os de Santa Fé, de Entre Rios, Corrientes e Buenos-Ayres. Então todos eram seus filhos todos do mesmo pai, ou, se quizerem, escravos do mesmo amo, dependentes todos do dono desse rio, que era o rei de Hespanha; concedeu elle a todos os seus filhos ou escravos o direito de irem e virem

« Que a posição geographica do Paraguay, encerrado pelo rio Paraná, é inadequada para ser independente. » La position geographique du Paraguay est d'être placé dans le centre d'une communication fluviale étendue qui lui donne les moyens d'être en facile contact avec les

« Que la position geographique du Paraguay, encerrado pelo rio Paraná, é inadequada para ser independente. » La position geographique du Paraguay est d'être placé dans le centre d'une communication fluviale étendue qui lui donne les moyens d'être en facile contact avec les

extremidades da Republica Argentina e dos estados vizinhos do Brazil e Bolivia. Essa situação geographica do Paraguay é o elemento mais poderoso de um rapido incremento e de uma grande prosperidade: a essa posição deverá o Paraguay dentro de poucos annos a reparação das suas passadas privações e desgraças, assim como o feliz estado de não necessitar, de não depender de ninguém.

« A intima relação fluvial das provincias interiores com o rio Paraná, » além de ser muito exagerada pela Gazette, « os interesses políticos vitais dessas provincias empenhadas no ponto do Paraná, » nenhum prejuizo soffrem, nenhum risco correm pelo facto do Paraguay, estado separado, navegar pelo Paraná. A Republica Oriental é um estado differente e separado da Argentina; sem embargo do que, o seu pavilhão tem navegado tranquillamente e innocentemente pelo Paraná até estes ultimos annos; os navios orientaes tem ido a Santa Fé, a Baixada, a Corrientes, e tem regressado a Montevideo; e que prejuizo tem resultado dessa navegação dos navios orientaes pelo Paraná aos interesses politicos vitais das provincias interiores da Republica Argentina? Se o Paraguay é que vai comprometter esses interesses, essa intima relação fluvial?

Isto melhor que nada mostra que tudo quanto a Gazette invoca como razão para justificar a politica do governo argentino, são fantasmas creados expressamente para assustar a multidão, que sempre é irreflectida e leviana. Nada importa que a entrada por agua para o Paraguay não possa effectuar-se senão pelo rio Paraná, que pertence á Confederação Argentina. (Pertence também a Republica do Paraguay; porém deixemos isso.) Isso de que o Paraná pertence a Confederação Argentina, que é uma navegação interior pôde valer ao governo argentino contra todos, menos contra o Paraguay, porque essa navegação do Paraná tem sido, e deve ser sempre commum ás republicas paraguaya e argentina, como vamos demonstrar.

Entramos com confiança na questão da navegação do Paraná, seguros do nosso bom direito. A Gazette, assim como o Archivo Americano, occupão com este assumpto as suas extensas columnas, empenhão os seus ultimos esforços. O Amazonas, o Mississipi, o São Lourenço, o Hudson, todos os rios do mundo americano tem sido trazidos para exemplo; não ha publicista a quem não haja compulsado e cujas doutrinas não faça contribuir; não ha risco, por mais remoto e até imaginario que seja; não ha absurdo, por mais injusto e infundado que seja, como o de que a independencia do Paraguay é originada por influencia estrangeira, que não ponham em jogo e que não apresentem como uma realidade imminente.

Trabalho inutil e perdido pelo que respeita ao Paraguay; vaidade e pedantismo pueril para mostrar erudição e sciencia impertinentes, que gosta de empregar a Gazette.

A questão sobre o direito do Paraguay independente a navegar o Paraná em commum com a Republica Argentina é muito simples e innocente; para esclarecê-la e resolvê-la não ha necessidade de exemplos de outros rios, nem de queimar as pestanas registrando autores; basta um pouco de boa fé, bom senso e uma pequena dose de espirito de conciliação e imparcialidade.

O direito com que o Paraguay independente pretende navegar o Paraná nasce (usaremos das mesmas palavras da Gazette n. 7102) de um direito tradicional derivado do regimen hespanhol e confirmado pelos tratados da Confederação. Pôde dar-se uma questão mais simples? Está redunda ao esclarecimento de factos; averiguados estes, o direito é claro.

Creimos que a Gazette não se atreverá a negar que, durante o regimen hespanhol, os naturaes do Paraguay navegavam o Paraná como o navegavam os de Santa Fé, de Entre Rios, Corrientes e Buenos-Ayres. Então todos eram seus filhos todos do mesmo pai, ou, se quizerem, escravos do mesmo amo, dependentes todos do dono desse rio, que era o rei de Hespanha; concedeu elle a todos os seus filhos ou escravos o direito de irem e virem

extremidades da République Argentine et des états voisins du Brésil et de la Bolivie. Cette situation géographique du Paraguay est l'élément le plus puissant d'un rapide accroissement et d'une grande prospérité: à cette position le Paraguay devra dans peu d'années la réparation de ses privations et de ses malheurs passés, ainsi que l'heureux état de n'avoir besoin et de ne dépendre de personne.

« L'intime relation fluviale des provinces intérieures avec la rivière Parana, » très-exagérée par la Gazette, « les intérêts politiques vitaux de ces provinces engagées au sujet du Parana, » ne souffrent aucun préjudice, ne courent aucun risque par le fait que le Paraguay, état séparé, navigue dans le Parana. La République Orientale est un état différent et séparé de la République Argentine; malgré cela son pavillon a navigué tranquillement et innocentement sur le Parana jusque dans ces dernières années; les navires orientaux ont été à Santa Fé, à Baixada, à Corrientes, et sont revenus à Montevideo; et de cette navigation des navires orientaux sur le Parana quel préjudice est-il résulté pour les intérêts politiques vitaux des provinces intérieures de la République Argentine? Est-ce seulement le Paraguay qui va compromettre ces intérêts, cette intime relation fluviale?

Ici mieux que rien ne montre que tout ce que la Gazette invoque comme raison pour justifier la politique du gouvernement argentin est un fantôme créé expressément pour effrayer la multitude, qui est toujours irreflectible et inconséquent. Il n'importe nullement que l'entrée par eau dans le Paraguay ne puisse s'effectuer que par le Parana, qui appartient à la Confédération Argentine. (Il appartient aussi à la République du Paraguay. Mais laissons cela.) Cette raison que le Parana appartient à la Confédération Argentine, que c'est une navigation intérieure, peut servir au gouvernement argentin contre tous, excepté contre le Paraguay, parce que cette navigation du Parana a été, est et doit être toujours commune aux Républiques Paraguayenne et Argentine, comme nous allons le démontrer.

Entrons avec confiance dans la question de la navigation du Parana, sûrs de notre bon droit. La Gazette, ainsi que les Archives Américaines, occupent de ce sujet leurs colonnes étendues; elles usent de leurs derniers efforts. L'Amazonne, le Mississipi, le S. Laurent, le Hudson, tous les fleuves du monde américain ont été cités pour exemple; il n'y a pas de publiciste qu'elles n'aient compulsé et dont elles ne mettent les doctrines à contribution; il n'y a pas de risque, tout éloigné et même tout imaginaire qu'il soit, il n'y a pas d'absurdité, tout injuste et infondé qu'elle soit, comme celle que l'Indépendance du Paraguay tire son origine d'une influence étrangère, que ces feuilles périodiques ne mettent en jeu et qu'elles ne présentent comme une réalité imminente.

Travail inutile et perdu en ce qui regarde le Paraguay; vanité et pédantisme puéril pour montrer l'érudition et la science impertinentes que la Gazette aime à déployer.

La question sur le droit du Paraguay indépendant à naviguer sur le Parana, en commun avec la République Argentine, est très-simple et très-innocente; pour l'éclaircir, pour la résoudre, il n'y a pas besoin d'exemples d'autres fleuves, ni de se fatiguer les yeux à feuilleter des auteurs; il suffit d'un peu de bonne foi, de bon sens et d'une petite dose d'esprit de conciliation et d'impartialité.

Le droit de naviguer sur le Parana, auquel prétend le Paraguay indépendant, naît (nous userons des paroles mêmes de la Gazette, n. 7102) d'un droit traditionnel dérivé du régime espagnol et confirmé par les traités de la Confédération. Peut-il se présenter une question plus simple? Elle est réduite à l'éclaircissement de faits; ceux-ci vérifiés, le droit est clair.

Nous croyons que la Gazette n'osera pas nier que, durant le régime espagnol, les naturels du Paraguay naviguaient dans le Parana, comme y naviguaient ceux de Santa-Fé, d'Entre-Rios, de Corrientes et de Buenos-Ayres. Alors tous nous ne faisons qu'un, tous enfants du même père, ou, si l'on veut, esclaves du même maître, dépendants tous du possesseur de cette rivière, qui était le roi d'Espagne; il accorda à tous ses enfants ou esclaves le

por essa via publica, por esse caminho; outorgou pois a reconhecida uma serventia real em favor de todos os seus filhos e escravos. Kata é a ordem que a *Gazeta* chama *tradicional derivada do regimen hespanhol*.

Morto o pai commum, seus filhos, irmãos entre si, virão ao livres da autoridade paterna; repartirão a herança, ficando cada um com o terreno que o pai lhe havia adjudicado: sauberes de se regularem e governarem como melhor lhes conviesse. Na parte da herança conhecida com o nome do Rio da Prata, os irmãos andarão mal avindos, sem se poderem entender nem regular durante muito tempo: a final, depois de mil trabalhos, convierão uns poucos em fazer sociedade, em formar uma liga para se ajudarem uns aos outros, pondo em commum parte do seu cabedal e reservando-se outra: tomarão o nome social de *Republica Argentina*.

A sociedade ou liga foi proposta e promovida por alguns dos irmãos, sem estarem todos combinados. Antes de tudo, os promotores convierão e reconhecerão se *iguales*, como os irmãos ausentes, e *com as mesmas direitas*. Tratado de 21 de setembro de 1821 entre Buenos-Ayres e Cordova; e todos os demais tratados com cada uma das provincias. Dissertão também que convidarão aos demais irmãos para entrarem na sociedade ou liga, e que se *algum não quizesse*, não seria isso motivo para brigarem ou deixarem de se tratar como irmãos e amigos. Tratado de 23 de fevereiro de 1820 entre Corrientes e Santa-Fé; item de 23 de março do mesmo anno entre Buenos-Ayres e Corrientes. Item de 4 de janeiro de 1821.

Tres dos herdeiros, a saber: Buenos-Ayres, Santa-Fé e Entre Rios, em um ajuste e tratado celebrado em 25 de setembro de 1820, fallando da navegacao dos rios Uruguay e Parana, dissertão no art. 4.º: « Nos rios Uruguay e Parana navegarão unicamente as embarcações das provincias amigas cujas costas sejam banhadas pelos ditos rios. » Nesse tratado não interveio o herdeiro chamado Corrientes.

Em todos esses tratados vemos reconhecida e consagrada a *ordem tradicional derivada do regimen hespanhol*. Essa ordem era e é que todos os estabelecidos sobre as margens desse rio, mais para acima ou mais para baixo (o que não faz nada ao caso), tinham serventia real desse rio como se tem em um caminho carril e publico.

O Paraguay, desde que se vio livre, como seus irmãos, da patria potestade, declarou que não lhe convinha entrar na sociedade ou liga de seus irmãos, e conservou-se separado. Fez bem ou mal? Isso não vem ao caso: tinha a liberdade de fazê-lo; usou do seu direito, e a ninguém offendeu com isso; porém essa separação não o privou do direito de serventia real no rio Parana que lhe deu o governo hespanhol, nem o fez inimigo de seus irmãos associados, nem estes, por estarem collocados no extremo ou entrada do caminho, tem o direito de privá-lo dessa serventia.

Porém « quando Buenos-Ayres, Santa-Fé e Entre Rios ajustaram o tratado de 23 de fevereiro de 1820 em que reconhecerão as provincias amigas a *ordem tradicional, derivada do regimen hespanhol*, de navegar o Parana, não fallaram do Paraguay, e este paz nega-se a ser provincia confederada; intitula-se *republica*. »

Observação. Também não se fallou de Corrientes nesse tratado, nem Corrientes nelle teve parte, e contudo não se lhe nega o direito de navegar o Parana; primeiro, porque está situado sobre esse rio; segundo, porque o havia navegado desde o tempo do governo hespanhol que lhe deu essa serventia, assim como no Paraguay.

Porém: « Corrientes confederou-se; Corrientes é provincia argentina, e o Paraguay não quer sê-lo. » Então não é o direito tradicional derivado do regimen hespanhol que reconheceu o tratado de 23 de fevereiro de 1820, segundo diz a *Gazeta* n.º 7192, que dá o direito de navegar o Parana, mas sim a qualidade de ser ou não membro confederado. Porém o art. 4.º do tratado de setembro de 1820 não limita o direito de navegar o Parana ás provincias confederadas, só falla de *provincias amigas*

droit d'aller et venir par cette voie publique, par ce chemin; il octroya donc et reconnut un passage royal en faveur de tous ses enfans et esclaves. C'est cette disposition que la *Gazette* appelle *tradicional*, *derivée du régime espagnol*.

Le père commun étant mort, ses enfans, frères entre eux, se virent libres de l'autorité paternelle; ils partagerent l'héritage, chacun d'eux demeurant avec le terrain que le père lui avait adjugé, et tous maîtres de se régler et de se gouverner comme il leur conviendrait le mieux. Dans la partie de l'héritage connue sous le nom de Vieux de la Plata, les frères vinrent à être en désaccord, sans pouvoir s'entendre, ni pouvoir se gouverner pendant longtemps; finalement, après mille peines, quelques-uns convierent de faire une société, de former une alliance pour s'aider les uns les autres, en mettant en commun une partie de leur capital et en réservant l'autre; ils prirent le nom social de *Republica Argentina*.

La société ou alliance fut proposée et mise en avant par quelques-uns des frères sans que tous fussent dans cette combinaison. Avant tout, les promoteurs convinrent et reconnurent qu'ils étaient *égaux*, comme leurs frères absents, et ayant les *mêmes droits*. Traité du 21 septembre 1821 entre Buenos-Ayres et Cordova, et tous les autres traités avec chacune des provinces. Ils dirent aussi qu'ils inviteraient les autres frères à entrer dans la société ou alliance, et que si *quelqu'un d'eux ne le voulait pas*, cela ne serait pas un motif pour se disputer ou cesser de se traiter comme frères et amis. Traité du 23 février 1820 entre Corrientes et Santa-Fé. Item du 23 mars de la même année entre Buenos-Ayres et Corrientes. Item du 4 janvier 1821.

Trois des héritiers, savoir: Buenos-Ayres, Santa-Fé et Entre-Rios, dans une convention et un traité conclu le 25 septembre 1820, en parlant de la navigation des rivières Uruguay et Parana, dirent à l'article 4.º: « Dans les rivières Uruguay et Parana navigueront uniquement les embarcations des provinces amies dont les côtes sont baignées par les dites rivières. » Dans ce traité n'intervint pas l'héritier nommé Corrientes.

Dans tous ces traités nous voyons reconnue et consacrée la *disposition traditionnelle dérivée du régime espagnol*. Cette disposition était et est que tous ceux qui sont établis sur les bords de cette rivière, plus haut ou plus bas (ce qui ne fait rien au cas), avaient le passage royal dans cette rivière comme on l'a sur un chemin tracé et public.

Le Paraguay, dès qu'il se vit libre, comme ses frères, de la puissance paternelle, déclara qu'il ne lui convenait pas d'entrer dans la société ou alliance de ses frères, et il resta séparé. Fit-il bien ou mal? Cela ne fait rien au cas: il avait la liberté de le faire; il a usé de son droit, et par cela il n'a offensé personne; mais cette séparation ne l'a pas privé du droit de passage royal dans la rivière Parana que lui a donné le gouvernement espagnol, et elle ne l'a pas rendu ennemi de ses frères associés, et ceux-ci, parce qu'ils sont placés à l'extrémité ou à l'entrée du chemin, n'ont pas le droit de le priver de ce passage.

Mais « quand Buenos-Ayres, Santa-Fé et Entre Rios convinrent de ce traité, le 23 février 1820, dans lequel ils reconnurent aux provinces amies la jouissance de la *disposition traditionnelle, dérivée du régime espagnol*, de naviguer sur le Parana, ils ne parlèrent pas du Paraguay, et cette province se refuse à être province confédérée; elle s'intitule *republica*. »

Observation. On ne parla pas non plus de Corrientes dans ce traité, ni Corrientes n'y eut pas part, et cependant on ne lui refuse pas le droit de naviguer sur le Parana; premierement, parce qu'il est situé sur cette rivière; secondement, parce qu'il y avait navigué depuis le temps du gouvernement espagnol, qui lui a donné ce passage, ainsi qu'au Paraguay.

Mais « Corrientes se confédéra; Corrientes est province argentine et le Paraguay ne veut pas l'être. » Alors ce n'est pas le droit traditionnel, dérivé du régime espagnol, qu'a reconnu le traité du 23 février 1820, suivant ce que dit la *Gazette* n.º 7192, qui donne le droit de naviguer sur le Parana, mais bien la qualité d'être ou non membre confédéré. Mais l'article 4.º du traité de septembre 1820 ne limite pas le droit de naviguer sur le Parana aux provinces confédérées; il parle seulement de *provincias*

cujas costas sañdo banhadas pelo rio, abstracção feita de que sejam ou não confederadas, porque podião não confederar-se, segundo os principios vigentes e reconhecidos.

A consecuencia que se tira do modo do argumentar da *Gazeta* é que o Paraguay não é considerado como amigo, e que o privão do direito tradicional de serventia real no rio do Parana, só porque não se confederou e se chama *republica* em vez de *provincia*. O Paraguay não disputa o nome de per si, disputa a cousa; e o nome pouco lhe importa, a não ser como significativo da cousa. Porém vamos ao mais substancial.

Se o Paraguay não é considerado amigo da confederacão só por não querer confederar-se, que importa então essa liberdade das provincias entrarem ou não na liga que as mesmas provincias confederadas reconhecerão e consagrãrão em tratados que se chamão fundamentaes?

Que vale essa igualdade de direitos que essas provincias declarãrão umas ás outras? Que vale a promessa que fazem, tão espontanea, justa e politicamente, de não alterarem as relações de amizade com a provincia que recusarem entrar na liga? Se direitos tão claros, tão antigos, tão solennemente reconhecidos, se promessas tão sagradas não de ceder e annullar-se ante o capricho, a prepotencia e a força, não se queixa a Republica Argentina, dizem-nos, não se queixa o governador Rosas de que as potencias europeas abusam do seu poder e força contra elle. Essas potencias não farão então mais do que cumprir a sentença do Divino Mestre: *Quem com ferro mata, com ferro morre*.

Porém o abuso da força não dá nem tira direito. O Paraguay, estado inteiramente differente do estado argentino, tem um *direito tradicional derivado do regimen hespanhol*, incontestavel de serventia real, reconhecido e consagrado pelos tratados das provincias confederadas, de navegar o Parana, porque esse rio banha as suas costas, assim como as da Republica Argentina, e porque o rei de Hespanha, quando era senhor desse rio, lhe conferio esse direito. Abuse quando quiser o governador Rosas da sua situação na embocadura desse rio e da sua força, o Paraguay não perde por isso os seus direitos (19).

Estabelecido isto, a nada conduz o exemplo de todos os rios do mundo americano que nos apresenta a *Gazeta*: são inapplicaveis todas as doutrinas dos publicistas que compuzero; desaparece o montão de perigos que se supõe correr a Republica Argentina, e o exercicio de milidarios europeos que deve conquistar esta parte de America fica reduzido, como diz Sancho, a um rebato de ovelhas.

Para completar a convicção, passemos em revista os gravissimos riscos que a Republica Argentina vai correr se reconhece a independencia do Paraguay; vejamos um por um os gravissimos inconvenientes que prepara sua independencia, para julgarmos se são ou não reais e iminentes esses perigos. Todos elles estão reduzidos a um; porém a *Gazeta* para augmentar o seu numero põe-lhes differentes uniformes e dá-lhes distincta figura.

A *Gazeta*. « Pelo tratado com a Inglaterra fica excluido o pavilhão britannico da navegacao dos rios interiores da republica, assim como os demais pavilhões estrangeiros. Nesse mesmo tratado e no ajustado com a França em 1820, a Republica Argentina offerrecu aos dous governos o tratamento da nação mais favorecida; se reconhece a independencia do Paraguay, permite que um pavilhão estrangeiro navegue o Parana, quando estão excluidos desse rio todos os pavilhões estrangeiros, e torna portanto de franquias a Inglaterra e a França e demais nações estrangeiras o interior desse rio; e então que tanto de males sobre a Republica Argentina! Todas as provincias ficão privadas dos bens que se reservão e perderão o seu pleno dominio sobre os rios interiores; ficão entregues ás intrigas estrangeiras; aproveitarão os estrangeiros a sua influencia para levarem todas as vantagens com ruzas de todos os interesses americanos... o Paraguay mesmo cairia na dependencia anglo-brasileira... tudo isso seria sacrificar incautamente a

as amias dont les côtes seroent baiguées par la rivière, abstracção feita de ce qu'elles soient ou non confédérées, parce qu'elles pouvaient ne pas se confédérer, selon les principes existants et reconnus.

La consequence qui se tire de la manière d'argumenter de la *Gazette*, c'est que le Paraguay n'est pas considéré comme ami, et qu'on le prive du droit traditionnel de passage royal dans la rivière Parana, seulement parce qu'il ne s'est pas confédéré et qu'il se nomme *republica* au lieu de *provincie*. Le Paraguay ne dispute pas le nom en lui-même; il dispute la chose; le nom lui impose peu s'il n'est pas significatif de la chose. Mais passons au plus substantiel.

Si le Paraguay n'est pas considéré comme ami de la confédération seulement pour ne pas vouloir se confédérer, qu'importe alors cette liberté des provinces d'entrer ou non dans une alliance que les provinces confédérées elles-mêmes ont reconnue et consacrée par des traités qu'on nomme fondamentaux?

A quoi sert cette égalité de droits que ces provinces ont déclarée les unes aux autres? A quoi sert la promesse qu'elles ont faite si spontanément, si justement et si politiquement, de ne pas altérer les relations d'amitié avec la province qui refuserait d'entrer dans l'alliance? Si des droits si clairs, si anciens, si solennellement reconnus; si des promesses si sacrées doivent céder et s'annuler devant le caprice, l'abus du pouvoir et la force, que la République Argentine ne se plaigne pas, disons mieux, que le gouverneur Rosas ne se plaigne pas que les puissances européennes abusent de leur pouvoir et de leur force contre lui. Ces puissances ne feront alors qu'accomplir la sentence du Divin Maître: *Celui qui tue par le fer périra par le fer*.

Mais l'abus de la force ne donne ni ne retire le droit. Le Paraguay, état entièrement different de l'état argentin, a un *droit traditionnel dérivé du régime espagnol*, le droit incontestable de passage royal reconnu et consacré par les provinces confédérées, le droit de naviguer sur le Parana, parce que cette rivière baigne ses côtes, aussi bien que celles de la République Argentine, et parce que le roi d'Espagne, quand il était maître de cette rivière, lui a conféré ce droit. Que le gouverneur Rosas abuse quand il voudra de sa situation à l'embouchure de cette rivière et de sa force, le Paraguay ne perdra pas pour cela ses droits (19).

Cela établi, l'exemple de tous les fleuves du monde américain, que nous présente la *Gazette*, ne conduit à rien; toutes les doctrines des publicistes qu'elle a compuzés sont inapplicables; la multitude de périls qu'elle suppose que court la République Argentine disparaît, et l'armée de vagabonds européens, qui doit conquérir cette partie de l'Amérique, demeure réduite, comme disait Sancho, à un troupeau de brebis.

Pour compléter la conviction, passons en revue les risques très-graves que la République Argentine va courir si elle reconnaît l'indépendance du Paraguay; voyons, un par un, les très-graves inconvenients que prépare cette indépendance, pour juger si ces périls sont ou non réels et imminents. Ils sont tous réduits à un seul; mais la *Gazette*, pour en augmenter le nombre, leur met un uniforme different et leur donne une figure distincte.

La *Gazette*. « Par le traité avec l'Angleterre, le pavillon britannique est exclu de la navigation des rivières intérieures de la republica, ainsi que les autres pavilions étrangers. Dans ce même traité et dans la convention avec la France en 1820, la République Argentine a offert aux deux gouvernements le traitement de la nation la plus favorisée; si elle reconnaît l'indépendance du Paraguay, elle permet qu'un pavillon étranger navigue sur le Parana quand tous les pavilions étrangers sont exclus de cette rivière, et, pour cette raison, elle devrait s'affranchir à l'Angleterre, à la France et aux autres nations étrangères, l'intérieur de cette rivière; et alors quel comble de maux sur la République Argentine! Toutes les provinces seraient privées des biens qu'elles se sont réservés; elles perdraient leur entière domination sur ces rivières intérieures; elles seraient livrées aux intrigues étrangères; les étrangers profiteraient de leur influence pour saisir tous les avantages au préjudice de tous les intérêts américains... le Paraguay même tomberait sous la dé-

existencia e a honra da confederação, assim como o grande principio americano, etc.

A isto em poucas palavras estão reduzidos todos os riscos, todos os gravissimos inconvenientes da independencia do Paraguay, e tudo isto é menos que um rebanho de ovelhas convertido em exercito de malandrinhas.

Por ser o Paraguay independente, e porque o seu pavilhão navegue o Paraná, nem a Inglaterra nem a França podem pretender com justiça que se lhes conceda igual navegação, porque nem a Inglaterra nem a França tem o direito tradicional derivado do regimen hespanhol, em virtude do qual o pavilhão paraguayo percorre esse rio. Pela mesma razão tambem não podem invocar a promessa de serem tratados como a nação mais favorecida: a Republica Argentina, não embarçando a navegação paraguaya, não concede um favor; respeita um direito perfeito e antigo; a promessa de tratar a Inglaterra e a França como a nação mais favorecida nem obriga nem põde invocar-se senão em identidade de caso e circumstancias. Mostrem a Inglaterra e a França que se achão no mesmo caso e circumstancias que o Paraguay, e então mostrarão que a Republica Argentina deve trata-las como ao Paraguay; enquanto não mostrarem isso, ficarão como até aqui excluidas da navegação dos rios interiores, e estes exclusivamente reservados para os que tenham esse direito tradicional derivado do regimen hespanhol.

Com isto só ficam salvos todos os inconvenientes, evitados todos os perigos, e achado o *pe firmo* que o governador Rosas queria para tratar com o Paraguay; as provincias argentinas gozarão dos bens que se reservarão; ficará incólume o dominio pleno dos rios aquelles que sempre o tiverão, e preservada a existencia e a honra da Confederação Argentina.

Se a Inglaterra e a França estão resolvidas a abusar do seu poder e força para se abrir o Paraná, contra todo o direito, tanto o farão sendo o Paraguay independente como confederado; o mesmo direito terão de violar quer em um caso quer no outro. Porém não podemos acreditar que tal escandalo succeda; e temos para isso um antecedente incontestavel que mostra ao mesmo tempo que todo esse apparato de riscos e inconvenientes não é mais que um fantasma. Desde 1828, em que se estabeleceu a independencia da Banda Oriental, até 1838, que foi tempo de paz, o pavilhão da Republica Oriental navegou o Paraná como temos dito, e nem por isso pretendeu a Inglaterra que se lhe concedesse igual navegação, em virtude da promessa de que seria tratada como a nação mais favorecida.

Collocadas as cousas debaixo deste ponto de vista, que tem que ver que o Paraguay navegue pelo Paraná com o que o Brazil faz no Amazonas, os Estados-Unidos no Mississippi e os Ingleses no S. Lourenço? que applicação podem achar as doutrinas dos publicistas? O Brazil nega ao Perú e a Bolivia a navegação do Amazonas porque sempre foi privativamente sua; nunca foi common essa navegação ao Perú. Se o Brazil a concedesse agora, seria uma nova concessão da sua parte. Não nos mettamos a dizer se o Brazil faz bem ou mal em privar essa navegação. O que dizemos é que deixando a Republica Argentina navegar o Paraná aos navios paraguayos não faz mais do que respeitar um direito tradicional antiquissimo que o Paraguay sempre teve.

Os Estados-Unidos fechão o Mississippi, o Missouri, o Hudson, aos pavilhões estrangeiros, assim como as Republicas Argentina e Paraguaya podem fechar o seu rio Paraná aos mesmos pavilhões.

Que os Ingleses situados na boca do S. Lourenço não permittem aos Americanos a navegação desse rio. Se a Hespanha houvesse ficado de posse da foz do rio Paraná, tornando-se independentes Santa-Fé, Entre-Rios, Corrientes e o Paraguay, podia, com alguns visos de razão, citar-nos a *Gazeta* o exemplo da Inglaterra no S. Lourenço. A Hespanha então poderia dizer-nos: « Filhos ingratos, haveis-vos subtraído pela força a minha autoridade;

pendance anglo-française... tout cela serait sacrifier inconsidérément l'existence et l'honneur de la Confédération, ainsi que le grand principe américain, etc. »

A cela, em peu de mots, sont réduits tous les risques, tous les inconvenients très-graves de l'indépendance du Paraguay, et tout cela est moins qu'un troupeau de brebis converti en une armée de vagabonds.

Parce que le Paraguay est indépendant, et parce que son pavillon navigue sur le Paraná, l'Angleterre ni la France ne peuvent prétendre avec justice qu'on leur concède une navigation égale, parce que ni l'Angleterre ni la France n'ont le droit traditionnel dérivé du régime espagnol, en vertu duquel le pavillon paraguayen parcourt cette rivière; par la même raison aussi elles ne peuvent invoquer la promesse d'être traitées comme la nation la plus favorisée: la République Argentine, en n'embarquant pas la navigation paraguayenne, ne concède pas une faveur; elle respecte un droit parfait et ancien; la promesse de traiter l'Angleterre et la France comme la nation la plus favorisée n'oblige et ne peut s'invoquer que dans une identité de cas et de circonstances. Que l'Angleterre et la France montrent qu'elles se trouvent dans les mêmes cas et circonstances que le Paraguay, et alors elles montreront que la République Argentine doit les traiter comme le Paraguay; tant qu'elles ne montrent pas cela, elles demeureront, comme jusqu'ici, exclues de la navigation des rivières intérieures, et ces rivières exclusivement réservées à ceux qui ont ce droit traditionnel dérivé du régime espagnol.

Avec cela seulement tous les inconvenients sont évités, tous les périls sont évités, et la base ferme que le gouverneur Rosas voulait pour traiter avec le Paraguay est trouvée; les provinces argentines jouiront des biens qu'elles se sont réservés, la domination pleine de ces rivières demeurera intacte à ceux qui l'ont toujours eue, et l'existence et l'honneur de la Confédération Argentine seront préservés.

Si l'Angleterre et la France sont résolues à abuser de leur pouvoir et de leur force pour s'ouvrir le Paraná contre tout droit, elles le feront aussi bien le Paraguay étant indépendant que confédéré: elles auront le même droit de violence, soit dans un cas, soit dans un autre. Mais nous ne pouvons croire qu'un tel scandale arrive, et nous avons pour cela un antecedent incontestable, qui montre en même temps que tout cet apparat de risques et d'inconvenients n'est qu'un fantôme. Depuis 1828, que s'établit l'indépendance de la Banda-Orientale, jusqu'à 1838, qui fut un temps de paix, le pavillon de la République Orientale a navigué sur le Paraná, comme nous l'avons dit, et pour cela l'Angleterre ne prétendit pas qu'on lui accordât une égale navigation en vertu de la promesse qu'elle serait traitée comme la nation la plus favorisée.

Les choses placées sous ce point de vue, que le Paraguay navigue dans le Paraná, qu'est-ce que cela a de commun avec ce que fait le Brésil dans l'Amazonie, et ce que font les Etats-Unis dans le Mississippi ou les Anglais dans le Saint-Laurent? Quelle application peuvent trouver les doctrines des publicistes? Le Brésil refuse au Pérou et à la Bolivie la navigation de l'Amazonie, parce que ce fleuve a toujours été privativement à lui; jamais cette navigation ne fut commune au Pérou. Si le Brésil l'accordait maintenant, ce serait une concession nouvelle de sa part. Nous ne dirons pas si le Brésil fait bien ou mal de refuser cette navigation. Ce que nous disons, c'est que la République Argentine, en laissant les navires paraguayens naviguer sur le Paraná, ne fait que respecter un droit traditionnel très-ancien que le Paraguay a toujours eu.

Les Etats-Unis ferment le Mississippi, le Missouri, le Hudson aux pavilhões étrangers, ainsi que les Républiques Argentine et Paraguayenne peuvent fermer leur rivière Paraná aux mêmes pavilhões.

Que les Anglais, situés à l'embouchure du Saint-Laurent, ne permettent pas aux Américains la navigation de ce fleuve. Si Santa-Fé, Entre-Rios, Corrientes et le Paraguay devenant indépendants, l'Espagne était restée en possession de l'entrée du Paraná, la *Gazette* pouvait avec quelque apparence de raison nous citer l'exemple de l'Angleterre dans le Saint-Laurent. L'Espagne alors pourrait nous dire: « Enfants ingrats, vous vous êtes sou-

de; haveis-me obrigado a reconhecer vos independencias; vede o: porém concedi-vos o direito de navegardes esse rio que passa pelas vossas costas; retro-vos esse direito; e já que não podestes desalojar-me deste ponto vantajoso, privo-vos dessa navegação. « Eis-aqui o que pôde dizer e diz a Inglaterra aos Estados-Unidos, e o que a Hespanha na hypothese supposta poderia dizer ao Paraguay se fosse senhora da foz do rio. Tinha concedido esse direito; retirava-o: porém o que na boca da Inglaterra e da Hespanha poderia passar, não pôde dizê-lo Buenos-Ayres, porque nem Buenos-Ayres deu ao Paraguay esse direito, nem é herdeiro e successor de Hespanha.

Pelo que respeita as doutrinas dos publicistas, não as ignora quem estiver um pouco versado nellas; tudo o que dizem sobre a navegação dos rios interiores que pertencem a uma mesma nação é muito bom e applicavel a Inglaterra, a França, etc., em quem não concorrem as circumstancias que concorrem no Paraguay. Em casos analogos ao do nosso paiz as nações todas tem reconhecido como principio justo e universalmente util e da livre navegação dos rios para os diferentes estados por cujos territorios passam e cujas costas banhão. Sobre este principio tão justo como liberal e util estão fundados os regulamentos do congresso de Vienna.

Haveámos exposto tão extensamente quanto era possível tudo o que a *Gazeta* de Buenos-Ayres publicou para justificar a injusta e impolitica conducta do governador Rosas nas questões que tem movido ao Paraguay: para abreviar haveámos omitido nas nossas observações e respostas algumas considerações muito importantes. Não nos constituímos advogados de pretensões alheias, nem as combatemos; fizeámos a defesa dos direitos da nossa patria, e demonstrámos com toda a clareza possível que são inteiramente iguaes aos que a Republica Argentina allega; que os interesses são identicos; que a independencia do Paraguay e o facto do seu pavilhão navegar o Paraná a par do pavilhão argentino nenhum prejuizo preparão a Republica Argentina; que os gravissimos perigos e inconveniencias que se objecta são fantasmas ligados intencionalmente para assustar o vulgo, e que não ha, por consequente, razão alguma que justifique a politica que o governo argentino observa para com o Paraguay.

A *Gazeta*, para acabar de convencer os Paraguayos de que devem incorporar-se à Confederação Argentina, apresenta-lhes as vantagens que lhes trará essa incorporação, e os males que deve causar-lhes a sua independencia.

A *Gazeta*. - O Paraguay, como provincia que pertence à Confederação, teria francos os mercados argentinos como as demais provincias da republica, a communicação e commercio, a liberdade de navegar os rios interiores, todas as franquizas e favores outorgados ao commercio argentino, e a segurança dos seus direitos de liberdade e independencia como provincia federada, que derivaria do forte e compacto *corpus politico* a que pertence, sem o grave perigo de cahir isolado e só debaixo do peso da anarchia e dominação estrangeira...

Adherindo a provincia do Paraguay à organização federativa a que pertence, pôde ramificar por todas as demais provincias uma benéfica influencia e um trafico mutuamente proveitoso quando a dita provincia para si mesma tenha os elementos, contribuindo desta maneira para alçar a ordem nacional interior e a independencia da Confederação...

Se o Paraguay continue desligado da Confederação, ficará isolado e sujeito à privação do unico canal para a exportação dos seus productos ou para a conservação de um trafico qualquer... Se improvisamente se estabelecer a sua pretendida independencia, cahiria debaixo da dependencia anglo-françesa.

Observação e resposta. No que fica transcripto estão resumidas em compendio todas as vantagens que se offerrem ao Paraguay, se renunciando a sua independencia e incorporando a Republica Argentina, e todos os

trahis par la force à mon autorité; vous m'avez obligée à vous reconnaître indépendants: soyez-le; mais je vous ai concédé le droit de naviguer sur cette rivière qui passe sur vos côtes: je vous retire ce droit; et puisque vous n'avez pu me déloger de ce point avantageux, je vous prive de cette navigation. « Voilà ce que peut dire et ce que dit l'Angleterre aux Etats-Unis, et ce que l'Espagne, dans l'hypothèse supposée, pourrait dire au Paraguay, si elle était maîtresse de l'entrée de la rivière. Elle avait concédé ce droit, elle le retirait; mais ce qui pourrait passer dans la bouche de l'Angleterre et de l'Espagne, Buenos-Ayres ne peut pas le dire, parce que Buenos-Ayres ni n'a donné ce droit au Paraguay, ni n'est héritier et successeur de l'Espagne.

Pour ce qui regarde les doctrines des publicistes, ceux qui y sont un peu versés ne les ignorent pas; tout ce qu'ils disent sur la navigation des rivières intérieures qui appartiennent à une même nation est très bon et applicable à l'Angleterre, à la France, etc., où ne concourent pas les circonstances qui concourent dans le Paraguay. Dans les cas analogues à celui de notre pays, toutes les nations ont reconnu comme principe juste et universellement utile celui de la libre navigation des fleuves pour les différents états par le territoire desquels ils passent et dont ils baignent les côtes. Sur ce principe, aussi juste que libéral et utile, sont fondés les réglemens du congrès de Vienna.

Nous avons exposé aussi amplement qu'il était possible tout ce que la *Gazette* de Buenos-Ayres a publié pour justifier l'injuste et impolitique conduite du gouverneur Rosas dans les questions qu'il a suscitées au Paraguay. Pour abréger nous avons omis dans nos observations et dans nos réponses des considérations très-importantes. Nous ne nous constituons pas les avocats des prétentions des autres, ni nous ne les combattons pas; nous avons défendu les droits de notre patrie, et nous avons démontré, avec toute la clarté possible, qu'ils sont entièrement égaux à ceux qu'allègue la République Argentine; que les intérêts sont identiques; que l'indépendance du Paraguay et le fait de son pavillon naviguant sur le Paraná à l'égal du pavillon argentin ne préparent aucun préjudice à la République Argentine; que les périls et inconvenients très-graves qu'on objecte sont des fantômes liés intentionnellement pour effrayer le vulgaire, et qu'il n'y a par conséquent aucune raison qui justifie la politique que le gouvernement argentin observe envers le Paraguay.

La *Gazette*, pour achever de convaincre les Paraguayens qu'ils doivent s'incorporer à la Confédération Argentine, leur présente les avantages que leur apportera cette incorporation et les maux que doit leur causer leur indépendance.

La *Gazette*. - Le Paraguay, comme province qui appartient à la Confédération, aurait francs les marchés argentins, comme les autres provinces de la République; la communication et le commerce, la liberté de naviguer dans les rivières intérieures, toutes les franchises et toutes les faveurs octroyées au commerce argentin, et la garantie de ses droits de liberté et d'indépendance comme province fédérée, qui derivent du *corpus politico*, fort et compacte, auquel il appartient, sans le grave danger de rester isolé et seul sous le poids de l'anarchie et de la domination étrangère.

La province du Paraguay, en adhérant à l'organisation fédérative à laquelle elle appartient, peut répandre par toutes les autres provinces une bienfaisante influence et un trafic mutuellement profitable, quand la dite province aura pour cela les éléments, contribuant de cette manière à accréditer l'ordre national intérieur et l'indépendance de la Confédération.

Si le Paraguay continue à être détaché de la Confédération, il restera isolé et sujet à la privation de l'unique canal pour l'exportation de ses produits ou pour la conservation d'un trafic quelconque... Si sa prétendue indépendance s'établissait inopinément, il tomberait sous la dépendance anglo-française.

Observation et réponse. Dans ce qui est transcrit sont résumés en abrégé tous les avantages qui s'offrent au Paraguay si, renonçant à son indépendance, il s'incorpore à la République Argentine, et tous les maux qui

males que vão cair sobre ella se perlatir em manter-se independente.

Justo é que vejamos a que é que o Paraguay se vai obrigar entrando na Confederação, e que comparemos as vantagens que nos offerecem e os onus que a incorporação nos imporia. Desta comparação resultará saber-se se o partido é admissivel.

Em toda a sociedade, liga ou federação, seja de individuos ou de povos, é necessario que cada membro contribua com alguma coisa, que poderá considerar-se como capital com que entra em compensação dos beneficios que a sociedade ou liga lhe promete.

Estes beneficios ou vantagens são uns materiaes, outros moraes e politicos.

A navegação do Paraná e a communicação e commercio que faziamos com todas as provincias, quando *thesse-mos os elementos para isso* que o governador Rosas nos offerece, são beneficios e vantagens materiaes.

A seguridade de nossos direitos de liberdade e independencia como provincia confederada, e evitarmos cair debaixo do peso da anarchia e dominação estrangeira, unindo nos *ao forte e compacto corpo politico argentino*, são vantagens moraes e politicas.

Nisto se cifrao os offerecimentos de Buenos-Ayres. Vejamos o que são na realidade umas e outras.

Pelo que toca as vantagens materiaes, com a navegação do Paraná o governador Rosas nada nos dá, nada cede da sua parte. Não nos offerece senão o que é nosso, o que se nos deve e nos pertence pelo *direito tradicional herdado do regim hespanhol*, pelo qual sempre tivemos essa navegação ha trezentos annos a esta parte, como temos demonstrado.

Esta offerta ou proposta do governador Rosas é igual a que um homem que devesse a outro uma certa quantia fizesse ao seu credor, dizendo-lhe: *Façamos uma sociedade ou liga, necessita-se tanto capital para fundo desta sociedade; entrai com a metade deste capital, eu entrarei com o que vos devo; a sociedade girará debaixo do meu nome; eu manjarei e conduzirei os negocios sociais; se recusais admitir esta proposta, não vos pago o somma que vos devo e ficarei sem ella.*

Que se diria de um homem que fizesse semelhante proposição? Pois a que o governador Rosas faz ao Paraguay não é outra, por mais que se queira encobri-la com phrases.

Porém ainda quando o Paraguay, para não litigar com um homem de tão descarada má fé, tão terço e tão injusto, quizesse escurecer tudo isso, não poderias sujeitar-se ás obrigações que lhe imporia a sua incorporação a Republica Argentina.

Esta deve muitos milhões de pesos fortes a Inglaterra; estão hypothecadas ao pagamento dessa divida todas as terras de propriedade publica. Neste artigo a Republica do Paraguay é muito rica. Algum dia se ha de liquidar essa divida e ha de se pagar, e o Paraguay, se se incorporar a Republica Argentina, tem de carregar com uma boa parte dessa divida que se contrahio sem o seu consentimento, e da qual nem um só peso se empregou em seu beneficio.

A Republica Argentina tem celebrado tratados com varias nações, nos quaes o Paraguay não interveio, e sem embargo teria de sujeitar-se ás obrigações que esses tratados impõe a Republica Argentina. O Paraguay perderia a preciosa liberdade que até agora tem desmentado de fazer ou não tratados com quem lhe convenha e sobre as bases que lhe convenhão.

Se o Paraguay se incorpora a Confederação, tem de dar ao governador Rosas toda a facilidade para manjar como entender o que se chama *relações exteriores da Republica Argentina*; para isso é que diz que *o Paraguay não tem capacidade politica nem nenhuma posição geographica*. O governador Rosas obra por si só; faz a guerra, faz a paz, ajusta tratados, tudo conforme quer; não consulta, nem para salvar as apparencias, a nenhum membro da Confederação: tudo se arranja com a honrada sala de representantes da provincia de Buenos-Ayres; e o Paraguay, como as demais provincias, teria de entrar e

vont tomber sur lui s'il persiste à se maintenir indépendant.

Il est juste que nous voyons à quoi le Paraguay va s'obliger en entrant dans la Confédération, et que nous comparions les avantages que nous offre l'incorporation et les charges qu'elle nous imposera. De cette comparaison il résultera qu'on saura si le parti est admissible.

En toute société, alliance ou fédération, soit d'individus ou de peuples, il est nécessaire que chaque membre contribue par quelque chose qui pourra se considérer comme le capital avec lequel il entre en compensation des bénéfices que la société ou alliance lui promet.

Ces bénéfices ou avantages sont, les uns matériels, les autres moraux et politiques.

La navigation du Paraná et la communication et le commerce que nous aurions avec toutes les provinces, quand nous aurions les éléments pour cela, que le gouverneur Rosas nous offre, sont des bénéfices et des avantages matériels.

La sécurité de nos droits de liberté et d'indépendance comme province confédérée, la perspective d'éviter de tomber sous le poids de l'anarchie et de la domination étrangère en nous unissant au fort et compacte corps politique argentin, sont des avantages moraux et politiques.

A cela se bornent les offres de Buenos-Ayres. Voyons ce que sont en réalité les uns et les autres.

En ce qui touche aux avantages matériels, le gouverneur Rosas ne nous donne rien avec la navigation du Paraná; il ne nous cède rien de sa part. Il ne nous offre que ce qui est à nous, ce qu'il nous doit, et ce qui nous appartient par le droit traditionnel hérité du régime espagnol, par lequel nous avons toujours eu cette navigation depuis trois cents ans jusqu'à ce jour, comme nous l'avons démontré.

Cette offre ou proposition du gouverneur Rosas est semblable à celle qu'un homme qui devrait à un autre une certaine somme, ferait à son créancier en lui disant: *Façons une société ou alliance; il faut tant de capital pour fonder cette société; entrez avec la moitié de ce capital; j'entrerais avec ce que je vous dois; la société opérera sous mon nom; je manjurai et conduirai les affaires sociales; si vous refusez d'admettre cette proposition, je ne vous paie pas la somme que je vous dois, et vous ne l'auriez pas.*

Que dirait-on d'un homme qui ferait une proposition semblable? Eh bien! celle que le gouverneur Rosas fait au Paraguay n'est autre, quoiqu'on veuille la couvrir de phrases.

Mais quand même le Paraguay, pour ne pas disputer avec un homme d'une mauvaise foi aussi effrontée, se hâterait de se soumettre à ces obligations, il ne pourrait pas s'affranchir aux obligations que lui imposerait son incorporation à la République Argentine.

Celle-ci doit plusieurs millions de piastres fortes à l'Angleterre; toutes les terres de propriété publique sont hypothéquées pour le paiement de cette dette. Sur cet article la République du Paraguay est très-riche. Quelque jour cette dette se liquidera et se paiera, et le Paraguay, s'il s'incorpore à la République Argentine, aura à supporter une bonne partie de cette dette, qui s'est contractée sans son consentement, et de laquelle pas un seul piastre n'a été employé à son bénéfice.

La République Argentine a conclu des traités avec diverses nations, dans lesquels le Paraguay n'est pas intervenu, et cependant il devrait se soumettre aux obligations que ces traités imposent à la République Argentine. Le Paraguay perdrait la précieuse liberté, de laquelle il a joui jusqu'à présent, de faire ou non des traités avec qui lui convient et sur les bases qui lui conviennent.

Si le Paraguay s'incorpore à la Confédération, il doit donner au gouverneur Rosas toute faculté pour diriger comme il l'entendra ce qui s'appelle les relations extérieures de la République Argentine; c'est pour cela qu'il dit que *le Paraguay n'a pas de capacité politique ni de position géographique convenable*. Le gouverneur Rosas agit par lui seul; il fait la guerre, il fait la paix, il conclut des traités, le tout selon sa volonté; il ne consulte même aucun membre de la Confédération pour sauver les apparences; tout s'arrange avec l'honorable chambre des représentants de la province de Buenos-Ayres; et le Para-

guay, comme les autres provinces, devrait se soumettre à tout, sans pouvoir même se plaindre de ses maux, sous peine de voir arriver à son gouvernant ce qui arriva à Cullen quand il se plaignit et fit des représentations au sujet des maux que causait à Santa-Fé le blocus français de 1838.

Le gouverneur Rosas a des questions en suspens avec le Brésil, avec l'Angleterre, avec la France, avec le Chili, etc., etc., pour des causes et des actes très-particuliers du gouvernement de Buenos-Ayres; causes et actes dans lesquels le Paraguay n'a aucune part ni aucun intérêt. Le résultat de ces questions peut être une guerre ou une négociation onéreuse, et le Paraguay devra prendre part dans ces guerres ou traités onéreux, sans en retirer aucun profit.

Si le gouverneur Rosas trouve bon et s'il lui convient de dire qu'en tel ou tel cas l'honneur, la sûreté ou l'indépendance de la République sont compromis, et qu'il est nécessaire que toutes les provinces concourent à sa défense, le Paraguay, qui est ce qu'il y a de mieux, et qui est le plus sous la main, est le premier auquel on demande ses hommes pour qu'ils aillent blanchir de leurs os les champs de la Confédération. Pourquoi et dans quel but? Parce que celui qui est chargé des relations extérieures de la République dit qu'ainsi l'exigent l'honneur et la sûreté de la République, et pour que celui qui dirige ces relations acquière l'influence et le pouvoir dont il manque pour maintenir soumises toutes les provinces.

Si le Paraguay se montre indifférent, ou s'il refuse, on l'accuse de rompre les traités, d'être rebelle, et on lui ferme la navigation du Paraná; chose qui est très-facile à faire, quand pour faire un recrutement dans les provinces de Cordova, de Tucuman, de Mendoza, etc., il serait nécessaire d'envoyer une armée pour se faire obéir, dans le cas où, comme en 1850 et 1851, elles ne voudraient pas se plier à la volonté de celui qui est chargé des relations extérieures.

Voilà ce que le Paraguay tirerait de son incorporation à la Confédération Argentine.

Mais il y a plus encore. Si en échange de toutes ces charges et de tous ces inconvénients, desquels il se chargerait, le Paraguay, en s'incorporant à la Confédération, avait au moins l'assurance que bientôt cette Confédération Argentine se délivrerait de tous les maux qui la tourmentent actuellement et qu'elle apparaîtrait forte et compacte, comme on dit; et que, dirigée par un esprit de pur patriotisme et de vraie fraternité et union, elle créerait des sympathies et des intérêts communs entre tous ses membres et ferait cesser le scandale d'éternelles dissensions; le Paraguay pourrait compter que la République Argentine le préserverait de tomber sous le poids de l'anarchie. Mais cette espérance ne peut obliger le Paraguay; les masses du peuple argentin ne savent pas être libres et elles ne peuvent être esclaves.

Ce qu'on appelle *Confédération Argentine* n'est pas une confédération, n'a rien de ce qui constitue une véritable confédération; ce n'est qu'une ligue ou alliance personnelle de gouverneurs de provinces, comme l'a observé M. Fairfield, que nous avons cité plus haut; une alliance de gouverneurs rivaux et ennemis plus ou moins déclarés les uns des autres, qui n'obéissent qu'à leur intérêt particulier et le considèrent seul; et comme cet intérêt est si changeant, la ligue, alliance ou coalition l'est également; tout est dépendant de la vie ou de la volonté de quelques hommes.

Cette Confédération, loin d'être forte et compacte, capable de garantir l'ordre public, entretient le germe d'un perpétuel désordre; c'est la construction la plus fragile et la plus disproportionnée qu'on pouvait inventer; elle est imprégnée d'anarchie jusqu'à la moëlle des os; anarchie de la multitude ou de la tyrannie, qui sont toutes les deux essentiellement anarchiques.

Le jour où mourra quelqu'un des soutiens de cette ligue, ou le jour où apparaîtra un Quiroga, les membres de cette ligue ne pourront pas s'entendre; ils ne pourront s'accorder sur aucune chose; et comme ils ne connaissent d'autres moyens de régler leurs affaires que le sabre, ils en appelleront au sabre. On verra revivre l'ambition personnelle, les intérêts locaux et individuels, les rivalités, les aversions réciproques, les intrigues mesquines, qui jusqu'à présent ont contrarié l'organisa-

tion par tout, sans pouvoir sequeir querizar-se dos seus males, sob pena de succeder ao seu governante o que succedeu a Cullen quando se queixou e representou acerca dos males que causava a Santa Fé o bloqueio francez de 1838.

O governador Rosas tem questões pendentes com o Brazil, com a Inglaterra, com a França, com o Chile, etc., por causas e actos peculiarissimos do governo de Buenos-Ayres. causas e actos em que nenhuma parte nem interesse tem o Paraguay. O resultado dessas questões pôde ser uma guerra ou uma negociação gravosa; e o Paraguay terá de tomar parte nessas guerras ou tratados gravosos sem que nada lhe vá ou lhe venha em tudo lucro.

Se ao governador Rosas lhe parece ou lhe convém dizer que em tal ou tal caso estão comprometidas a honra, a segurancia, ou a independencia da republica, e que é necessario que todas as provincias concorram a sua defesa, o Paraguay, que é o mais bom parado e o que está mais a mão, é o primeiro a quem se pedem os seus homens para que vão branquear com os seus ossos os campos da Confederação. Porque e para que? Porque o encarregado das relações exteriores da republica diz que assim o exigem a honra e segurancia da republica, e para que aquelle que dirige essas relações adquira a influencia e poder de que carece para conter submissas todas as provincias.

Se o Paraguay se mostra remisso ou se nega, accusão-o de quebrantar os tratados, de ser rebelde, e fecha-se-lhe a navegação do Paraná, coisa que é mui facil de fazer, quando para fazer um recrutamento em Cordova, Tucuman, Mendoza, etc., seria necessario mandar um exercito para fazer se obedecer, no caso de, como em 1850 e 51, não quizerem dobrar-se a vontade do encarregado das relações exteriores.

Eis-aí o que tirará o Paraguay da sua incorporação a Confederação Argentina.

Porém ainda ha mais. Se em troco de todos esses onus e inconvenientes com que carregaria o Paraguay incorporando-se a Confederação, tivesse ao menos a segurancia de que dentro em pouco essa Confederação Argentina se libertaria de todos os males que actualmente a atormentam, e que appareceria forte e compacta, como se diz; e que, dirigida por um espirito de acrisolado patriotismo e de verdadeira fraternidade e uniao, crearia um interesse e sympathias communs entre todos os seus membros, e fizesse cessar o escandalo de eternas dissensões, o Paraguay poderia contar que a Republica Argentina o preservaria de cair debaixo do peso da anarchia. Porém nem essa esperanca pôde hallucinar o Paraguay; as massas do povo argentino não sabem ser livres nem podem ser escravas.

Essa que se chama *Confederação Argentina* não é tal confederação; nada tem do que constitue uma verdadeira confederação; não é mais do que a liga ou aliança pessoal de governadores de provincias, como observou o Sr. Fairfield, que atrás havemos citado, governadores rivais e inimigos mais ou menos declarados uns dos outros, que não obedecem nem obtem mais do que ao seu interesse particular; e como esse interesse é tão mudavel, assim o é igualmente a liga, aliança ou coalizão: tudo é dependente da vida ou da vontade de alguns homens.

Essa confederação, longe de ser forte e compacta, capaz de garantir a ordem publica, nutre o germen de uma perpetua desordem; é a construcção mais fragil e descompassada que podis ter-se inventado; está imprregnada de anarchia até a medula dos ossos, anarchia, ou da multidão, ou da tyrannia, que são ambas essencialmente anarchicas.

No dia em que morrer alguns dos sustentadores dessa liga, ou em que apparecer um Quiroga, os da liga não poderão entender-se; não hão de poder concordar em coisa alguma, e como não conhecem outros meios de regular-se, os seus negocios aléem do sabre, hão de appellar para o sabre; hão de reviver a ambicão pessoal, os interesses locais e individuaes, as rivalidades, as aversões reciprocas, as intrigas mesquinas, que até agora tem contrariado a organisação definitiva e a pros-

peridade da Republica Argentina. Essas paixões más estão agora adormecidas pelo cansaço de tantos annos de acção e fadigas, ou reprimidas por uma mola que de dia em dia se vai gastando e a final se ha de quebrar, ou pelo descanso ou pela ruptura da mola, não de reanimar-se e não de avivar o incendio. Se o Paraguay não forma então um forte cordão sanitario, ha de participar do incendio.

Por agora o Paraguay tem todas as portabilidades e garantias de que não cahira debaixo do peso da anarchia: para evitar o cahir na dependencia da Inglaterra ou da França tem dous alliados mais poderosos do que a Republica Argentina. Da Inglaterra ha de a França livrar o Paraguay, da França livra-lo ha a Inglaterra, e das duas livra-se ha o Paraguay. O Paraguay sabe, e disse-o primeiro do que Buenos-Ayres, que o ultimo rincão da America é inconquistavel para a Europa.

Não ha Paraguay a cujos olhos se occultem todos estes inconvenientes e onus que traria a incorporação do seu paiz a Confederação Argentina, e não ha um só por consequente que queira submeter-se a elles em troca de vantagens illusorias como as que a *Gazeta* lhe promette.

(Paraguay Independente, n. 76, de 11 de março de 1845.)

tion definitive et la prospérité de la République Argentine. Ces mauvaises passions, maintenant assoupies par la lassitude de tant d'années d'action et de fatigue, ou réprimées par un ressort qui s'use de jour en jour et à la fin doit se briser, soit par le repos, soit par la rupture du ressort, se ranimeront et ravivront l'incendie. Si le Paraguay ne forme pas alors un fort cordon sanitaire, il participera à l'incendie.

Pour le présent, le Paraguay a toutes les portabilidades et toutes les garanties qu'il ne tombera pas sous le poids de l'anarchie: pour éviter de tomber sous la dépendance de l'Angleterre ou de la France, il a deux alliés plus puissants que la République Argentine. La France délivrera le Paraguay de l'Angleterre; l'Angleterre le délivrera de la France; et des deux il se délivrera lui-même. Le Paraguay sait, et il l'a dit avant Buenos-Ayres, que le dernier coin de l'Amérique ne peut être conquis par l'Europe.

Il n'y a pas de Paraguayen aux yeux duquel se dérobent tous ces inconvenients et toutes ces charges qu'apporterait l'incorporation de son pays à la Confédération Argentine, et par conséquent il n'y en a pas un seul qui veuille s'y soumettre en échange d'avantages illusaires comme ceux que lui promet la *Gazette*.

(Paraguayen Independant, n. 76, du 11 mars 1845.)

DOCUMENTOS E NOTAS.

(1) Em outubro de 1845, achando-se a provincia de Corrientes em guerra com o governador Rosas, subiu o Paraná com destino ao Paraguay um numeroz combol com pavilhão argentino. O governo de Corrientes apoderou-se deste combol a pretexto de levar pavilhão inimigo.

No combol achavão-se propriedades de cidadãos paraguayos que também forão apresadas; o presidente Lopez reclamou a devolução destas propriedades como pertencentes a uma nação neutral; o governo de Corrientes recusou entrega-las, e a questão chegou a ponto que parecia inevitavel um rompimento. O governo do Paraguay por decreto de 14 de outubro de 1845 fe-hou os seus portos aos navios procedentes de Corrientes; mandou saber em seu termo dado os negociantes dessa cidade que se achassem na republica; cortou toda a communicação com Corrientes, e approximou forças a fronteira.

O governo de Corrientes renovou as negociações, manifestando desejos de restabelecer as relações e boa harmonia, tomando medidas que para o futuro evitassem acontecimentos iguaes: desta nova abertura resultou a seguinte convenção de 7 de dezembro do mesmo anno de 1845:

O presidente da republica:
Faço saber que entre este governo e o da provincia de Corrientes se celebrou a convenção seguinte:

Art. 1.º O direito de visita, nos casos em que tiver lugar segundo o direito de gentes, verificar-se-ha reciprocamente nas embarcações corrientinas e paraguayas com as modificações seguintes:

1.º Nunca se estenderá ás embarcações de guerra de qualquer dos dous governos.

2.º Não se estenderá tão pouco ás embarcações mercantes que forem comboladas por navios de guerra, logo que os commandantes assegurarem que não transportam contrabando de guerra. Os commandantes serão responsabilis e castigados pelos seus governos em caso de falsidade.

3.º Quando as embarcações mercantes não forem em combol e as visitas sejam feitas por embarcações de guerra, por fortaleza ou baterias, limitar-se-hão ao exame dos despachos e demais papeis de bordo que tiverem fé publica, e quando muito a uma informação summaria das equipagens e passageiros, sem que seja permittido parar embarcações por mais tempo do que o necessario para semelhantes exames, e muito menos forçar as escilhas e volumes.

Art. 2.º Quando um dos dous governos pizer em pratica o direito de detenção ou embargo avisará immediatamente ao outro.

Art. 3.º O direito de apresamento das embarcações ou propriedades inimigas será exercido, relativamente aos dous governos, com as seguintes restricções:

1.º A bandeira inimiga quando for apresada por um dos dous governos não prejudicará as propriedades dos sujeitos do outro que navegarem debaixo della.

2.º A bandeira de um dos dous governos em caso de visita ou passagem pelas aguas, portos ou fortificações do outro, cobre e salva a propriedade do belligerante, sem ver que não seja contrabando de guerra.

O presente convenio se observará sem limitação de tempo; porém, se um dos dous governos quizer fazê-lo cessar, para celebrar outras estipulações ou seguir outros principios, intimará a sua pretensão ao outro, e só depois de tres mezes contados do dia da intimação delatará de ter força as presentes convenções.

Portanto declaro revogado o decreto de 14 de outubro ultimo e restabelecidas e livres todas as communicações e relações de commercio entre os dous paizes como estão antes do citado decreto. E para que o presente chegue a noticia de todos e se cumpra e guarde a dita

DOCUMENTS ET NOTES.

(1) En octobre 1845, la province de Corrientes se trouvant en guerre avec le gouverneur Rosas, un nombreux convoi, sous pavillon argentin, montait le Paraná en destination pour le Paraguay. Le gouvernement de Corrientes s'empara de ce convoi sous prétexte qu'il portait un pavillon ennemi.

Dans ce convoi se trouvaient des propriétés de citoyens paraguayens qui furent prises aussi. Le président Lopez réclama la dévolution de ces propriétés, comme appartenantes à une nation neutre; le gouvernement de Corrientes refusa de les rendre, et la question arriva au point qu'une rupture paraissait inévitable. Le gouvernement du Paraguay, par décret du 14 octobre de 1845, ferma ses ports aux navires provenant de Corrientes; il ordonna aux négociants de cette ville qui se trouvaient dans la république d'en sortir dans un terme donné; il coupa toute communication avec Corrientes et fit marcher des forces vers la frontière.

Le gouvernement de Corrientes renouvela les négociations, manifestant des desirs de rétablir les relations et la bonne harmonie, en prenant des mesures qui pour l'avenir évitassent des événements semblables: de cette nouvelle ouverture résulta la suivante convention, du 7 décembre de la même année 1845:

Moi, le président de la république,
Je fais savoir qu'entre ce gouvernement et celui de la province de Corrientes a été conclue la convention suivante:

Art. 1.º Le droit de visite, dans le cas où il aura lieu suivant le droit des gens, se vérifiera réciproquement sur les embarcations corrientines et paraguayennes, avec les modifications suivantes:

1.º Jamais il ne s'étendra aux embarcations de guerre d'aucun des deux gouvernements.

2.º Il ne s'étendra pas non plus aux embarcations marchandes qui seront convoquées par des navires de guerre, lorsque les commandants assureront qu'elles ne transportent pas de contrebande de guerre. Les commandants seront responsables et punis par leurs gouvernements en cas de fausseté.

3.º Quand les embarcations marchandes ne seront pas en convoi, et que les visites seront faites par des embarcations de guerre, par des fortresses ou des batteries, elles se limiteront à l'examen des dépêches et autres papiers de bord qui auront foi publique, et tout au plus à une information sommaire des équipages et passagers, sans qu'il soit permis de retenir les embarcations plus longtemps qu'il n'est nécessaire pour de semblables examens, et encore moins de forcer les écoutes et les volumes.

Art. 2.º Quand un des deux gouvernements usera du droit de detention ou embargo, il en préviendra l'autre immédiatement.

Art. 3.º Le droit de prise des embarcations ou propriétés ennemies sera exercé, relativement aux deux gouvernements, avec les suivantes restrictions:

1.º Le pavillon ennemi, quand il sera capturé par un des deux gouvernements, ne préjudiciera pas aux propriétés des sujets de l'autre qui navigueront sous ce pavillon.

2.º Le pavillon d'un des deux gouvernements, en cas de visite ou de passage par les eaux, ports ou fortifications de l'autre, couvre et sauve la propriété du belligerant, du moment qu'elle n'est pas contrebande de guerre.

La présente convention s'observera sans limitation de temps; mais si l'un des deux gouvernements veut la faire cesser pour régler d'autres stipulations ou suivre d'autres principes, il intimera sa prétention à l'autre gouvernement, et seulement après trois mois à dater du jour de l'intimation les présentes conventions cesseront d'avoir force.

En conséquence je déclare révoqué le décret du 14 octobre dernier, et rétablies et libres toutes les communications et relations de commerce entre les deux pays, comme elles étaient avant le décret cité. Et pour que le présent parvienne à la connaissance de tous, et pour que

convenção fiel e inteiramente como nella se contém, publicque-se na *Forma do estilo* e *de-se no Repertorio Nacional*. Dado na Assumpção a 7 de dezembro de 1845. — Carlos Antonio Lopez. — Andres Gill, secretario do supremo governo.

Esta foi a convenção que provocou as iras do governador Rosas e em que fundou os seus furiosos decretos de 8 de janeiro e 16 de abril de 1845. Esta convenção, que não tinha outro resultado mais do que pôr a cobertura das depredações da guerra as propriedades dos Paraguaios, garantia tambem as propriedades dos súditos do governador Rosas que navegassem debaixo do pavilhão paraguayo; nenhuma vantagem militar concedia a Corrientes; nenhum meio de acção tirava a Buenos Ayres. Apesar de tudo, serviu de pretexto as hostilidades do governador Rosas.

(2) Para não dar demasiada extensão a nossa publicação, inserimos só o decreto de 16 de abril de 1845. « Viva a Confederação Argentina! — Mórtao os selvagens inimicos! — Departamento das relações exteriores. — Buenos Ayres, 16 de abril de 1845. Anno 36 da Liberdade, 30 da Independencia e 16 da Confederação Argentina. — O governo de Buenos Ayres encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina: »

« Sendo uma infracção positiva do decreto de 8 de janeiro mez de janeiro a introdução na republica de productos do Paraguay, e tendo se noticias de que por via do Rio Grande se pretende introduzir certos carregamentos de erva mate e tabaco do Paraguay, resolveu o decreto: »

« Art. 1.º Fica prohibida até nova resolução a introdução de effectos e artigos do Paraguay por qualquer via que venhão. »

« 2.º A capitania do porto não dará entrada aos navios que trago a seu bordo os referidos artigos, e os fará subir com todo o seu carregamento, sem permittir-lhes descarregar cousa alguma. »

« 3.º Pela collectoria geral não se despachará productos alguns do Paraguay que com aquella procedencia se pretendão introduzir na praça, nem productos alguns que venhão nos navios que pretendessem importar aquelles. »

« Communiqua-se a quem competir, publicque-se e insere-se no registro official. — Rosas. — Felipe Arana. »

Quando Rosas expedio o seu decreto de 8 de janeiro, navegava o Paraná procedentes do Paraguay, varias embarcações pequenas que haviam saído antes de se expedir o citado decreto; não podião por conseguinte ser comprehendidas nas suas disposições, e não se lhe dar um effecto retroactivo. O governador Rosas, que falla sem cessar de direito e de lei, porém que zomba de um e de outro quando estão em opposição com as suas paixões e interesses, teve a crueldade de fazer reverter essas embarcações sem lhes permittir que desembarcassem nem sequer o necessario para o seu consumo particular.

Entre varios que poderíamos citar só mencionaremos D. Santiago Aramburu, porque este não se resignou em silencio a brevil disposição do decreto de 8 de janeiro, mas ao representou sobre o estado do seu navio e pediu que ao menos se lhe permittisse descarregar uma parte.

« Buenos Ayres, 27 de janeiro de 1845. — Anno 36 da Liberdade, 30 da Independencia e 16 da Confederação Argentina. »

« Santiago Aramburu pede se lhe permittá descarregar 1,500 caixas, ou parte dellas, que trouxe do Paraguay na chalupa *Concepcion*, detida na Baixada do Paraná. — Exm. Sr. D. Santiago Aramburu, natural do Paraguay, ante a notoria justificação de V. Ex. com todo o meu respeito e do modo e forma que melhor proceda, me apresento a digno. Que tendo-se-me despachado com officios para V. Ex. pelo governo do Paraguay, carreguel tambem 1,500 caixas para este destino, com um pouco de tabaco para meu gasto, que hoje não se me permittie introduzir em virtude do decreto de V. Ex. datado de 8 de janeiro corrente. Como a minha viagem foi tormentosa, a chalupa veio fazendo agua, e neste estado, e sobretudo

s'execute et s'observe fidèlement et entièrement la dite convention suivant sa teneur, elle sera publiée dans la forme accoutumée et enregistrée au Répertoire National. Donné à l'Assomption, le 7 décembre 1845. — Carlos Antonio Lopez. — Andres Gill, secrétaire du gouvernement suprême. »

« Foi esta convenção que provocou a colera do governador Rosas, e sur laquelle il fonda ses furieux décrets du 8 janvier et du 16 avril 1845. Cette convention, qui n'avait d'autre résultat que de mettre à couvert des déprédations de la guerre les propriétés des Paraguayens, garantissait aussi les propriétés des sujets du gouverneur Rosas qui naviguaient sous le pavillon paraguayen; elle ne concédait aucun avantage militaire à Corrientes; elle ne retirait aucun moyen d'action à Buenos Ayres. Malgré tout, elle servit de prétexte aux hostilités du gouverneur Rosas. »

(2) Pour ne pas donner trop d'extension à notre publication, nous insérons seulement le décret du 16 avril 1845. « Viva la Confédération Argentine! — Morte les sauvages ennemis! — Département des relations extérieures. — Buenos Ayres, 16 avril 1845, an 36 de la Liberté, 30 de l'Independencia et 16 de la Confédération Argentine. — Le gouvernement de Buenos Ayres chargé des relations extérieures de la Confédération Argentine: »

« L'introduction de produits du Paraguay dans le territoire étant une infraction positive du décret du 8 de janvier passé, et ayant connaissance que, par voie de Rio Grande, on prétend introduire divers chargements d'herbe mate et de tabac du Paraguay, le gouvernement a résolu et il décrète: »

« Art. 1.º L'introduction d'effets et articles du Paraguay par quelque voie qu'ils viennent, demeure prohibée jusqu'à nouvelle résolution. »

« 2.º La capitainerie du port ne donnera pas entrée aux navires qui porteront à leur bord les susdits articles, et les fera sortir avec tout leur chargement, sans leur permettre le rien de décharger. »

« 3.º Il ne sera dépêché par la perception générale aucun produit du Paraguay que de cette provenance; on prétendrait introduire dans la place, ni aucun produit qui viendrait dans les navires qui prétendraient importer les produits du Paraguay. »

« Le présent décret sera communiqué à qui de droit, publié et inséré au registre official. — Rosas. — Felipe Arana. »

Quando Rosas expedia seu decreto de 8 de janeiro, de portos embarcações provenientes do Paraguay, que estavam saídas a sul l'expedición do citado decreto, navegavao no Rio Paraná; ellas ne pouvaient par consequent être comprises dans ses dispositions, e não se lhe dar um effecto retroactivo. Le gouverneur Rosas, qui parle sans cesse de droit et de loi, mais qui se moque de l'un et de l'autre quand ils sont en opposition avec ses passions et ses intérêts, eut la cruauté de faire retrograder ces embarcações, sans leur permettre de débarquer, ni même de prendre le nécessaire pour leur consommation particulière.

Entre plusieurs que nous pourrions citer, nous mentionnerons seulement D. Santiago Aramburu, parce que celui-ci ne se résigna pas en silence à la brutale disposition du décret du 8 janvier, mais fit des représentations sur l'état de son navire et demanda qu'on lui permît de lui décharger une partie.

« Buenos Ayres, 27 janvier 1845. — An 36 de la Liberté, 30 de l'Independencia et 16 de la Confédération Argentine. »

« Santiago Aramburu demande qu'on lui permette de décharger 1,500 caisses, ou une partie des dites caisses, qu'il a apportées du Paraguay sur la chaloupe *Concepcion*, retenue à la Baixada du Paraná. — Excellentissime Seigneur. — Exm. Sr. D. Santiago Aramburu, naturel du Paraguay, avec tout respect et de la manière et forme qui conviennent le mieux, je me présente devant la noble justice de Votre Excellence et je dis: qu'ayant été expédié avec des dépêches pour Votre Excellence par le gouvernement du Paraguay j'ai été chargé aussi de 1,500 caisses tannées pour cette destination, avec un peu de tabac pour ma consommation. Inquiet aujourd'hui de ne me pas permittre d'introduire, en vertu du décret de Votre Excellence date du 8 janvier courant,

para remontar río, não posso navegar com as ditas 1,500 caixas que trago se não se me fizer a graça de permittir-me que descarregue na Baixada, onde se acha detida a chalupa, aquella parte que basta para o effecto, quando a notoria generosidade de V. Ex. não me concedesse introduzi-la neste porto com toda a sua referida carga. »

« Portanto, implorando neste caso a graça possível, a V. Ex. supplico se digue acceder a esta minha solicitação segundo deixo pedido; no que receberei mercê da justiça e generosidade de V. Ex. — Exm. Sr. — Santiago Aramburu. » « Abril, 8 de 1845. — Não podendo fazer-se o decreto de 8 de janeiro proximo passado a excepção pretendida por D. Santiago Aramburu, devolveu-se-lhe a dita solicitação. — (Rubrica do governador de Buenos Ayres). Arana. »

« Scarcement e tantos dias se deixarão passar desde que se apresentou esta solicitação ate que se lhe pôz o despacho que se insere. »

(2) O presidente da republica do Paraguay, havendo accitado a generosa mediação do governo dos Estados Unidos para se ajustar amigavelmente com o governo de Buenos Ayres as condições de um convenio honroso e util entre os dois paiz's, fundado sobre a independencia paraguaya como nacionalidade soberana de V. Ex. e considerando: »

« 1.º Que por virtude e honra da dita mediação, já aceita pelo governo de Buenos Ayres, ordenara este em nota de 27 de fevereiro proximo passado ao general Urquiza que dirigisse hostilidade alguma contra esta republica. »

« 2.º Que a legação mediadora dos Estados Unidos não recebeu essa medida como um prova de consideração e respeito, mas tambem a indicava como uma das condições da sobredita negociação. »

« Decreta: »

« Art. 1.º Cessão todas e quaisquer hostilidades autorizadas pela declaração de guerra de 4 de dezembro de 1845, ou por qualquer outra disposição contra o governo de Buenos Ayres e seus súditos. »

« Art. 2.º Tornão ao estado anterior todas as relações que existião entre os dous governos e todos os favores e merco concedidos aos cidadãos argentinos. »

« Art. 3.º Communiqua-se e dê-se no Repertorio Nacional. Dado na Assumpção a 15 de setembro de 1845. — Carlos Antonio Lopez. — Andres Gill, secretario do supremo governo. »

Assumpção, 15 de setembro de 1845.

O supremo governo da republica do Paraguay. — Aos Srs. José G. Rubian e Jorge L. Brent, consul e agente dos Estados Unidos.

« Infirascripto, presidente da republica, em solução a amigavel commissão com que os Srs. agentes dos Estados Unidos vierão a esta capital, tem a satisfação de declarar que aceita com prazer, a generosa mediação do seu governo, offerida pelos despachos de que forão portadores. Com ella aceita as duas condições indicadas na homologação de ministros que ajustem os termos de um convenio honroso e util entre esta republica e a de Buenos Ayres, fundado sobre a independencia paraguaya, e simultaneamente a cessação de todas as hostilidades, sempre sobre o qual acaba de expedir o decreto cuja copia tem o gosto de incluir. Requers a a modificação ou aditamento que o presidente infirascripto propõe ao honrado Sr. Harris, ministro dos Estados Unidos; e como os Srs. agentes são amavelmente portadores de despachos e encarregados de indicar aquellas condições e de prestar informações que já tiverão a bondade de ministrar, o infirascripto julga desnecessario iterar desavulvamente, e por is o se limita a agradecer-lhes a parte que tiverão no tão importante serviço offerido aos interesses da republica pela politica generosa e amigavel do presidente de Washington, assim como a renovar-lhes a segurança da sua estima e distincto apreço. Deos guarde aos Srs. agentes dos Estados Unidos. — Carlos Antonio Lopez. Não ha em tudo isto uma só palavra que indique que

« Comme mon voyage a été orageux, la chaloupe est venue en faitant de l'eau, et dans cet état, et surtout pour remonter la rivière, je ne puis naviguer avec les dites 1,500 caisses tannées que j'apporte, si l'on ne me fait pas la grâce de me permettre de décharger à la Baixada, où se trouve retenue la chaloupe, la quantité suffira à cet effet, dans le cas où la notoire generosité de Votre Excellence ne me permettrait pas d'introduire cette chaloupe dans ce port avec toute sa susdite charge. »

« En conséquence, j'implore la faveur qui peut m'être accordée, et je supplie Votre Excellence de daigner accéder à ma sollicitation, selon la demande que j'en fais, en quoi je recevrai une grâce de la justice et de la generosité de Votre Excellence. — Excellentissime Seigneur. — Santiago Aramburu. » « Avril, 8 de 1845. — Ne pouvant faire au décret de 8 janvier passé l'excepção pretendue par D. Santiago Aramburu, sa sollicitation lui sera renvoyée. (Paraphe du gouverneur de Buenos Ayres). — Arana. »

« Soixante et tant de jours s'éconferent depuis que cette sollicitation fut présentée jusqu'à ce qu'on y mit la dépêche que nous inserons. »

(2) Le président de la République du Paraguay ayant accepté la généreuse médiation du gouvernement des Etats-Unis pour régler amicalement avec le gouvernement de Buenos Ayres les conditions d'un convention honorable et utile entre les deux pays, basée sur l'Independencia paraguayenne comme nationalité souveraine qui existe, et considérant: »

« 1.º Qu'en vertu et en honneur de la dite médiation, déjà acceptée par le gouvernement de Buenos Ayres, celui-ci avait ordonné, dans une note du 27 février passé, au général Urquiza, qu'il ne dirigent aucune hostilité contre cette République. »

« 2.º Que la légation médiatrice des Etats-Unis, non-seulement avait reçu cette médiation comme une preuve de considération et d'estime, mais aussi l'indiquait comme une des conditions de la susdite négociation. »

« Decrète: »

« Art. 1.º Cessent toutes hostilités quelconques autorisées par la déclaration de guerre du 4 décembre 1845, ou par quelque autre disposition contre le gouvernement de Buenos Ayres et ses sujets. »

« Art. 2.º Toutes les relations qui préexistaient entre les deux gouvernements et toutes les faveurs qui étaient accordées aux citoyens argentins reviennent à leur état antérieur. »

« Art. 3.º Le présent décret sera communiqué et enregistré au Répertoire National. Donné à l'Assomption le 15 septembre 1845. — Carlos Antonio Lopez. — Andres Gill, secrétaire du gouvernement suprême. »

Assomption, 15 décembre 1845.

Le gouvernement suprême de la République du Paraguay. — A MM. Joseph Graham et George L. Brent, consul et agent des Etats-Unis.

« Le soussigné, président de la République, en solution de la commission amicale avec laquelle MM. les agents des Etats-Unis sont venus dans cette capitale à la satisfaction de leur déclarer qu'il accepte avec plaisir la généreuse médiation offerée par les dépêches dont ils ont été porteurs, il accepte avec elle les deux conditions indiquées de homologation de ministres qui régleront les termes d'une convention honorable et utile entre cette République et celle de Buenos Ayres, fondée sur l'Independencia paraguayenne, et aussi la cessation de toutes les hostilités, sujet sur lequel il vient d'expédier le décret dont il a le plaisir d'inclure la copie. La modification ou augmentation que le président soussigné propose à l'honorable M. Harris, ministre des Etats-Unis, est minime; et comme MM. les agents sont uniquement chargés d'indiquer ces conditions et de donner des informations, que déjà ils ont eu la bonté de fournir, le soussigné juge inutile un développement ulterieur, et se borne à les remercier de la part qu'ils ont eue dans l'important service offeré aux intérêts de la République par la politique généreuse et amicale du cabinet de Washington, comme aussi à leur renouveler l'assurance de son estime et de sa considération distinguée. Bien gardé MM. les agents. — Carlos Antonio Lopez. Il n'y a pas dans tout cela une seule parole qui indi-

se fizesse dos limites actuaes da republica uma condicao sine qua non.

(4) O trecho da carta de Alfredo Mallalieu ao conde de Aberdeen, a que nos referimos e que publicou a *Gazeta* N. 6176, é o seguinte: «Pela minha parte estou persuadido, Milord, de que não está distante a época em que o Paraguay se reincorpore pela força das circunstancias ou das armas ao dominio do antigo vice-reinado de Buenos-Ayres, hoje republica federal do Rio da Prata, apesar da sua recente declaração de soberania independente na solemne convocação de um congresso na Assumpção. O unico caminho para o mar que tem o Paraguay é pelo rio Paraná, todo argentino, que termina no Rio da Prata. Os agentes despachados pelo governo do Paraguay solicitam em vão o reconhecimento da independencia por parte de Rosas. Nem em face desta sua evasão quer o Chile, estado hespanhol limitrophe, arri-car-se por um reconhecimento e limitação de Buenos-Ayres. Não vejo que possa resultar prejuizo aos interesses commerciaes britannicos desta amalgamação do Paraguay com a federação argentina. Inaccessivel hoje ao commercio, excepto por uma capriciosa tolerancia, e sujeito a vexações e exações arbitrarías, aquelle Estado contrahiria todas as obrigações do tratado hoje existente com a republica do Rio da Prata, de que formaria parte e seria por consequente aberto a livre e irrestrictiva entrada dos productos britannicos. Isto é mais um interesse para que as nossas relações se manajem e mantenham com a maior circumspecção no Rio da Prata; inductivamente e um agravamento da offensiva impolitica dos nossos procedimentos all.»

(5) *Fine a Confederação Argentina!* — *Movendo os selvagens unitarios!* — O governo encarregado da Confederação Argentina. — Ao Exm. governo do Paraguay. Buenos-Ayres, 26 de abril de 1853. — Anno 25 da liberdade, 28 da independencia e 14 da Confederação Argentina. — O governo de Buenos-Ayres recebeu com a mais grata satisfação a distincta nota de 28 de dezembro ultimo em que V. Ex. lhe participa que, havendo-se reunido nessa capital a 25 de novembro proximo passado um congresso extraordinario de cidadãos proprietarios em numero de quatrocentos deputados para deliberar sobre assumptos vitais ao bem e felicidade da republica, houve por conveniente o soberano congresso declarar a independencia da dita republica do modo solemne que apparece na acta que nos devida forma remittiu V. Ex.; declarar o pavilhão nacional e sellos da republica como o prova a sanção por V. Ex. igualmente remittida, e ordenar que aquelle acto eminentemente nacional, depois do jurado em toda a republica como se verificou em 25 de dezembro ultimo, se passasse aos governos vizinhos e ao da Confederação Argentina, exigindo o reconhecimento da independencia e do mais que contém a lei que V. Ex. ajunta, aggregada á acta fundamental.

O governo argentino, penetrado dos sentimentos da mais fina amizade e cordial benevolencia para com o povo paraguayo, meditou longamente sobre tão serio assumpto, o que tão profundamente affecta os interesses reciprocos, a sua existencia e porvir; e impellido por considerações da mais grave transcendencia para a liberdade e independencia, vê-se no forçoso dever de manifestar a V. Ex. quanto lhe é sensivel não poder prestar a sua aquiescencia aos desejos desse Exm. governo. Com o mesmo espirito de fraternal franqueza de que está possuido ao dirigir-se a V. Ex., transmittio-as de viva voz e detalhadamente em varias conferencias ao Sr. commissario desse Exm. governo, encarregando-lhe as transmitta ao superior conhecimento de V. Ex., assegurando-lhe que mais para o diante, e logo que lhe permittir as attentões urgentes de que se acha rodeado, este governo terá a complacencia de que seja sincera e devidamente submettida a V. Ex., por meio de um agente confidencial que está disposto a acreditar junto desse Exm. governo em testemunho de sua mais cordial disposição para com elle, dos vivos desejos que o animam pela prosperidade

que qu'on faisait des limites actuelles de la République une condition sine qua non.

(4) Le passage de la lettre d'Alfred Mallalieu au comte d'Aberdeen, à laquelle nous nous référons, et qu'a publié la *Gazette* n. 6176, est le suivant: «Pour ma part, je suis persuadé, Milord, que l'époque n'est pas éloignée où le Paraguay se reincorporera, par la force des circonstances ou des armes, au domaine de l'ancienne vice-royauté de Buenos Ayres, aujourd'hui république fédérale du fleuve de la Plata, malgré sa récente déclaration de souveraineté indépendante dans la convocation solennelle d'un congrès à l'Assomption. L'unique chemin qui ait le Paraguay vers la mer est par le Paraná, rivière toute argentine qui aboutit au fleuve de la Plata. Les agents du Paraguay sollicitent en vain le reconnaissance de l'indépendance de la part de Rosas. En présence de cette évasion, le Chili, état voisin limitrophe, ne veut pas, par une reconnaissance, s'exposer à l'indivision de Buenos-Ayres. Je ne vois pas qu'il puisse résulter préjudice aux intérêts commerciaux britanniques de cet amalgame du Paraguay avec la fédération argentine. Inaccessibile aujourd'hui au commerce, excepté par une capricieuse tolérance, et sujet à des vexations et à des exactions arbitraires, cet état contraherait toutes les obligations du traité aujourd'hui existant avec la république du fleuve de la Plata, de laquelle il formerait partie, et serait par conséquent ouvert à la libre et irrétrainte entrée des produits britanniques. Cela est un intérêt de plus pour que nos relations se dirigent et se maintiennent avec la plus grande circumspection dans le fleuve de la Plata; inductivement c'est un grief de plus de l'offensive impolitique de nos procédés dans ces parages.»

(5) *Fine la Confédération Argentina!* — *Mouvent les Sauvages Unitaires!* — Le gouvernement chargé de la Confédération Argentina. — A l'Excellentissime gouvernement du Paraguay. — Buenos-Ayres, 26 avril 1853. — 25^e de la liberté, 28^e de l'indépendance et 14^e de la Confédération Argentina. — Le gouvernement de Buenos-Ayres a reçu avec la plus reconnaissante satisfaction la note remarquable du 28 décembre dernier, dans laquelle votre Excellence lui fait part que le 25 novembre passé, s'étant réuni dans cette capitale un congrès extraordinaire de citoyens propriétaires, au nombre de quatre cents députés, pour délibérer sur les sujets vitaux concernant le bien et la félicité de la République, le souverain congrès a jugé convenable de déclarer l'indépendance de la République de la manière solennelle qui se manifeste dans l'acte qu'en due forme a remis V. Ex.; de déclarer le pavillon national et les sceaux de la République, comme le prouve la sanction également remise par V. Ex.; et d'ordonner que, après avoir été juré dans toute la République comme cela s'est vérifié le 25 décembre dernier, cet acte éminentement national fut communiqué aux gouvernements voisins et à celui de la Confédération Argentina, en exigeant la reconnaissance de l'indépendance et du contenu de la loi que V. Ex. jointe annexe à l'acte fondamental.

Le gouvernement argentin, pénétré des sentiments de la plus délicate et de la plus cordiale bienveillance pour le peuple paraguayen, a medité longuement sur un sujet aussi sérieux et qui touche si profondément les intérêts reciproques, leur existence et leur avenir; et, entraîné par des considérations de la plus grave transcendence pour la liberté et l'indépendance, il se voit dans l'indispensable devoir de manifester à V. Ex. combien il lui est sensível de ne pouvoir donner son acquiescement aux desirs de cet excellentissime gouvernement. Avec le même esprit de franchise fraternelle dont il est animé et s'adressant à V. Ex., il a transmis ces considérations de vive voix et en détail en diverses conférences, au commissaire de cet excellentissime gouvernement, se chargeant de les transmettre à la connaissance supérieure de V. Ex., en l'assurant que plus tard, et aussitôt que le lui permettront les soins urgents dont le gouvernement se trouve environné, il aura le plaisir de les soumettre directement et dûment à V. Ex., par le moyen d'un agent confidentiel qu'il est disposé à accréditer auprès de votre excellentissime gouvernement, en témoignage de son

cordiale et cordiale disposition envers lui; des vifs desirs que l'animant pour la prospérité de ce pays; de la bienveillance et pure circumspection avec laquelle il se propose de présenter au jugement éclairé de V. Ex. les inconvenients très-graves qu'offre l'indépendance de ce pays; et aussi en témoignage de l'intime appréciation qui lui a valu la remarquable considération de V. Ex. envers le gouvernement de la Confédération Argentina, d'envoyer un citoyen accrédité auprès de lui, pour remettre entre les mains du sousigné la correspondance à laquelle il s'occupe avec beaucoup de satisfaction de répondre aujourd'hui. Le sousigné s'est instruit également de la dernière sanction que V. Ex. a bien voulu lui remettre, en consignat la base de stricte neutralité dans les dissensions qui s'agitent dans les états voisins; et aussi des vœux que V. Ex. adresse au ciel pour voir une paix solide et une tranquillité stable dans tous les états républicains du sud. Animé des mêmes sentiments, le sousigné se flatte à assurer à V. Ex. que, quelle que soit l'influence que puisse produire dans l'esprit de M. le excellentissime sousigné la relation des pulsants motifs qui justifient la résolution de ce gouvernement dans la grave et délicate affaire qui a donné lieu à cette correspondance, jamais les armes de la Confédération Argentina ne troubleront la paix et la tranquillité du peuple paraguayen; il lui assure qu'elles lui sont très-chères; qu'il s'intéresse intimement à leur conservation perpétuelle, et qu'il se flatte que ces sentiments fraternels et amiables sont universels dans la Confédération. M. Andres Gill, que V. Ex. a bien voulu commisionner, a mérité les considérations de ce gouvernement par les appréciables qualités personnelles qui le distinguent. Il a été reçu et distingué comme employé de V. Ex. En rendant compte de l'honorable mission dans laquelle il a prouvé sa recommandable loyauté, sa capacité et sa probité, ce gouvernement espère qu'il sera aussi le fidèle interprète des sentiments de délicate amitié dont le sousigné est animé envers V. Ex., et de ses vifs et ardents desirs pour le bonheur et la prospérité du Paraguay. Que Dieu accorde de longues années à V. Ex. — *Juan Manuel de Rosas. — Felipe Arana.*

Esta nota não pôde ser um modelo de estylo; a sua pouca redacção, o gyro e extensão das suas phrases mostram claramente que se havia trabalhado por afogar as palavras asencaradas e máo humor que causava a independencia do Paraguay. Seja como for, os termos dessa nota não podem ser mais affectuosos e benevolos.

(5) A communicacão que precede era acompanhada por um memorandum cujo conteúdo expressava idéas de que nenhuma menção fazia a expressada communicacão. Julgue quem ler do espirito e intencão de quem dictou esse memorandum, que é o seguinte:

1.º Que nas presentes circunstancias era impossivel ao governo de Buenos Ayres reconhecer a independencia da Republica do Paraguay; porquanto, heiz que encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina, era preciso convocar os demais povos confederados para esse reconhecimento; o que as circunstancias não permittem.

2.º Que é preciso que o Paraguay medite muito sobre esse particular, porque lhe attrahiria muitos prejuizos; e que era preciso convencionar sobre algum pé solidos.

3.º Que o governo de Buenos Ayres daria licença aos estrangeiros e Montevideanos para commerciareem com o Paraguay, porém debaixo de algum convenio e com pavilhão argentino, porque o Rio da Prata e o Paraná pertencem a Buenos Ayres de facto e direito de costa e costa.

4.º Que o Brazil se havia de apressar a reconhecer a independencia da republica em razão de ter iguaes produções, e porque, reconhecida tambem por Buenos Ayres, se equilibrarião os direitos de introduccão que paga o Brazil.

5.º Que o Brazil era capaz de prejudicar o Paraguay sustentando até as correrias dos indios com armas.

6.º Que, reconhecida a independencia do Paraguay, se convocaria de ministros e consules estrangeiros que

amicale et cordiale disposition envers lui; des vifs desirs que l'animant pour la prospérité de ce pays; de la bienveillance et pure circumspection avec laquelle il se propose de présenter au jugement éclairé de V. Ex. les inconvenients très-graves qu'offre l'indépendance de ce pays; et aussi en témoignage de l'intime appréciation qui lui a valu la remarquable considération de V. Ex. envers le gouvernement de la Confédération Argentina, d'envoyer un citoyen accrédité auprès de lui, pour remettre entre les mains du sousigné la correspondance à laquelle il s'occupe avec beaucoup de satisfaction de répondre aujourd'hui. Le sousigné s'est instruit également de la dernière sanction que V. Ex. a bien voulu lui remettre, en consignat la base de stricte neutralité dans les dissensions qui s'agitent dans les états voisins; et aussi des vœux que V. Ex. adresse au ciel pour voir une paix solide et une tranquillité stable dans tous les états républicains du sud. Animé des mêmes sentiments, le sousigné se flatte à assurer à V. Ex. que, quelle que soit l'influence que puisse produire dans l'esprit de M. le excellentissime sousigné la relation des pulsants motifs qui justifient la résolution de ce gouvernement dans la grave et délicate affaire qui a donné lieu à cette correspondance, jamais les armes de la Confédération Argentina ne troubleront la paix et la tranquillité du peuple paraguayen; il lui assure qu'elles lui sont très-chères; qu'il s'intéresse intimement à leur conservation perpétuelle, et qu'il se flatte que ces sentiments fraternels et amiables sont universels dans la Confédération. M. Andres Gill, que V. Ex. a bien voulu commisionner, a mérité les considérations de ce gouvernement par les appréciables qualités personnelles qui le distinguent. Il a été reçu et distingué comme employé de V. Ex. En rendant compte de l'honorable mission dans laquelle il a prouvé sa recommandable loyauté, sa capacité et sa probité, ce gouvernement espère qu'il sera aussi le fidèle interprète des sentiments de délicate amitié dont le sousigné est animé envers V. Ex., et de ses vifs et ardents desirs pour le bonheur et la prospérité du Paraguay. Que Dieu accorde de longues années à V. Ex. — *Juan Manuel de Rosas. — Felipe Arana.*

Cette note ne peut être un modèle de style; sa rédaction difficile, le tour et l'extension de ses phrases montrent clairement qu'on a travaillé pour étouffer sous de belles paroles la mauvaise humeur que causait l'indépendance du Paraguay. Quoi qu'il en soit, les termes de cette note ne peuvent être plus affectueux ni plus bienveillants.

(5) La communication qui précède était accompagnée d'un memorandum dont le contenu exprimait des idées dont la communication exprimée ne faisait aucune mention. Qui lira jura de l'esprit et de l'intention de celui qui a dicté ce memorandum, qui est le suivant:

1.º Que, dans les circonstances présentes, il était impossible au gouvernement de Buenos Ayres de reconnaître l'indépendance de la République du Paraguay, parce que, bien qu'il fut chargé des relations extérieures de la Confédération Argentina, il fallait convoquer les autres peuples confédérés pour cette reconnaissance; ce que les circonstances ne permettaient pas.

2.º Qu'il faut que le Paraguay medite beaucoup sur ce point, parce qu'il lui attrahirait bien des préjudices; et qu'il était nécessaire de stipuler sur quelque base solide.

3.º Que le gouvernement de Buenos Ayres donnerait permission aux étrangers et aux Montevideans de commercier avec le Paraguay, mais avec quelque convention et sous pavillon argentin, parce que le fleuve de la Plata et le Paraná appartiennent à Buenos Ayres de droit et de fait d'une côte à l'autre.

4.º Que le Brésil s'empresserait de reconnaître l'indépendance de la République, parce qu'il a d'égales productions, et que cette indépendance étant reconnue par Buenos Ayres, les droits d'introduction que paie le Brésil s'équilibreraient.

5.º Que le Brésil était capable de porter préjudice au Paraguay en fomentant jusqu'aux incursions des Indiens en armes.

6.º Que, l'indépendance du Paraguay reconnue, ce pays se remplirait de ministres et de consuls étrangers

procurarbo covolvê-lo em zizanis, como aconteceu com Buenos Ayres, e até conquista-lo se possessem.

7.º Que pelo contrario, incorporando-se a Confederação, formaria uma grande nação que imporá respeito aos estrangeiros. Que a Confederação era muito boa, e que o governo de Buenos Ayres não se metia com os governos das provincias confederadas; que cada um vivia segundo as suas constituições e as suas leis.

8.º Que ella não reconhecia nem descohecia a independência do Paraguay; que fazia votos pela sua felicidade e para que Deus o conservo sem admitir estrangeiros que são más rezos. Que a sua felicidade consistia em ser subditos de uma só religião quando Buenos Ayres tem a desgraça de ver-se cheio de templos protestantes, grande damno que fizeram os anteriores selvagens unitarios, fazendo tratados com os Ingleses que agora não se pôde remediar.

9.º Que aos estrangeiros estabelecidos no país não se pôde dizer nada nem se lhes pôde fazer cousa alguma, porque logo reclamão os ministros ou consules da sua nação, de sorte que querem gozar de maiores vantagens e prerogativas do que os nacionaes.

10.º Que os unitarios e o general Rivera intentarão invadir o Paraguay pelo interesse de seis milhões de pesos fortes que contavam existentes em cofre e de levantar tropas para conquistarem as provincias.

(7) Viva a Confederação Argentina! — Morrão os selvagens unitarios! — O governo de Buenos Ayres encaregado das relações exteriores da Confederação Argentina. — Ao Exm. governo do Paraguay. — Buenos Ayres 23 de março de 1856. — Anno 36 da liberdade, 36 da independencia e 16 da Confederação Argentina.

O infrascripto recebeu a nota de V. Ex. datada de 26 do passado dezembro pela qual pôde no conhecimento deste governo factos importa des occorridos entre esse governo e a provincia de Corrientes, cujo resultado final, ao conceito de V. Ex., vêo felizmente apianar difficuldades e dar a grata e desejada oportunidade para que se realizem as promessas deste governo, com as quaes o Paraguay conta e sobre as quaes repousa tranquillidade manifestando ao mesmo tempo que quando estudava os meios de remediar as graves perdas que occasionavão as repetidas infracções da navegação e commercio dessa provincia pelo Paraná, soube com prazer que desta sabido embarcações com destino aos seus portos, porém que ellas foram detidas pelos actos do governo intruso dos selvagens unitarios de Corrientes, pondo o Paraguay como em estado de bloqueio, obrigando-o a tomar medidas que parecêro adequadas a um procedimento tão extraordinario, e com tal motivo accompanha os documentos que as comprovão desde os numeros 1 a 3, pedindo por ultimo a este governo que, visto no juizo de V. Ex. estarem apianadas as difficuldades que se apresentavão para o livre commercio d esta provincia com a do Paraguay, em virtude da convenção celebrada com Corrientes, desempêche a sua honorifica palavra e declare que o Paraguay pôde exercer o seu commercio com Buenos Ayres sem perigo de que os seus navios e os seus carregamentos sejam detidos ou tenhão de regressar com gravissimo prejuizo; propondo em conclusão o ajuste entre os dois governos de uma convenção pela qual se adoptem no todo ou em parte as mesmas disposições do convenio celebrado com os selvagens unitarios de Corrientes ou em principios semelhantes que consultem adequadamente as conveniencias mercantiles dos dois países.

Attaçmente apreciáveis são para este governo os sentimentos de justiça que V. Ex. exprime na sua precitada nota ao reconhecer a confiança que lhe inspira a sua rectidão e a sua amizade que aduça a V. Ex. desde que se restabeleceu a correspondencia entre ambos os países. Não se desviara dellas ao considerar o grave assumpto que submete a sua consideração, porque um appello tão honroso por parte de V. Ex. e tão obsequioso para o infrascripto o induz a manifestar-lhe francamente e sem reserva os imperiosos motivos que guiarão este governo a adoptar medidas de que não podia escusar-se se não pondo em imminente perigo a segurança e existên-

cia da Confederação, collocando-se em contradicção com os principios reguladores da ordem que constantemente se sustentado e sacrificando as conveniencias tanto deste país como dos demais povos desta republica.

Qu'au contraire, en s'incorporant à la Confédération, il formerait une grande nation qui imposerait le respect aux étrangers; que la confédération était bonne, et que le gouvernement de Buenos-Ayres ne se mêlait pas du gouvernement des provinces confédérées; que chacun vivait suivant ses constitutions et ses lois.

Qu'il ne reconnaissait ni ne méconnaissait l'indépendance du Paraguay; qu'il faisait des vœux pour la félicité de ce pays et pour que Dieu le conservât sans admettre des étrangers qui sont des maux; que sa félicité consistait à avoir des sujets d'une seule religion, quand Buenos-Ayres a le malheur de se voir plein de temples protestants; grand mal que firent les sauvages unitaires antérieurs, en faisant, avec les Anglais, des traités auxquels maintenant on ne peut remédier.

Qu'on ne peut rien dire ni faire aux étrangers établis dans ce pays, parce que de suite ils réclament les ministres ou consuls de leur nation, de sorte qu'ils veulent jouir de prérogatives et d'avantages plus grands que les nationaux.

Que les Unitaires et le général Rivera ont tenté d'invasion le Paraguay, dans l'espoir de trouver dans les coffres de l'état six millions de piastres fortes qu'ils croyaient y exister, et d'être à même de lever des troupes pour conquérir les provinces.

Vive la Confédération Argentine! — Meurent les sauvages unitaires! — Le gouvernement de Buenos-Ayres chargé des relations extérieures de la Confédération Argentine. — A l'Excellentissime gouvernement du Paraguay. — Buenos-Ayres, 23 mars 1856. — An 36 de la liberté, 36 de l'Independence et 16 de la Confédération Argentine.

Le soussigné a reçu la note de V. Ex., datée du 26 décembre passé, par laquelle elle met à la connaissance de ce gouvernement des faits importants survenus entre ce gouvernement et la province de Corrientes, dont le résultat final, dans l'opinion de V. Ex., est venu heureusement apianer des difficultés, et fournir l'occasion agréable et désirée de réaliser les promesses de ce gouvernement sur lesquelles le Paraguay compte et se repose tranquillement. V. Ex. manifeste en même temps que, quand elle faisait les moyens de remédier aux graves perdes qu'occasionnaient les interruptions répétées de la navigation et du commerce de cette province par le Paraná, elle a appris avec plaisir qu'il en montait des embarcations avec destination pour ses ports; mais qu'elles ont été retenues par les actes du gouvernement intrus des sauvages unitaires de Corrientes; mettant le Paraguay comme en état de blocus, l'obligeant à prendre les mesures qui ont paru convenables à un procédé si extraordinaire; et pour ce motif V. Ex. joint les documents qui les prouvent depuis le n. 1 jusqu'au n. 3; enfin, vu que dans son jugement sont apianées les difficultés qui se présentent pour le libre commerce de cette province avec celle du Paraguay, en vertu de la convention conclue avec Corrientes, V. Ex. demande à ce gouvernement qu'il accomplisse son honorable parole et déclare que le Paraguay peut exercer son commerce avec Buenos-Ayres, sans danger que ses navires et leurs chargements soient retenus ou aient à rétrograder avec un très-grave préjudice; proposant en conclusion l'accord, entre les deux gouvernements, d'une convention par laquelle s'adoptent, en tout ou en partie, les mêmes dispositions de la convention conclue avec les sauvages unitaires de Corrientes, ou des dispositions de principes semblables, qui consultent d'une manière satisfaisante les convenances mercantiles des deux pays.

Pour ce gouvernement sont hautement appréciables les sentiments de justice que V. Ex. exprime dans sa précitée note, en reconnaissant la confiance que lui inspire sa droiture et la délicate amitié qu'il a assurée à V. Ex. depuis que la correspondance s'est rétablie entre les deux pays. Il ne s'en écarte pas en considérant le sujet grave qu'elle soumet à sa considération, parce qu'un appel aussi honorable de la part de V. Ex. est si précieux pour le soussigné, qu'il l'excite à lui manifester, franchement et sans réserve, les motifs imperioses qui ont conduit ce gouvernement à adopter des mesures dont il se voyait s'exempter qu'en mettant en péril imminent la ré-

za da Confederação, collocando-se em contradicção com os principios reguladores da ordem que constantemente se sustentado e sacrificando as conveniencias tanto deste país como dos demais povos desta republica.

Ninguém mais que o governo argentino se condeou da penosa situação do Paraguay e das difficuldades que sentia para dar impulso a sua industria e melhorar os seus interesses. Com mão amiga e fraternal, e olvidando a até possendo considerações vitais para a republica, o governo abriu a navegação do Paraná e favoreceu deste modo os seus interesses commerciaes. Abriu-lhes um mercado seguro e favoravel, com grandes vantagens no pagamento de direitos da alfandega sobre todos os demais que se introduzião neste porto. As conveniencias foram palpaveis no curto espaço de tempo que decorreu desta concessão para o governo e povo paraguayo, porém muito sensíveis e fataes para a cabotagem e commercio dos povos desta republica. Porção de navios argentinos sahirão deste porto para o Paraguay com valiosos carregamentos. Notoria é a V. Ex. a deprecação scandalosa que delles se fez pelo intruso governo dos selvagens unitarios de Corrientes. As convicções do governo argentino, apesar das seguranças que lhe deu o cidadão do Paraguay, D. Manuel Penna, sobre o ajuste que havia feito no seu transitio para esta por Corrientes, realzou-se com grande sentimento seu. Para favorecer e dar provas inequivocas de amizade e fraternidade ao Paraguay, soffreu só as consequências de sua condicção nobre e generosa. V. Ex. em reatito, desesquidando tão barbara e sem igual tropelia, propria só dos selvagens unitarios, resolveu se a negociar com elles um ajuste tão depressivo do commercio e dignidade dos povos confederados, como inesperado depois de tão privada e custosa benevolencia por parte do infrascripto. V. Ex. ao annunciar por meio de sua precitada nota aquelle ajuste, accompanha os documentos treçados com aquelle intrusa administração, entre elles a convenção celebrada em 7 de dezembro do anno proximo passado. Na opinião de V. Ex., aquelle convenção remove meios os obstaculos e aduça as difficuldades para a segura navegação do Paraná. Cre V. Ex. que em virtude della se proporções com toda a plenitude a melhor oportunidade para que esse governo realize as promessas solennemente contidas na sua nota do 27 de março do dito anno, com referencia a que, enquanto dependesse delle o commercio e as reciprocas relações de amizade entre ambos os países, não surião perturbados de modo algum, dando livre gyro a todos os navios e negociantes que descessem do Paraguay, e cuja liberdade se teria restringido quando este governo se visse obrigado a dispôr de outra maneira, em attenção as circumstancias da guerra ou occupação de Corrientes pelos selvagens unitarios. Considerando este negocio com a lealdade e franqueza competente, o infra scripto não deve occultar a V. Ex. que a sua opinião diverge absolutamente da de V. Ex. a convenção que V. Ex. apresenta a este governo como seguro peuhar para o desemponho de sua palavra é o documento mais irrefragavel que se lhe pôde apresentar para não assestir neste desemponho.

Por ella sancionou V. Ex. a livre entrada no Paraguay das propriedades argentinas depreçadas pelo scandaloso decreto de 7 de outubro expedido pelos selvagens unitarios; garantiu a livre venda de effeitos roubados; deu complemento a rapina e saque immoral das fortunas dos habitantes desta republica, proporcionando-lhes, com gravissima offensa desta, facilidades para se proverem de recursos com que continuem a guerra feroc, injusta e depreadora que fazem contra ella. E se é notavel que isto tenha sido a recompensa da seguridade e protecção notavelmente benevolas que este governo dispensou as propriedades paraguayas, até no meio dos azeres da guerra e das difficuldades causadas pelos selvagens unitarios de Corrientes, muito mais o é que V. Ex. caracterize de fazeres os seus resultados, de importantes os actos reprovados daquella effecçaria administração, que os considere adequados para approximar a grata e desejada oportunidade de que este governo realize as promessas contidas na sua nota do 27 de março do dito anno, e que por tal convenio se tenha posto em segurança as propriedades e o commercio argentino.

reté et l'existence de la Confédération, en se mettant en contradiction avec les principes régulateurs de l'ordre qu'il a constamment soutenu, et en sacrifiant les convenances, tant de ce pays que des autres peuples de la république.

Personne plus que le gouvernement argentin ne compatit à la pénible situation du Paraguay et aux difficultés qu'il éprouvait pour donner impulsion à son industrie et améliorer ses intérêts. D'une main amie et fraternelle, oubliant et même méprisant des considérations vitales pour la république, le gouvernement ouvrit la navigation du Paraná et favorisa de cette manière ses intérêts commerciaux. Il leur ouvrit un marché sûr et favorable, avec de grands avantages dans le paiement des droits de douane sur tous ceux qui s'introduisaient dans ce port. Dans le court espace de temps qui s'est écoulé depuis cette concession, les convenances ont été palpables pour le gouvernement et pour le peuple paraguayen, mais très-sensibles et très-fatales pour le cabotage et pour le commerce des peuples de cette république. Quand de navires sortirent de ce port pour le Paraguay avec de précieux chargements. Notoire est pour V. Ex. la dépréciation scandaleuse qui s'en fit par le gouvernement intrus des sauvages unitaires de Corrientes. Malgré les assurances que lui donna le citoyen du Paraguay D. Manuel Penna sur l'arrangement qu'il avait fait dans son voyage pour ce pays par Corrientes, les convictions du gouvernement argentin se réalisèrent, à son grand regret. Pour favoriser le Paraguay et lui donner des preuves non équivoques d'amitié et de fraternité, il souffrit seul les conséquences de sa conduite noble et générale. Cependant, désapprouvant un désordre barbare et sans égal, propre seulement des sauvages unitaires, V. Ex. se résolut à négocier avec eux un arrangement aussi dépressif du commerce et de la dignité des peuples confédérés, qu'inatten-tu après une bienveillance si prouvée et si couteuse de la part du soussigné. V. Ex., en annonçant cet arrangement par le moyen de sa note précitée, joint les documents échangés avec cette administration intruse; entre autres la convention conclue le 7 décembre de l'année passée. Dans l'opinion de V. Ex., cette convention écarte tous les obstacles et apianit toutes les difficultés pour la sûre navigation du Paraná. V. Ex. pense qu'en vertu de cette convention la meilleure opportunité se présente en toute plénitude pour que ce gouvernement réalise les promesses solennelles contenues dans sa note du 27 mars de la dite année, avec cette référence qu'autant qu'il dépendrait de lui le commerce et les relations réciproques d'amitié entre les deux pays ne seraient troublés d'aucune manière en donnant libre circulation à tous les navires et à tous les négociants qui descendent du Paraná, et dont la liberté aurait seulement restriction quand ce gouvernement se verra obligé à agir d'une autre manière en raison des circonstances de guerre ou de l'occupation de Corrientes par les sauvages unitaires. Considérant cette affaire avec la loyauté et la franchise voulues, le soussigné ne doit pas cacher à V. Ex. que son opinion diverge absolument de celle de V. Ex. La convention que V. Ex. présente à ce gouvernement comme un gage certain de l'accomplissement de sa parole est le document le plus irrefragable qu'on puisse lui présenter pour ne pas consentir à cet accomplissement. Par cette convention V. Ex. a sanctionné la libre entrée au Paraguay des propriétés argentines déprédées par le scandaloux décret du 7 octobre, rendu par les sauvages unitaires; elle a garanti la libre vente d'effets volés; elle a adouci la rapine et le pillage immoral des fortunes des habitants de cette république, en leur donnant, avec très-grande offense pour celle-ci, des facilités pour se procurer de ressources avec lesquelles ils puissent continuer la guerre injuste et depredatrice qu'ils font contre elle. Et s'il est notable que cela ait été la récompense de la sécurité et de la protection notoirement bienveillantes que ce gouvernement donna aux propriétés paraguayennes, même au milieu des hasards de la guerre et des difficultés causées par les sauvages unitaires de Corrientes, il est encore plus notable que V. Ex. en trouve heureux les résultats, et qu'elle nomme importants les actes réprouvés de cette administration réfractaire; qu'elle les considère comme propres à rapprocher l'occasion agréable et désirée où ce gouvernement puisse

O infrascripto, immensamente longe de conformar-se com estas declarações de V. Ex., persuade-se de que tenha sido complicado em redes alievasas que lhe lançarão os selvagens unitarios, e induzindo-o com a malignidade que lhes é propria, a estabelecer um systema de immoralidade e deprecação contrario a todos os interesses; porque este governo não pôde ver em semelhante ajuste senão o desenhamento da sua politica amigavel e fraternal para com o commercio do Paraguay; um favor e auxilio effectivo aos inimigos da paz publica e bem-estar destes povos; um efficaz amparo ás espoliações feitas das propriedades argentinas; um meio aprovado para encobrir as depredações, conduzir simultaneamente os seus productos aos nossos portos para lograr as vantagens do nosso mercado, o estímulo mais vivo para a rebelião; uma onçada e irreflectida apropriação de dominio sobre a navegação do Paraná uma manifesta contradicção da neutralidade que V. Ex. havia offerecido observar; e enfim uma conducta muito offensiva e aggressora, sem motivo algum, contra os direitos da Confederação. V. Ex. reconhecerá que ella devia formar muy vivas exigencias de que este governo não podia prescindir sem quebra do decoro nacional e das conveniencias a que de preferencia deve attender. Expedio portanto o decreto que por copia se inclui a V. Ex. (o de 8 de janeiro) como uma medida imperiosamente reclamada pela seguridade e honra desta republica injustamente atacada. Até onde lhe foi possível, levou a sua moderação e politica pacifica com o Exm. governo do Paraguay. Será pontualmente executado emquanto não se rescindir um convenio tão injusto, offensivo e prejudicial, e que destruo a confiança que havia inspirado sobre a seguridade e paz destes povos as declarações anteriores de V. Ex. Tal é o caracter da convenção que V. Ex. recommenda, considerando-a em relação ao estado da guerra em que se acha esta republica com os selvagens unitarios de Corrientes. Não é menos irritante o seu desaccordo ao considera-la em relação ao estado pacifico e amistoso em que se acha esse Exm. governo com o general da Confederação, mediante o qual V. Ex. estava no dever de respeitar as leis constitucionaes della. A provincia de Corrientes, quer seja considerada debaixo da sua actual intrusa e anarchica administração, ou debaixo de outra legal e em conformidade com a sua constituição, não pode celebrar pacto algum por si, nem obrigar consigo outros governos da republica. Vigora ainda o tratado de 4 de janeiro de 1831, em cujo art. 4.º se estabelece que as provincias que formão a Confederação se compromettam a não o-vir nem fazer proposições, nem celebrar tratado algum particular, uma provincia com outra dos litoraes nem com nenhum outro governo, sem previo assentimento expresso das demais provincias que formão a presente Confederação. « Em virtude deste pacto é que as provincias da Confederação, e entre ellas a de Corrientes, se achão sem representação legal para se obrigarem por quaesquer estipulações, e que os actos que praticarem em tal sentido não produzem consequencias sobre as quaes possa estabelecer-se dever algum, porque tão pouco dão direito. Em virtude delle é que o Exm. governo do Paraguay, qualquer que seja a sua capacidade politica, não podia tratar com aquella refractaria administração sem faltar as considerações que lhe impõe as leis organicas desta republica, leis de que V. Ex. deve ter conhecimento, porque dellas foi instruido o actual ministro secretario de V. Ex., o Sr. D. Andres Gill, sendo commissionedo por esse Exm. governo junto desta: e em virtude delle é que tal convenio é offensivo da soberania da Confederação pelo conhecimento formal que por parte do Exm. governo do Paraguay se fez da faculdade com que os selvagens unitarios de Corrientes podião celebra-la, desconhecendo as attribuições que fora de toda a razão lhes reconhece, e pelos effectos que em favor dellas produz o dito convenio e que se tem demonstrado em todas as suas circumstancias, e atacando os principios que os inhabilita para todo o pacto e estipulação; e em virtude delle é, enfim, que o governo encarregado das relações exteriores da republica, considerando o menospreço que se fez dos seus actos antigaveis, as perdas causadas ao commercio destes povos, os perigos que ameaçava a existencia da republica, as offensas infligidas a sua dignidade e direitos, e a necessidade de attender com urgencia ao remedio de tantos

realizar as promessas, sur lesquelles le Paraguay comptait et se reposait tranquillement, et que, par une telle convention, on ait mis en sûreté les propriétés et le commerce argentins. Le soussigné, immensément loin de se conformer à ces déclarations de V. Ex., se persuade qu'elle a été embarrassée dans les filets perfides que lui ont lancés les sauvages unitaires, en l'induisant, avec la malignité qui leur est propre, à établir un système d'immoralité et de déprédation contraire à tous les intérêts. C'est pourquoi ce gouvernement ne peut voir dans une semblable convention qu'un méconnaissance de sa politique amicale et fraternelle envers le commerce du Paraguay; une faveur et un secours effectif aux ennemis de la paix publique et du bien-être des peuples; un soutien effréné des spoliations faites des propriétés argentines; un moyen reproché pour couvrir de telles déprédations et conduire simultanément leurs produits dans nos ports pour jouir des avantages de notre marché; le stimulant le plus vil pour la rébellion; une appropriation audacieuse et irreflective de domination sur la navigation du Paraná; une manifeste contradiction de la neutralité que V. Ex. avait offert d'observer; et, enfin, une conduite très-offensive et d'aggression, sans aucun motif, contre les droits de la Confédération. V. Ex. reconnaîtra que cette conduite devait former de très-vives exigences, desquelles ce gouvernement ne pouvait faire abstraction sans attenter à la dignité nationale et aux convenances qu'il doit considérer de préférence. Le gouvernement a donc rendu le décret qui, par copie, est adressé à V. Ex. (celui du 8 janvier), comme une mesure impérieusement réclamée par la sécurité et l'honneur de cette république injustement attaquée. Il a porté aussi loin qu'il lui a été possible sa modération et sa politique pacifique avec le gouvernement du Paraguay. Ce décret sera ponctuellement exécuté tant qu'il ne sera pas annullé une convention si injuste, si offensante, si préjudiciable, et qui a détruit la confiance qu'avaient inspirée, sur la sécurité et la paix de ces peuples, les déclarations antérieures de V. Ex. Tel est le caractère de la convention que V. Ex. recommande en la considérant par rapport à l'état de guerre dans lequel se trouve cette république avec les sauvages unitaires de Corrientes. Son extravagance n'est pas moins irritante, à la considérer par rapport à l'état pacifique et amical dans lequel se trouve cet excellentissime gouvernement avec la Confédération en général; état qui mettrait V. Ex. dans le devoir de respecter les lois constitutionnelles de cette Confédération. Quelle soit considérée sous son intruse et anarchique administration actuelle, ou sous une autre administration légale et en conformité avec sa constitution, la province de Corrientes ne peut faire aucun pacte par elle-même, ni obliger avec elle d'autres gouvernements de la république. Le traité du 4 janvier 1831 est encore en vigueur, ce traité dans lequel on établit, à l'article 4.º, que les provinces qui forment la Confédération s'engagent à n'entreprendre ni faire de propositions; à ne conclure aucun traité l'une avec l'autre des provinces littorales, ni avec aucun gouvernement, sans consentement préalable exprès des autres provinces qui forment la présente Confédération. « C'est en vertu de ce pacte que les provinces de la Confédération, et, parmi elles, celle de Corrientes, se trouvent sans représentation légale pour s'obliger par des stipulations quelconques, et que les actes qu'elles pratiquent dans un tel sens ne produisent pas de conséquences sur lesquelles puisse s'établir aucun devoir; c'est pourquoi aussi ils ne donnent pas de droit. C'est en vertu de ce même pacte que l'excellentissime gouvernement du Paraguay, quelle que soit sa capacité politique, ne pouvait traiter avec cette administration refractaire sans méconnaître aux considérations que lui imposent les lois organiques de cette république, lois desquelles V. Ex. doit avoir connaissance, parce que le ministre secrétaire actuel de V. Ex., M. D. Andres Gill, en a été instruit, étant commissioned par cet excellentissime gouvernement près de celui-ci; et c'est en vertu de ce susdit traité qu'une telle convention est offensante pour la souveraineté de la Confédération, par la connaissance formelle que, de la part de l'excellentissime gouvernement du Paraguay, il a été donné de la faculté avec laquelle les sauvages unitaires de Corrientes pouvaient conclure cette convention, méconnaissant les attributions que, hors de toute raison, elle leur reconnaît, et par les effets que produit en leur

males, dictou uma medida que a col loca em segurança, que saíra o seu decoro e que inutilis a os malignos desingulos dos selvagens unitarios.

V. Ex., à vista do exposto, facilmente se persuadirá de quanto terá sido sensível ao infrascripto achar-se no caso forçoso de voltar atrás com as suas promessas. Viu-se porém obrigado pelo imperioso dever em que o collocarão de salvar a republica de perigos e offensas que compromettam a sua paz interior, a sua prosperidade e o seu bem-estar, que sacrificou as conveniencias dos seus habitantes, e desistiu o mesmo decidido benevolente interesse que havia abraçado de fomentar o commercio do Paraguay com este porto e os demais da Confederação Argentina. Immensamente não negará V. Ex. ao infrascripto a justiça de persuadir-se de que faltaria ao mais sagrado dos seus decores, straightaria a mais honrosa confiança com que o favorecerão os povos confederados, e os seus proprios sentimentos, se em meio de tão momentosas circumstancias e de tão extraordinarios successos não tomasse medidas adequadas para cortar pela raiz as malignas intrigas que põe em execução os selvagens unitarios para regarem de sangue o proprio solo que os vio nascer e de que são traidores e forozes desoladores.

Enquanto a negociar-se entre ambos os governos uma convenção pela qual se adoptem no todo ou em parte as mesmas disposições do convenio celebrado com os selvagens unitarios de Corrientes, ou por principios semelhantes, que consultem adequada e discretamente as conveniencias mercantias de ambos os países, V. Ex. não desconhecera que sendo equívoca para a Confederação a posição politica do Paraguay, não ha meios convenientes e discretos para ligar por agora aquellas conveniencias de maneira mais efficax do que os que estabeleceu a politica benevola e pacifica do infrascripto desde que se estabeleceu a correspondencia entre ambos os países, e que este é um assumpto delicado e complicado que convirá tratar-se e manejar-se em todas as suas circumstancias com o commissario que este governo offereceu enviar a V. Ex. Deos guarde a V. Ex. muitos annos. — Juan Manuel Rosas. — Felipe Arana.

Quando não houvessem na historia do governador Rosas tantas provas do caracter violento e precipitado que o distingue, a longa, obscura e fatigante nota que precede seria uma prova irrefragavel dessa violencia e inconsideração que sobressahem em todos os actos deste governador. Não ha uma só queixa, de todas as que deida contra o governo paraguayno nessa nota, que não seja injusta e infundada. Se o governador Rosas houvesse dirigido essa nota antes de expedir o seu injurioso decreto de 8 de janeiro desse anno, talvez houvesse escusado uma hostilidade humilhada, e por certo, a não ser esse decreto, não terião cobreyndo todas as consequencias que produzirão a sua precipitação e violencia.

Depois que o governador Rosas havia começado a hostilizar o Paraguay com o citado decreto, era inútil e desnecessario que o governo do Paraguay procurasse justificar-se; porém devia ao seu proprio decoro e ao juizo e conceito dos governos imparciaes uma demonstração leal e exacta do occorrido nessa convenção celebrada com o governo que de facto dominava em Corrientes.

Por esta consideração dirigio ao governo de Buenos-Ayres com data de 28 de julho de 1845 uma contestação que demonstra até a evidencia quanto são infundadas e injustas as expreções que o governador Rosas fez ao governo paraguayno. Não nos é possível inserir integralmente esta contestação, que necessariamente devia ser extensa. Faz um contraste tão visível com a nota do governador Rosas pela sua indez, naturalidade, decoro e

favour la dite convention, et qui se sont montrés dans toutes les circonstances, et en attaquant les principes qui les rendent inhabiles à conclure tout pacte et toute stipulation; enfin, c'est en vertu de ce pacte que, considérant le mépris qu'il a été fait de ses actes amiables, les pertes causées au commerce de ces peuples, les dangers qui menacent l'existence de la république, les offenses faites à sa dignité et à ses droits, et la nécessité urgente d'appliquer le remède à tant de maux, le gouvernement chargé des relations extérieures de la république a pris une mesure qui met cette même république en sûreté, qui sauve son honneur et rend inutiles les dangereux desseins des sauvages unitaires.

V. Ex., en voyant cet exposé, se persuadera facilement combien il aura été sensible au soussigné de se trouver dans la dure nécessité de revenir sur ses promesses. Mais il s'est vu obligé par l'imperieux devoir dans lequel on l'a placé de sauver la république de périls et d'offenses qui compromettent sa paix intérieure, sa prospérité et son avenir; qui sacrifient les convenances de ses habitants, et détruisent même l'intérêt bienveillant marqué qui avait assuré d'encourager le commerce du Paraguay avec ce port et tous ceux de la Confédération Argentine. Finalement, V. Ex. ne refusera pas au soussigné la justice de se persuader qu'il manquerait au plus sacré de ses devoirs, trahirait la plus honorable confiance dont l'ont favorisé les peuples confédérés, et trahirait ses propres sentiments, si, au milieu de si pressantes circonstances et de si extraordinaires événements, il ne prenait pas des mesures propres à couper la racine des dangereuses intrigues qu'emploient les sauvages unitaires pour arroser de sang le sol même qui les vit naître et dont ils sont les traîtres et féroces désolateurs.

Quant à négocier entre les deux gouvernements une convention par laquelle s'adoptent en tout ou en partie les mêmes dispositions du traité conclu avec les sauvages unitaires de Corrientes, ou par des principes semblables qui consultent convenablement et discrètement les convenances mercantiles des deux pays, V. Ex. ne méconnaîtra pas que la position politique du Paraguay étant équivoque pour la Confédération, il n'y a pas de moyens convenables et discrets pour lier présentement ces convenances d'une manière plus efficace que ceux qu'a établis la politique bienveillante et pacifique du soussigné depuis qu'a commencé la correspondance entre les deux pays, et que c'est un sujet délicat et compliqué qu'il conviendrait de traiter et de suivre dans toutes ses circonstances avec le commissaire que ce gouvernement a offert d'envoyer à V. Ex. Que Dieu donne de longue durée à V. Ex. — Juan Manuel Rosas. — Felipe Arana.

S'il n'y avait pas dans l'histoire du gouverneur Rosas tant de preuves du caractère violent et précipité qui le distingue, la longue, obscure et fatigante note qui précède serait une preuve irrefragable de cette violence et de cette inconsideration qui ressortent dans tous les actes de ce gouverneur. Il n'y a pas une seule plainte de toutes celles qu'il déduit contre le gouvernement paraguayen dans cette note, qui ne soit injuste et infondée. Si le gouverneur Rosas eût adressé cette note avant de rendre son injurieux décret du 8 janvier de cette année, peut-être eût-il évité une hostilité imméritée, et certainement, sans ce décret, ne seraient pas survenues toutes les conséquences que sa précipitation et sa violence ont produites.

Après que le gouverneur Rosas eut commencé à agir hostilement envers le Paraguay par le décret cité, il était inutile et superflu que le gouvernement du Paraguay cherchât à se justifier; mais il devait à son propre honneur et au jugement et à l'opinion des gouvernements impartiaux une démonstration loyale et exacte des faits dans cette convention conclue avec le gouvernement qui de fait dominait à Corrientes.

Par cette considération, il adressa au gouvernement de Buenos-Ayres, en date du 28 juillet 1845, une réponse qui démontre jusqu'à l'évidence combien sont infondés et injustes les reproches que fait le gouverneur Rosas au gouvernement paraguayen. Il ne nous est pas possible d'insérer intégralement cette réponse, qui nécessairement devait être étendue. Elle fait un contraste si visible avec la note du gouverneur Rosas par sa lucidité,

leção de nacionalidade que teríamos desejado inserir na por inteiro; porém repetimos que nos é forçoso limitar-nos ás passagens mais directas ás queixas e objecções do governador Rosas. Despidido essas queixas das repetições e superfluidades em que vos envoltas, podem reduzir-se ao seguinte:

1.º Que o Paraguay, não obstante o apressamento feito pelo governo intruso de Corrientes dos navios argentinos, ajustou uma convenção com esse governo que não pôde celebrar tratado algum, nem que fosse governo legal, por isso lhe ser vedado segundo o tratado de 4 de janeiro de 1851.

2.º Que com essa convenção o governo paraguayo deu livre entrada no Paraguay ás propriedades e effectos argentinos apresados por Corrientes, dando assim complemento a rapina.

3.º Que esse livre commercio facilitava recursos com que Corrientes alimentasse a guerra, recursos que equivaliam a um auxilio effectivo.

4.º Que a convenção facilitava a Corrientes meios de levar os seus productos aos portos da Confederação e lograr vantagens do seu mercado.

A primeira objecção observou o governo paraguayo que, concedendo que o tratado fundamental de 4 de janeiro de 1851 esteja em seu inteiro vigor, na hypothese de paz, os principios luminosos do direito de gentes não permitem duvidar de que a guerra rompe e suspende os tratados... Invocar em relação aos povos neutros um tratado que está roto entre os proprios contractantes, que, em vez de estabelecerem a confedeção, a união e a obediência, sustentou uma guerra prolongada, formal e sanguinolenta, e verdadeiramente isopar uma idealidade que não habita no mundo em que existimos.

É tambem certo que a honra de V. Ex. não poderá desconhecer que o unico poder de facto que existe em Corrientes é o governo com que o Paraguay tratou. Elle e só elle dispõe do territorio, forças e recursos publicos. Buenos Ayres não possui em toda a extensão da provincia um só palmo de terreno, um só soldado, nem o mais pequeno symbolo de jurisdicção. Se ha desordem, não podia restabelecer a ordem. Qualquer que seja o direito, o facto real e innegavel é o que fica exposto. Em tais termos e na necessidade absoluta e indispensavel de tratar ou fazer a guerra, que deveria reconhecer o Paraguay...

A segunda exprobração, de que o governo do Paraguay deu livre entrada ás propriedades e effectos argentinos apresados por Corrientes, dando assim complemento a rapina, o governo do Paraguay observou que se o Paraguay houvesse franqueado essa entrada, estava no seu direito, e portanto a ninguém injuriava; porém que era inexacta a proposição, pois que muito pelo contrario se procedeu.

Estava no seu direito, repete o infrascripto, porque um governo neutro não é obrigado a cortar o seu commercio com os belligerentes senão nos casos especiaes que indica o direito de gentes. Corrientes fez um commercio continuo e indistincto com o Brasil por toda a costa do Uruguay e Buenos Ayres, não se lembrou de fazer reclamação alguma a tal respeito. Nenhum governo tem a obrigação nem a faculdade de adjuvar a identidade dos effectos apresados para os excluir do seu commercio e circulação. Nos mercados da Europa civilizada a posse é o titulo das propriedades moveis...

Apesar de conhecer os seus direitos e interesses, o governo supremo do Paraguay, para tirar todo o pretexto e encetar toda a objecção, declarou ao governo de Corrientes em 31 de outubro proximo passado que não podia consentir que os navios argentinos apresados em caso algum, podessem ser nacionalizados na republica, nem obter despachos, de sorte que jamais arvoraria o pavilhão paraguayo; além disso, nunca estipulou o commercio de effectos apresados, e por consequencia demegou, por delicadeza, licenças que foram pedidas para o porto de Corrientes. Foi uma condescendencia demasiada e extraordinaria, para com Buenos Ayres; foi uma medida que poderia considerar-se anti-economica, e que só serviu para favorecer o commercio de Corrientes pelo Uruguay,

por seu natural, por se doçemente e a força de racioamento, que nos ardidos desiro f'issere tout entiere; mais nous répétons que nous sommes obligés de nous borner aux passages les plus directs aux plaintes et aux objections du gouverneur Rosas. En depouillant ces plaintes des répétitions et des superfluités dans lesquelles elles sont enveloppées, elles peuvent se réduire à ce qui suit:

1.º Que le Paraguay, nonobstant la capture faite des navires argentins par le gouvernement intrus de Corrientes, conclut une convention avec ce gouvernement, qui ne peut conclure aucun traité, fut-il même gouvernement legal, cela lui étant interdit, suivant le traité de 4 janvier 1851.

2.º Que, par cette convention, le gouvernement paraguayen a donné libre entrée dans le Paraguay aux propriétés et effets argentins capturés par Corrientes, donnant ainsi un complément à la rapine.

3.º Que ce libre commerce facilitait des ressources avec lesquelles Corrientes alimentait la guerre; ressources qui équivalaient à un secours effectif.

4.º Que la convention facilitait à Corrientes des moyens de porter ses produits dans les ports de la Confédération et de jouir des avantages de leur marché.

A primeira objecção do governo paraguayo foi observada que, concedendo que o tratado fundamental de 4 de janeiro de 1851 seja em seu inteiro vigor, na hypothese de paz, os principios luminosos do direito de gentes não permitem, pas de douter, que la guerre rompt et suspend les traités. Invocuer, par rapport aux peuples neutres, un traité qui est rompu entre les contractants mêmes, qui, au lieu d'établir la confédération, l'union et l'obéissance, soutient une guerre prolongée, formelle et sanglante, c'est vraiment invoquer une idéalité qui n'habite pas dans le monde où nous existons.

Il est certain aussi que l'honneur de V. Ex. ne pourra méconnaître que l'unique pouvoir de fait qui existe à Corrientes est le gouvernement avec lequel le Paraguay a traité. Lui, et seulement lui, dispose du territoire, des forces et des ressources publiques; Buenos Ayres ne possède pas, dans toute l'étendue de la province, un seul pied de terrain, un seul soldat, ni le plus petit symbole de juridiction. S'il y a désordre, il ne peut rétablir l'ordre. Quelque soit le droit, le fait réel et incontestable c'est ce qui est exposé. En de tels termes, et dans la nécessité absolue et indispensable de traiter ou de faire la guerre, que devait faire le Paraguay?

A segunda objecção, de que o governo do Paraguay a dado livre entrada ás propriedades e effectos argentinos capturados por Corrientes, dando assim complemento a rapina, o governo do Paraguay observou que, se o Paraguay houvesse franqueado essa entrada, estava no seu direito, e portanto a ninguém injuriava; porém que era inexacta a proposição, pois que muito pelo contrario se procedeu.

Estava no seu direito, repete o infrascripto, porque um governo neutro não é obrigado a cortar o seu commercio com os belligerentes que dans les cas speciaux qu'indique le droit des gens. Corrientes a fait un commerce continu et indistinct avec le Brésil, par toute la cote de l'Uruguay, et Buenos Ayres ne songea à faire aucune réclamation à cet égard. Aucun gouvernement n'a ni l'obligation ni la faculté de devenir l'identité des effets capturés, pour les exclure de son commerce et de sa circulation. Dans les marchés de l'Europe civilisée, la possession est le titre des propriétés mobilières...

Apesar de conhecer os seus direitos e interesses, le gouvernement suprême du Paraguay, pour tirer tout prétexte et émettre toute objection, déclara au gouvernement de Corrientes, le 31 octobre passé, qu'il ne pouvait consentir que les navires argentins capturés, en aucun cas, pussent être nationalisés dans la république, ni obtenir de dépêches, de sorte que jamais ils n'arboreraient le pavillon paraguayen; outre cela, jamais il ne stipula le commerce d'effets capturés, et par conséquent, par délicatesse, des licences qui furent demandées pour le port de Corrientes. Ce fut une condescendance excessive et extraordinaire envers Buenos Ayres; ce fut une mesure qui pourrait se considérer comme anti-économique, et qui servit seulement à favoriser le

sem resultado é uma accusação albena da verdade, e por isso mesmo injusta.

Do que fica dito se deduz que a terceira accusação de haver facilitado, por esse livre commercio, recursos a Corrientes, recursos que equivaliam a um auxilio effectivo, cabe de per si, porque, não se havendo estipulado semelhante commercio, delle não podia resultar recursos.

É difficil comprehender a recriminação que se indica de que a convenção com Corrientes facilitou a esta provincia meios de levar os seus productos aos portos da Confederação e lograr as vantagens do seu mercado. Por mais que se queira tocar as palavras, jamais se encontrara ali uma tal estipulação, e ainda quando fosse ajustada, nunca seria possível.

Com effecto, em vasos correntinos nada descortia pelo Paraná, porque elles e o seu carregamento seriam apresados: em vasos paraguayos tão pouco, porque, além das questões e prejuizos que resultariam, é fora de duvida que ninguém tem direito de forçar Buenos Ayres a vender ou consumir productos do país com quem está em guerra... O governo confederado só consentiria esse commercio se quizesse, e em caso nenhum teria de que queixar-se.

Foram contem que V. Ex. saiba que a previsão do Paraguay se estendeu tambem a esse assumpto. Em data de 22 de novembro significou ao governo de Corrientes, como cada povo tem o direito de ampliar o seu commercio como melhor lhe convenha, e portanto de admitir ou não os generos pertencentes a um país qualquer, e muito principalmente a um com quem está em guerra, ainda que sejam conduzidos debaixo de pavilhão neutro, não exigiria de Buenos Ayres que admitisse propriedades ou effectos de Corrientes.

Estas declarações feitas e acollidas antes da mencionada convenção servirão para demonstrar as nações e aos homens imparciaes que a Republica do Paraguay adoptava a politica de Buenos Ayres, e que a condicção que adoptou para, ideal e honrada; que as recriminações oppositas se annullam ante a luz da razão e da verdade.

Plut a Confederação Argentina! — Mourão os salvagens argentinos! — O governador de Buenos Ayres encarregado das relações exteriores da Confederação Argentina. — Ao Exm. governo do Paraguay. — Buenos Ayres, 27 de março de 1852. Anno 3.º da liberdade, 29 da independencia e 15 da Confederação Argentina. — O infrascripto tem a honra de contestar a nota de V. Ex. datada de 30 de agosto do anno proximo passado, em que se digna comunicar a este governo a chegada a Assumpção de Sr. commissario D. Andres Gill, e o recebimento da que com data de 26 de abril do dito anno se dirigio a V. Ex. julgando-lhe as razões que obstavam ao reconhecimento da independencia do Paraguay, objecto da commissão daquelle; prevalecendo-se de cujo motivo manifesta haver-lhe sido grave e sensível observar um resultado por que não esperava, e que pôs em contorção os principios republicanos e philanthropicos do governo argentino, e expressa as razões sobre que V. Ex. no seu juizo estriba o direito do Paraguay a ser reconhecido independente, concluindo por significar os seus desejos de que enquanto poder chegar-se a uma resolução arrazoada mais fongueira esse Exm. governo espera que o de Buenos Ayres não será obstaculo algum ao commercio de ambos os países, nem ás suas relações amigaveis, nem ao progresso das suas sympathias.

O infrascripto sente sobremaneira que os inconvenientes que deduzo relativamente ao reconhecimento da independencia do Paraguay tenham causado nesse Exm. governo o prazir que expressa. Longe de pôr em contorção ha sua citada nota de 26 de abril os principios republicanos e a philanthropia do povo argentino, com espirito de liberal franqueza considerou nella esta grave e delicada assumpto, com a lenta e madura circumspecção que impõe as exigencias vitales que trazem após si a evidencia de que não o imperio das circunstancias, mas sim

commerce de Corrientes par Uruguay, et, au résultat, c'est une accusation étrangère à la vérité et par cela même injuste.

De ce qui est dit il résulte que la troisième accusation d'avoir, par ce libre commerce, facilité des ressources à Corrientes, ressources qui équivalaient à un secours effectif, tombe de soi-même, parce qu'un commerce semblable n'ayant pas été stipulé, il n'en pouvait résulter des ressources.

Il est difficile de comprendre la récrimination qu'on indique de ce que la convention avec Corrientes facilita à cette province des moyens de porter ses produits dans les ports de la Confédération et de jouir des avantages de leur marché. On aura beau forcer les paroles, jamais on ne trouvera là une telle stipulation, et même, quand elle serait convenue, elle ne serait pas possible.

En effet, rien ne descendrait par le Paraná sur des navires correntins, parce qu'eux et leur chargement seraient capturés; rien ne descendrait non plus sur des navires paraguayens, parce que, en outre des questions et des préjudices qui en résulteraient, il est hors de doute que personne n'a le droit de forcer Buenos Ayres à recevoir ou à consommer des produits du pays avec lequel il est en guerre; le gouvernement confédéré seulement consentirait à ce commerce s'il le voulait, et dans aucun cas il n'auroit à se plaindre.

Dependant il convient que V. Ex. sache que la prévision du Paraguay s'est étendue aussi sur ce sujet. En date du 22 novembre, il signifia au gouvernement de Corrientes que, comme chaque peuple a le droit d'étendre son commerce comme il lui convient le mieux, et pour cela d'admettre ou non les denrées appartenantes à un pays quelconque, et principalement à un pays avec lequel il est en guerre, quoiqu'ils soient conduits sous pavillon neutre, il n'exigerait pas de Buenos Ayres qu'il admit des propriétés ou des effets correntins.

Ces déclarations, faites et acceptées avant la convention mentionnée, serviront à démontrer aux nations et aux hommes impartiaux que la République du Paraguay prévoyait la politique de Buenos Ayres, et que la condition qu'elle a adoptée est pure, loyale et honorable; que les récriminations opposées s'anéantissent devant la lumière de la raison et de la vérité.

Plut a Confederação Argentina! — Mourão os salvagens argentinos! — Le gouvernement de Buenos Ayres, chargé des relations extérieures de la Confédération Argentine, à l'excellentissime gouvernement du Paraguay. — Buenos Ayres, 27 mars 1852, an 3.º de la liberté, 29 de l'indépendance et 15.º de la Confédération Argentine. — Le soussigné a l'honneur de répondre à la note de V. Ex. datée du 30 août de l'année passée, dans laquelle elle daigne communiquer à ce gouvernement l'arrivée à l'Assomption de M. le commissaire D. Andres Gill, et la réception de celle qui, en date du 26 avril de la dite année, s'adressa à V. Ex. en lui indiquant les raisons qui s'opposaient à la reconnaissance de l'indépendance du Paraguay, objet de la commission du susdit commissaire. Se prévalant de ce motif, la susdite note manifeste qu'il a été gravement sensible pour le gouvernement d'observer un résultat qu'il n'attendait pas, et qui met en contorsion les principes republicains et la philanthropie du gouvernement argentin; et elle exprime les raisons sur lesquelles V. Ex., dans son opinion, appuie le droit du Paraguay à être reconnu indépendant; concluant par signifier le désir que, en attendant qu'on puisse arriver à une résolution raisonnée plus flatteuse, cet excellentissime gouvernement espère que celui de Buenos Ayres ne mettra aucun obstacle ni au commerce des deux pays, ni à leurs relations amicales, ni au progrès de leurs sympathies.

Le soussigné regrette très vivement que les inconvenients qu'il a déduits relativement à la reconnaissance de l'indépendance du Paraguay aient causé à cet excellent gouvernement la peine qu'il exprime. Loin de mettre en contorsion, dans sa note citée du 26 avril, les principes republicains et la philanthropie de peuple argentin, le soussigné, avec un esprit de franchise fraternelle, y a considéré ce grave et délicat sujet avec la lente et mûre circumspection qu'imposent les exigences vitales, qu'il apportent après elles l'évidence que ce n'est pas

poderosos e invencíveis motivos não permittem aquelle reconhecimento.

Se o obliuvidão a Banda Oriental e as quatro provincias do Peru que pertenciam anteriormente a Confederação, foi isso devido a que pela sua localidade, moi distincta da do Paraguay, podia, sem perigarem os grandes interesses da patria, dar-se uma vida independente a esses povos irmãos e vizinhos; porém nunca se consentiu na desmembração da provincia de Tarija, heu que por agora esteja de facto aggregada a Bolivia.

V. Ex. não negará ao governo argentino a justiça de persuadir-se de que, se lhe fosse dado superar aquelles poderosos e invencíveis motivos, se fôrta a apeno de dissolver de apresentar-se em opposição aos desejos de um governo com quem sinceramente deseja mostrar-se deferente, e a quem o ligão sympathico as mais fortes, nascidas dos sentimentos fraternos que sempre subsistiram entre ambos os paizes, apesar do longo intercurso das suas relações.

Penetrado de difficuldades insuperaveis, e convencido de que o reconhecimento da independencia do Paraguay poria em imminente perigo a de ambos os paizes, teve por dever manifestar franca e lealmente o seu juizo, os inconvenientes que offerece uma concessão irrealisavel e tão difficil de regularisar como de conduzir com gravissimos obstaculos. Com tão nobre objecto foi que annunciou a V. Ex. a missão de um agente confidencial encarregado de uma explicação amigavel e fraternal como meio efficaz que parecia fortemente na illustração de V. Ex. e revelava de um modo inequivoco a disposição em que se achava o governo argentino de que, enquanto dependêr delle, o commercio, as relações de amizade e o progresso das sinceras sympathias entre ambos os paizes não bão de ser perturbados de modo algum.

O cidadão D. Manuel Pena e os demais individuos que vierão com elle em combol obtiverão as necessarias licenças para a descarga e venda dos productos que conduzirão, assim como para as compras e transporte dos effectos, com que regressão, bem como o obtêrão todas as embarcações, seja quizes forem, e negociantes que venhão dessa a este porto em combol de baxo da direcção e commando, durante a navegação de vinda e regresso, de alguma pessoa que seja digna da confiança de V. Ex., continuando-se assim enquanto este governo não se vir obrigado a dispôr de outra forma, forçado pelas circumstancias da guerra; disposição que só terá effecto enquanto permanecerem os inimigos de Corrientes, porque logo que desapappareço cessará todo o motivo e poderão vir as embarcações, assim como os negociantes e passageiros, com a mesma plena liberdade e tal decidida, o que só se sujeita aquella restricção em consequência da occupação de Corrientes pelos selvagens indiaros. Deos guarde a V. Ex. muitos annos. — Juan Manuel Rosas. — Felipe Arana.

Ja se vê que nesta nota offercia o governador Rosas que enquanto dependesse do governo argentino não se perturbaria de modo algum o commercio, as relações de amizade, etc. Isto dizia em março de 1844, precisamente quando o commercio para o Paraguay estava perturbado e embarçado, como mostra o seguinte decreto:

(9) Viva a Confederação Argentina! — Mórtao os selvagens indiaros! — O ministro da fazenda. — Ao collector geral. — Buenos-Ayres, 1º de agosto de 1844. Anno 35 da liberdade, 29 da independencia e 13 da Confederação Argentina.

O governo dispôz que por agora e até nova resolução o collector geral permitta aos vasos argentinos da carreira de cabotagem levar cargas de effectos para o Paraguay, de accordo com a lei vigente da alfândega, e trazer carga de volta, de baxo de fiança a satisfação do mesmo collector, de não tocarem nos portos de Corrientes, nem a ida nem a volta, durante a occupação delle pelos selvagens indiaros. — Deos guarde a V. S. muitos annos. — Manuel Justarte.

Este decreto prova de um modo incontestavel que até o 1º de agosto de 1844 não era permitida a alfândega de

l'empire des circonstances, mais bien de puissants et invincibles motifs qui ne permettent pas cette reconnaissance.

Si la Bande Orientale et les quatre provinces du Pérou qui appartenaient antérieurement à la Confédération l'ont obtenue, cela fut dû à ce que, par leur localité, très-distincte du Paraguay, on pouvait sans mettre en péril les grands intérêts de la patrie, donner une vie indépendante à ces peuples frères et voisins; mais jamais on ne consentit au démembrément de la province de Tarija, bien que maintenant elle soit de fait agrégée à la Bolivie.

V. Ex. ne refusera pas au gouvernement argentin la justice de se persuader que, s'il lui était donné de surmonter ces puissants et invincibles motifs, il s'affranchirait du pénible désagrément de se présenter en opposition à un gouvernement avec lequel il désire sincèrement que le lient les sympathies les plus fortes, nées des sentiments fraternels qui ont toujours subsisté entre les deux pays, malgré la longue interruption de leurs relations.

Penétre de difficultés insurmontables, et convaincu que la reconnaissance de l'indépendance du Paraguay mettrait en péril imminent celle des deux pays, le gouvernement eut pour devoir de manifester franchement et loyalement son opinion, les inconvenients qu'offre une concession irréalisable, et aussi difficile à régler qu'à conduire avec de très-grands obstacles. Ce fut avec un si noble objet qu'il annonça à V. Ex. la mission d'un agent confidentiel, chargé d'une explication amicale et fraternelle, comme moyen efficace qui passerait forcément dans l'esprit de V. Ex., et qui révélait, d'une manière non équivoque, la disposition dans laquelle se trouve le gouvernement argentin, en tant qu'il dépendra de lui le commerce, les relations d'amitié et le progrès des sympathies sincères entre les deux pays ne soient troublés d'aucune manière.

Le citoyen D. Manuel Pena et les autres individus qui vièrent en convoi avec lui, ont obtenu les licences nécessaires pour la décharge et la vente des produits qu'ils ont apportés, ainsi que pour l'achat et le transport des effets avec lesquels ils retournent, comme les ont obtenues toutes les embarcations, quelles qu'elles fussent, et les négociants tenant de même en convoi à ce port sous la direction et le commandement, pendant la navigation de la venue et du retour, de quelque personne qui soit digne de la confiance de V. Ex.; continuant ainsi tant que ce gouvernement ne se verra pas obligé à prendre d'autres mesures par les circonstances de la guerre; disposition qui aura seulement son effet tant que persisteront les ennemis de Corrientes; parce que, aussitôt qu'ils disparaîtront, tout motif cessera, et les embarcations pourront venir, ainsi que les négociants et passagers, avec la même pleine liberté établie, et que seulement on soumet à cette restriction en conséquence de l'occupation de Corrientes par les sauvages indiens. Que Dieu accorde de longues années à V. Ex. — Juan Manuel Rosas. — Felipe Arana.

On voit déjà que dans cette note le gouverneur Rosas offrait que, tant qu'il dépendrait du gouvernement argentin, on ne troublerait d'aucune manière le commerce, les relations d'amitié, etc. Il disait cela en mars 1844, précisément quand le commerce pour le Paraguay était troublé et embarrassé, comme le montre le décret suivant:

(9) Viva la Confédération Argentina! — Mórtao los salvajes indiaros! — Le ministre des finances. — Au percepteur général. — Buenos-Ayres, 1º août 1844, an 35 de la liberté, 29º de l'indépendance et 13º de la Confédération Argentina.

Le gouvernement dispose que, pour le présent et jusqu'à nouvelle résolution, le percepteur général permette aux navires argentins de cabotage de transporter des chargements d'effets pour le Paraguay d'accord avec la loi de douane en vigueur, et de rapporter de la du chargement, sous garantie, à la satisfaction du même percepteur, de ne pas toucher aux ports de Corrientes, ni en venant ni en retournant, pendant leur occupation par les sauvages indiens. Que Dieu accorde de longues années à votre seigneurie. — Manuel Justarte.

Ce décret prouve d'une manière incontestable, que jusqu'au 1º août 1844 il n'était pas permis à la douane

Buenos-Ayres carregar para o Paraguay; porque, se não havia tal prohibição, se o commercio com o Paraguay não estava peido, a que vem a ordem do ministro da fazenda ao collector, prevenindo-o para que permita levar generos ao Paraguay e traxê-los dahi?

(10) Assumpção, 15 de setembro de 1846. — O supremo governo da Republica do Paraguay. — Ao honrado Sr. Guilherme A. Harris, encarregado de negocios dos Estados-Unidos junto do governo de Buenos-Ayres. — O infrascripto presidente da republica, recebeu a nota que o Sr. Guilherme Brent Junior, antecessor do honrado Sr. Harris, teve a bondade de dirigir-lhe em data de 23 de abril ultimo. Na dita nota, que consta da cópia adjunta n. 1, o mencionado Sr. Brent offerceu ao supremo governo desta republica a respeitavel mediação dos Estados-Unidos para o fim de procurar-se por meios amigaveis uma accommodação honrosa entre o Paraguay e Buenos-Ayres. Posto que tal documento não indique directamente a natureza dos meios ou expedientes a adoptar, contudo a credencial constante da cópia adjunta n. 2 de que vierão munidos os Srs. consul Graham e secretario de legação Brent, encarregados de propôr, como de facto propozê-lo: 1º, a nomeação por parte desta republica de agentes diplomaticos convenientemente autorizados para que vão a Buenos-Ayres tratar com outros investidos de idênticos poderes pelo governo argentino acerca da final determinação das questões vigentes; 2º, a cessação de todas as hostilidades por virtude da mediação, sem que possam ser renovadas para o futuro senão depois de prévia intimação pelo menos de tres mezes.

Relativamente a este topico o Sr. Brent allegou na sua indicada nota que foi para elle mui grato observar que a consequencia immediata e importante da acceptação da mediação dos Estados-Unidos pelo governo de Buenos-Ayres fôr a instantanea expedição da ordem ao general Urquiza para não dirigir de forma alguma hostilidades ao Paraguay, como demonstrava pela cópia que enviava.

Taes são os antecedentes sobre que o presidente infrascripto vai ter a honra de responder ao honrado Sr. Harris. Porém para que a sua resposta se esclareça mais e seja mais bem comprehendida e justificada, será mister partir de uma época anterior à nota do seu antecessor o Sr. Brent.

Ja em 10 de novembro de 1845 o Sr. Eduardo Augusto Hopkins, agente dos Estados-Unidos nesta republica, havia offercido em nome do seu governo igual mediação que fôr aceita pelo presidente infrascripto.

Apotado em correspondencias anteriores e na nova manifestação de idéas formuladas pelo illustre Sr. Wisé, ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos na corte do Brasil, idéas interessantes para o bem-estar das potencias do sul da America e adoptadas pelo proprio Sr. Guido, ministro argentino na dita corte, dirigio-se o Sr. Hopkins a Buenos-Ayres.

O governo do general Rosas não só impedio que aquelle agente agitasse a indicada mediação ou tomasse parte na que offercêra o Sr. Brent, mas até se negou a receber as suas informações de baxo de caracter publico.

Além destes factos, cujo alcance e valor não seria conveniente qualificar ou caracterisar por agora, outros se succederão tão flagrantés que não podião de modo algum deixar de attrahir a inteira attenção do governo paraguayno.

Com effecto o governo do general Rosas, declarando em nota de 26 de fevereiro que aceitava a mediação offerida pelo Sr. Brent, posto que allegasse o que julgára conveniente aos seus interesses, não estabelecia bases ou condições algumas que affirmassem precedentes degradantes e inadmissiveis.

Res possível a mediação porque não havia deshonra; e se uma vontade justa e sincera presidisse aos ulteriores passos, opportunamente se determinarião os fundamentos de um conveniênte e decoroso ajuste.

Porém em 9 de março o mesmo governo do general Rosas, sem contemplação com os antecedentes, como

de Buenos-Ayres de charger pour le Paraguay; parce que s'il n'y avait pas une telle prohibition, si le commerce avec le Paraguay n'était pas entravé, à quoi servait l'ordre du ministre des finances au percepteur, le prévenant de permettre de transporter des effets au Paraguay et d'en rapporter de là?

(10) Assouption, 15 septembre 1846. — Le gouvernement suprême de la République du Paraguay. — A l'honorable M. Guillaume A. Harris, chargé d'affaires des Etats-Unis près du gouvernement de Buenos-Ayres. — Le sousigné, président de la république, a reçu la note que M. Guillaume Brent Jeune, prédécesseur de l'honorable M. Harris, a eu la bonté de lui adresser en date du 23 avril dernier. Dans la dite note, qui consiste en la copie adjointe, n. 1, le susdit M. Brent a offert au gouvernement suprême de cette république la respectable médiation des Etats-Unis, dans le but de chercher, par des moyens amiables, un accommodement honorable entre le Paraguay et Buenos-Ayres. Quoique ce document n'indique pas directement la nature des moyens ou expédients à adopter cependant la lettre de créance, consistante en la copie adjointe, n. 2, de laquelle vièrent munis MM. le consul Graham et le secrétaire de légation Brent, les chargea de proposer, comme de fait il proposèrent: 1º, la nomination, de la part de cette république, d'agents diplomatiques, convenablement autorisés, pour aller à Buenos-Ayres traiter avec d'autres, investis de pouvoirs identiques par le gouvernement argentin, à l'égard de la détermination finale des questions existantes; 2º, la cessation de toutes les hostilités, en vertu de la médiation, sans qu'elles puissent être renouvelées à l'avenir si non après une intimation préalable de trois mois au moins.

Relativement à ce topique, M. Brent allegua, dans sa note indiquée, qu'il avait été très-agréable pour lui d'observer que la conséquence immediate et importante de l'acceptation de la médiation des Etats-Unis par le gouvernement de Buenos-Ayres avait été l'expédition instantanée d'un ordre au général Urquiza de ne diriger d'aucune manière des hostilités contre le Paraguay, comme il le démontrait par la copie qu'il envoyait.

Tels sont les antécédents sur lesquels le président sousigné va avoir l'honneur de répondre à l'honorable M. Harris. Mais pour que sa réponse s'éclaircisse davantage, et soit mieux comprise et justifiée, il sera nécessaire de partir d'une époque antérieure à la note de son prédécesseur M. Brent.

Déjà le 10 novembre 1845 M. Edouard Auguste Hopkins, agent des Etats-Unis auprès de cette république, avait offert, au nom de son gouvernement, une semblable médiation, qui avait été acceptée par le président sousigné.

Appuyé sur des correspondances antérieures et sur la nouvelle manifestation d'idées formulées par l'illustre M. Wisé, ministre plenipotenciario des Etats-Unis à la cour du Brésil, idées intéressantes pour le bien-être des puissances du sud de l'Amérique, et adoptées même par M. Guido, ministre argentin auprès de la dite cour, M. Hopkins se dirigea à Buenos-Ayres.

Le gouvernement du general Rosas, non-seulement empêcha que cet agent agît la médiation indiquée, ou qu'il prit part à celle qu'avait offerte M. Brent, mais encore il se refusa à recevoir ses informations avec un caractère public.

Outre ces faits, dont il ne serait pas convenable de qualifier ou de caractériser, présentement la portée et la valeur, d'autres faits se succéderont d'une manière si flagrante qu'ils ne pouvaient d'aucune façon manquer d'attirer l'entière attention du gouvernement paraguayno.

En effet, le gouvernement du general Rosas, en déclarant, par une note du 26 février, qu'il acceptait la médiation offerte par M. Brent, quoiqu'il alléguât ce qu'il avait jugé convenable à ses intérêts, n'établissait aucunes bases ou conditions qu'affirmassent des précédents dégradants et inadmissibles.

La médiation était possible, parce qu'il n'y avait pas de déshonneur; et si une volonté juste et sincère eût présidé aux démarches ultérieures, les fondements d'un arrangement convenable et honorable se seraient déterminés opportunément.

Mais, le 9 mars, le même gouvernement du general Rosas, sans considération pour les antécédents, et comme

resolvido a romper e impossibilitar todo o progresso amigavel, dirigio ao seu ministro na corte do Rio de Janeiro o notavel despacho dessa data, constante da copia n. 3, que e verdadeiramente caracteristico pelos pensamentos que revela, e sobretudo pelas bases que indicou como condicoes para um ajuste impossivel com a Republica do Paraguay.

O dito governo transmittio copia dessa nota ao Sr. Brent, e este aceitou sem fazer reparo ou pedir explicacoes, ao menos que conste ao infrascripto. Desde entao estava este autorizado para presumir que o ministro mediador concordava em que a mediação girasse sobre tao extraordinarios fundamentos. Se assim não fora, para que lhe cvisaria o governo argentino semelhante copia, e porque não pedira o Sr. Brent esclarecimentos, guardando um silencio por tantos titulos notavel?

As bases descriptas na nota de 9 de março attentão de tal modo ao decoro e honra, e offendem tao vivamente os direitos do povo paraguayo, que o infrascripto evitará o desdouro de reproduzi-la. Basta declarar que esta republica não podera de sorte alguma convir, não só no progresso de uma negociação fundada sobre taes principios, porém nem mesmo concordar na persistencia de uma mediação que aceitasse semelhantes condicoes, que transformaria o governo mediador em agente da morte politica da nacionalidade paraguaya.

Depois de longa interrupção o silencio chegarão a villa do Pilar os Srs. Graham e Brent encarregados dos despachos de antecessor de S. S., e dali dirigirão em 4 de agosto uma resumida e simples indicacão da sua missào.

Sob o peso das desagradaveis impressões relatadas, e na consideracão de resalvar a dignidade da republica, o governo supremo d'ella ordenou a repartição dos negocios exteriores que exigisse explicacões, o que se fez em data de 8.

Então foi presente ao infrascripto a nota dos Srs. agentes datada em 10, constante da copia n. 4 que lhe incute, a qual veio acompanhada da credencial ja mencionada.

Os esclarecimentos não erão todavia sufficientes, porquanto a questào capital consistia em saber-se se na offerta de mediação vicorava de alguma maneira as condicoes inscriptas pelo governo argentino na sua memoravel nota de 9 de março, hypothese em que convinha repellir imediatamente todo e qualquer passo ulterior. Houve portanto lugar para a correspondencia de 16 e 21 de agosto designada nos nos. 5 e 6.

Por ultimo, persuadido o supremo governo da republica de que taes condicoes ou fôrto retiradas ou somente descriptas para outras vistas ou fins, teve em consequencia da nota n. 7 a satisfacção de ver nesta capital os referidos Srs. Agentes e receber os despachos da legacão dos Estados-Unidos, concebidos nos termos ja expostos no principio.

Depois deste breve resumo dos factos occorridos, sufficiente para auxiliar a sua memoria, o presidente infrascripto procurará prescindir de todos os antecedentes desagradaveis e attende somente a possibilidade de receber da offerta que, a vista dos documentos nos. 8 e 9 de 5 do corrente, creê autorizada pelo governo dos Estados-Unidos os resultados honrosos e uteis que a generosa politica do gabinete de Washington procura proporcionar-lhe.

Assim é que a republica do Paraguay não só aceita de novo a indicada mediação, mas renova tambem as segurancas ja em outra occasião expressadas da sua fina gratidão pela demonstracão de interesse e amizade que o respeitavel governo dos Estados-Unidos teve a bondade de significar-lhe.

Duas são as unicas indicacões feitas pela legacão dos Estados-Unidos, e o presidente infrascripto as aceita ambas com pequena modificacão ou additamento. Em primeiro lugar, concorda na nomeacão de ministros plenipotenciarios autorizados para ajustarem as condicoes de uma convenção honrosa e essencial para os interesses e progressos dos dous paizes. Os ditos ministros trabalharão sobre a base indelictivel do reconhecimento da indepen-

résolu à rompre et à rendre impossible tout progres amiable, adressa à son ministre près la cour de Rio de Janeiro la remarquable dépêche de cette date, laquelle consiste en la copie n. 3, et est vraiment caractéristique par les pensées qu'elle révèle, et surtout par les bases qu'elle indique comme conditions pour un arrangement impossible avec la République du Paraguay.

Le dit gouvernement transmitt copie de cette note à M. Brent, et celui-ci l'accepta sans faire d'observations ou demander des explications; du moins le sous-signé n'en a pas eu connaissance. Dès lors celui-ci était autorisé à présumer que le ministre médiateur consentait à ce que la médiation roulât sur des fondements si extraordinaires. S'il n'en était pas ainsi, pourquoi le gouvernement argentin lui en voyait-il semblable copie? Pourquoi M. Brent ne demandait-il pas d'éclaircissements, en gardant un silence remarquable à tant de titres?

Les bases décrites dans la note du 9 mars attentent d'une telle manière à la dignité et à l'honneur, et elles offensent si vivement les droits du peuple paraguayen, que le sous-signé évitera la honte de reproduire cette note. Il suffit de déclarer que cette république ne pourra d'aucune sorte, non seulement adhérer au progrès d'une négociation fondée sur de tels principes, mais même consentir à la persistance d'une médiation qui accepterait de semblables conditions, qui transformeraient le gouvernement médiateur en agent de la mort politique de la nationalité paraguayenne.

Après une longue interruption et un long silence, MM. Graham et Brent, chargés des dépêches du précedesseur de Votre Seigneurie, arrivèrent à la ville du Pilar, et là dirigèrent, le 4 août, une indication simple et résumée de leur mission.

Sous le poids des désagréables impressions relatives, et dans le but de sauver la dignité de la république, le gouvernement suprême de cette république ordonna au département des affaires extérieures d'exiger des explications, ce qui se fit en date du 8.

Alors fut présente au sous-signé la note de MM. les agents, datée du 10, laquelle consistait en la copie n. 4, qu'elle lui remet, et qui vint accompagnée de la lettre de créance déjà mentionnée.

Toutefois les éclaircissements n'étaient pas suffisants, d'autant que la question capitale consistait à savoir si, dans l'offre de médiation, les conditions inscrites par le gouvernement argentin dans sa note du 9 mars, se corroboraient de quelque manière, hypothèse dans laquelle il convenait de repousser immédiatement toute démarche ultérieure quelconque. Alors eut lieu la correspondance du 16 et du 21 août, désignée sous les nos. 5 et 6.

Finalement, le gouvernement suprême de la république, persuadé que de telles conditions ou avaient été retirées ou seulement écrites dans d'autres vues ou pour d'autres fins, eut, en conséquence de la note n. 7, la satisfaction de voir dans cette capitale MM. les subdés agents, et de recevoir les dépêches de la légation des États-Unis, conçues dans les termes déjà exposés dans le principe.

Après ce bref résumé des faits arrivés, suffisant pour aider sa mémoire, le président sous-signé tâchera de faire abstraction de tous les précédents désagréables, et de considérer seulement la possibilité de recueillir de l'offre qu'en présence des documents nos. 8 et 9, du 5 du courant, il croit autorisée par le gouvernement des États-Unis, les résultats honorables et utiles que la généreuse politique du cabinet de Washington cherche à lui procurer.

C'est ainsi que la République du Paraguay non-seulement accepte de nouveau la médiation indiquée, mais renouvelle encore les assurances, déjà exprimées dans une autre occasion, de sa parfaite gratitude pour la preuve d'intérêt et d'amitié que le respectable gouvernement des États-Unis a eu la bonté de lui donner.

Les uniques indications faites par la légation des États-Unis sont au nombre de deux, et le président sous-signé les accepte l'une et l'autre, avec une petite modification ou additum. En premier lieu, il est d'accord sur la nomination de ministres plenipotentiaries autorisés à conclure des conditions d'une convention honorable et essentielle pour les intérêts et les progrès des deux pays. Les dits ministres travailleront sur la base indelictible de la reconnais-

sa de Paraguay como nacionalidade soberana e independentemente distincta da Confederação Argentina.

Fôra superfluo declarar que sem essa base não é possível negociação alguma, e que até seria menos decoroso ao dito governo dos Estados-Unidos progredir na mediação que, por sua dignidade, somente pôde ter lugar em questões internacionais de duas soberanias, e não no pequeno caracter de lutas domesticas, alheias a interferencia externa, e de mais a mais nunca seria offerecida para aceitar a existencia de uma das nacionalidades que a aceitara, e que em virtude della nunca esperara ouvir a proposta da sua morte politica, ou do seu desaparecimento da lista das nações, onde tem inscripto o seu nome, depois de uma longa duracão de muitos lustros e de uma existencia reconhecida e saudada por diferentes potencias.

A base indicada não é pois innovação alguma, e por isso o infrascripto dirá que a unica modificacão que propõe a respeito da primeira condicão é que os referidos ministros, em vez de se reunirem em Buenos-Ayres, se reunissem em uma corte estranha, como aconselha a razão imperial e a completa liberdade de seus trabalhos. A corte do Rio de Janeiro offerece todas as condicoes para esse effeito, e a presenca ali de um ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos ministrará todas as preparacões para que a mediação consiga proveitosos resultados.

Em segundo lugar, a Republica do Paraguay aceita semelhantemente a condicão da cessacão de hostilidades, e por certo não será ella que ministrará materia para a sua renovacão. E como a legacão dos Estados-Unidos se mostrou grata ao governo do general Rosas, porque por saber e virtude de tao respeitavel mediação expedira instantaneamente ordem ao general Urquiza para não hostilizar de forma alguma o Paraguay, o presidente infrascripto tem a honra de offerecer-lhe a inclusa copia autentica do decreto desta data, pelo qual manda cessar todas as hostilidades declaradas ao governo de Buenos-Ayres, restituir as cousas ao estado anterior nos termos nelle consignados, e acreditar que este facto será avaliado como prova incontrovertida de sua dedicacão aos Estados-Unidos e de ardente anhelo pela paz e prosperidade do sul da America.

O honrado Sr. Harris observará que uma consequencia legal destes precedentes é que o governo argentino repozia pela sua parte as cousas no estado anterior nos seus decretos de 8 de janeiro e 16 de abril de 1845, abridose effectivamente a navegacão entre o Paraguay e Buenos-Ayres, ainda que seja com a restricção de não passar adiante para o Rio da Prata, já porque taes decretos são verdadeiras hostilidades que devem cessar, já porque o contrario seria illusorio pouco generoso que revelára realidade diametralmente opposta a quaesquer palavras de negociação amigavel ou paz sincera. Além dos verdadeiros interesses commerciaes da Confederação, que se ligão a essa politica por modo tao obvio que as mais triviaes noções de economia e riqueza social o não permitem duvidar, não se pede uma providencia ao governo de Buenos-Ayres.

Debaixo destas consideracões o presidente infrascripto somente aguarda a contestacão do honrado Sr. Harris para autorisar o ministro que devera ir combinar com o ministro argentino as condicoes reciprocamente vantajosas para os dous paizes, e que sejam baseadas sobre a independencia paraguaya, e um futuro de poder e força commercial, de desenvolvimento de industria, e de prosperidade das duas republicas capazes e dignas de um glorioso porvir.

Por consequencia não resta ao supremo governo do Paraguay mais do que renovar as suas expressões de alta gratidão ao Ilustrado gabinete de Washington, assim como offerecer ao Sr. Harris a segurancas da mais distincta consideracão e fim apreço.

Dous gazetes a S. S. muitos annos. — Carlos Antonio Lopez. Na nota n. 5 e na presente encontra-se tudo o que o governo do Paraguay disse por occasião da mediação

saucé de l'Independence du Paraguay comme nationalité souveraine et entièrement distincte de la Confédération Argentine.

Il est superfluo de déclarer que, sans cette base, aucune négociation n'est possible, et que même il serait peu honorable pour le gouvernement élevé des États-Unis de persister dans une médiation qui, pour sa dignité, peut seulement avoir lieu sur des questions internationales de deux nations, et non sur le caractère mesquin de luites domestiques, étrangères à l'interférence extérieure, et qui de plus ne serait jamais offerte pour détruire l'existence d'une des nationalités qui l'auraient acceptée, d'une nationalité qui, en vertu de cette interférence, ne se serait jamais attendue à entendre la proposition de sa mort politique ou de sa disparition de la liste des nations, où elle a inscrit son nom après une longue durée de plusieurs lustres, et après une existence reconnue et saluée par différentes puissances.

La base indiquée n'est donc pas une innovation, et, pour cela, le sous-signé dira que l'unique modification qu'il propose à l'égard de la première condition est que les susdits ministres, au lieu de se réunir à Buenos-Ayres, se réunissent dans une capitale étrangère, comme le conseil la raison impartiale et la complète liberté de leurs travaux. La ville de Rio de Janeiro offre toutes les conditions pour cet effet, et la présence en cette capitale d'un ministre plenipotentiaire des États-Unis rénoit toutes les convenances pour que la médiation obtienne de probables résultats.

En second lieu, la République du Paraguay accepte pareillement la condition de la cessation des hostilités, et certainement ce ne sera pas elle qui fournira matière à leur renouvellement. Et comme la légation des États-Unis s'est montrée reconnaissante au gouvernement du général Rosas, parce que, par amour et en vertu d'une si respectable médiation, il avait expédié instantanément au général Urquiza l'ordre de n'agir hostiellement d'aucune manière envers le Paraguay, le président sous-signé a l'honneur de lui offrir, incluse, la copie authentique du décret de cette date, par lequel il ordonne de cesser toutes les hostilités déclarées au gouvernement de Buenos-Ayres; de rétablir les choses dans l'état antérieur, selon les termes consignés en ce décret; et il croit que ce fait sera apprécié comme une preuve incontrovertible de son dévouement aux États-Unis et de ses vœux ardents pour la paix et la prospérité du sud de l'Amérique.

L'honorable M. Harris observera que la conséquence loyale de ces précédents est que le gouvernement argentin remette de son côté les choses dans l'état antérieur à ses décrets du 8 janvier et du 16 avril 1845: la navigation entre le Paraguay et Buenos-Ayres, quoiqu'elle ait la restriction de ne pas avancer dans le fleuve de la Plata, s'ouvrira effectivement, parce que de tels décrets sont de véritables hostilités qui doivent cesser, et parce que le contraire serait une illusion peu généreuse qui révélerait une réalité diametrallement opposée à toutes paroles de négociation amiable ou de paix sincère. Au-delà des véritables intérêts commerciaes de la Confédération, qui se ligent à cette politique d'une manière si patente que les plus triviales notions d'économie et de richesse sociale ne permettent pas d'en douter, on ne demande aucune mesure de prévoyance au gouvernement de Buenos-Ayres.

Sous ces considérations, le président sous-signé attend seulement la réponse de l'honorable M. Harris pour autoriser le ministre qui devra aller s'entendre avec le ministre argentin sur les conditions réciproquement avantageuses pour les deux pays, et qui soient basées sur l'indépendance paraguayenne et sur un avenir de puissance et de force commerciale, de développement, d'industrie et de prospérité des deux républiques, signes de l'élevation future à laquelle elles sont aptes.

En conséquence, il ne reste plus au gouvernement suprême du Paraguay qu'à renouveler à l'illustré cabinet de Washington ses expressions de haute gratitude, ainsi qu'à offrir à M. Harris l'assurance de la considération la plus distinguée et de la plus parfaite estime.

Que Dieu accorde à S. S. de longues années. — Carlos Antonio Lopez. Dans la note n. 5 et dans la présente on trouve tout ce que le gouvernement du Paraguay a dit à l'occasion de la

Brent; não ha em todos esses documentos uma só palavra, a allusão mais remota, que faça entender que o governo paraguayo puzesse como condição sine qua non o statu quo de limites. Entretanto a Gazeta faz esse cargo ao governo paraguayo.

(11.) Dissemos que só então fallou publicamente o governador Rosas dos direitos que lhe dava a divisão do território do vice-reinado, porque, conquanto desde junho de 1851 tivesse já esse argumento não fez uso delle senão em 1855. Que esse argumento, contra a independencia do Paraguay tinha elle desde 1851, resulta de uma carta cujo original existe em poder do supremo governo da republica, dirigida por D. Juan Manuel Rosas ao seu querido amigo D. Pascual Echague, com data de 10 de junho de 1851.

Sem dovida a D. Pascual, que na data da carta se preparava para a jornada de Casguasú, em que foi heilado, sonhava com o triumpho e propunha-se a ir sobre o Paraguay: a isto parece que allude a carta do seu querido amigo D. Juan Manuel, cuja integra é do teor seguinte:

Sr. D. Pascual Echague. — Entre-Rios. — Buenos-Ayres, 10 de junho de 1851.

Meu querido amigo. A sua muito estimavel de 20 do passado não deixou de dar-me que pensar, e depois de maduras reflexões julguei que o menos perigoso é não effectuar o que me propõe; porém de todos os modos deve retardar-se a saída de B.... até ao regresso do outro.

Apezar dos meus desejos, não foi possível apromptar mais cedo a divisão que deve marchar a incorporar-se ás ordens do bravo coronel Quintana; porém já está prompta, seguirá por estes dias; e para que V. possa formar anticipadamente e com dados o seu plano, incluo-lhe um mappa da força, armamento, etc., da divisão.

Acerca da relação de artigos bellicos e vestuário que me dirigi, escrevo-lhe officialmente.

A criação do novo corpo que V. medita seria utilissima: pôde ir reunindo o pessoal delle e avisar-me para apromptar o seu material.

Pelo que respeita ao Paraguay, é negocio serio: é certo que todas as informações coincidem em que os taes consules são uns papalvos ou automatos de que poderia tirar-se grande partido; porém, não obstante, o que por agora urge é que não se liguem aos selvagens unitarios de Corrientes, contemplando-os, affagando-os e infundindo-lhes confiança. O demais depois verá. Desde o descobrimento destas regiões pela Hespanha considerou-se o Paraguay como parte do Estado, e por consequente a Confederação Argentina tem direito de exigir delle que adopte o systema santo e nacional da federação. Porém ainda não é tempo. Bem vê, companheiro, que por pouco que esses homems queirão fazer luge contra nós, unidos aos selvagens Ferrer e Paz, e demais cabeceiras, podem reduzir-nos a uma situação critica. Ha alguma verdade no que lhe disserão: alguma cousa medito tendente a infundir-lhes confiança e atrahi-los, e opportunamente sera V. instruido de tudo por extenso.

As noticias do interior vê-las-ha nos diários que lhe remetto: com o favor da Providencia Divina os selvagens unitarios sublevados daquellas provincias cabrá dentro em pouco tempo e para sempre debaixo das lanças federaes.

Em breve ficará a nossa esquadra em um pé respeitavel para aniquillar de um só golpe a do cabeceira pardoyon Rivera.

O seu recommendado foi acolhido da modo que o exigia a sua respeitavel recommendação, e aloje-o em casa de minha irmã Maria Josefa. All sera mais bem tratado; porém é-me doloroso annunciar-lhe que temo seja difficil o seu restabelecimento, segundo o juizo que formou o facultativo.

Fica rogando a Deus Nosso Senhor pela sua saúde e acerta, como seu mais fino amigo e companheiro—Juan Manuel Rosas.

Tendo o supremo governo em suas mãos esta confissão,

negociation Brent; il n'y a pas dans tous ces documents une seule parole, l'allusion la plus éloignée qui fasse entendre que le gouvernement paraguayen mit comme condition sine qua non le statu quo de limites. Cependant la Gazette fait ce reproche au gouvernement paraguayen.

(11) Nous avons dit que seulement alors le gouverneur Rosas parla publiquement des droits que lui donnait la division du territoire de la vice-royauté, parce que, quoiqu'il eût déjà cet argument depuis juin 1851, il n'en fit usage qu'en 1855; parce que cet argument contre l'indépendance du Paraguay, qu'il avait depuis 1851, résulte d'une lettre dont l'original existe au pouvoir du gouvernement suprême de la république, adressée par D. Juan Manuel Rosas à son cher ami D. Pascual Echague, sous la date du 10 juin 1851.

Sans doute D. Pascual, qui à la date de la lettre se préparait à la journée de Casguasú, dans laquelle il fut heilté, rêvait un triomphe et se proposait de marcher sur le Paraguay: il parait que c'est à cela que fait allusion la lettre de son cher ami D. Juan Manuel, dont le texte est de la teneur suivante:

M. D. Pascual Echague. — Entre-Rios. — Buenos-Ayres, 10 juin 1851.

Mon cher ami.—Votre très-estimable lettre du 20 du passé n'a pas laissé de me donner à penser; et, après de mûres réflexions, j'ai jugé que le moins périlleux est de ne point effectuer ce qu'elle me propose; mais, de toutes les manières, la sortie de B.... doit se retarder jusqu'au retour de l'autre.

Malgré mes desirs, il n'a pas été possible de préparer plus tôt la division qui doit marcher pour s'incorporer à vous sous les ordres du brave colonel Quintana; mais déjà elle est prête, elle suivra ces jours-ci, et pour que vous puissiez, d'avance et avec des données, former votre plan, je vous remets ci-inclus un tableau de la force, de l'armement etc., de la division.

A l'égard de la relation des articles de guerre et d'habillement, que vous m'avez adressée, je vous écris officiellement.

La création du nouveau corps que vous méditez sera très-utile: vous pouvez en réunir le personnel et m'en aviser pour appréter son matériel.

Quant à ce qui concerne le Paraguay, c'est une affaire sérieuse: il est certain que toutes les informations concident dans cette opinion que de tels consules sont des niais ou des automates desquels on pourrait tirer un grand parti; mais, nonobstant, ce qui est urgent pour le présent, c'est qu'ils ne se lient pas aux sauvages unitaires de Corrientes, en les considérant, en les caressant et en leur inspirant de la confiance. Le reste verra après. Depuis la découverte de ces régions par l'Espagne, on a considéré le Paraguay comme partie de l'état, et par conséquent la Confédération Argentine a droit d'exiger de lui qu'il adopte le système saint et national de la fédération. Mais il n'est pas encore temps. Vous voyez bien, camarade, que pour peu que ces homems veulent agir contre nous, unis aux sauvages Ferrer et Paz et autres chefs, ils peuvent nous réduire à une situation critique. Il y a quelque vérité dans ce qu'on vous a dit: je medite quelque chose tendant à leur inspirer de la confiance et à les attirer; et en temps opportun vous serez instruit de tout en détail.

Les nouvelles de l'intérieur, vous les verrez dans les journaux que je vous remets: par la grâce de la Providence Divine, les sauvages unitaires soulevés de ces provinces sont tombés en peu de temps et pour toujours sous les lanças fédérales.

Bientôt notre escadre sera sur un pied respectable pour anéantir d'un seul coup celle du chef pardoyon Rivera.

Votre recommendé a été accueilli de la manière qu'exigeait votre respectable recommendaillon, et je l'ai logé dans la maison de ma sœur Maria Josefa. Là il sera mieux traité; mais il m'est douloureux de vous annoncer que je crains que son rétablissement ne soit difficile, à en juger par ce que dit le médecin.

Je prie Dieu Notre Seigneur pour votre santé et pour votre réussite, comme votre plus parfait ami et camarade.—Juan Manuel Rosas.

Le gouvernement suprême ayant entre ses mains cette

confession, faite au sein de la confiance à un complice, que le reste verra après, le gouvernement de la république pouvait-il, sans la plus honteuse stupidité, se fier à la délicate bienveillance et à la fraternelle amitié du gouverneur Rosas? Pôde confier nas suas promessas, de que as armas da Confederação não inquietarão o Paraguay?

(12) Com as justas e attendíveis considerações que por officio de 15 de março ultimo manifestou V. S. em comprovação de não se poder tirar actualmente dessa provincia uma força armada capaz de operar em uniao com a desta capital na Banda Oriental accrescentou V. S. a este governo (que jámais careceu de tantas provas) novas demonstrações da sua sinceridade e boa fé. Quando tantas e tão reiteradas convicções não bastassem para estreitar mais e mais a intima e inalteravel adhesão de ambos os governos, bastarão só para arralga-la de um modo firme e duradouro os imminentes riscos a que ficarão expostos os povos ou a vizinhança de um inimigo armado, que, nos momentos de nossa divisão, multiplicaria as suas aggressões. Não é nem será capaz este governo de separar-se um ponto daquellas idéas que formão a felicidade dessa provincia, nem espera mais de V. S. do que uma combinação acertada relativamente aos acontecimentos da Banda Oriental. Assim é que, além de contar, como conta, com toda a energia dessas tropas para obrar contra o inimigo de um modo activo nos pontos e lances que ali se offereção, conta igualmente com todos os auxilios que ao mesmo tempo possa V. S. proporcionar ao exercicio da outra Banda. Firme neste conceito, reproduz a V. S. suas anteriores officiosidades, offerecendo quanto nas circumstancias presentes esteja ao seu alcance e dependa das suas facultades.

Buenos-Ayres, 20 de abril de 1852. — Manoel de Sarrazin. — Feliciano Antonio Chiclana. — Bernardino Rivadavia. — Nicolas Herrera, secretario.

Depois de ler esta nota não pôde increpar-se com justiça ao Paraguay a sua inacción e indifferença ao commença a guerra da independencia; vê-se por ella que o Paraguay fez quanto pôde e tinha offerecido. As provincias do que hoje se chama Confederação não tardarão a empregar as suas forças e os seus exercitos nas vergonhosas discussões civis. B queria-se que o Paraguay tivesse concorrido para ellas?

(13) Para justificar o governo de Buenos-Ayres a infracção do tratado de 12 de outubro de 1811, pelo exorbitante imposto de tres pesos por arroba de tabaco, quando se havia estipulado que seria só de um real e meio, allega em nota de 19 de dezembro de 1812 que o Paraguay « havia encarado com gelida indifferença os seus perigos, e que não só não tratara de cooperar activamente para a defesa de todos, senão que abandonára Buenos-Ayres a sorte dos seus recursos e das suas forças. » Constatando a isto o governo do Paraguay em 27 de janeiro seguinte, dizia:

« Nem a infundada attribuição de uma conducta equívoca, nem o mais que V. S. dá como razão em officio de 18 do mez anterior, podia ser sufficiente para infringir os nossos pactos, e muito menos pelo modo por que o executor. Quando esta provincia ajustou a applicação aos seus fundos do peso de prata que out'ora se cobrava nestes cidaes por cada terço de erva mate, a titulo de sisa e arbitrio, só foi para não gravar, conforme pôde, com novas imposturas o commercio, que se era nill a uma provincia, não o era nem é menos a outra; sendo evidente que, quanto menor é o gravame em um trafico, mais vantajoso se torna para os povos, que desde modo derião manifesta commodidade da batateira e abundancia. Pôde dizer-se que uma e outra provincia são commerciantes e tem suas certas dependencias real do commercio, sem outra differença senão que o Paraguay faz o seu unicamente com os seus proprios productos, porém Buenos Ayres não só com os seus, senão tambem na maior parte, e quasi no todo, com effectos de outros paizes. Por outra parte, nenhum povo tem o menor direito para estabelecer e perpetuar taxas em outros logo, o tratado do commercio Britanico tão proveitoso e util ao Paraguay como a Buenos-

confession, faite au sein de la confiance à un complice, que le reste verra après, le gouvernement de la république pouvait-il, sans la plus honteuse stupidité, se fier à la délicate bienveillance et à la fraternelle amitié du gouverneur Rosas? Pôut-il se fier à ses promesses que les armes de la Confédération n'inquieteraient pas le Paraguay?

(12) Aux considerations justes et dignes d'attention que V. S. par dépêche du 15 mars dernier, a manifestées, en confirmation de ne pouvoir tirer actuellement de cette province une forte armée capable d'opérer en unio avec celle de cette capitale dans la Bande Orientale, V. S. ajoua à ce gouvernement (qui jámais n'eut besoin de tant de preuves) de nouvelles démonstrations de sa sincérité et de sa bonne foi. Si des convictions si nombreuses et si réitérées ne fussaient pas pour resserrer de plus en plus l'intime et inaltérable adhesion des deux gouvernements, il suffirait, pour l'affirmer d'une manière certaine et durable, des risques immenses auxquels resteraient exposés les peuples par le voisinage d'un ennemi armé, qui, dans les moments de notre division, multiplierait ses aggressions. Ce gouvernement n'est ni ne sera capable de s'éloigner aucunement de ces idéas qui font la félicité de cette province; et il n'attend de V. S. qu'une combinaison prudente relativement aux évènements de la Bande Orientale: c'est ainsi que, en outre qu'il compte, comme il le fait, sur toute l'énergie de ces troupes pour agir contre l'ennemi, d'une manière active, sur les points et dans les occasions qu'offriront, il compte également sur tous les secours qu'en même temps V. S. pourra fournir à l'armée de l'autre Bande. Ferme dans cette opinion, il reitera à V. S. ses anteriores desirs d'obligance, lui offrait tout ce qui, dans les circonstances présentes, soit en son pouvoir et dépende de ses facultés.

Buenos Ayres, 20 avr-1852. — Manuel de Sarrazin. — Feliciano Antonio Chiclana. — Bernardino Rivadavia. — Nicolas Herrera, secrétaire.

Après avoir lu cette note, on ne peut, avec justice, blâmer le Paraguay de son inaction et de son indifferença au commencement de la guerre de l'indépendance. On voit par cette note que le Paraguay a fait autant qu'il a pu et qu'il avait offert. Les provinces de ce qu'on appelle aujourd'hui Confédération ne tardèrent pas à employer leurs forces et leurs armées dans les honteuses discussions civiles. Et voulait-on que le Paraguay y eût concouru?

(13) Pour justifier l'infracção du traité du 12 octobre 1811 par l'exorbitant impôt de trois piastres par arroba de tabac, quand on avait stipulé qu'il serait seulement d'un real et demi, le gouvernement de Buenos-Ayres allegua, dans une note du 19 décembre 1812, que le Paraguay « avait envisagé ses dangers avec une indifferença glaciale, et que non seulement il n'avait pas songé à coopérer activement à la défense de tous, mais qu'il avait abandonné Buenos Ayres au hasard de ses ressources et de ses forces. » Répondant à cela, le gouvernement du Paraguay, le 27 janvier suivant, disait:

« Si l'attribuion infondée d'une conduite équivoque, ni tout ce que V. S. donne comme raison, dans une dépêche du 18 du mois antérieur, ne pouvait être suffisant pour enfreindre nos conventions, et encore moins de la manière dont elle l'a fait. Quand cette province convint de l'applicação à ses fonds de la piastre d'argent, qui autrefois se percevait dans cette ville sur chaque terço d'herbe-mate à titre d'imposition et d'arbitre, ce fut seulement pour ne pas surcharger, autant que possible, par de nouveaux impôts, un commerce qui, s'il était utile à une province, ne l'était pas moins à l'autre; étant évident que moins un trafic est imposé, plus il devient avantageux pour les peuples, qui, de cette manière, firent une commodité manifeste du bon marché et de l'abondance. On peut dire que l'une et l'autre province sont commerciantes et ont une certaine dépendance réelle du commerce, sans autre différence que le Paraguay fait le sien uniquement avec ses propres produits, mais Buenos Ayres non-seulement avec les siens, mais encore, pour la plus grande partie, et presque pour le tout, avec des denrées des autres pays. D'autre part, aucun peuple n'a le moindre droit d'établir et de perpétuer des mono-

Ayres, beneficio que V. Ex. não pôde deixar de reconhecer, estando as cousas imparcialmente. Quanto ao mais, é verdade que em um artigo do tratado publico se expressa que podera Buenos-Ayres estabelecer algum imposto em caso urgente sobre os productos e effectos exportados daqui, e isto seria moderado; porém também sabe V. Ex. que, pelo artigo reservado e separado, se restringiu e reduziu essa faculdade a só um real ou real e meio, até que este ponto se liquidasse em formal congresso geral de todas as provincias.

Esta tão pouco se obriga nem podia obrigar se a impossíveis. Não se impoz nenhuma lei precisa de cooperar activamente para a defesa de Buenos Ayres e povo de sua dependencia, nem tão pouco de não deixa-lo em caso algum abandonado a sorte das suas forças e recursos. Em uma palavra, não estipulou nenhuma designada prestação de auxilio de tropas, de dinheiro, nem de nenhum outro subsidio. Tanto o Paraguay como Buenos Ayres nada mais pactuaram neste particular do que auxiliarem-se e cooperarem com todo o genero de socorros, segundo permitissem as circumstancias de cada um, sempre que o demandassem a justa causa e common liberdade.

Bastante e mesmo demasiado tinha feito já o Paraguay separando-se da liga dos inimigos de Buenos Ayres, restituindo-lhe generosamente a cidade de Corrientes, franqueando-lhe o transitto e retirada de suas tropas pelo rio, e deixando-o em estado de poder permanecer na occupação das povoações e vasto territorio da Banda Oriental, que do contrario infallivelmente teria perdido, sem poder ao menos salvar as suas tropas. Disto é prova incontestavel a capitulação que Buenos Ayres se viu precisada a concluir com Montevideo, mesmo depois da separação desta provincia da Confederação Sulina. Que seria se não tivesse occorrido a nossa revolução generosa, e se recebendo o auxilio de espingardas e dinheiro, que se recolhita de Montevideo, houvesse esta provincia cooperado activa e offensivamente, bloqueando o rio e atacando os demais povos da Banda Oriental, como já havia executado a respeito de Corrientes?

Em semelhante situação, esta provincia, em grande parte arruinada pelos resultados da passada guerra civil, sem fundo algum effectivo, achava-se, como até aqui se acha também, sem excedente de armas e munições, e sem mais do que as rigorosamente precisas para a custodia e defesa do seu dilatado territorio, mais exposto a novas riscos e azares em consequencia da sua propria revolução e do sistema da liberdade da America que havia abraçado. Contudo, V. Ex. cumpriu-se em que este governo equipasse e enviasse um exercito armado, a duzentas ou trezentas leguas de distancia. Fôra preciso um milagre para vencer os obstaculos e difficuldades insuperáveis que se offereçião, e para deixar ao mesmo tempo um resguardo esta provincia. Porém quem é que deve julgar destas circumstancias conforme o teor e clausulas do tratado? A razão e a justiça dizem que V. Ex., não tendo nem podendo ter evidencias do contrario, repouse tranquillamente sobre a sinceridade e boa fé de um aliado tanto mais firme e seguro quanto a sua revolução foi obra, não de impulso estranho, mas sim da sua livre determinação e do seu proprio affecto e inclinação a sagrada causa common. Depois disto, será justo que V. Ex. chame equivoca a conducta desta provincia? O que é que V. Ex. intenta? Que o Paraguay, sacrificando incanta e cegamente as suas poucas forças fora da sua provincia, se redoz a uma desolação, e a não figurar mais do que um esqueleto de povo inerte e incapaz de sustentar-se a si proprio, deixando comprometida a sua segundade ao menor impeto ou convulsão de dentro ou de fora? Por certo que, em iguaes circumstancias, não faria Buenos Ayres pelo engrandecimento do Paraguay o que agora pretende que o Paraguay faça por Buenos Ayres.

Além disto, com que fundamento, ou em virtude de que, podia V. Ex. supôr que uma provincia como esta, que nunca tinha sido formalmente abastecida de armamento, munições e auxilios militares, ficasse ainda abun-

da de destes recursos para costear e enviar a paizes remotos, fora do seu territorio, um exercito armado e bem equipado, depois do consumo, perdas e destroços occorridos pela antecedente guerra civil, quando Buenos Ayres não quiz prover-nos de uma só espingarda, retendo estas algumas pertencentes a esta provincia? Concluiremos pois que não teve motivo algum sufficiente para a monstruosa infracção que fez ao tratado, sem dar sequer a menor noticia a este governo, o que prova a desatenção e nenhum respeito que se lhe teve. Não parou nisso: chegou-se também ao extremo de manifestar uma certa aversão ou enfado pela independencia e verdadeira liberdade desta provincia, ao distingui-la com um odioso gravame duplicado de impostos sobre suas fazendas ou productos, isto é, que deixa mais comprometida e equívoca a opinião e conducta de Buenos Ayres na proclamação que faz dos direitos sagrados dos povos.

Celle-ci non plus ne s'oblige ni ne pouvait s'obliger à des choses impossibles. Elle ne s'est imposé aucune loi précise de coopérer activement à la défense de Buenos Ayres et des peuples de sa dépendance; ni non plus de ne laisser, dans aucun cas, cet état abandonné au hasard de ses forces et de ses ressources. En un mot, cette province n'a stipulé aucune prestation désignée de secours de troupes, d'argent, ni d'aucun autre subsidio. Le Paraguay, aussi bien que Buenos Ayres, ne sont convenus, à ce sujet, de rien autre chose que de s'aider et de coopérer partout où espèce de secours, selon que le permettraient les circonstances de chacun, et toujours selon que le demanderait la juste cause et la common liberté.

Le Paraguay avait déjà fait assez et même trop, en se séparant de la ligue des ennemis de Buenos Ayres, en lui restituant généreusement la ville de Corrientes, en lui franchissant le passage et la retraite de ses troupes par la rivière, et en le laissant en état de pouvoir persister dans l'occupation des peuplades et du vaste territoire de la Banda Oriental, que, du contraire, il aurait infalliblement perdu, sans pouvoir même sauver ses troupes. La preuve incontestable de cela c'est la capitulation que Buenos Ayres se vit forcé de conclure avec Montevideo, même après la separation de cette province de la confédération ennemie. Que serait-ce si notre généreuse révolution ne fut pas arrivée, et si, recevant le secours de fusils et d'argent qu'on envoyait de Montevideo, cette province eût coopéré activement et offensivement en bloquant la rivière et en attaquant les autres peuples de la Banda Oriental, comme déjà elle avait fait à l'égard de Corrientes?

Dans une pareille situation, cette province, en grande partie ruinée par les résultats de la guerre civile passée, sans aucun fond effectif, se trouvait, comme jusqu'ici elle se trouve encore, sans excédent d'armes et de munitions, et sans autres que celles rigoureusement nécessaires pour la garde et la défense de son territoire étendu, plus exposé à de nouveaux risques et hasards en conséquence de sa propre révolution et du système de liberté de l'Amérique qu'elle avait embrassé. Cependant V. Ex. fit des efforts pour que ce gouvernement équipât et envoyât une armée sur le pied de guerre à deux ou trois cents lieues de distance. Il aurait fallu un miracle pour vaincre les obstacles et les difficultés insurmontables qui se présentaient, et pour laisser en même temps cette province en sûreté. Mais qui est ce qui doit juger de ces circonstances, selon la teneur et les clauses du traité? La raison et la justice disent que V. Ex., n'ayant ni ne pouvant avoir l'évidence du contraire, se repose tranquillement sur la sincérité et la bonne foi d'un allié d'autant plus ferme et d'autant plus sûr que sa révolution fut l'ouvrage, non de l'impulsion étrangère, mais bien de sa libre détermination et de sa propre affection et inclination à la cause commune sacrée. D'après cela, sera-t-il juste que V. Ex. appelle équivoque la conduite de cette province? Quelle est l'intention de V. Ex.? Que le Paraguay, en sacrifiant imprudemment et aveuglément son peu de forces hors de sa province, se réduise à la desolation et à ne plus présenter qu'un squelette de peuple inerte et incapable de se soutenir lui-même, laissant sa segundade compromise à la moindre violence ou convulsão de dans et du dehors? Certainement que, dans des circonstances égales, Buenos Ayres ne ferait pas, pour l'engrandissement du Paraguay, ce que maintenant V. Ex. prétend que le Paraguay fasse pour Buenos Ayres.

D'ailleurs, sur quel fondement ou en vertu de quoi V. Ex. pouvait-elle supposer qu'une province comme celle-ci, qui jamais n'avait été formellement pourvue d'armement, de munitions et de secours militaires, de-

da de destes recursos para costear e enviar a paizes remotos, fora do seu territorio, um exercito armado e bem equipado, depois do consumo, perdas e destroços occorridos pela antecedente guerra civil, quando Buenos Ayres não quiz prover-nos de uma só espingarda, retendo estas algumas pertencentes a esta provincia? Concluiremos pois que não teve motivo algum sufficiente para a monstruosa infracção que fez ao tratado, sem dar sequer a menor noticia a este governo, o que prova a desatenção e nenhum respeito que se lhe teve. Não parou nisso: chegou-se também ao extremo de manifestar uma certa aversão ou enfado pela independencia e verdadeira liberdade desta provincia, ao distingui-la com um odioso gravame duplicado de impostos sobre suas fazendas ou productos, isto é, que deixa mais comprometida e equívoca a opinião e conducta de Buenos Ayres na proclamação que faz dos direitos sagrados dos povos.

Por último, quer V. Ex. que este negocio se submetta ao juizo do congresso que propõe, isto é, de uma assembleia de subditos e dependentes do mesmo governo de Buenos Ayres, em comparação da qual a representação de outra provincia do Paraguay seria nulla e de mera formalidade. Porém deixando isto e muito mais que se poderia deduzir, se no conceito de V. Ex. já não subsistem os tratados e não ha alliança, união, ou confederação, como, com que intento ou idea se convida ao Paraguay para esse congresso? É preciso satisfazer primeiro a esta pergunta, e resolver esta difficuldade.

Assumpção do Paraguay, 27 de Janeiro de 1815. — Fulgencio Lagos. — Dr. José Caspar de Francia. — Pedro Juan Caballero. — Fernando de la Mora. — Mariano Laris Galvez, secretario.

11) A nota donde a Gazeta extrahio umas poucas de palavras destacadas para se accommodar ás suas vistas é a que inserimos tão integralmente quanto o permite a sua extensão; faremos notar os topicos e omittimos por pouco relacionados com a questão que nos occupa; dir assim:

« Exm. Sr. — Quando esta provincia oppoz as suas forças a que vierão dirigidas dessa cidade, não teve nem podia ter outro objecto mais do que a sua natural defesa. Não pôde entrar em dvida que, abolida ou desfeita a representação do poder supremo, recabe este ou fica naturalmente refundido em toda a nação. Cada povo considera-se então de certo modo participante do attributo da soberania, e até os ministros publicos hão mister do seu consentimento ou livre conformidade para o exercicio de suas faculdades.

Este principio tão importante como fecundo em suas consequencias, e que V. Ex. sem dvida haverá reconhecido, deduz-se certamente que reassumindo os povos os seus direitos primitivos achão-se todos em igual caso, e que igualmente corresponde a todos velar pela sua propria conservação. Se neste estado se apresentava o conselho chamado de regencia, não sem alguma apparencia de legitimidade, que muito é que houvessem no total horrasca que ameaçava, adoptassem diferentes sistemas de segundade sem se opporem ao geral da nação? É verdade que esta idea, para melhor exito do seu objecto, podia ter se rectificado. A confederação desta provincia com as que comprehendia a demarcação do antigo vice-reinado, devia ser de um interesse mais immediato, mais executivel, e por isso mesmo mais natural, como de povos não só da mesma origem, mas que, pelo enlace de interesses reciprocos particulares, pareciam destinados pela propria natureza a viverem e conservarem-se unidos.

« Não faltavam verdadeiros patriotas que desgrassem esta dvida unio em termos justos e razoáveis; porém as grandes empresas requerem tempo e combinação e a succedente do governo e as desgraçadas circumstancias que occorrem, por parte dessa e desta cidade, de que se não convém fazer memoria, a tinham difficuldado. A

meural encoro asse abundantemini unio de os recome para payer et envoyer dans des pays éloignés, hors de son territoire, une armée sur le pied de guerre et bien équipée, après la dépense, les pertes et les ravages occasionnés par la guerre civile antécédente, quand Buenos Ayres ne voulut pas nous fournir un seul fusil, on retenait au contraire quelques-uns appartenants à cette province? Nous concluons donc qu'il n'y a eu aucun motif suffisant pour la monstrueuse infraction faite au traité, sans en donner même la moindre connaissance à ce gouvernement, ce qui prouve l'inconsidération et le manque d'égards qu'on a eus pour lui. On ne s'arrêta pas à cela; on arriva encore à l'extrémité de manifester une certaine aversion ou dégoût pour l'indépendance et pour la véritable liberté de cette province, de la distinguer par une odieuse double surcharge d'impôts sur ses marchandises ou produits. C'est cela qui rend plus compromises et plus équivoques l'opinion et la conduite de Buenos Ayres dans la proclamation qu'il fit des droits sacrés des peuples.

Enfin, V. Ex. veut que cette affaire se soumette au jugement du congrès qu'elle propose, c'est-à-dire, d'une assemblée de sujets et dépendants du même gouvernement de Buenos Ayres, assemblée en comparaison de laquelle la représentation de la province détestée du Paraguay serait nulle et de pure formalité. Mais laissant cela et bien autre chose qui pourrait se déduire, si dans l'opinion de V. Ex. déjà les traités ne subsistent plus, et s'il n'y a plus d'alliance, d'unio ni de confédération, comment dans quelle intention ou dans quelle idée invite-t-on le Paraguay à ce congrès? Il faut satisfaire d'abord à cette demande et résoudre cette difficulté.

Assumpção do Paraguay, 27 Janeiro 1815. — Fulgencio Lagos. — Dr. José Caspar de Francia. — Pedro Juan Caballero. — Fernando de la Mora. — Mariano Laris Galvez, secretario.

11) La note d'ou la Gazette a extrait quelques paroles détachées pour les accommoder à ses vues, est celle que nous inserons aussi intégralement que nous la permet son étendue; nous ferons remarquer les topics que nous omettons comme peu en rapport avec la question qui nous occupa; cette note dit:

« Excellentissime Seigneur, quand cette province opposa ses forces à celles qui virent dirigées de cette ville, elle n'eut ni ne pouvait avoir d'autre but que sa défense naturelle. Il ne peut entrer en doute que la représentation du pouvoir suprême abolie ou défective, ce pouvoir retombe ou reste naturellement reversé sur toute la nation. Chaque peuple alors, de certaine manière, se considère comme participant de l'attribut de la souveraineté, et jusqu'aux ministres publics ont besoin de son consentement ou de son libre accord pour l'exercice de leurs facultés.

De ce principe, aussi important que fécond en conséquences utiles, et que V. Ex. sans doute aura reconnu, il se déduit certainement que les peuples, en reprenant leurs droits primitifs, se trouvent tous en cas égal et qui correspondent également à veiller tous pour leur propre conservation. Si dans cet état se présentait le conseil appelé conseil de regence, non sans quelque apparence de légitimité, importe-t-il beaucoup qu'il y eût des peuples qui, en cherchant une ancre de laquelle ils pussent se servir dans la tempête générale qui les menaçait, adoptassent différents systèmes de sécurité, sans s'opposer au système général de la nation? Il est vrai que cette idée, pour meilleur résultat de son objet, pouvait s'être rectifiée. La confédération de cette province avec celles que comprenait la démarcation de l'ancien vice-royauté, devait être d'un intérêt plus immédiat, plus facile à obtenir et par cela même plus naturel, comme de peuples non-seulement de la même origine, mais encore qui, par le lien d'intérêts reciproques particuliers, paraissent destinés par la nature même à vivre et à se conserver unis.

« Il ne manquait pas de vrais patriotes qui désiraient cette heureuse unio dans des termes justes et raisonnables; mais les grandes entreprises demandent du temps et de la combinaison et l'ascendant du gouvernement et les malheureuses circonstances qui survinrent de la part de cette ville-ci et de cette ville-là, circonstances

final, as causas da provincia chegarem a tal estado que...

Segue-se a historia do occorrido nos dias 14 e 15 de maio para a installação do governo provisório, e continua:

O principal objecto não era outro senão aplanar o caminho para que, reconhecendo a provincia os seus direitos...

Este foi o modo por que ella, por si mesma e pelos esforços da sua propria resolução, se constituiu em liberdade...

Prosegue a nota assegurando que o Paraguay esta prompto a conservar amizade, harmonia, commercio e correspondencia com Buenos-Ayres e demais provincias confederadas...

- 1.º Que enquanto não se forme o congresso geral, esta provincia se governara por si mesma, sem que a Exm.ª junta dessa cidade (Buenos-Ayres) possa dispor...

desquelles déjà il ne convient plus de faire mention, avaient mis les difficultés à cette union.

Suit l'histoire de ce qui arriva dans les journées du 14 et du 15 mai pour l'installation du gouvernement provisoire, et la note continue:

Le principal objet n'était autre que d'aplanir le chemin, pour que, reconnaissant ses droits, exempte de l'influence et du pouvoir de ses oppresseurs, la province...

C'est ainsi que, par elle-même et par les efforts de sa propre volonté, la province s'est constituée libre et en pleine jouissance de ses droits.

La continuation de la note exprime l'assurance que le Paraguay est tout disposé à conserver amitié, harmonie, commerce et correspondance avec Buenos-Ayres et les autres provinces confédérées...

- 1.º Que tant que le congrès général ne sera pas formé, cette province se gouvernera elle-même, sans que l'excellentissime junta de cette ville (Buenos-Ayres) puisse disposer ou exercer la moindre juridiction sur la forme...

que em junta plena o geral de seus habitantes e moradores.

Tal foi a vontade e determinação livre da dita junta geral, francamente expressada, sem concurso de D. Bernardo de Velasco, nem indivíduos do seu sequito...

Conclue a junta dizendo que do governo de Buenos-Ayres depende dar a ultima de mão a grande obra da revolução paraguaya, adoptando as modificações propostas...

Assumpção do Paraguay, 20 de julho de 1811. — Fulgencio legros. — Dr. José Gaspar Francia. — Pedro Juan Caballero. — Dr. Francisco Xavier Bogarim. — Fernando de la Mora, vogal secretario.

São e possível proclamar em termos mais explicitos o principio da soberania da vontade do povo e da necessidade do seu consentimento para constituir a autoridade suprema.

(12) O commandante e officiaes do quartel-general desta praça a todos os habitantes da provincia.

Feito no quartel general da Assumpção do Paraguay, em 9 de junho de 1811. — Pedro José Caballero. — Fulgencio legros. — Antonio Thomas legros. — Juan Baptista Rivarola. — Mauricio José Troche. — Vicente Ignacio Iturbe. — Francisco Antonio Gonzales. — Juan Manuel Iturbe. — Mariano del Pilar Mayada. — Pedro Alcantara Estigarribia. — José Joaquim Leon. — José Agustín legros. — Blas Domingo Franco. — Por disposição do Sr. commandante e officiaes do quartel-general, Jacinto Ruiz, escrivão publico e do governo.

Es aqui o que a Gazeta chama expressão da provincia inteira. Treze officiaes que encabeço uma revolução militar, convertidos pela variavel de condão da Gazeta na provincia inteira do Paraguay.

(13) Veja-se o officio inserto na nota 14.

(12) Havendo esta junta dirigido em 20 de julho ultimo a seu officio a Exma. junta daquela cidade, cuja copia annexamos, com o testemunho integral das actas de nossa dita revolução, em que se contém as deliberações tomadas pela mesma provincia em junta geral...

Pode alguém crer que, depois de uma declaração tão

qui émanerait du congrès général, n'obligerait cette province qu'après ratification de la junta pleine et entière de ses habitants et domiciliés.

Telle a été la volonté et la libre détermination de la dite junta générale, francement exprimée, sans le concours de D. Bernard de Velasco ni d'aucun de ses partisans...

La junta conclue en disant qu'il dépend du gouvernement de Buenos-Ayres de mettre la dernière main à la grande œuvre de la révolution paraguayenne en adoptant les modifications proposées...

Assomption du Paraguay, 20 juillet 1811. — Fulgencio legros. — Dr. José Gaspar Francia. — Pedro Juan Caballero. — Dr. Francisco Xavier Bogarim. — Fernando de la Mora, membre et secrétaire.

Il est impossible de proclamer en des termes plus explicites le principe de la souveraineté de la volonté du peuple et la nécessité de son consentement pour constituer l'autorité suprême.

(13) Le commandant et le corps d'officiers du quartier général de cette place à tous les habitants de la province.

Fait au quartier général de l'Assomption du Paraguay, le 9 juillet 1811. — Pedro Juan Caballero. — Fulgencio legros. — Antonio Thomas legros. — Juan Baptista Rivarola. — Mauricio José Troche. — Vicente Ignacio Iturbe. — Francisco Antonio Gonzales. — Juan Manuel Iturbe. — Mariano del Pilar Magada. — Pedro Alcantara Estigarribia. — José Joaquim Leon. — José Augustin legros. — Blas Domingo Franco. — Par ordre de M. le commandant et des officiers du quartier-general, Jacinto Ruiz, écrivain public et du gouvernement.

Voilà ce que la Gazette nomme l'expression de la province entière. Treize officiers qui se mettent à la tête d'une révolution militaire, changés par la baguette magique de la Gazette en la province entière du Paraguay.

(14) Voyez le document inséré dans la note 14.

(12) Cette junta ayant dirigé en date du 20 juillet dernier sa notification à l'excellentissime junta de cette ville, dont nous annexons copie avec le témoignage intégral des actes de notre susdite révolution qui contiennent les délibérations prises par la même province en junta générale, nous sommes encore sans avoir reçu par voie directe la contestation que nous attendons.

Peut-on croire qu'après une déclaration aussi expli-

explicita, e que fazia do reconhecimento da independência um preliminar indispensável, consentisse o governo paraguayo em renunciar a essa independência e unir-se federativamente com Buenos Ayres?

(18) Convenção entre as excellentissimas juntas governativas de Buenos-Ayres e do Paraguay?

Os infrascriptos, presidente e vogaes da junta desta cidade da Assumpção do Paraguay, e os representantes da Exma. junta estabelecida em Buenos-Ayres e associada de deputados do Rio da Prata, tendo sido enviados com plenos poderes afim de accordar as providencias convenientes a uniao e commum felicidade de ambas as provincias e demais confederadas, e consolidar o systema da nossa regeneração politica, tendo ao mesmo tempo presentes as communicacoes feitas por parte desta dita provincia do Paraguay em 20 de julho ultimo a citada Exma. junta, e as idéas benéficas e liberaes que animão a esta, conduzida sempre seus constantes principios de justiça, de equidade e de igualdade, manifestados na sua contestação official do 28 de agosto seguinte, temos convençionado e concordado, depois da madura reflexão, nos artigos seguintes:

Art. 1.º Achando-se esta provincia do Paraguay em urgente necessidade de auxilios para manter uma força effectiva e respeitavel para sua segurança, e para poder rechassar e fazer frente as machinacoes de todo o inimigo interno ou externo do nosso systema, convimos unanimemente em que o tabaco da Real Fazenda existente nesta mesma provincia se venda por conta della, e o seu producto se inverta naquello sagrado objecto, ou outro analogo, ao prudente arbitrio da propria junta desta cidade da Assumpção, ficando, como effectivamente fica, extinto o estanco deste genero, tornando-se consequentemente de livre commercio d'ora avante.

Art. 2.º Que da mesma fórma, o peso do sisa e arbitrio que anteriormente se pagava na cidade de Buenos-Ayres por cada terço de erva-mate que se extrahia desta provincia do Paraguay, se cobre d'ora avante nesta mesma cidade da Assumpção, com applicação precisa aos mesmos objectos indicados, e para que esta determinação tenha para o diante o devido effecto, se farão opportunamente as providencias convenientes, na intelligencia de que, sem prejuizo dos direitos desta provincia do Paraguay, poderá para os mesmos fins estabelecer a excellentissima junta algum moderado imposto a introdução dos seus productos em Buenos-Ayres, sempre que uma urgente necessidade o exija.

Art. 3.º Considerando que, além de ser regular e justo que o direito de alcavalas se satisfaça no lugar da venda onde se torna devido, não se cobre nesta provincia do Paraguay alcavala alguma do estipendio que na de Buenos-Ayres ha de fazer-se dos effectos ou productos que se exportarem desta da Assumpção; tão pouco para o futuro se cobrará anticipadamente alcavala alguma na dita cidade de Buenos-Ayres, e demais de sua comprehensão, em razão das vendas que nesta do Paraguay devem effectuar-se de quaesquer effectos que para ella se conduzem ou remetem, subentendendo-se a clausula de que, sem prejuizo dos direitos desta provincia, poderá ajustar-se caso ponto no congresso.

Art. 4.º Afim de precaver quanto seja possível toda a desavença entre os moradores de uma e outra provincia, motivada pela differença occorrida sobre a posse do partido denominado Pedro Gonzales, que se acha situado desta banda do Paraná, continuará por agora da mesma fórma em que actualmente se acha; esta virtude de que se encarregará ao cura da Ensenada da cidade de Corrientes não faça novidade alguma nem se ligue no espirital do dito partido, na intelligencia de que em Buenos-Ayres se accordará com o Illm. Sr. Bispo o que for conveniente ao cumprimento desta disposição interina, até que com mais conhecimento se estabeleça no congresso geral a demarcação fixa de ambas as provincias, para esse lado; devendo quanto ao mais ficar também por agora os limites desta provincia do Paraguay na fórma em que actualmente se acha, encarregando-se consequentemente o seu governo de custodiar o departamento de Gandelaria.

Art. 5.º Em consequência da independência em que

cite, et qui faisait de la déclaration de la reconnaissance de l'indépendance un preliminar indispensable, le gouvernement paraguayen consentirait jamais à renier cette indépendance et à s'unir fédérativement à Buenos-Ayres?

(18) Convention entre les excellentissimes juntas governatives de Buenos-Ayres et du Paraguay.

Les soussignés, président et membres de la junta de cette ville de l'Assomption du Paraguay, et les représentants de l'excellentissime Junta établie à Buenos-Ayres et assistée de députés de la Rivière de la Plata, ayant été envoyés avec pleins pouvoirs afin de concilier les dispositions convenables à l'union et au bonheur communs des deux provinces et autres confédérées, et consolider le système de notre régénération politique, ayant en outre en vue les communications faites par la dite province du Paraguay le 20 juillet dernier à la susdite excellentissime Junta, et les idées bienfaisantes et liberales qui l'accompagnent, mais, comme toujours, par ses constants principes de justice, d'équité et d'égalité, manifestés dans sa réponse officielle du 28 août suivant, nous sommes convenus, après mûre réflexion, d'adopter les articles suivants:

Art. 1.º Cette province du Paraguay se trouvant dans l'urgence nécessaire d'obtenir les moyens indispensables afin d'entretenir une force effective et imposante pour sa sûreté et pouvoir repousser ou déjouer les menées de tout ennemi interne ou externe de notre système, nous convenons unanimement que le tabac de l'état existant en cette province soit vendu pour son compte, et que son produit soit employé pour cette cause sacrée ou toute autre analogue, selon le prudent arbitre de la propre Junta de cette ville de l'Assomption, le monopole de cette denrée étant abrogé, ainsi qu'il se trouve être effectivement, et son commerce devenant conséquemment libre à l'avenir.

Art. 2.º Que de la même manière la plastre d'accise et d'arbitrage qui antérieurement était payée dans la ville de Buenos-Ayres pour chaque tercio d'herbe-mate, produit de cette province du Paraguay, soit perçue à l'avenir en cette même ville de l'Assomption, pour être appliquée suivant l'urgence des mêmes objets indiqués, et afin que cette détermination ait à l'avenir l'effet qu'elle doit avoir, les notifications voulues devront être faites opportunément; il est bien entendu que, sans préjudice des droits de cette province du Paraguay, l'excellentissime Junta pourra établir un impôt modéré à l'introduction de ses produits à Buenos-Ayres lorsqu'une urgente nécessité le réclamera.

Art. 3.º Considérant que, en outre qu'il est régulier et juste que le droit de alcavalas soit payé au lieu de la vente où il est dû, il ne soit point perçu dans cette province du Paraguay aucun droit-alcavala sur la consommation que dans celle de Buenos-Ayres il sera fait des produits ou effets qui seront exportés de celle de l'Assomption; à l'avenir il sera plus perçu à l'avance aucun droit-alcavala dans la dite ville de Buenos-Ayres et dépendances, pour cause des ventes qui s'effectueraient dans celle du Paraguay de tous objets qui y seront conduits ou remis, sous la clause que, sans préjudice des droits de cette province, ce point pourra être décidé au congrès.

Art. 4.º Afin de prévenir autant que possible tout conflit entre les habitants de l'une et l'autre province, motivé par le débat qui a déjà eu lieu quant à la possession de la portion du terrain dénommé Pedro Gonzales, et qui se trouve situé de côté du Paraná, il en sera ainsi qu'il en est à présent; à cet effet il sera recommandé au cura de la Ensenada de la ville de Corrientes de se tenir tranquille et de ne point s'immiscer dans les fonctions spirituelles de ce parti; et il est entendu qu'à Buenos-Ayres l'on décidera avec l'illustrissime évêque ce qui sera convenable à cette disposition intérieure, jusqu'à ce qu'avec plus de connaissance de cause l'on établisse au congrès général le limite fixe des deux provinces, de ce côté; et comme les autres limites de cette province du Paraguay doivent rester telles qu'elles se trouvent actuellement, son gouvernement se chargera conséquemment de pourvoir à la sûreté du département de Gandelaria.

Art. 5.º En conséquence de l'état d'indépendance dans

des esta provincia do Paraguay da de Buenos-Ayres, conforme o convençionado na citada communicação official de 28 de agosto ultimo, tão pouco a mencionada Exma. Junta porá reparo ao cumprimento e execução das decisões deliberaciones tomadas por esta do Paraguay em Junta geral, conforme as declarações do presente tratado; e abaixo destes artigos desejando ambas as partes contractantes estreitar mais e mais os vinculos e empenhos que unem e devem unir ambas as provincias em una fraternidade e alliança indissolavel, obriga-se cada uma pela sua parte não só a conservar e cultivar uma sincera, sólida e perpetua amizade, senão também a auxiliarem e cooperarem mutua e eficazmente com todo o genero de auxilios, segundo permittão as circunstancias de cada uma, toda a vez que o requiera o sagrado fim de anniquillar e destruir qualquer inimigo que intente oppor-se aos progressos da nossa justa causa e commum liberdade.

Em se de todo o que, com as mais sinceras protestações de que estes estreitos vinculos unirão sempre em doce confraternidade esta provincia do Paraguay e as demais do Rio da Prata, fazendo para este effecto entrega dos poderes insinuados, firmamos esta acta por duplicata, com os respectivos secretarios, para que cada parte conserve a sua para os fins que convierem.

Feita nesta cidade da Assumpção do Paraguay, aos 12 de outubro de 1811. — Fulgencio Iegros. — Dr. José Gaspar de Francia. — Manuel Belgrano. — Pedro Juan Caballero. — Dr. Vicente Echeverria. — Fernando de la Mora, vogal secretario. — Pedro Feliciano de Casia, secretario.

ARTIGO SEPARADO.

Conquanto pelo art. 2.º do tratado concluido e firmado hoje se dispõe que a Exma. Junta poderá estabelecer algum moderado imposto, em caso urgente, a introdução dos productos desta provincia do Paraguay em Buenos Ayres, declaramos, conforme foi convençionado ao mesmo tempo, que esta imposição tem de ser de um real e meio por terço de erva-mate, e outro real e meio por arroba de tabaco, e não mais, até que no congresso geral das provincias, sem prejuizo dos direitos desta do Paraguay, se ajuste a imposição que em razão da dita entrada deva ser imposta para o futuro; devendo esta declaração ter a mesma força, vigor e cumprimento que os demais artigos do mencionado tratado; e para que conste firmamos este separado na Assumpção do Paraguay, a 12 de outubro de 1811. — Fulgencio Iegros. — Dr. José Gaspar de Francia. — Manuel Belgrano. — Pedro Juan Caballero. — Fernando de la Mora, vogal secretario. — Dr. Vicente Echeverria. — Pedro Feliciano de Casia, secretario.

(19) O escriptor do *Archivo Americano*, periodico de Buenos-Ayres, e a *Gazeta*, figurando os gravissimos inconvenientes que traria a independência do Paraguay, comparão entre os maiores delles que a Inglaterra e a França, a quem Buenos Ayres tinha ofrecido por tratado o tratamento da nação mais favorecida, pretenderão negar o Paraná, que é um rio interior, se se permittisse que o navegasse o Paraguay independente.

A esta objecção observou o *Paraguay Independente* que não a Inglaterra nem a França poderiam amparar-se com o exemplo de navegar pelo Paraná um pavilhão estrangeiro, como o Paraguay, porque esse pavilhão não navegava o Paraná por uma concessão do governo de Buenos-Ayres, mas sim por um direito perfeito tradicional, derivado do regimen hespanhol, pelo direito de servidão real, que tinha desde o tempo do governo colonial.

Esta observação era incontestavel para todo o homem de boa fé e de bom senso, porém os periodicos de Buenos-Ayres não se distinguem por essas qualidades. O *Archivo Americano* n.º 9 de 30 de setembro do anno passado dá em contestação o que se segue. Pag. 15.

No supposto argumento da propriedade originaria e commum, e na hypothese de que a separação do Paraguay, que é illegitima, injusta e impolitica, fosse justi-

lequel cette province du Paraguay reste de celle de Buenos-Ayres, conformément à ce qui a été convenu dans la susdite communication officielle du 28 août dernier, il s'en suit que la mentionnée Junta ne verra aucun obstacle dans la pratique et l'exécution des autres délibérations prises par celle du Paraguay, en Junta générale, conformément aux déclarations du présent traité; et en vertu de ces articles, les deux parties contractantes désirant resserrer de plus en plus les liens et les sympathies qui unissent et doivent unir les deux provinces en une confédération et alliance indissoluble, l'une et l'autre s'obligent, chacune de son côté, non-seulement à conserver et à cultiver une sincère, solide et perpétuelle amitié, mais encore à s'entraider et à coopérer mutuellement et efficacement en tous genres de secours, selon que les circonstances de chacune le permettront, chaque fois que l'adgera le but sacré de réduire ou de détruire tout ennemi qui tenterait de s'opposer aux progrès de notre juste cause et de notre commune liberté.

En foi de quoi, avec les plus sincères protestations prouvant que ces liens resserrés uniront toujours en une douce confraternité cette province du Paraguay et les autres du Rio de la Plata, et faisant remise à cet effet des pouvoirs dont il a déjà été question, nous signons cet acte par duplicata, avec les respectifs secrétaires, afin que chaque partie conserve le sien pour en user selon qu'il conviendra.

Fait en cette ville d'Assomption du Paraguay, le 12 octobre 1811. — Fulgencio Iegros. — Dr. José Gaspar de Francia. — Manuel Belgrano. — Pedro Juan Caballero. — Dr. Vicente Echeverria. — Fernando de la Mora, membre, secrétaire. — Pedro Feliciano de Casia, secrétaire.

ARTICLE SEPARÉ.

Quoique par l'article 2 du traité conclu et signé aujourd'hui il ait été statué que l'excellentissime Junta pourra établir un impôt modéré, en cas d'urgence, à l'introduction des produits de cette province du Paraguay à Buenos-Ayres, nous déclarons, conformément à ce qui a été arrêté au même temps, que cet impôt devra être d'un real et demi par tercio d'herbe-mate, et d'un autre real et demi par arroba de tabac, et pas plus, jusqu'à ce que dans un congrès général des provinces, sans préjudice des droits de celle du Paraguay, l'on tombe d'accord quant à l'imposition qu'en raison de la dite entrée l'on doit statuer pour l'avenir; cette déclaration devant avoir la même force, vigueur et exécution que les autres articles du traité enoncé; et afin d'en constater la preuve, nous avons signé cet article séparément à l'Assomption du Paraguay, le 12 octobre 1811. — Fulgencio Iegros. — Dr. José Gaspar de Francia. — Manuel Belgrano. — Pedro Caballero. — Fernando de la Mora, membre secrétaire. — Dr. Vicente Echeverria. — Pedro Feliciano de Casia, secrétaire.

(19) L'écrivain des *Archives Américaines*, feuille de Buenos-Ayres, et la *Gazette*, dépeignant les très-graves inconvenients qu'entraînerait l'indépendance du Paraguay, trouvaient, parmi les plus grands, que l'Angleterre et la France, auxquels Buenos-Ayres avait offert par traité le traitement de la nation la plus favorisée, prétendraient naviguer sur le Paraná, qui est une rivière intérieure, si l'on permettait que le Paraguay indépendant y naviguât.

A cette objection, le *Paraguay Independant* a fait observer que ni l'Angleterre ni la France ne pourraient s'appuyer sur l'exemple d'un pavillon étranger, tel que celui du Paraguay, naviguant sur le Paraná, puisque ce pavillon ne navigue point sur le Paraná par une concession du gouvernement de Buenos-Ayres, mais bien par le fait d'un droit parfait traditionnel, provenant du régime espagnol, comme ayant droit à un passage public qu'il avait du temps du gouvernement colonial.

Cette observation était concluante pour tout homme de bonne foi et de bon sens; mais les journaux de Buenos-Ayres ne se distinguent pas par ces qualités. Les *Archives Américaines* n.º 9, du 30 septembre de l'année dernière, répondent à cela ce qui suit, page 15:

Dans l'argument supposé de propriété originarie ou commune, et dans l'hypothese que la séparation du Paraguay, qui est illegitime, injuste et impolitique, fût justifiée,

ficada, conveniente á seguridade e interesse communs, comprometidos por ella, poderia retorquir-se ao Paraguay com o seu proprio argumento, se este é comprehendido como parece na sua allegação de *ius jure*, ou direito sobre o rio Paraná. Com effeito, se assim fosse, tambem seria certo que o governo argentino teria direito ao uso e dominio do rio Paraguay de ambas as margens, a que banha essa provincia e a que banha o gran Chaco, territorio argentino, e de todos os rios que correm de ambas as margens pelo territorio paraguayo; porque se os rios ou as cousas que forão possuidas em commum por todas as provincias integrantes da Confederação Argentina até o tempo da separação illegitima de facto da do Paraguay continuão a pertencer a todas pelo *ius jure*, na hypothese de ser justa a separação, que é illegitima, o governo paraguayo nada poderia negar á Confederação Argentina, nem os rios, nem as terras, nem nenhuma das cousas que forão possuidas em commum. *

* De qualquer modo pois que se examine a unica allegação sustentada pelo governo do Paraguay na questão do Paraná, é ella demasiado inexacta e absurda para que se admitta jamais, e nem o proprio governo paraguayo calculou as suas consequencias precisas, de encontro ás suas mesmas pretenções injustificadas e impoliticas. *

Foi necessario ler repetidas vezes estes periodos para assegurar-nos de que nos não enganavamos, e que haviamos comprehendido bem o que liamos: tão futil e puéril nos parecia a replica.

Fallando o periodico paraguayo deste direito que a *Gazeta* chama *traditionnel*, derivado do regimen hespanhol, uso de uma metaphora muito propria e exacta, e de que não se pôde prescindir ao considerar o occorrido na revolução da America Hespanhola.

As differentes secções e provincias desta parte do mundo erão e se consideravão outros tantos filhos do monarcha hespanhol, debaixo de cujo poder e tutela vivião. Morto este pai commum, essas secções ou provincias, que erão outras tantas pessoas moraes, declarãdo-se maiores de idade, emancipadas, e *sui juris*, repartindo-se o territorio até então commum, e formando um ser, uma entidade, uma personificação particular, com dominio privativo no que lhe tocou na partição: por este principio, que dicta o simples senso commum, nem o Paraguay tem direito ás terras e demais cousas que ficaram á Confederação Argentina, nem esta tem direito ao que tocou ao Paraguay depois da separação e repartição dos bens communs; porém as cousas que não admittem commoda divisão, que por sua natureza são indivisiveis, continuão a usar-se e possuir-se em commum: os herdeiros são condôminos nessa cousa indivisivel. Este é o caso dos rios.

Porque é que a Republica Oriental tem a navegação do Uruguay e do Paraná em commum com a Republica Argentina? Porque, quando erão membros de uma mesma familia, erão donos e senhores desses rios: ao separarem-se repartirão e circumscreverão o territorio, porque era divisivel; porém conservarão o dominio commum do que não podia dividir-se, como são os rios.

O governo paraguayo é demasiado logico e justo para negar á Republica Argentina um direito que reclama para si: por este principio nem nega nem negou nunca á Republica Argentina o direito de navegar o rio Paraguay. No dia mesmo em que o governador Rosas permitto ás embarcações argentinas despachar para o Paraguay, essas embarcações sulcavão o rio Paraguay sem o menor obstaculo por parte do governo paraguayo.

Este governo, ao reclamar o uso e livre exercicio de um direito perfeito, não fez os mesquinhos e miseraveis calculos que suppõe o *Archivo Americano*, e nem podia ter a ridicula extravagancia de pedir para si o que não quizera conceder a outros; reclamou esse direito sabendo que os Argentinos gozarião do mesmo no rio Paraguay.

convenable á la sureté et á l'intérêt communs, comme promis par elle, l'on pourrait combattre le Paraguay avec son propre argument, si cet argument est compris ainsi qu'il paraît l'être dans ce qu'il allegue quand il traite de *ius jure*, ou droit sur la rivière Paraná. Effectivement, s'il en était ainsi, il serait également certain que le gouvernement argentin aurait droit à l'usage et à la domination de la rivière Paraguay sur les deux rives, celle qui baigne cette province et celle qui baigne le grand Chaco, territoire argentin, et de toutes les rivières qui courent par ses deux rives au travers du territoire Paraguay; parce que si les rivières ou les choses qui ont été possédées en commun par toutes les provinces integrantes de la Confédération Argentine, jusqu'à l'époque de la séparation illegitime de fait de celle du Paraguay, continuent à appartenir à toutes par le *ius jure*, dans l'hypothese de justice de séparation, qui est illegitime, le gouvernement Paraguay ne pourrait rien refuser à la Confédération Argentine, ni rivières, ni terres, ni aucune des choses qui ont été possédées en commun.

Donc, de quelque manière qu'on envisage l'unique allegation soutenue par le gouvernement du Paraguay dans la question du Paraná, elle est par trop inexacte et absurde pour qu'on l'admette jamais, et le propre gouvernement paraguayen n'a pas calculé ses conséquences naturelles, contraires à ses mêmes prétentions non justifiées et impolitiques. *

Il a fallu lire plusieurs fois ces périodes pour être l'assurance que nous ne nous trompons pas, et que nous avons bien compris ce que nous lisons, tellement la réplique nous paraissait futile et puérile.

Quand le journal paraguayen a parlé de ce droit que la *Gazette* nomme *traditionnel*, qui derive du régime espagnol, il s'est servi d'une metaphore très-heureuse et exacte, et dont on ne peut s'écarter si l'on considère les événements de la révolution de l'Amérique Espagnole.

Les différentes sections et provinces de cette partie du monde étaient et se considéraient comme autant de fils de la monarchie espagnole, vivant sous son pouvoir et sa tutelle. A la mort de ce père commun, ces sections ou provinces, qui étaient autant de personnes morales, se sont déclarées majeures, émancipées et *sui juris*, se partageant le territoire qui jusqu'alors était commun et formait un tout, une entité, une personnalité particulière, avec domination privative de ce qui lui était tombé en partage; d'après ce principe, dicté par le simple sens commun, le Paraguay n'a pas droit aux terres et autres choses qui sont restées à la Confédération Argentine, et celle-ci n'a pas droit à ce qui est échue au Paraguay après la séparation et le partage des biens communs; mais les objets qui n'admettent pas de division commode, qui par leur nature sont indivisibles, continuent à être mis en usage et à être possédés en commun: les héritiers sont en commun dans cet objet indivisible. Tel est le cas des rivières.

Par quelle raison la République Orientale a-t-elle la navigation de l'Uruguay et du Paraná en commun avec la République Argentine? Pourquoi, quand ces deux étaient membres d'une même famille, étaient-ils usagers et seigneurs de ces rivières? Au moment de la séparation, ils ont divisé et ont circonscrit le territoire par la raison qu'il était divisible; mais ils ont conservé la domination commune de ce qui n'était pas divisible, comme sont les rivières.

Le gouvernement Paraguay est trop logique et juste pour refuser à la République Argentine un droit qu'il réclame pour lui: par ce principe, il ne refuse et n'a jamais refusé à la République Argentine le droit de navigation sur la rivière Paraguay. Le jour même où le gouvernement Rosas a permis aux embarcations argentines de s'expédier pour le Paraguay, ces embarcations ont sillonné les eaux de la rivière Paraguay, sans le moindre obstacle de la part du gouvernement paraguayen.

Ce gouvernement, en réclamant l'usage et le libre exercice d'un droit parfait, ne fait pas les petits et miserables calculs que supposent les *Archives Americaines*, et il ne pouvait avoir la ridicule extravagance de demander pour lui ce qu'il ne voulait pas accorder aux autres; il a réclaté ce droit, sachant bien que les Argentins jouiront du même droit sur la rivière Paraguay.

f 8.

Dr. J. F. Felici Paria

